

**TURISMO DE NATUREZA E O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
LITORAL NO PARQUE NATURAL DO SUDOESTE ALENTEJANO E COSTA
VICENTINA**

ESTUDO DE CASO: PORTO COVO



Maria José Pinheiro da Silva Mota

Junho 2012

Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril

**TURISMO DE NATUREZA E O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
LITORAL NO PARQUE NATURAL DO SUDOESTE ALENTEJANO E COSTA
VICENTINA
ESTUDO DE CASO: PORTO COVO**

Dissertação apresentada à Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril para a obtenção do grau de Mestre em Turismo, especialização em Gestão Estratégica de Destinos Turísticos, por Maria José Pinheiro da Silva Mota.

Orientador: Professor Doutor Fernando João Moreira

Coorientador: Professor Fernando Completo

Estoril, Junho de 2012

Agradecimentos

Este trabalho representa não só o resultado do esforço empreendido ao longo de mais de um ano como também a concretização de uma meta.

Apesar de se tratar de um trabalho individual, este só foi possível de ser realizado graças à colaboração de algumas pessoas a quem pretendo agradecer formalmente:

Ao Professor Doutor Frenando João Moreira e ao professor e coorientador Fernando Completo, pela disponibilidade, apoio, sugestões, conselhos e conhecimentos transmitidos ao longo deste estudo bem como pela disponibilidade na orientação e revisão deste trabalho;

A todos os órgãos institucionais que contactei e que amavelmente me cederam o seu tempo para efeito das entrevistas, agradeço a disponibilidade e o tempo dispensados, em especial ao Sr. Luís Gil, Presidente da Junta de Freguesia, que também facilitou a marcação da entrevista com a ERT;

A todos os agentes económicos de Porto Covo que mostraram sempre boa vontade e disponibilidade para responder às minhas questões e a quem agradeço o modo como o fizeram pois permitiram perceber as suas preocupações, dificuldades e sentimentos;

Ao Professor e Ex-Deputado José Manuel Costa, pela disponibilidade e informações transmitidas, que me permitiram sustentar as conclusões retiradas das informações obtidas ao longo das entrevistas e ainda à ajuda preciosa na marcação da entrevista com o Presidente da Câmara Municipal de Sines;

Ao professor Marco Costa pelas fotografias fantásticas que tirou ao longo das várias praias desta região e que amavelmente me facultou;

À Dra. Ana Gil que me facilitou alguns contactos com a Câmara Municipal bem como algumas informações adicionais;

Por fim, e não menos importante, à minha família, pela compreensão e apoio demonstrados ao longo de todo o tempo, em particular ao meu marido pelo apoio nos trabalhos em Excel que tanto tempo me pouparam.

Resumo

Tendo por base o território litoral no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, nomeadamente a região de Porto Covo, este estudo pretende analisar as questões ligadas à densidade de uso do território à luz dos conceitos ambientais. Para tal recorreu aos instrumentos de ordenamento territorial de modo a perceber não só como estes funcionam a nível nacional mas também a nível regional e local e quais as instituições de poder e gestão do território em estudo de modo a avaliar o grau de articulação entre elas.

E porque se trata de um território inserido num Parque Natural, a abordagem das questões ligadas ao Turismo de Natureza tomam um papel importante já que se trata de formas de Turismo que promovem a preservação e conservação e dos valores naturais, ambientais e culturais.

Uma vez que se trata de um território de litoral com uma forte procura turística, houve também necessidade de avaliar as mudanças ocorridas na estrutura territorial pelo que se recorreu, por um lado ao estudo dos modelos e teorias do planeamento e por outro aos modelos e cenários propostos pelo *Millennium Ecosystems Assessment*, de modo a perceber não só qual o modelo que foi seguido até ao presente mas também qual o modelo que se prevê que este venha a seguir no futuro.

Desta forma será também possível determinar por um lado se a atividade turística influenciou a evolução do espaço urbano, natural e o próprio ambiente, e por outro até que ponto a atividade turística pode contribuir para a preservação e conservação dos valores naturais e ambientais de modo a perceber quais os modelos de desenvolvimento a seguir.

Palavras-Chave: Ordenamento, Planeamento, Território, Turismo de Natureza e Ambiente.

Abstract

Having as a reference the coastal territory in the Natural Park of Southwest Alentejo and Vicentine Coast, in particular the region of Porto Covo, this study seeks to examine issues connected to the density of use of the territory under the environmental concepts. With the help of the instruments of planning and land management it was possible to understand not only how they operate at a national level, but also at regional and local levels and which are the institutions of power and administration of the territory, on the case study, in order to assess the degree of articulation between them.

Due to the fact this territory is housed inside a Natural Park, the activities connected to Natural Tourism take an important role since they are forms of tourism that promote preservation and conservation of natural, environmental and cultural values.

Since this is a coastline territory with a strong tourist demand, it was also necessary to assess the land structure changes with the help of the study of the planning models and theories, and by the models and scenarios proposed by the Millennium Ecosystems Assessment, in order to realize not only which model has been followed up to the present, but also which model is predicted to be followed in the future.

This way it will be also possible to find out, if the tourism activity has influenced the evolution of the urban and natural space as well as the environment itself, and so to find out how far tourism activity can contribute to the preservation and conservation of natural values and environment in order to realize the development models to follow.

Keywords: Land Management, Planning, Territory, Natural Tourism and Environment.

Glossário

AC – Área Classificada

AIA – Avaliação de Impacte Ambiental

AP – Área Protegida

APP – Área Protegida Privada

CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional

CEE – Comunidade Económica Europeia

CMS – Câmara Municipal de Sines

EIA – Estudo de Impacte Ambiental

ERT - Alentejo Litoral – Entidade Regional de Turismo

GOT – Grupo de Ordenamento do Território

ICNB – Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade

IUCN – International Union for Conservation of Nature

IVF – Índice de Valorização da Fauna

JFPC – Junta de Freguesia de Porto Covo

LBPOTU – Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo

MEA – Millennium Ecosystem Assessment

MPAT – Ministério do Planeamento e Administração do Território

PDM – Plano Diretor Municipal

PDR – Plano de Desenvolvimento Regional

PEOT – Plano Especial de Ordenamento do Território

PIOT – Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território

PMOT – Planos Municipais do Ordenamento do Território

PN – Parque Natural

PNDES – Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social

PNOPT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

PNSACV – Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina

PNTN – Programa Nacional de Turismo de Natureza

POA – Plano de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas

POAP – Plano de Ordenamento de Áreas Protegidas

POOC – Plano de Ordenamento da Orla Costeira

PP – Planos de Pormenor

PROFAL – Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo Litoral

PROT – Plano Regional de Ordenamento do Território

PSIT – Planos Sectoriais com Incidência Territorial

ptMA – Avaliação para Portugal do Millennium Ecosystem Assessment

PU – Planos de Urbanização

RAN – Reserva Agrícola Nacional

REN – Reserva Ecológica Nacional

RJIGT – Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial

TER – Turismo em Espaço Rural

U E – União Europeia

ÍNDICE GERAL

I Introdução.....	1
1.1 Objetivos.....	11
II Enquadramento Teórico.....	12
2.1 Metodologia.....	17
III Enquadramento Temático.....	25
3.1 Teorias do planeamento: Participação e ordenamento do território	25
3.2 Questões sobre os modelos e instrumentos de ordenamento do território em Portugal	32
3.3 O papel contemporâneo dos territórios de litoral.....	47
3.4 Fatores de ordenamento dos territórios de litoral.....	49
3.5 Ordenamento do litoral: ação natural VS intervenção humana.....	55
3.6 O Turismo de Natureza e as Áreas Protegidas.....	63
3.7 Análise contemporânea: Turismo sustentável, ideologia ou solução?.....	75
3.8 Os impactos do Turismo em contexto ambiental.....	87
IV Estudo de caso.....	88
4.1 Características do território do PNSACV.....	88
4.2 Características do território litoral: praias	98
4.3 Características do território de Porto Covo.....	102
4.4 Processo de ordenamento do território em estudo.....	105
4.5 Análise do território à luz dos entrevistados.....	116
V Conclusões.....	123
5.1 Análise conclusiva.....	123
5.2 Limitações do estudo.....	130
5.3 Recomendações param futuras investigações.....	131
Referências Bibliográficas.....	132
Anexos.....	137

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Mapa das Áreas Protegidas.....	68
Figura 2: An Overview of Tourism.....	72
Figura 3: Turismo Sustentável.....	78
Figura 4: Ciclo de Vida do Produto/Destino.....	83
Figura 5: Carta de Zonamento das Prioridades de Conservação do Património do Sítio Costa do Sudoeste.....	95
Figura 6: Planta da Povoação a erigir em Porto Covo.....	103

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Instrumentos tipificados na Lei de Bases do Ordenamento do Território.....	37
Quadro 2: Alterações nos valores dominantes nos campos do planeamento regional e ordenamento do território.....	44
Quadro3: Dimensões do desenvolvimento sustentável no planeamento turístico e na AIA.....	86
Quadro 4: Espécies e habitats que suportam a dimensão dos diferentes níveis de prioridade de conservação do património natural no sítio Costa do Sudoeste.....	96
Quadro 5: Estrangulamentos e potencialidades do concelho de Sines segundo o PROTALI.....	111
Quadro 6: Unidades de alojamento em Porto Covo.....	114

ÍNDICE DE FOTOGRAFIAS

Foto 1: <i>Centaurea Vicentin</i>	89
Foto 2: Cegonha Branca.....	91
Foto3: Praia dos Aivados.....	94
Foto 4: Praia Grande de Porto Covo.....	99
Foto 5:Praia da Samouqueira.....	100
Foto 6: Vista Aérea de Porto Covo (2002)	104
Foto 7: Vista Aérea de Porto Covo (2012)	105

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Turistas que visitam o Posto de Turismo de Porto Covo:2001/2011..... 115

I | Introdução

Portugal é um país essencialmente litoral e litoralizado sendo que a atração pela proximidade ao mar data de tempos ancestrais, tendo levado a uma concentração de população nestas áreas e provocado alterações ao longo de toda a costa, em particular junto às principais cidades de Lisboa e Porto.

O reconhecimento de que se estavam a perder valores naturais e ambientais levou à criação de Áreas Protegidas, Parques e Reservas Naturais, de modo a preservar e conservar a natureza e o ambiente, em especial em áreas de maior sensibilidade ambiental.

No entanto alguns destes territórios também são habitados e a implementação de constrangimentos e regras de usos é por vezes vista como impeditiva do desenvolvimento local, levando frequentemente a choques entre entidades locais, regionais e nacionais.

À semelhança deste quadro geral também o território em estudo: Porto Covo está integrado no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, e pelo facto de se tratar de uma região com uma forte componente turística, devido à procura que se regista em especial durante a época balnear, torna-se pertinente perceber como é que esta integração influenciou o território e a sua população.

Assim este estudo pretende analisar por um lado a evolução deste território face à procura turística de que tem sido alvo, de modo a avaliar a sua densidade de uso com base nos conceitos ambientais, e por outro avaliar os fatores predominantes destas mudanças à luz dos modelos e cenários propostos pela Avaliação para Portugal do Millennium Ecosystems Assessment, e ainda prever qual o modelo a seguir no futuro, com base nas tendências atuais.

Deste modo o estudo desenvolveu-se ao longo de cinco capítulos principais. No primeiro é feita uma introdução, definidos os objetivos principais deste estudo bem como o modo como a abordagem é feita, indicando as temáticas de cada capítulo.

No segundo capítulo, que corresponde ao **Enquadramento Teórico**, é feita uma abordagem à atividade turística enquanto fator de desenvolvimento socioeconómico mas com forte influência nos territórios de litoral, motivo pelo qual o Turismo de Natureza representa uma solução sustentável de desenvolvimento local.

No entanto os territórios de litoral representam uma preocupação constante uma vez que estão mais expostos à erosão, quer a natural quer a decorrente da ação humana pelo uso intensivo e por vezes descuidado, em especial durante a época balnear., pelo que a fiscalização e monitorização tomam um papel fundamental, em especial tratando-se de um Parque Natural.

Por outro lado pretende-se também perceber se a ação natural é mais preponderante que a ação humana e para tal recorreu-se ao apoio do **MEA**¹, nomeadamente a **avaliação para Portugal ptMA**, como instrumento de apoio. Trata-se da maior avaliação efetuada sobre o estado dos ecossistemas, tendo por objetivo avaliar as consequências das alterações e estabelecer uma base científica para uma melhor gestão, de modo a garantir a conservação e uso sustentável.

Neste estudo são propostos quatro cenários que servirão de matriz a este estudo e que permitirão no final perceber qual o modelo que foi seguido até ao presente e qual se prevê que venha a ser seguido no futuro, com base nos pressupostos recolhidos e analisados e tendo em conta a situação político-económica atual, que obrigaram a procurar o modelo que melhor se ajustasse a esta nova conjuntura que não estava prevista quando da elaboração deste instrumento de avaliação.

Em seguida é apresentada a **Metodologia** utilizada para este estudo e que teve como base o modelo apresentado por Quivy, composto por sete etapas, que começam pelas questões de partida seguido das entrevistas exploratórias (1ª etapa) a agentes económicos locais (hotelaria, restauração, animação e ainda a um agente externo que esteve ligado à criação do Parque Natural, enquanto deputado do PSD na área do ambiente) e leituras (embora estas decorram ao longo de todo o trabalho). Após este levantamento houve necessidade de fazer uma análise aos dados recolhidos de modo a obter um enquadramento geral da situação do território

Com base nestas informações foi possível determinar os pontos principais deste estudo e a sua problemática e que correspondem à terceira epata.

Na quarta foi elaborado um estudo da área urbana de Porto Covo e da sua envolvente, de modo a perceber que mudanças ocorreram nos últimos anos, não só em termos de

¹ MEA: Millennium Ecosystem Assessment

paisagem como também a nível económico, social e cultural e quais os fatores promotores dessas mudanças. Para tal recorreu-se a informação relativa aos Censos e estatísticas de Turistas que visitam o Posto de Turismo de Porto Covo, bem como a informação recolhida pelas entrevistas exploratórias.

Na fase seguinte e que corresponde às inquirições, foram criados três indicadores, com base nos modelos sugeridos no ptMA: Ideologia/Poder; Planeamento/Gestão/Usos do Território; e Representação Social do Turista, que serviram de fio condutor às inquirições realizadas junto dos órgãos institucionais com responsabilidade na gestão do território e que foram: ICNB, Departamento de Gestão de Áreas Classificadas – Sul/PNSACV; Entidade Regional do Turismo do Alentejo Litoral; Administração da Região Hidrográfica do Alentejo (ARH Alentejo); Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Alentejo (CCDR Alentejo); Câmara Municipal de Sines e Junta de Freguesia de Porto Covo. Foi ainda contactada a POLIS Alentejo, no sentido de perceber o âmbito da sua atuação e quais os projetos existentes para a região em estudo.

Na sexta etapa é feita a análise das informações recolhidas, sendo que esta é essencialmente qualitativa e tendo-se tomado como referência Bardin, foi possível aferir, com o apoio dos indicadores selecionados, um conjunto de informações que permitiram não só dar resposta às questões de partida, como também tirar as conclusões finais e que correspondem à última fase deste estudo.

Assim definidas as linhas mestres e o fio condutor deste estudo passou-se ao terceiro capítulo, que corresponde ao **enquadramento temático**, são abordadas as questões ligadas aos **modelos e instrumentos de ordenamento territorial em Portugal**, onde é feito um quadro geral relativo à evolução histórica do ordenamento do território, desde os planos pombalinos, passando pelos planos de fomento, dos anos 50 a 70 do século passado, até ao Plano de Desenvolvimento Regional (PDR), seguido do Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (PNDES), já nos anos 90, com o objetivo de promover o emprego e a coesão social, bem como o desenvolvimento sustentável das regiões urbanas e rurais.

No entanto é no período que antecede a entrada de Portugal na CEE, entre 1994 e 1999, que o planeamento mais se desenvolve, sendo criados os Planos de Desenvolvimento Regional (PDR) e Local (PDM) e só posteriormente os Planos de Ordenamento do

Território a nível Nacional. Sendo estes últimos hierarquicamente superiores aos primeiros, embora tendo surgido em ordem inversa ao seu grau de importância, causaram, como seria de prever, problemas com as entidades regionais e locais.

É também nesta altura que são publicadas as leis da Reserva Agrícola Nacional (RAN), reserva Ecológica Nacional (REN) e Lei de Bases do Ambiente, em resultado das preocupações ambientais.

Ainda em 1998 é aprovada a Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo (LBOTU) que classifica o planeamento do território em três níveis: Nacional, Regional e Municipal (ou local) definindo os instrumentos de planeamento e ordenamento do território para cada um e respetiva hierarquia.

Em seguida é feita uma **análise dos instrumentos de Ordenamento do Território** com influência no território em estudo e ao conceito de participação pública.

Por fim, e uma vez que os valores vão mudando ao longo dos tempos, influenciando a filosofia do ordenamento e do planeamento do território, houve necessidade de fazer um levantamento dos valores dominantes nos campos do planeamento regional e do ordenamento do território, de modo a perceber porque este processo é dinâmico e por que motivo os planos têm prazos temporais devendo ser sujeitos a revisões findo o mesmo.

Ao abordar as questões relativas ao planeamento torna-se pertinente o estudo das **Teorias do Planeamento**, objetivos, conceitos e modelos.

Tratando-se de um instrumento que permite não só antever o futuro mas também desenhá-lo à luz dos objetivos propostos, a sua história está intimamente ligada ao ordenamento do território já que este representa também o conjunto de medidas levadas à prática, decorrentes desta avaliação.

Embora o conceito de Planeamento tenha sofrido alterações ao longo dos tempos, em consequência das mudanças das sociedades e das suas necessidades, destacam-se alguns conceitos tais como: a Projeção, que representa o prolongamento no futuro da evolução passada; a Previsão, que corresponde à avaliação no presente da evolução a curto ou médio prazo; e a Prospetiva, em que são elaborados vários cenários possíveis para o futuro e dos caminhos para os atingir. Desta forma planear é visto como um processo que visa conceber

um futuro desejado, embora em Portugal este tenha sido mais de carácter corretivo ao pretender corrigir erros do passado.

No entanto ao planear um território há que ter em conta todos os que fazem parte desse espaço, as suas necessidades e interesses de modo que todos beneficiem das medidas a tomar, pese embora o facto de não ser este o procedimento mais comum já que quem elabora os planos é, regra geral um agente externo, que desconhece todas estas realidades.

Tendo em conta estas necessidades surgiram alguns modelos de “participação desejável” tais como o Planeamento racional-abrangente em que o planeador assume um papel passivo de observador; o Planeamento “Advocativo” em que o planeador toma o papel de advogado dos diferentes grupos de interesses; o Planeamento “Incrementalista” em que o planeador utiliza um método para negociar e chegar a compromissos entre os grupos de interesses; o Planeamento “Comunicativo” que se divide em dois grupos: “Busca de Consensos”, em que o planeador assume um papel de comunicador procurando transmitir as informações de modo a que todos a apreendam corretamente e conseguir a participação de todos sem mal-entendidos; e a “Gestão de Conflitos” decorrentes de pontos de vista antagónicos, fruto de sociedades multiculturais, em que o consenso mútuo nem sempre é possível e que o planeador procura gerir.

Em seguida é feita uma análise dos **Territórios do Litoral**, abordando o **papel contemporâneo do Litoral** em Portugal e a sua influência no ordenamento do território.

No quarto subcapítulo os **fatores de ordenamento** destes territórios são analisados à luz dos conceitos ambientais já que o território em estudo se situa num Parque Natural, por esse motivo a abordagem dos vários conceitos de Ecoturismo se torna necessária e pertinente, levando por sua vez às preocupações que originaram as questões de partida deste estudo e que são:

- Pode o Turismo promover ou reduzir fatores de antropológico do litoral?
- Qual a preponderância da atividade turística nos processos de ordenamento do litoral?

Tal como refere Partidário (1988) o ambiente é ao mesmo tempo produtor e produto turístico, embora seja o primeiro a sofrer os impactes desta atividade, pelo que a procura do

tipo de Turismo mais adequado e que menos impactes negativos cause no território assume um papel preponderante no desenvolvimento sustentável, em especial em áreas protegidas.

Assim definidas as perguntas de partida seguiu-se o quinto subcapítulo com a abordagem das questões relativas à **ação humana sobre os territórios de litoral**, e que pelas suas características específicas os tornam tão vulneráveis, de modo a perceber se as alterações ocorridas são predominantemente resultado da ação natural ou humana.

Nesse sentido é feita uma abordagem a nível geral e mundial relativa aos desastres naturais ocorridos em territórios de litoral, de que são exemplo o furacão Katrina (2005), as cheias na Ilha da Madeira (2010) e as inundações em New Orleans (2011), bem como as suas possíveis origens e as consequências nos ecossistemas.

No entanto esta abordagem vai um pouco mais longe ao pretender analisar também as previsões de evolução destes territórios para o futuro, de modo criar políticas de desenvolvimento sustentável que possam minimizar ao máximo os impactes negativos, pese embora o facto de alguns cientistas defenderem que estas alterações não são mais do que um processo natural no ciclo de vida da terra e em relação ao qual pouco podemos fazer. Aliás esta questão remete para a alteração de padrões de circulação oceânica, que afetam a costa portuguesa e cuja interrupção ou alteração pode ter consequências não só no clima como nos ecossistemas terrestres e marítimos².

Por esse motivo os territórios de litoral apresentam maior risco de erosão daí que careçam de uma atenção redobrada e de medidas preventivas no sentido de proteger os valores naturais e ambientais.

E porque é da natureza que se trata nada mais pertinente que a abordagem das questões relativas ao **Turismo de Natureza** e a sua relação com as **Áreas Protegidas**, e que correspondem ao sexto subcapítulo.

Ao analisar o Programa Nacional de Turismo de Natureza foi possível perceber como este tipo de Turismo que promove o desenvolvimento sustentável das áreas protegidas, define os meios de alojamento para estes locais e o tipo de construção permitido.

² Fonte: [online] <http://blog.andersonruhoff.com/2010/04/nasa-study-finds-atlantic-conveyor-belt.html> em 31.08.2011

No entanto, e segundo o ICNB, estas áreas protegidas podem ter várias classificações, desde Parque Nacional, sendo que em Portugal existe apenas o da Peneda Gerês; Parque Natural, de que é exemplo o PNSACV; Reserva Natural, como por exemplo o Sapal de Castro Marim; Paisagem Protegida, como é o caso da Serra do Açor; Monumento Natural, de que é exemplo as Portas de Ródão; e Áreas Protegidas de Âmbito Privado, em que existe apenas uma, a de Faia Brava.

Por esse motivo a abordagem dos vários tipos de turismo é importante, de modo a perceber qual o tipo de atividades que se podem realizar e promover nestes locais e ainda perceber como estes evoluíram ao longo dos tempos, as motivações inerentes a cada um e em especial aos vários tipos de turismo de natureza e à sua relação com os conceitos de sustentabilidade. Desta forma é possível determinar os tipos de atividades a desenvolver nestes territórios.

Uma vez que o território em estudo está integrado num Parque Natural as questões relativas à sustentabilidade e ao turismo sustentável e são de extrema importância. Por esse motivo no sétimo subcapítulo é feita uma **análise contemporânea** abordando os vários conceitos de **Turismo Sustentável** e as correntes de pensamento que ainda hoje influenciam as políticas inerentes a esta atividade.

Os conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável estão intimamente ligados à Agenda 21, decorrente da Cimeira da Terra (1992) que permitiu chegar a vários acordos e concretizar estes conceitos, que foram reconhecidos e adotados por 180 países. Posteriormente a OMT definiu o conceito de desenvolvimento sustentável como a gestão que permite aos recursos renovarem-se ao mesmo ritmo a que são consumidos e desta forma manterem a capacidade de satisfazer também as gerações futuras. (Crosby: 2009)

Assim o Turismo Sustentável surge como um tipo de turismo que respeita o desenvolvimento sustentável, ou seja, respeita não só os valores naturais e a biodiversidade, mas também os valores socioculturais das comunidades de acolhimento, promovendo o desenvolvimento económico e a justa repartição dos benefícios, promovendo e desenvolvendo a empregabilidade na população residente e gerando riqueza na região.

Embora tenham surgido vários conceitos de Turismo Sustentável, desde o Turismo Alternativo; Responsável; *Leave no Trace*; Ecoturismo, entre outros, no entanto todos têm o

mesmo objetivo: o respeito pelos valores naturais e a preocupação de causar o mínimo de impactes, embora alguns autores, como Ferretti (2002) defendem que é impossível desenvolver qualquer atividade no ambiente sem o degradar.

Esta teoria já era aliás defendida pelos conservacionistas do Século XIX, inspirada do Romantismo, que defendiam a conservação da natureza no seu estado selvagem.

Estas preocupações com a natureza foram evoluindo ao longo do tempo, no entanto o reconhecimento da necessidade de preservar os valores naturais são uma realidade e uma preocupação atual e que resultaram na criação de áreas protegidas, reservas e parques naturais.

Esta abordagem leva necessariamente aos conceitos de capacidade de carga e limites aceitáveis de mudança, que permitem determinar o tipo de gestão mais adequada com vista a um desenvolvimento sustentável do território.

No entanto este tipo de “medição” é difícil de quantificar pelo que fará mais sentido abordar a questão em termos de qual a capacidade máxima de carga que um determinado território pode suportar e quais os impactes máximos admissíveis tendo em conta os objetivos de gestão e desenvolvimento desse território.³ Assim é possível estabelecer usos e atividades de acordo com as características do local e ainda definir objetivos de desenvolvimento sustentável que assegurem o seu equilíbrio ecológico.

Mas para que estes objetivos sejam bem-sucedidos é necessário proceder a uma Avaliação de Impacte Ambiental (AIA). Trata-se de um instrumento de avaliação prévia de potenciais impactes ambientais, decorrentes de ações de desenvolvimento, a realizar antes da aprovação ou licenciamento de um projeto.

Assim a **Avaliação dos Impactes do Turismo em Contexto Ambiental** tomam um papel importante neste estudo uma vez que se trata de um território com uma ocupação turística sazonal, com todos os impactes daí decorrentes, e que se pretende combater promovendo ao mesmo tempo a proteção e preservação dos valores naturais e ambientais, o que nem sempre é fácil já que se trata de uma área inserida num Parque Natural e sujeita a fortes restrições.

³ Silva (2002)

No quarto capítulo, que corresponde ao **estudo de caso**, é feita uma caracterização do território correspondente ao PNSACV em termos geográficos, características e diversidade da fauna e flora e ainda o zonamento das prioridades de conservação do património natural do Sítio Costa Sudoeste, que vão desde a prioridade máxima, passando pela média até à reduzida, de acordo com o grau de fragilidade dos ecossistemas e com o objetivo de estabelecer regras de utilização destes espaços.

Em seguida é feita uma análise económica do território, em que prevalece o setor primário, ligado à pecuária e agricultura, predominando as culturas tradicionais à exceção do perímetro de rega do Mira, que devido às suas características, permite a prática de culturas intensivas.

Por fim é feita uma abordagem à legislação afeta ao território do PNSACV e aos tipos de Turismo previstos no PENT para este território.

No segundo subcapítulo é feita a **caraterização das praias**, em especial as que se situam entre Sines e a Ilha do Pessegueiro, identificando as suas características geomorfológicas, os factos históricos ligados a algumas delas e ainda os fatores que originam degradação e erosão das falésias e dunas, bem como as mudanças morfológicas das próprias praias.

Tratando-se do *ex-libris* desta região, nunca é demais salientar a beleza destas praias que tantos veraneantes atraem, em especial durante a época balnear, pelo que se torna fundamental preservá-las bem como ao espaço envolvente já que este também é afetado pelo pisoteio e estacionamento desordenado, em especial em zonas dunares.

O Subcapítulo seguinte faz a **caracterização do território de Porto Covo**, com a evolução histórica ligada às questões de planeamento desta pequena localidade cujo centro histórico é uma réplica em miniatura da planta da reconstrução de Lisboa, devendo-se a explicação ao facto de ter sido elaborada por um dos arquitetos pombalinos. No entanto esta região regista uma ocupação desde os séculos IV-III antes de cristo e, curiosamente, um histórico prolongado de projetos inacabados que se alastram até à atualidade.

Por consequência faz sentido abordar as questões ligadas ao **processo de Ordenamento do território em estudo**, que corresponde ao subcapítulo seguinte, em que é feita uma análise comparativa ente o Plano de Ordenamento do PNSACV e os Planos de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida (PNA) e do Parque Natural Sintra-Estoril

(PNSE), relativamente a objetivos gerais e específicos de modo a perceber que diferenças existem e qual o grau de complexidade, aplicabilidade e execução no estudo de caso.

Em seguida é feita uma análise aos restantes instrumentos de Ordenamento do Território em estudo, ou seja o POOC Sines- Burgau, o PROTA e ainda o PDM de Sines, de onde resultou o PU de Porto Covo, o seu grau de importância, hierarquia e influência.

Ainda na abordagem ao PROTA é feita uma alusão ao documento anterior o PROTALI que já identificava estrangulamentos e potencialidades do concelho de Sines, verificando-se que a maioria ainda hoje se mantém.

Também os constrangimentos foram tidos em conta já que se trata de um Parque Natural e foi ainda feita uma análise aos projetos previstos para Porto Covo na revisão do PDM de 2007, nomeadamente ao seu grau de concretização, que se veio a verificar ser inferior a 50%.

A fim de estudar a demografia do território em estudo recorreu-se à análise dos Censos, verificando-se que, à semelhança de muitas localidades do Alentejo, também esta região regista uma diminuição e envelhecimento da população.

Este facto foi também possível de confirmar quando da entrevista ao Presidente da Junta de Freguesia que confirmou esta situação justificando-se com a falta de emprego e o preço elevado da habitação.

Por fim é apresentado um levantamento das unidades de alojamento existentes na freguesia, oficiais, não oficiais e parques de campismo, com o respetivo número de camas, de modo a perceber e ilustrar a carência de meios de alojamento de qualidade numa região em que o perfil do turista tem poder de compra, embora não tenha uma oferta qualificada.

No último subcapítulo é feita uma **Análise do território à luz dos entrevistados**, com base nos indicadores do MEA e de acordo com as três categorias de análise criadas para o efeito: Ideologia/Poder, com o objetivo de perceber qual o poder que estas entidades têm e exercem sobre o território bem como a ideologia a ela subjacente; Planeamento/Gestão/Usos do território, no sentido de perceber como se desenvolveu o planeamento, como é feita a gestão dos espaços e qual o tipo de uso exercido sobre este

território; e ainda a Representação social do Turista, ou seja, como é que as diversas instituições vêem o turista e como o caracterizam.

No quinto e último capítulo, que corresponde às conclusões, é feita uma análise crítica com base nas inferências retiradas da análise de conteúdo das entrevistas, seguido de uma análise da problemática abordada ao longo do estudo e que vieram reforçar as premissas iniciais e dar resposta às perguntas de partida.

É também feita uma análise ao perfil do Turista, tendo como apoio por um lado a informação obtida junto do Posto de Turismo de Porto Covo e por outra as informações recolhidas junto do Observatório do Turismo do Alentejo, pese embora o facto de serem demasiado generalistas, uma vez que se referem ao território do Alentejo no seu todo e não apenas ao litoral, e ainda por se reportem apenas ao inverno de 2011, no entanto permitem reforçar a ideia de que o tipo de turista que procura este território tem poder de compra daí que haja necessidade de criar um conjunto de infraestruturas e serviços que possam dar resposta às suas necessidades. E para que estes investimentos sejam rentáveis é necessário também apostar no Turismo todo o ano, de modo a reduzir os impactes da sazonalidade, apostando em nichos de turismo, de acordo com as conclusões retiradas da conferência com o mesmo nome, que decorreu em Sines, em Novembro de 2011.

Assim, e com base no conjunto de dados obtidos ao longo deste estudo foi possível, por um lado responder às perguntas de partida e por outro desenhar o modelo de gestão territorial seguido no passado e o que se prevê que venha a ser seguido no futuro, à luz dos cenários previstos no ptMA, embora com os devidos ajustes em virtude da conjuntura político-económica atual ser um pouco diferente da inicialmente prevista por esta avaliação.

1.2 | Objectivos

Tratando-se de uma região inserida no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, pretende-se com este estudo:

- Analisar as questões ligadas à dinâmica turística do litoral do território em estudo;

- Determinar os fatores de procura turística;
- Avaliar os fatores predominantes das mudanças na estrutura turístico-territorial do espaço em estudo, com base nos modelos e cenários propostos pela Avaliação para Portugal do *Millennium Ecosystems Assessment*.

II | Enquadramento Teórico

O Turismo é uma atividade socioeconómica com forte influência em territórios naturais e litorais. O Turismo de Natureza surgiu como uma resposta à necessidade de criar condições para desenvolver esta atividade de uma forma sustentável em áreas protegidas, permitindo ao mesmo tempo a melhoria das condições socioeconómicas locais.

Numa altura em que as preocupações ambientais tomam um papel preponderante na sociedade contemporânea e perante a ameaça de desaparecimento de um número cada vez maior de espécies, a preservação e conservação da Natureza são não só uma necessidade como também uma obrigação para que as novas gerações também delas possam usufruir. A criação de áreas protegidas, sujeitas a um conjunto de normas de utilização dos espaços, foram a forma encontrada pelo Governo Central para promover a preservação e conservação dos bens naturais e do ambiente em geral. Neste campo o Turismo de Natureza pode e deve assumir um papel de promotor da conservação da natureza através de programas de educação ambiental, alancadas a um pacote de serviços.

No entanto, os territórios de litoral, que estão mais expostos à erosão quer decorrente dos ventos, das chuvas, da ação das marés e da utilização humana pela forte atração e procura que estes registam, estão ainda mais sujeitos à erosão e outros impactes por vezes irreversíveis.

Mesmo tratando-se de áreas protegidas o perigo é constante, a fiscalização não é suficientemente eficaz e num território cheio de pontos de interesse e procura turística como sejam as praias, com forte procura em especial durante a época balnear, o mar e todos os desportos aquáticos a ele ligados, levam a uma forte pressão sobre estes territórios (mesmo os protegidos) não só pelos utilizadores das praias que estacionam maciçamente

junto à costa, como pelos auto caravanistas que povoam estes locais, em especial junto às falésias, devido à vista panorâmica, tal como sucede no estudo de caso. Assim estes territórios sofrem grande pressão cujas consequências acabam por se fazer sentir mais cedo ou mais tarde.

Por outro lado é necessário avaliar até que ponto estes territórios são realmente naturais, ou seja, não sofreram alterações irreversíveis resultantes da atividade humana. Neste sentido há que recorrer ao apoio de estudos relativos à evolução dos territórios litorais, no sentido de perceber qual a preponderância da ação humana no território. Como tal, torna-se necessário perceber se as alterações decorrentes da ocupação destes territórios, nomeadamente a nível da construção de edifícios, estabelecimentos hoteleiros e infraestruturas provocaram impactos negativos na paisagem e no ambiente.

Para o efeito, e tendo em conta as questões ambientais devido ao facto do território em estudo se situar num Parque Natural, recorreu-se ao MEA⁴ como instrumento de apoio.

Tratando-se de um instrumento de avaliação ambiental aferido internacionalmente e que, entre outros, equaciona as relações entre a preservação do ambiente e o uso turístico de territórios sensíveis, a sua utilização no território em estudo faz todo o sentido, em especial tratando-se de um Parque Natural.

Assim pode-se considerar o MEA como a maior avaliação efetuada sobre o estado dos ecossistemas, tendo sido lançado em 2001 pelo Secretário-geral das Nações Unidas e teve como objetivo como referido no prefácio: “avaliar as consequências das alterações nos ecossistemas para o bem-estar humano, bem como estabelecer a base científica para uma melhor gestão dos ecossistemas da Terra, de modo a garantir a sua conservação e uso sustentável.”

Este estudo, que envolveu 1360 cientistas de 95 países, foi concebido para dar resposta às necessidades de informação dos decisores governamentais, económicos e da própria sociedade civil e baseia-se numa avaliação que utiliza dois tipos de conceitos: o Conceito de Serviços de Ecossistema (que são os benefícios que o homem retira dos ecossistemas) e o Conceito de “Drivers” (que são os promotores de alterações), pretendendo-se com isto

⁴ MEA: Millennium Ecosystem Assessment

“saber de que forma as mudanças introduzidas ou provocadas nos ecossistemas podem influenciar o bem-estar humano”.

Ao considerar os ecossistemas como parte integrante do problema e da solução tem por objetivo, além do desenvolvimento sustentável, um relacionamento sustentável dos ecossistemas.⁵

A Avaliação para Portugal iniciou-se em 2003 tendo sido liderada pelo Centro de Biologia Ambiental da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCUL), que ao analisar a condição dos ecossistemas em Portugal, desenvolveu cenários para os próximos 50 anos.

Este estudo pretendeu, numa primeira fase, identificar os promotores das alterações (diretos e indiretos) nos serviços dos ecossistemas; caraterizar as condições atuais da biodiversidade, dos serviços dos ecossistemas e suas tendências; definir possíveis cenários de alterações futuras nos serviços dos ecossistemas; e analisar as respostas de gestão a tendências atuais projetadas para os serviços dos ecossistemas.

Numa segunda fase apresentar o Processo de Avaliação para Portugal, tendo por base a revisão de diferentes relatórios e elaboração de um resumo do Relatório das Necessidades de Informação e Opções de Gestão de Utilizadores com vista à definição do âmbito da ptMA (Avaliação para Portugal) quer para os ecossistemas quer para os serviços e escalas estudadas. Numa terceira fase faz o enquadramento causal dos promotores diretos e indiretos (sociais, económicos, culturais, institucionais e demográficos) das alterações nos serviços de ecossistema de Portugal e, com base nos cenários globais propostos no MA, projeta os quatro cenários nacionais que correspondem à quarta fase.

Na quinta fase faz a análise do suporte dos serviços de ecossistema, a biodiversidade, de acordo com o esquema conceptual: Promotores de Alterações, Condições e Tendências, Cenários e Respostas. Posteriormente apresenta um conjunto de capítulos organizados de acordo com as diferentes classes de ecossistemas analisadas: Floresta; Agricultura; Montado; Montanha; Águas Interiores superficiais; Águas subterrâneas; Ambientes Costeiros; Oceano; e ilhas oceânicas, seguindo sempre o mesmo esquema conceptual base. Seguem-se os casos de estudo: bacia hidrográfica do Mondego; município de Castro Verde;

⁵ Raul Santos: Enquadramento Conceptual do Millennium Ecosystem Assessment . Apresentação para apoio às aulas

Freguesia de Sistelo e exploração agro-florestal da Herdade da Ribeira de Baixo e Quinta de França.

No final é feita uma síntese dos resultados integrando as opções de resposta apresentadas para cada ecossistema.

Pese embora o facto da conjuntura atual⁶ ser muito diferente da prevista, não deixa de ser um importante instrumento de apoio, obrigando no entanto a que sejam feitos os devidos ajustes e adaptações bem como a considerar não apenas um mas dois cenários que mais se aproximem da realidade.

Assim e tendo como base a metodologia seguida pelo ptMA, serão propostos alguns cenários socio ecológicos, de modo a perceber não só as alterações que deles poderão advir como também quais as soluções possíveis para evitar impactes negativos.

Dos 4 cenários propostos, este estudo procura perceber o nível de adequação do modelo de desenvolvimento do território turístico, tendo por referência a vila de Porto Covo:

- O **cenário de Ordem a partir da Força**, baseado numa realidade regionalizada e fragmentada, cuja preocupação primeira é a segurança e proteção, dando mais importância aos mercados regionais em detrimento dos bens comuns. Neste caso a Europa fecha-se sobre si mesma, Portugal perde financiamentos comunitários o que leva a uma redução do crescimento económico com o consequente afastamento face ao resto da União Europeia. Embora se verifique um incremento na agricultura esta é baseada em monoculturas intensivas, o que leva a que a frequência de incêndios se mantenha. Apesar da diminuição da migração para o litoral o desordenamento do território continua a ser uma realidade bem como a erosão dos solos e a contaminação dos sistemas aquíferos. No entanto nota-se um reavivar de algumas tradições culturais;

- O **cenário da Orquestração Global**, em que predomina a livre circulação de pessoas e bens, numa sociedade globalizada. Como consequência a economia prospera, há um forte investimento em tecnologias e formação e um acentuado crescimento dos serviços e do turismo. No entanto continua a migração para o litoral, em especial para os centros urbanos com a consequente redução da atividade agrícola, abandono de terrenos que levam

⁶ A crise económica atual inibe e condiciona a aplicação deste tipo de modelos devido à limitação orçamental para a sua persecução.

ao crescimento de mato e ao risco de incêndios. Por outro lado verifica-se a intensificação das florestas de pinhal e eucaliptal, o aumento de contaminação dos recursos aquíferos, poluição do ar e perda de qualidade de vida das populações;

- O **cenário do Mosaico Adaptativo**, em que predominam os ecossistemas à escala regional, ou seja, em aumentam as barreiras à livre circulação de pessoas e bens, no entanto diminuem as barreiras à informação devido à evolução das tecnologias de comunicação. A U.E. perde força, o crescimento económico abranda e implementa-se a regionalização, no entanto aposta-se na formação. Aposta-se na agricultura sustentável, baseada nos conhecimentos e tradições locais e na ciência agrícola, apostando numa diversificação de culturas em substituição parcial de floresta. Assim regista-se uma reversão da litoralização e, embora se note um baixo desenvolvimento económico há uma preocupação com o bem comum, com a qualidade de vida e com o ambiente, que a todos beneficia;

- O **cenário do Jardim Tecnológico** revela-se um modelo de globalização baseado na gestão e otimização dos ecossistemas. Regista-se assim um crescimento económico, em convergência com a U.E. e um investimento a nível científico e tecnológico, bem como na formação. Aposta-se numa intensificação agrícola sustentável e na conversão da floresta nativa aumentando assim a área de montado. Regista-se uma diminuição na intensidade dos fogos, nas emissões de gases de efeito de estufa e na perda de biodiversidade. O ordenamento do território melhora no entanto a homogeneização cultural leva a perdas de valores e de bem-estar humano. A aposta em soluções tecnológicas resulta em problemas de custos de gestão dos ecossistemas.

Através desta abordagem será possível perceber as mudanças que ocorreram no território em estudo e nas que poderão ocorrer mediante as várias posições a tomar no futuro, permitindo aos gestores decidir quais as medidas a tomar para atingir os objetivos propostos.

Por outro lado, esta abordagem em termos socioeconómicos, territoriais e antropológicos, permitirá determinar de que modo:

- Pode o Turismo promover ou reduzir fatores de antroppo-acção do litoral?
- Qual a preponderância da atividade turística nos processos de ordenamento do litoral?

2.1 | Metodologia

Seguindo o modelo apresentado por Quivy (2003), a estrutura metodológica desta dissertação decorreu em sete etapas.

Tendo como ponto de partida as perguntas chave, que sustentam a problemática da investigação, estas constituíram também a primeira etapa do estudo e funcionaram como uma orientação no decorrer do mesmo.

Uma vez que o objeto de estudo está integrado numa área litoral protegida, onde se concentra uma população local, valores naturais e procura turística, torna-se pertinente questionar se o Turismo promove ou reduz fatores de antropação do litoral, bem como a preponderância da ação turística nos processos de ordenamento do território.

Estabelecidas as perguntas de partida houve necessidade de definir o público-alvo com responsabilidades na gestão do território.

Pelo facto de se tratar de uma área protegida houve assim necessidade de consultar as instituições a nível nacional com responsabilidades sobre este território, quer em termos das questões ligadas ao ordenamento e planeamento, com grandes fragilidades em termos naturais e ambientais, quer da sua utilização em termos turísticos, já que são exatamente as suas características naturais que o tornam tão atrativo. Por esse motivo houve necessidade de definir usos e condicionalismos de modo a preservar e conservar esses bens, sendo esse o papel da instituição em causa, e o motivo pelo qual foi eleita, já que se trata da que mais responsabilidades e poder detêm sobre esta área, o departamento de Áreas Classificadas Sul do ICNB, que constitui o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina.

No entanto existem outras entidades com responsabilidades no planeamento estratégico, na execução e na monitorização a nível social, económico, ambiental e territorial em termos regionais, motivo pelo qual se nomeou a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento regional do Alentejo. Trata-se assim da entidade regional diretamente ligada às questões do planeamento, coordenação e monitorização.

Mas ao pretender conciliar a preservação da natureza com a atividade turística torna-se também importante perceber como atua e quais os objetivos para desenvolver aquela que é uma das mais rentáveis atividades na economia nacional, motivo pelo qual foi escolhida a

Entidade Regional de Turismo com competências nesta área, ou seja no Alentejo Litoral (ERT).

E porque se trata de um território litoral, em que o elemento água é dominante e importante em termos económicos, sendo ao mesmo tempo um atrativo em termos turísticos, torna-se pertinente a consulta à entidade com responsabilidades sobre as águas, ou seja a Administração da Região Hidrográfica do Alentejo (ARH Alentejo).

Por fim foi contactada a POLIS Litoral, sociedade criada para dar apoio à requalificação e valorização do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, nomeadamente da área litoral, no sentido da sua preservação e conservação. Este contacto teve como principal objetivo perceber quais os projetos existentes para a área em estudo.

No entanto este território não é apenas rico em termos naturais e ambientais mas também em termos arquitetónicos e culturais, possuindo uma área urbana com um centro histórico que é também um dos motivos pelos quais este território é procurado, daí que faça sentido perceber quais os modelos de planeamento seguidos e previstos para o futuro e por esse motivo foi contactada a Câmara Municipal desta área, enquanto entidade com responsabilidades sobre o Município, no caso Sines, bem como a Junta de Freguesia local, sendo esta a entidade mais diretamente ligada às necessidades e ao desenvolvimento do território de Porto Covo.

Definidas as instituições a consultar, e tendo em conta que a atividade turística é também uma atividade económica, mas não a única, considerou-se importante contactar os agentes económicos ligados a esta atividade, ou seja, as unidades hoteleiras, de restauração e de animação, no sentido de perceber até que ponto a integração deste território no Parque Natural afetou o desenvolvimento das suas atividades.

Esta escolha não foi assim aleatória já que se procuraram as entidades mais diretamente ligadas às questões que se pretenderam abordar, desde entidades a nível nacional, passando pelas entidades de caráter regional e até às de caráter local.

Após a definição da população alvo procurou-se definir a amostra, que foi constituída por:

1 – Instituições a nível Nacional:

- ICNB/Departamento de Gestão de Áreas Classificadas – Sul/PNSACV;

Turismo de Natureza e o Ordenamento do Território Litoral no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina – Estudo de caso: Porto Covo

2 – Instituições a nível regional:

- Serviços de Ordenamento do Território da CCDR Alentejo;
- Entidade Regional de Turismo - Alentejo Litoral;
- Administração da Região Hidrográfica do Alentejo – ARH Alentejo;
- Polis Litoral – Litoral Sudoeste;

3 – Instituições a nível local:

- Câmara Municipal de Sines;
- Junta de Freguesia de Porto Covo,

Relativamente aos Agentes Económicos locais procurou-se que amostra fosse significativa tendo em conta o universo de cada tipo de atividade:

- Unidades hoteleiras oficiais, existentes: 01 Hotel Apartamento, uma pensão e uma pensão-residência, tendo sido contactadas 2 unidades, representado mais de 60% do universo;
- Parques de Campismo existentes: 03, tendo sido contactado 01, que é o mais antigo e representa mais de 30% do universo;
- Restauração e similares (pastelarias, Bares): num universo de 19 unidades foram contactados os proprietários de 07, representado mais de 35% do total de estabelecimentos existentes;
- Embora existam várias empresas de animação que organizam atividades (que poderão ser nesta área), apenas duas são desta localidade, e embora ambas tenham sido contactadas apenas foi possível obter informações de uma delas, o que representa 50% do universo existente.

Assim caracterizado o universo de inquirição foi possível passar à primeira etapa do estudo, a exploração.

Esta constituiu-se por duas fases:

Turismo de Natureza e o Ordenamento do Território Litoral no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina – Estudo de caso: Porto Covo

- Leituras e consulta de bibliografia, onde foram consultados livros, revistas científicas e outras publicações sobre Turismo de Natureza e as Questões Ambientais; Sustentabilidade e Turismo Sustentável; Papel Contemporâneo do Litoral em Portugal; Planeamento de Ordenamento do Território, e ainda o *site* do ICNB⁷;
- As entrevistas exploratórias a agentes económicos locais: hotelaria e restauração e animação.⁸

O objetivo desta auscultação prendeu-se com a necessidade de perceber como é que os agentes económicos locais vivem e convivem com as condicionantes da integração do território no PN, ou seja, em que medida é que essa integração influenciou a sua atividade comercial e a sua vida pessoal enquanto residentes.

Ainda foram contactadas as duas empresas de animação existentes: Sr. Joaquim Matias, que organiza passeios à Ilha do Pessegueiro (cuja entrevista foi realizada) e a Eco Alga, no entanto esta nunca deu qualquer resposta. Também neste caso se pretendeu perceber qual a influência da integração no PN no desenvolvimento do seu negócio ao longo dos últimos anos.

Por fim foi realizada uma entrevista a um especialista de gestão do território ⁹, que esteve diretamente ligado ao projeto de transformação da Área Protegida em PNSACV, além de ser natural e residente de Porto Covo e como tal conhecedor da realidade ante e pós integração no PN, sendo ao mesmo tempo um elemento externo (não institucional) com capacidade de análise crítica da evolução deste território em termos sociais, económicos e turísticos.

Foi também recolhido junto do posto de Turismo de Porto Covo, informação relativa aos visitantes que procuram este Posto de Turismo ao longo do ano e nos últimos 14 anos, pese embora o facto de esta informação ser pouco esclarecedora dado que se trata apenas

⁷Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade

⁸D. Filomena Valério, Diretora do Hotel Apartamento de Porto Covo (única unidade hoteleira existente na região, que não demonstrando disponibilidade para uma entrevista se disponibilizou a responder por email); Sr. Custódio Oliveira – Proprietário do Parque de Campismo de Porto Covo (um dos 3 existentes na Freguesia e o mais antigo); Sr. Isménio Oliveira, proprietário do Restaurante “O Marquês”, Pastelaria e Gelataria “O Marquês” e Bar 31; Sr. José Inácio – proprietário do Restaurante e alojamento (Pensão) “Zé Inácio”; D. Patrícia Costa – proprietária do Snack Bar “A da Patrícia” e Restaurante “O Torreão”; Sr. Francisco Cópio – proprietário do Restaurante “O Pescador”; representando cerca de 30% do total de estabelecimentos de Porto Covo.

⁹Dr. José Manuel da Silva Costa, ex-deputado pelo PSD na área do ambiente

dos turistas que visitam o Posto de Turismo, não representando assim a totalidade de turistas e visitantes que procuram esta localidade. Por uma questão de coerência foram considerados apenas os dados do ativo de censos 2001 – 2011.

Embora com informação mais abrangente e generalista, já que se refere ao Alentejo de um modo geral, foi também consultado o *site* do Observatório do Turismo do Alentejo, que possui um estudo relativo ao perfil do turista que procura esta região e onde é possível encontrar pontos convergentes com o tipo de turista que procura o território em estudo.

De modo a perceber a evolução demográfica foi solicitada à Junta de Freguesia informação relativa aos Censos (2001 e 2011).

Deste modo foi possível perceber até que ponto as normas previstas pelo Parque Natural estão a beneficiar a vida e economia local e até que ponto os agentes económicos locais tiveram alguma participação no processo de planeamento e ordenamento do território em causa.

Assim, foi possível obter um enquadramento geral relativamente à problemática a abordar.

Na terceira etapa, que corresponde à problemática, houve que criar um certo distanciamento de modo a conseguir determinar os pontos principais sobre os quais o estudo iria incidir, ou seja, as linhas de orientação da investigação, bem como verificar se a pergunta de partida ia ao encontro da problemática da investigação, de modo a proceder às devidas alterações e ajustes sempre que necessário.

A questão da litoralização foi o ponto de partida para uma abordagem que se tornou essencial de modo a perceber, por um lado quais as alterações ocorridas nesta região nas últimas décadas e por outro quais os fatores responsáveis por essas mudanças.

Foi assim elaborado um estudo da área urbana de Porto Covo bem como da sua envolvente, de modo a perceber que mudanças ocorreram nestas duas regiões, nos últimos vinte anos, não só em termos de paisagem como a nível económico, social e cultural, e quais os fatores promotores dessas mesmas mudanças. Também a evolução demográfica não foi esquecida tendo-se recorrido à análise dos censos para uma melhor perceção da realidade deste território.

Foi nesta fase que se criaram as ideias e conceitos base para esta investigação e que permitiram a construção do modelo de análise, que corresponde à quarta etapa, em que se relacionou as questões da problemática com os pontos essenciais da investigação, tendo em conta os indicadores que permitiram medir as dimensões abordadas.

Para tal foi utilizado o modelo sugerido no MEA que procurou enquadrar os cenários possíveis e respectivos resultados decorrentes das medidas sugeridas em cada um deles, de modo a melhor perceber qual o modelo de desenvolvimento mais adequado ou a sugerir para o território em estudo.

Este conjunto de informações recolhidas permitiu fazer uma análise crítica não só da evolução deste território como também uma previsão da sua evolução no futuro, com base num dos cenários previstos no MEA, que foi possível eleger de acordo com os indicadores recolhidos ao longo do estudo. Estes indicadores permitiram formatar as categorias aferidas à aplicação do instrumento de análise de conteúdo e que são:

- **Ideologia/Poder:** em que foram recolhidos elementos que permitiram apurar quais os modelos ideológicos de cada instituição e como estes são usados no território em estudo. Por outro lado pretende-se comparar o modo como cada instituição os aplica, ou tenta aplicar e ainda analisar o papel e os modelos de participação coletiva nos processos de decisão;

- **Planeamento/Gestão/Usos do território:** em que cada instituição apresenta a sua visão relativa à evolução do território em termos urbanísticos e ambientais bem como os projetos para o futuro;

- **Representação Social do Turista:** pretendendo-se apurar as diferentes perceções de como a atividade turística influenciou e alterou o território em estudo.

Foi assim possível definir as dimensões do estudo e criar indicadores que permitiram confrontar as hipóteses previstas.

Na quinta etapa, que corresponde à inquirição e teve como objetivo reunir um conjunto de informações, neste caso através de entrevistas a órgãos institucionais de carácter nacional, bem como instituições de poder local e gestoras do património turístico, água e ambiente,

tais como: ICNB/PNSACV¹⁰; Entidade Regional de Turismo do Alentejo Litoral (ERT)¹¹; Administração da Região Hidrográfica do Alentejo (ARH Alentejo)¹²; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR Alentejo)¹³; A Câmara Municipal de Sines¹⁴; Junta de Freguesia de Porto Covo¹⁵.

Foi também contactada a POLIS Alentejo¹⁶, no sentido de perceber o âmbito da sua atuação e quais os projetos existentes para a região em estudo.

Tendo em conta o que se pretendeu observar, em quem e como, foi necessário não só definir com exatidão os órgãos a consultar mas também o conjunto de questões a colocar, de modo a poder submeter estas informações ao tratamento necessário à verificação das hipóteses.

Na sexta etapa, a análise das informações, compreendeu o trabalho de tratamento das entrevistas efetuadas, que permitiu a verificação empírica da pergunta de partida.

Os Instrumentos de inquirição utilizados foram as entrevistas não diretivas, com guião aberto, de modo a poder perceber não só as ideias implícitas ao estudo, como também a forma como os entrevistados reagiram às questões colocadas, os seus sentimentos e grau de conforto face aos problemas existentes.

Estas foram realizadas in loco, durante a segunda quinzena do mês de Janeiro de 2012, pelo facto de se tratar da época baixa, em que a disponibilidade para este tipo de inquirição é maior, pese embora o facto de vários restaurantes se encontrarem encerrados.

Tratou-se assim de inquéritos por entrevista, tendo como dimensões de partida as teses do MEA: Ideologia/Poder; Planeamento/Gestão/Usos do território e Representação Social

¹⁰ Sr. José Paulo Fonseca, Supervisor do ICNB, Departamento de Gestão de Áreas Classificadas – Sul/PNSACV

¹¹ Sr. Carlos Silva, Vice-Presidente Executivo

¹² D. Isabel Pinheiro, Departamento de Recursos Hídricos do Litoral, que não tendo disponibilidade para uma entrevista solicitou que as questões lhe fossem enviadas por correio electrónico, tendo enviado as respostas pela mesma via

¹³ Dra. Fátima Bacharel, Diretora de Serviços de Ordenamento do Território, que não mostrou qualquer disponibilidade para uma entrevista tendo-se limitado a remeter os assuntos para o ICNB, ARH Alentejo e Câmara Municipal

¹⁴ Dr. Manuel Coelho, Presidente da Câmara

¹⁵ Sr. Luís Gil, Presidente da Junta

¹⁶ Dra. Marta Aldrabinha

do Turista, sendo que todos os agentes inquiridos foram questionados com base nestas dimensões.

Relativamente ao tratamento dos dados foi privilegiada a avaliação qualitativa no processo de investigação, desempenhando a análise de conteúdo o papel técnico de interpretação de dados através da inferência discursiva

Para este tipo de análise tomou-se Bardin (2007, 33) como referência principal, em que a autora define a inferência como: “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens.”

Este tipo de análise, também designado de “categorial” uma vez que se baseia em indicadores ou modelos pré-estabelecidos, de acordo com o objetivo da investigação, permitindo inferir valores que vão apoiar as interpretações e sustentar as conclusões finais do estudo.

Estas inferências (ou deduções lógicas) vão por um lado dar resposta às questões de partida e por outro, ao comparar as visões de cada instituição relativamente a cada um dos indicadores, perceber os pontos convergentes e divergentes entre eles bem como os motivos que levaram à situação que o território vive atualmente, poder fazer uma previsão da sua evolução no futuro.

Ainda segundo esta autora “o que se procura estabelecer quando se realiza uma análise, conscientemente ou não, é uma correspondência entre as estruturas semânticas ou linguísticas e as estruturas psicológicas ou sociológicas (por exemplo: condutas, ideologias e atitudes) dos enunciados.” (Bardin: 2007, 36)

Por esse motivo, e embora consciente da sensibilidade das questões colocadas não deixou de ser interessante a forma como os interlocutores responderam, deixando transparecer o seu agrado e desagrado perante os vários temas abordados, bem como as ideologias e interesses políticos, que influenciam (quicá demasiado) as opiniões e decisões.

Padronizámos assim três categorias de análise e fizemos a desgravação analítica dos conteúdos de acordo com a mesma e que permitiram obter um conjunto de informações e ideologias que vão apoiar e sustentar as respostas às questões de partida.

No entanto, revelaram-se com frequência outros factos inesperados (de que são exemplo os escassos dados existentes relativamente aos turistas que visitam Porto Covo) que careceram interpretação, obrigando frequentemente a uma revisão das hipóteses e levando a que na etapa das conclusões, se possam lançar propostas de reflexão e investigação futuras.

Na sétima e última etapa, que corresponde à conclusão do trabalho, compreendeu:

- uma retrospectiva das principais linhas de orientação do estudo, que começou por apresentar a pergunta de partida, já reformulada; as características do modelo de análise; os métodos de observação; os resultados obtidos e os esperados bem como uma retrospectiva das principais interpretações;
- Novos conhecimentos relativos ao objeto de análise, ou seja, o que o investigador soube a mais e de novo em relação ao objeto em análise. Estes resultaram de um exame crítico de todo o trabalho de investigação e permitiram indicar em que se basearam as ideias propostas no final do mesmo.

III | Enquadramento Temático

3.1 | Teorias do planeamento: Participação e ordenamento do território

A história do planeamento e do ordenamento do território estão intimamente ligadas e são o resultado de uma necessidade do homem que vive em comunidade, de organizar o seu espaço e o seu território.

Como todos sabemos a vida em sociedade pressupõe um conjunto de regras socialmente aceites e uma organização social, económica e também territorial.

Por esse motivo o planeamento e o ordenamento do território passaram a ser instrumentos de poder fundamentais à organização da vida em sociedade, em especial das sociedades urbanas.

Já Partidário (1999, 21) refere, aludindo à ligação entre a cidade e a evolução do planeamento urbanístico: “... a cidade, a sua conceção, o seu desenvolvimento e a sua organização vão constituir o objetivo das primeiras expressões de planeamento”, referindo ainda que a *polis* grega, a *civitas* romana, a *town* anglo-saxónica e a medina islâmica são já exemplos de formas de planeamento urbano.

São muitos os conceitos de planeamento e muitos os autores que o definem.

Segundo Vieira (2007) “quem planeia antevê o futuro”, o que torna o planeamento num instrumento de poder pois permite tomar medidas de carácter pró-ativo, evitando problemas e consequentes custos a eles associados.

Ainda segundo este autor, e citando Friedmann (1960) “planeamento é uma atividade pela qual o homem, agindo em conjunto e através da manipulação e controlo conscientes do meio envolvente, procura atingir certos fins já anteriormente por si especificados.” (Vieira: 2007,29), o que pressupõe um controlo do território com base em objetivos pré-estabelecidos, ou seja um planeamento de carácter estratégico.

No entanto este conceito sofreu alterações ao longo dos tempos e em consequência das necessidades que foram surgindo com a evolução das sociedades, tal como refere Vieira (2007), citando Godet (1993) que incorpora no modelo de desenvolvimento os conceitos de:

- “**Projeção** é o prolongamento no futuro de uma evolução passada, isto é, a projeção desta, segundo certas hipóteses de extrapolação ou de inflexão de tendências. É uma estimativa de valores futuros de uma variável.
- **Previsão** é a avaliação no presente, com um certo grau de confiança ou de probabilidade, da evolução de uma grandeza num dado horizonte temporal que tanto pode ser a curto, como a médio ou longo prazo.
- **Prospetiva** (exploratória) é um panorama dos futuros possíveis («futuríveis»), dos cenários não improváveis (cada cenário ou jogo de hipóteses coerentes, são representações de futuros prováveis e dos caminhos para lá se chegar e podem ser objeto de uma previsão).” (Vieira:2007, 31)

Assim planear é visto como um processo que visa conceber o futuro desejado.

Mas porque esse futuro é desejado por todos aqueles que fazem parte de um determinado território e quem concebe os planos são, por norma, elementos externos, que muitas vezes desconhecem as realidades e necessidades dos locais, a necessidade de um planeamento participativo é cada vez mais premente.

No entanto, e segundo Gomes (2007) não tem sido esta a posição dos agentes intervenientes nos processos de decisão, e são muitos os exemplos de conflitos existentes entre as comunidades locais e as entidades responsáveis¹⁷. Esta autora refere ainda que os modelos tradicionais marginalizam os interesses da comunidade, sendo que é esta que vive nos locais e que é mais diretamente afetada pelas medidas tomadas, defendendo um modelo participativo baseado numa intervenção em “equipa”, no sentido de facilitar a resolução das questões de carácter social e ambiental do desenvolvimento urbano.

À semelhança do território em estudo, em que este parece ter sido o modelo seguido daí que seja alvo frequente de críticas e acusações por parte da comunidade, que se vê prejudicada e limitada (quando não impedida) de tomar decisões e ações sobre os seus bens e no seu território.

Assim sugere e analisa alguns modelos, com o propósito de eleger o que mais se aproxime do modelo de ‘participação desejável, e que são:

1 – Planeamento **‘racional-abrangente’**: Baseado em Augusto Comte (1798-1857) este modelo consiste na adoção, por parte do planeador, de um papel de observador passivo da vida urbana e dos problemas que a rodeiam. Mas se por um lado este método permite obter um elevado grau de conhecimento, por outro torna-se difícil impor limites ao mesmo, uma vez que o planeador pode sempre aprofundar mais as suas pesquisas e, tal como na ciência clássica, quanto maior o conhecimento maior a previsibilidade.

Assim, quanto mais profundas forem as análises maior capacidade de previsão do desenvolvimento urbano a longo termo, permitindo a elaboração de planos diretores a longo prazo.

¹⁷ Veja-se a última revisão do Plano de Ordenamento do PNSACV, cuja discussão pública ocorreu até 30 de Abril de 2010, em que as Câmaras envolvidas se manifestaram contra certas medidas restritivas consideradas abusivas e que levaram mesmo à apresentação de uma queixa formal ao Ministério da Economia e Inovação, segundo informação gentilmente cedida pelo Turismo de Portugal.

Tal como na ciência clássica estes estudos são do tipo quantitativo (população, classes etárias, etc.) com uma conotação social, tornando o planeamento num instrumento para melhorar a vida em sociedade, baseado no ‘interesse público’, em que a participação é vista como um entrave à realização do interesse público pelo que esta deveria consistir apenas em consultas públicas, com reduzido poder decisivo uma vez que este é deixado nas mãos dos profissionais de planeamento, com mais e melhores conhecimentos da sociedade.

2 – Planeamento **‘advocativo’**: este modelo, defendido por Paul Davidoff (1930-1984), critica o anterior ao defender que uma sociedade é composta por diferentes grupos de interesse pelo que o interesse público não faz grande sentido.

O homem, mesmo vivendo em sociedade, tem diferentes interesses, motivações, padrões sociais, etc., pelo que determinar um interesse comum torna-se difícil. Assim os planeadores tomam o papel de advogados de ambas as partes, assumindo um papel idêntico ao do conselheiro legal, permitindo ao cidadão ser ouvido e respondendo também aos profissionais de planeamento.

Este método permite aos planeadores trabalhar com o governo local e com os grupos de oposição, criando planos alternativos ao plano oficial, no entanto é criticado uma vez que esta duplicidade de papéis vai promover batalhas entre formas alternativas de planeamento, correndo o risco de criar políticas pouco adequadas.

Ao utilizar os tribunais como recurso à resolução destes conflitos veio criar a obrigatoriedade de uma série de requisitos que devem acompanhar as propostas, tais como avaliações de impactos ambientais, sociais e financeiros, quer sejam projetos de ordem pública ou privada, desde que sejam de larga escala, o que não deixa de ser uma contribuição positiva para o planeamento.

Este modelo permitiu assim contribuir para o fortalecimento da relação entre cientistas sociais e processos judiciais sobre decisões políticas e para um planeamento direcionado para a justiça social.

3 – Planeamento **‘incrementalista’**: Este modelo, criado por Charles E. Lindblom (1917-), surge como uma crítica ao modelo de Davidoff sugerindo o que designa de *partisan mutual adjustment* como um “método para negociar e chegar a compromissos entre os grupos de interesses preocupados com o planeamento”.

Ao alegar que os planeadores do sector público não dispõem nem de tempo nem de recursos materiais para utilizarem o modelo racional, Lindblom justifica o facto de estes terem que se basear num conhecimento parcial que resulta em propostas de carácter incerto.

Por outro lado critica o facto dos planos diretores se tornarem obsoletos, mesmo antes da sua retificação, devido ao facto de serem sujeitos a uma multiplicidade de estudos e relatórios, que se prolongam no tempo e que acabam por se desatualizar quando da finalização do projeto.

Assim, e como alternativa sugere um modelo composto de 3 fases: na primeira a concentração do planeamento a curto prazo (quanto maior o prazo maior o grau de incerteza); na segunda a confiança nas políticas de planeamento existentes e nos resultados obtidos em casos de sucesso idênticos (de modo a concentrar a análise em questões sobre as quais ainda não existam estudos), permitindo assim a elaboração de planos a curto prazo que acresçam novos conhecimentos aos já existentes; na terceira e última fase, que consiste na introdução de novos grupos de interesse, no sentido de permitir alargar o conhecimento e criar políticas pluralistas que possam satisfazer um maior número de pessoas e interesses.

Este modelo foi acolhido nos Estados Unidos, na década de 70, após o falhanço dos planos diretores a longo termo e em sequência de uma série de alterações ocorridas na sociedade, ligadas à crise do petróleo, à estagnação do processo de modernização e industrialização das cidades que levou à consequente estagnação da economia, em que a necessidade de criar novos incrementos às estruturas existentes veio dar sentido a este modelo.

No entanto nos anos 80 surgem críticas a este pelo facto de ser constituído por grupos de interesses, cujo método de decisão se baseia em disputas e não no diálogo, pelo facto das decisões serem tomadas mesmo não havendo acordo entre as partes, favorecendo os grupos mais influentes. Este método, como refere Gomes (2007, 5) cit. Mäntysalo não acrescenta novas abordagens aos problemas apenas pretende chegar a um ‘acordo’, transformando-se assim num negócio em que o que interessa é o que cada uma das partes pode ganhar.

4 – Planeamento **‘comunicativo’**: modelo criado por John Forester (1929-) e que se divide em 2 pontos:

- **Busca de consensos**: em que o planeador assume o papel de comunicador, sendo que a forma como transmite as informações e a perceção da sua mensagem são fatores fundamentais na aprendizagem e participação das populações, evitando também distorções e consequentes mal-entendidos.

No entanto o planeador depara-se com 2 dimensões de problemas: por um lado a falta de informações sobre o objeto em estudo, a falta de tempo e de recursos que permitam elaborar um trabalho de forma racional, trata-se da dimensão técnica do planeamento; por outro o problema relativo à legitimidade dos objetivos e da forma de planeamento, trata-se da dimensão política do planeamento. Este autor relaciona ainda a legitimidade com a ambiguidade, referindo que a incerteza é um problema recorrente nas investigações, há sempre falta de informação, sobre o que fazer e as suas consequências. Enquanto a incerteza se relaciona com questões de conteúdo (produzidos pelos métodos racionalista ou incrementalista) a ambiguidade reflete-se no contexto do método de planeamento.

Jürgen Habermas, ao fazer o enquadramento teórico do planeamento comunicativo, no seu livro *The Theory of communicative action*, criou os critérios para a comunicação no interior do sistema tendo para tal desenvolvido o conceito de racionalidade comunicativa, com o objetivo de criar consenso.

Este autor acredita que, é sempre possível chegar a consenso, mesmo quando defrontado com valores e crenças diversas, desde que os representantes dos grupos de interesse comecem por procurar pontos de interesse mútuos sobre os quais possam construir decisões consensuais de planeamento.

No entanto esta visão é criticada pela sua abordagem ao poder, que é visto como “uma força construtiva que molda o entendimento e a perceção dos indivíduos” e “favorece os que melhores capacidades argumentativas apresentarem”, ou seja procura o consenso sejam quais foram as condições. (Gomes: 2007, 59)

- **Gestão de conflitos**: Porque a procura de um consenso mútuo nem sempre é possível, porque as sociedades são um conjunto de multiculturas com interesses e pontos de vista muitas vezes antagónicos e porque a ambiguidade no planeamento cria problemas que

excedem as possibilidades da racionalidade comunicativa, este conceito torna-se não só necessário como faz todo o sentido.

Forester (1988b) cit. por Gomes (2007) ao criticar o modelo Habermasiano defende um novo conceito *designing as making sense together*, onde os participantes trabalham em conjunto e em que o planeador assume um papel de realçar e abrir a agenda de discussão, no entanto, coloca a questão de como este vai usar o poder que detém sobre a informação visto que será ele a reproduzir as informações aos restantes participantes. Este pode manipular a informação (ocultando informações ou utilizando uma linguagem complexa, ao estilo Habermasiano) ou utilizando um modelo construtivo (clarificando ideias e valores, incentivando o diálogo, ao estilo de Foucault).

Gomes (2007) também questiona, referenciando Healey (1992) o planeamento comunicativo multicultural, referindo que, uma vez que se torna difícil criar uma linguagem comum para os diferentes grupos, com diferentes culturas e experiências pessoais, pelo que considera importante que se entre em acordo sobre o método a utilizar em interesses contraditórios, desde o início do processo, para agilizar a obtenção de consenso através do diálogo. Para este autor, em vez de levar as disputas a tribunal, este método deverá sim funcionar como um tribunal para resolução de problemas entre as partes.

Assim o planeamento do território deve ser visto não só como uma forma de gestão de conflitos, nomeadamente nas questões ligadas ao planeamento do uso dos solos (que tão frequentemente acontecem) mas também como uma forma legítima de tratar os problemas, ainda que não possam ser resolvidos, numa busca pelo respeito mútuo e pelo consenso.

Nesta como em muitas outras questões é difícil senão impossível agradar a todos, no entanto há que estabelecer pontos de equilíbrio e saber respeitar as resoluções tomadas pela maioria.

Contudo existe a necessidade de perceber, de acordo com os instrumentos de planeamento e ordenamento do território, como se processa esta participação e para tal há que analisar quais os instrumentos e o grau de participação para cada um deles.

Certamente que, embora seja difícil decalcar um destes modelos no seu todo ao modelo seguido no território em estudo e a avaliar pela situação em que este se encontra atualmente, o modelo que mais se aproxima será o do Planeamento **‘racional-**

abrangente⁹. Uma vez que a participação pública é escassa, senão mesmo inexistente, o processo de planeamento foi o resultado de um trabalho realizado por profissionais externos (cujas capacidades não se pretendem por à prova) que desconhecem a realidade e as necessidades da região e da sua comunidade.

3.2| Questões sobre os modelos e instrumentos de ordenamento territorial em Portugal

Segundo Domingos (2009) “a paisagem é o reflexo da aplicação direta ou indireta das políticas geradas por planos e normativas.”

Embora existam alguns bons exemplos de planeamento e ordenamento do território na História do nosso país, de que se destaca o trabalho realizado na reconstrução de Lisboa após o terramoto de 1755 (os chamados planos pombalinos), o planeamento foi raras vezes alvo de significativa preocupação por parte das entidades locais e nacionais. Já durante o período pombalino e, posteriormente no Fontismo (Fontes pereira de Melo) existiram planos pese embora o facto de terem características diferentes e mais direccionados, uns para a reconstrução da capital e outros para as vias de comunicação (estradas e caminho-de-ferro). De facto estes planos só foram obrigatórios para as cidades de Lisboa e Porto e só a partir do Estado Novo, nos anos 30 do século XX, quando a política de planeamento começou a ter importância, tendo surgido o Plano Geral de Urbanização (DL n° 24802 de 1934), instituído por Duarte Pacheco e que era obrigatório para todas as localidades com mais de 2.500 habitantes, atribuindo aos municípios a competência da sua elaboração.

Só em 1944 surgem os Planos Gerais de Urbanização e Extensão (através do DL n°33 921, de 5 de Setembro), que reformulam os anteriores acrescentando-lhes as áreas rurais, envolventes aos aglomerados, demonstrando assim uma preocupação de integração da paisagem.

Na realidade, e segundo Vieira (2007) os processos de planeamento eram constituídos por listagens de ações designadas por Planos. Excepcionalmente, e durante os anos 50 a 70, foram criados os Planos de Fomento, com vista a reduzir as disparidades regionais e

promover o desenvolvimento económico (comércio e indústria) em que o Turismo começa a ser visto como um aliado, pese embora o facto de não ser referido expressamente nos primeiros planos.

Assim o planeamento em Portugal começou tarde e fortemente ligado às questões socioeconómicas podendo distinguir-se, ainda segundo este autor, duas épocas distintas:

- Uma primeira época entre 1950 e 1974, em que foram elaborados os planos de fomento com vista ao desenvolvimento económico, segundo as orientações seguidas pela Europa Ocidental. Tratou-se de um período de prosperidade em que a economia portuguesa, pese embora o facto de registar um grande atraso em relação às dos restantes países europeus, também registou um franco desenvolvimento. No entanto apenas 3 destes planos (de seis anos cada) foram aplicados além de um Plano Intercalar de Fomento para três anos. O I Plano tinha por objetivo a recuperação e modernização das infraestruturas produtivas e o desenvolvimento do ensino técnico e da investigação; o II Plano visava promover o crescimento económico através do desenvolvimento industrial, refinação de petróleo, produção de adubos, celulose, construção naval (Lisnave), promovendo ao mesmo tempo a criação de postos de trabalho, melhoria das condições de vida e da balança de pagamentos.

Nesta altura é criado o Centro de Estudos Políticos e Sociais (1956) com o objetivo de elaborar uma série de Estudos sobre Elementos para uma Política de Ordenamento Regional, com incidência na resolução de problemas sociais e de aproveitamento de recursos humanos, que deram origem a vários planos de urbanização, no final dos anos 50. É também nesta altura que têm início os primeiros estudos, publicados em 1960 sob o título de Plano Diretor de Desenvolvimento urbanístico da Região de Lisboa, que deu origem ao Plano Regional de Lisboa. Posteriormente lança-se o Plano Urbanístico do Algarve (já prevendo o aumento da procura deste destino) e promovem-se planos de ordenamento como o de Rega do Alentejo e de Ordenamento Hidráulico da Bacia do Mondego¹⁸;

- O Plano Intercalar, elaborado devido às alterações provocadas pela guerra de África, em que o desenvolvimento industrial é considerado prioritário e onde o Turismo começa a ter alguma importância no desenvolvimento económico. Nesta fase é feita uma primeira abordagem ao planeamento turístico no sentido de criar “núcleos turísticos” devido à

¹⁸Gaspar (1995)

“necessidade de conservar e desenvolver os atrativos naturais, paisagísticos, urbanísticos, folclóricos, etc.” (Vieira:2007, 120). No entanto foi com o III Plano que o Turismo foi considerado um sector estratégico em conjunto com a indústria e a construção.

- Uma segunda época, em que o IV Plano de Fomento, que deveria vigorar de 1974 a 1979, e que previa um reforço da política anterior para o Turismo, nomeadamente no apoio ao Turismo Social, Termalismo e novas formas de alojamento, foi interrompido por razões políticas, e nos anos seguintes o planeamento económico a médio prazo foi inexistente. Com uma governação marcadamente socialista, que promoveu a nacionalização de grandes grupos económicos com interesses no turismo (CUF, Grão Pará, Torralta) e em que as sucessivas revisões constitucionais que se seguiram mantiveram sempre a necessidade da elaboração de um Plano Constitucional, que nada tinha a ver com o processo de planeamento, foi só no início da década de 90 que se desenvolveu o primeiro Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) a que se seguiu o Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (PNDES), cujos objetivos principais eram, entre outros, a promoção do emprego e coesão social e o desenvolvimento sustentável das regiões, quer da qualidade de vida urbana quer do desenvolvimento rural.

Neste contexto, e segundo Partidário (1999), no PDR¹⁹ já é patente a preocupação com as questões ambientais e o desenvolvimento sustentável, sendo também reconhecida a necessidade de proceder a transformações tecnológicas, económicas e sociais para fazer face aos riscos ambientais quer nos sistemas de transportes, quer no funcionamento das grandes cidades, na utilização dos recursos florestais, agrícolas, hídricos e na ocupação do território, entre outros.

Ainda segundo esta autora, e citando o MPAT²⁰ (1993), a perspetiva de desenvolvimento sustentável está presente quando se reconhece que “o crescimento deve sustentar-se numa gestão criteriosa dos recursos naturais e do território, e numa avaliação que permita minimizar os impactes no ambiente das atividades económicas” (p.80).

Estas preocupações estão também patentes no PDR, sendo que este contempla uma opção de desenvolvimento denominada: ‘Preparar Portugal para uma vida de mais qualidade’, através de quatro vertentes, uma das quais visa melhorar o ambiente apoiando o

¹⁹PDR – Plano de Desenvolvimento Regional

²⁰MPAT – Ministério do Planeamento e Administração do Território

desenvolvimento sustentável. Na 2ª opção deste Plano surge a componente Ambiental: “Preparar Portugal para a competição numa economia global”, em que a preocupação ambiental assume um papel fundamental em todos os sectores de atividade, desde a educação, investigação, transportes e comunicações, energia, indústria, agricultura e florestas, pescas, comércio e serviços e ainda no turismo, prevendo a instalação de unidades de turismo em espaço rural.

Foi no entanto entre os anos de 1994 e 1999 que mais se desenvolveu o trabalho a nível de Planeamento em Portugal, em virtude da entrada para a CEE²¹, atual União Europeia (UE). De modo a poder beneficiar dos programas de apoio e dos Fundos Estruturais para o Desenvolvimento, tendo surgido assim o Plano de Desenvolvimento Regional como uma exigência à adesão à Comunidade. Houve assim necessidade de criar Planos de desenvolvimento a nível local tendo surgido por essa altura os Planos Diretores Municipais (PDM's), que além de delimitarem os territórios também os classificavam e previam os usos possíveis dos mesmos, pese embora o facto dos critérios utilizados serem mais em função do desenvolvimento económico prejudicando em muitos, se não na maioria dos casos, as questões ambientais e naturais.

Um dos mais gritantes exemplos encontra-se ao longo da faixa litoral do território nacional, que pelo seu interesse quer a nível turístico quer económico, foi e continua a ser um foco de atratividade.

Por outro lado, os grandes Planos de Ordenamento (de que são exemplo os Plano de Ordenamento da Orla Costeira, POOC's, em que o da região Sines-Burgau data de 1998 – Resolução do Conselho de Ministros nº 152/98, D.R. nº 300 – I Série B, de 30.12.1998) surgiram posteriormente aos PDM's²², quando os maus hábitos já estavam instalados, pese embora o facto de, sendo hierarquicamente superiores, por consequência se sobreporem a estes.

Embora inicialmente estes Planos de Ordenamento fossem muito restritivos, nas últimas revisões tem-se verificado uma tentativa de adequação às necessidades atuais, embora sempre respeitando as limitações previstas, de modo a entrar em consonância com as necessidades das regiões. Da mesma forma que nas revisões dos PDM's também se tem

²¹CEE – Comunidade Económica Europeia

²²PDM – Plano Diretor Municipal

verificado uma tentativa de adequar as medidas às restrições previstas nos Planos de Ordenamento, no entanto este processo nem sempre é pacífico.

Segundo o GOT²³ (s/d) é também no início da época de 90, e tendo em conta a adesão à CEE (atual UE) e às conseqüentes preocupações com as componentes biofísica e ambiental, que são publicadas as Leis da Reserva Agrícola Nacional (RAN), Reserva Ecológica Nacional (REN) e a Lei de Bases do Ambiente.

Na sequência destas preocupações, a época de 90 ficou marcada pela renovação e reabilitação urbana, por um reforço quer em equipamentos quer em infraestruturas e pelo aprofundamento das preocupações pela proteção dos recursos naturais.

Com a aprovação da Lei-quadro do Planeamento (Lei nº 43/91 de 27/07), “que regula a organização e o funcionamento do sistema de planeamento, estabelecendo que integrariam a estrutura do planeamento nacional as Grandes Opções do Planos, os Planos de Médio Prazo e os Planos Anuais.” (GOT: s/d, 8)

Assim, e depois de 1986, as grandes opções do plano de médio-prazo assumiram um papel na área do planeamento estratégico, os planos de desenvolvimento económico e social de médio-prazo refletem a estratégia definida pelo governo enquanto os Planos Anuais correspondem à execução dos planos de médio-prazo visto que enunciam as políticas defendidas pelo governo a concretizar no ano a que respeitam.

Relativamente ao Ordenamento do Território, é com o XII Governo Constitucional (1995-1999), que se iniciam trabalhos com vista ao enquadramento político dos diversos instrumentos de planeamento e da sua articulação, sendo constituído um grupo de trabalho para o “Estudo de Contributos para a Elaboração de Normas de Base do Ordenamento do Território”.

Em 1998 é aprovada a Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo (LBOTU) – Lei nº 48/98, de 11 de Agosto, que resulta de uma proposta de Lei de Base do Ordenamento do Território, apresentada pelo Partido da Terra e levada a discussão na Assembleia da República. Esta enuncia os princípios e objetivos do ordenamento do território nacional e cria um quadro de intervenção territorial a nível

²³GOT – Grupo de Ordenamento do Território

nacional, regional e municipal e que se desenvolve através de instrumentos de planeamento e gestão territorial.

Com a regulamentação desta lei, feita no ano seguinte (D.L. n.º 380/99, de 22 de Setembro) ficam definidos o regime geral do uso dos solos, o sistema de gestão ambiental e a avaliação dos instrumentos de gestão territorial, que servem de base de referência às políticas de planeamento e ordenamento.

A própria Constituição Portuguesa faz menção ao ambiente e ordenamento, como referido no artigo 9º, alínea e) relativo às tarefas fundamentais do Estado:

“e) Proteger e valorizar o património cultural do povo português, defender a natureza e o ambiente, preservar os recursos naturais e assegurar um correto ordenamento do território;”.

Também os artigos 65º e 66º, relativos aos direitos e deveres do Estado, em que o primeiro é dedicado à habitação e urbanismo e ao ordenamento do território e o segundo ao ambiente e à qualidade de vida, em que é feita referência ao desenvolvimento sustentável. Este, embora sendo uma incumbência do Estado, deve também envolver os cidadãos e promover a educação ambiental e o respeito pelos valores do ambiente.

Esta Lei (LBPOTU) é regida pelo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), revisto e publicado pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, que classifica o planeamento do território em 3 níveis: Nacional, Regional e Municipal (ou local), tal como mencionado no Quadro 1:

Quadro 1 – Instrumentos tipificados na Lei de Bases do Ordenamento do Território

Âmbito Nacional	<ul style="list-style-type: none">• Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)• Planos Sectoriais com Incidência Territorial (PSIT)• Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT)
Âmbito Regional	<ul style="list-style-type: none">• PLANO Regional de Ordenamento do território (PROT)
Âmbito Municipal	<ul style="list-style-type: none">• Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território (PIOT)• Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT)

Fonte: Gomes (2007)

Os PMOT compreendem ainda os Planos Diretores Municipais (PDM), os Planos de Urbanização (PU) e os Planos de Pormenor (PP) sendo que deverá existir um compromisso de compatibilização entre todos uma vez que, frequentemente um mesmo território é abrangido por mais do que um destes planos, e aquele que for publicado em último lugar deve mencionar quais as normas do anterior que são revogadas.

O PNPOT e os PROT definem o quadro estratégico que regula os PMOT ou PIOT e ainda os PEOT que se sobrepõem a estes.

Relativamente aos PMOT, o Decreto-Lei nº 380/99, estabelece que:

- “Os PMOT são instrumentos de natureza regulamentar aprovados pelos municípios visando o estabelecimento, a nível municipal, do regime de uso do solo e a definição de modelos de evolução previsível da ocupação humana e da organização das redes e sistemas urbanos e ainda, na escala adequada, os parâmetros de aproveitamento do solo e da garantia da qualidade ambiental. Estes planos vinculam as entidades públicas e ainda, direta e imediatamente, os particulares.

- O PDM, com base na estratégia de desenvolvimento local, estabelece a estrutura espacial, a classificação básica do solo, bem como parâmetros de ocupação, considerando a implementação dos equipamentos sociais, e desenvolve a qualificação dos solos urbanos e rural;

- O PU desenvolve em especial, a qualificação do solo urbano, podendo englobar solo rural complementar que exija uma intervenção integrada de planeamento.

- O PP define, com detalhe, o uso de qualquer área delimitada do território municipal, servindo de base aos projetos de execução das infraestruturas, da arquitetura dos edifícios e dos espaços exteriores, de acordo com as prioridades estabelecidas nos programas de execução dos PDM e dos PU. Os PP podem ainda desenvolver e concretizar programas de ação territorial.” (Gomes: 2007, 70)

A elaboração dos PMOT é da competência das Câmaras Municipais, a sua aprovação é dada pelas Assembleias Municipais, após o que estão sujeitos a ratificação pelo Governo. Durante a sua elaboração (à semelhança do PDM, que são de execução obrigatória) são sujeitos a acompanhamento por parte de uma Comissão Mista de Coordenação, com o

objetivo de salvaguardar os interesses, sendo também integrada por técnicos do Estado (ou das Regiões Autónomas, se for o caso) e ainda por representantes dos interesses económicos, sociais, culturais e ambientais (cuja composição, competências e regras são reguladas pela Portaria n.º 290/2004, de 5 de Abril).

Em relação aos PU e PP, o acompanhamento durante a sua elaboração é da competência das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), que também emitem um parecer final sobre os PDM, sendo que este parecer deve, por um lado incidir sobre a conformidade com as disposições gerais e regulamentares e por outro sobre a articulação com os objetivos e princípios aplicáveis no município, definidos pelos outros instrumentos de gestão territorial aplicáveis (de acordo com o Decreto-Lei n.º 104/3003, de 23 de Maio).

A estas instituições (Câmaras Municipais, CCDR's e Governo) compete ainda a elaboração de relatórios sobre o estado do ordenamento do território (de dois em dois anos) de acordo com as suas competências, onde deverá constar o balanço da execução dos instrumentos de gestão territorial, após o que são submetidos a discussão pública (de duração não inferior a 30 dias) seguido da elaboração de um relatório do Governo que posteriormente é submetido à apreciação da Assembleia da República.

Relativamente às autarquias locais, estas estão representadas nas comissões mistas de coordenação (ou comissão consultiva no caso do programa nacional) na elaboração dos instrumentos de ordenamento territorial de nível supramunicipal, sendo que são as protagonistas no caso dos planos intermunicipais e municipais.

No entanto, e apesar de este modelo parecer ser, de certa forma, democrático e participativo, na realidade o que acontece é que, os poucos elementos locais e conhecedores das realidades e necessidades são apenas e só informados, sendo a sua influência praticamente nula nas resoluções tomadas.

Por outro lado, e à semelhança do território em estudo, um só espaço está frequentemente regulamentado por vários instrumentos de Ordenamento do Território e Instituições Gestoras do mesmo, em especial quando se trata de uma área protegida. No caso de estudo são vários os instrumentos: desde Planos sectoriais com incidência territorial: o Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 5

de Junho) e o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo Litoral (PROFAL - Decreto-Regulamentar n.º 39/2007, de 5 de Abril); Planos especiais de ordenamento do território (PEOT): Plano de Ordenamento da Orla Costeira Sines – Burgau (Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/98, 30 de Dezembro) e o Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (POPNSACV – Resolução do Conselho de Ministros n.º 11-B/2011, de 04 de Fevereiro²⁴); Planos regionais de ordenamento do território (PROT): PROTA, do Alentejano Litoral (Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2010, de 2 de Agosto); Planos municipais de ordenamento do território (PMOT): Planos diretores municipais (PDM): Plano Diretor Municipal de Sines (que se encontra em revisão²⁵); Plano de urbanização (PU): PU Porto Covo (que se encontra em revisão com discussão pública a decorrer de 16.05.2012 a 15.06.2012).

De todos estes instrumentos é de salientar que o POPNSACV, o POOC Sines-Burgau, o PDM de Sines o PU de Porto Covo de são os que mais influenciam este território.

À semelhança do resto do país também aqui surgiu primeiro o PDM (1990: Portaria n.º 623/90 de 26 de Outubro) e só alguns anos mais tarde o PROTALI (1993: Decreto Regulamentar n.º 26/93, de 27 de Agosto), o POPNSACV (1995: Decreto Regulamentar n.º 33/95, de 11 de Dezembro) e o POOC Sines-Burgau (1998: Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/98, de 30 de Dezembro).

Tendo em conta a hierarquia destes documentos pode-se concluir que estes surgiram em ordem inversa relativamente ao seu grau de importância e força jurídica, o que originou problemas com os órgãos de poder local. Uma vez que a preocupação das autarquias é o desenvolvimento local, foram (e ainda continuam a ser em muitos casos) cometidos vários erros que contrariam as normas previstas nos Planos de Âmbito Nacional. Por esse motivo surgiram regras de usos e ocupação dos solos, respeitando distâncias mínimas em relação à costa, a necessidade de proteger e preservar os bens naturais e culturais, a organização dos espaços em áreas urbanas, entre outros e que são exemplos de normas que surgiram para ordenar o território de um modo geral, devendo ser respeitadas como lei.

No entanto se existe uma lei geral também há necessidade de a adaptar a nível local daí que quem elabora este tipo de documentos deve ter conhecimento das realidades locais, das

²⁴ Aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 33/95, de 11 de Dezembro

²⁵ Aprovado pela Portaria n.º 623/90, de 26 de Outubro

suas necessidades e características específicas e diferenciadoras de modo a poder elaborar planos que respeitem as normas nacionais mas ao mesmo tempo tenham aplicabilidade local e deem respostas às necessidades de cada região.

Assim, e tendo por base os instrumentos de planeamento e ordenamento do território, torna-se necessário perceber até que ponto quem vive no local pode interferir junto de quem executa os planos, ou seja perceber até que ponto a participação pública pode interferir na tomada de decisões relativas à gestão urbanística e territorial.

Antes de mais há que referir que o conceito de participação pública tem evoluído ao longo dos tempos. Segundo Gomes (2007) cit. Alves (2001), a entrada na União Europeia contribui para esta necessidade ao introduzir os programas e práticas de planeamento pese embora o facto dos primeiros conceitos terem sido introduzidos na Constituição da República Portuguesa no pós 25 de Abril. A conjuntura da época suscitou não só grandes expectativas como lutas populares no sentido de obterem mais e melhores condições, entre elas de habitação.

No entanto, e ainda segundo esta autora, este modelo de intervenção direta e participativa foi rapidamente substituído por um modelo representativo da democracia, dando assim origem à base da Constituição da República Portuguesa, aprovada em 1976, que ainda hoje mantém no nº5 do artigo 65º, o Princípio da Participação.

Posteriormente, com a entrada de Portugal na Comunidade Europeia bem como com as iniciativas ligadas à Conferência do Rio de Janeiro em 1992, a Conferência de Lisboa em 1996, a Convenção de Aarhus em 1998 e a declaração de Hannover em 2000, onde a necessidade de uma política ambiental veio influenciar os aspetos do planeamento e gestão urbanística, sendo que esta é uma decisão administrativa e como tal da responsabilidade da Administração Pública, pelo que o seu carácter unilateral veio realçar a necessidade e a importância do papel da participação pública.

Apesar da atual legislação consagrar uma clara abertura e envolvimento dos cidadãos ou associações representativas de interesses específicos nos processos de planeamento, o número de titulares varia consoante a legislação em análise.

Assim a definição do âmbito e dos limites ao envolvimento varia consoante a definição de âmbito da legislação em causa.

Por outro lado surgem diversas formas de envolvimento tais como: informação, petição, audição, ação popular, representação, consulta, entre outras, e que, segundo Gomes (2007) se podem organizar em dois grupos: ‘direito à informação’ e ‘direito à participação’.

O ‘direito à informação’, enquanto fator essencial a um melhor entendimento e envolvimento dos cidadãos, deve consagrar os seguintes direitos instrumentais:

- o direito à consulta do processo;
- o direito à transcrição dos documentos;
- o direito à passagem de certidões;
- o direito à informação direta;
- o direito à informação de decisão (que consiste em tomar conhecimento das decisões administrativas relativamente aos destinatários da informação).

Em todas estas regras está também consagrado o ‘direito à participação’ se bem que na legislação atual relativa às questões do planeamento e Ordenamento do território apresentem designações distintas pese embora o facto de não parecer haver qualquer relação de semelhança, diferenciação ou grau de importância entre elas.

Por outro lado, e ainda segundo esta autora, na sequência da análise das diferentes formas de participação presentes na legislação, e com base no método da escada de Arnstein, esta identificou dois níveis: informação e consulta.

A justificação para tal prende-se com ao facto da ‘participação pública’ prevista na legislação portuguesa corresponder nomeadamente à prestação de informação por parte da administração pública bem como à oportunidade de apresentar sugestões às suas propostas, o que indicia a sua relação com o nível da “informação”. Acresce ainda a lacuna relativa à falta de tradução da documentação técnica para uma linguagem comum bem como o facto de as entidades não serem obrigadas a dar respostas diretas aos cidadãos para reforçar este ponto de vista.

Por sua vez as audiências públicas, que por norma já são pré-definidas e formatadas, ao permitirem efetuar sugestões e eventuais alternativas sem perspectivas ou garantias de que

estas venham a ser analisadas ou mesmo adotadas, permitem à administração pública controlar a agenda, dando a ilusão da participação. Acresce ainda a questão relativa à escolha dos locais de participação limitada à Administração bem como dos períodos temporais ao envolvimento do público no processo (demasiado prévias ou demasiado tardias) que condicionam a democratização do planeamento.

Não querendo questionar as competências técnicas e profissionais dos responsáveis pela elaboração dos planos, carece mencionar que se trata de profissionais que, na sua maioria das vezes se encontram a vários quilómetros de distância dos territórios em questão, desconhecendo muitas das suas realidades e necessidades, não tendo assim as condições ideais para a elaboração de propostas adequadas à realidade em questão.

Por outro lado se a própria legislação não facilita o diálogo construtivo entre as partes, no sentido de adotar medidas construtivas e que vão ao encontro das necessidades de todos, falar de planeamento participativo não passa de uma utopia.

Por esse motivo torna-se pertinente questionar a legitimidade da “participação pública” nos processos de planeamento do território.

Outra questão igualmente importante tem a ver com as alterações de valores que ocorreram ao longo dos anos e que influenciaram a filosofia do ordenamento e do planeamento do território. Da mesma forma como o pensamento, as necessidades e a visão espacial e territorial, entre outras, mudam ao longo dos tempos, também as políticas a elas associadas tendem a mudar acompanhando esta evolução.

Já Hall (2000) referia a importância da criação de regras e princípios a nível Internacional, para lidar com novas situações e problemas e para a resolução dos mesmos. É disso exemplo o desenvolvimento a nível internacional da lei sobre a conservação da natureza e proteção das espécies.

O turismo tornou-se assim num sector importante para as políticas de planeamento, nomeadamente a nível Europeu pelo reconhecimento do turismo como uma atividade económica, tendo em conta as características das suas transações, que levaram ao desenvolvimento de várias políticas a nível Europeu, pela sua contribuição para a criação de uma identidade cultural a nível Europeu, pelo facto de tornarem as questões ambientais

numa prioridade e pela criação de medidas para promover o crescimento a nível regional, nomeadamente de regiões mais pobres mas com potencialidades turísticas.

Segundo Gaspar (1995), nos últimos anos registaram-se várias alterações nos valores dominantes nos campos do planeamento regional e do ordenamento do território, cujo quadro de valores se transcreve:

Quadro 2 - Alterações nos valores dominantes nos campos do planeamento regional e do ordenamento do território

VELHOS	NOVOS
equilíbrio	competição
hierarquia/pólos de crescimento	redes de complementaridade e sinergia
desenvolvimento	crescimento (apesar da retórica do desenvolvimento... procura-se sempre a medida pelo PIB...)
aproveitamento de recursos/produção	ambiente
harmonia rural/urbano	idades competitivas (fim do rural...)
solidariedade social	solidariedade territorial
trabalho (emprego, ocupação...)	produtividade (apesar da retórica do desemprego...)
educação	capacitações
férias e feriados	tempo livre/lazer
aforro para amanhã	consumo hoje
convívio/sociabilidade	individualismo
realização	preservação
projectos nacionais	visões localistas

Fonte: Gaspar (1995)

Pelo exposto este autor considera que planear é cada vez mais difícil, como proposta de intervenção coerente, integrada e escalonada no tempo, daí a vantagem das intervenções estratégicas.

De qualquer modo as críticas ao sistema de planeamento português não ficam por aqui. Segundo Domingos (2009):

“O sistema de planeamento existente em Portugal ainda não é eficaz no controlo da expansão da urbanização. Pelo contrário, mantém-se a tendência de carácter privado da iniciativa da urbanização que a Administração não faz mais do que sancionar. Os mecanismos de localização correta da edificação, embora estejam contidos na lei (municipalização do solo através da aquisição, permutas, etc.) não são acionados e a Administração continua a reboque da iniciativa privada que, por sua vez, depende do mercado livre de terrenos.”(Domingos:2009,58)

Por esse motivo os processos de urbanização são o reflexo das más políticas e da falta de visão, de projeção sobre as necessidades do futuro:

“O sistema de planeamento ainda não inclui uma visão integrada, aos vários níveis espaciais, pelo que as infraestruturas não servem essa visão, desenvolvendo-se como consequência do processo de urbanização, ao invés de o anteciparem para melhor o servirem.” (Domigos et al.: 2009, 58)

Por outro lado a Administração central preocupa-se mais com a promoção turística do que com os impactes causados pela atividade, limitando-se a sancionar em vez de promover um desenvolvimento e planeamento sustentáveis.

O território português regista assim enormes assimetrias em termos de distribuição da população.

Como é do conhecimento geral, no litoral português, nomeadamente a faixa litoral entre Braga e Setúbal, encontra-se a maior concentração de população e de infraestruturas. Assim, este aumento da população no litoral acarreta problemas a vários níveis, nomeadamente a nível social. Com a chegada massiva de pessoas, os empregos tornam-se insuficientes, as próprias infraestruturas de apoio perdem capacidade de resposta gerando um clima de instabilidade, pobreza e, conseqüentemente, de marginalidade.

A agravar esta situação a pressão causada nestes territórios pelo excesso de população leva à perda de recursos naturais, em muitos casos irreversíveis.

Por oposição as regiões do interior de um modo geral e o Alentejo em particular, registam uma desertificação não só em termos populacionais como também a nível ambiental.

O abandono de terrenos até outrora utilizados para fins agrícolas levou à ocupação descontrolada de plantas invasoras e consequente perda de biodiversidade. Algumas espécies de animais, que se alimentavam de plantas que desaparecerem também se extinguem ou procuram outros locais para se alimentarem, levando assim à desertificação de certas áreas.

Segundo Pardal o “desordenamento” do território é fruto de uma política que, entre outros problemas, beneficia a especulação imobiliária e limita-se à distribuição de subsídios no que respeita ao sector agro-florestal. Ao enunciar as múltiplas causas dos problemas decorrentes de uma má política florestal e agrícola destacam-se dois pontos fundamentais para o caso em estudo:

-“ as alterações estruturais na rede de povoamento em espaço rústico, em resultado da redução da população ativa na agricultura, não foram acompanhadas e compensadas com a criação de serviços competentes para conduzir os espaços silvestres e tratar da paisagem agro-florestal:

- os planos diretores municipais centraram a sua atenção nos espaços urbanos e, quanto aos espaços rústicos, limitaram-se a decalcar as cartas da RAN e da REN, criando constrangimentos mal recebidos pelas populações e que não mereceram o seu respeito. O desordenamento do território agravou-se;“(Pardal: s/d, 2)

Torna-se assim urgente a necessidade do Governo Central tomar medidas no sentido de promover um planeamento e ordenamento do território eficaz, evitando os erros cometidos no passado e promovendo a monitorização das regiões de modo a criar condições de atratividade nas regiões interiores e permitir que as populações aí se fixem e tenham qualidade de vida. Por outro lado este regresso vai permitir às zonas do litoral a recuperação da qualidade perdida pelo excesso de população.

3.3| O papel contemporâneo dos Territórios do Litoral

Embora a definição de litoral ou costa não seja tão simples quanto se possa pensar, dada a quantidade de definições e critérios existentes, a mais comum designa o local onde se encontram a terra o mar e o ar, segundo Silva (2002).

Aliás este autor refere ainda que, apesar das áreas litorais representarem apenas 20% da superfície terrestre, nelas concentra-se mais de 60% da população mundial, onde se localizam as maiores cidades e, devido às suas condições naturais, permitem o acesso a uma diversidade de ecossistemas naturais (não só terrestres como marítimos), maior facilidade de acessibilidades (pois conjugam as vias de comunicação terrestre e marítima), e onde se concentram também o maior número de indústrias e serviços, e os consequentes problemas ambientais, o que comprova que as questões da litoralidade são um problema a nível mundial.

Por outro lado a atratividade destes locais para atividades de recreio e turismo é um fator comum daí que muitos locais com grande potencialidade turística se tenham transformado, em muitos casos transfigurado, perdendo as suas características originais e sofrido impactes irreversíveis.

Portugal, não é exceção, não só devido à sua situação geográfica (possuindo uma vasta costa), como também pela atração que o mar exerceu desde sempre sobre a sua população, daí o facto de ser um país fortemente litoral e litoralizado.

São famosas as expressões: “País de marinheiros” e “Terra de descobridores” que fazem prova do interesse deste povo pelo mar e que justificam a sua aproximação geográfica ao mesmo.

No entanto o êxodo rural verificado nos anos 60, com a consequente desertificação das zonas rurais interiores, não foi um fenómeno pontual pois esta migração continuou a verificar-se ao longo das décadas e sempre em direção ao litoral, onde já se concentravam as indústrias e serviços e, por consequência, melhores perspetivas em termos de empregabilidade.

Este movimento de pessoas em direção aos territórios litorais deveu-se à ampliação das estruturas industriais das cidades de litoral, que atraíram fluxos migratórios do campo para

as áreas periférico-metropolitanas, provocando o êxodo rural em direção às principais cidades e deixando grande parte das regiões do interior votadas a um quase total abandono.

Segundo Sá Marques (2003), apesar de Portugal registar uma industrialização tardia, a grande maioria da população e dos serviços centra-se nas duas principais cidades: Lisboa e Porto, com os consequentes problemas de ordenamento daí decorrentes.

É de facto nestas duas cidades que se concentram a maioria das Indústrias, serviços e população o que tem levado a um aumento dos níveis de poluição, de especulação imobiliária, desemprego, insegurança, entre outros problemas.

Ainda hoje, cerca de metade da população portuguesa se divide entre estas duas cidades, o que reflete bem o desequilíbrio e a razão pela qual se fala em litoralização.

Segundo Domingos et al. (2009, 89), “As regiões mais povoadas são as regiões costeiras do norte e centro, bem como a costa algarvia. De notar que 93% da população portuguesa vive a menos de 100 Km do mar e 65% vive a menos de 60 Km.”

As cidades são grandes polos de empregabilidade, oferecendo melhores condições de vida, cuja situação geográfica permitiu a instalação de indústrias e serviços, sendo que estes se situam essencialmente entre Braga e Setúbal.

No entanto estes fatores levaram a uma forte concentração de população nas áreas litorais, tendo como consequência os choques sociais e culturais, o aumento da pobreza e marginalidade devido ao facto dos empregos se tornarem insuficientes uma vez que a procura é superior à oferta, o aumento da poluição e a pressão demográfica são alguns dos muitos problemas associados à litoralização.

Por consequência o abandono das zonas rurais levou ao envelhecimento da população, à degradação das condições de vida, ao declínio da agricultura, ao desemprego, ao gradual desaparecimento de instituições de ensino e de cariz cultural, levando a que a riqueza cultural destas regiões, por vezes muito rica, se perca.

Este desequilíbrio, leva por consequência a problemas de sustentabilidade que carecem de atenção urgente.

Por outro lado estas mudanças provocaram também problemas a nível de ordenamento do território, em especial dos territórios de litoral que registam níveis de ocupação, na maioria dos casos, superiores ao desejável e consequentes impactes, muitas vezes irreversíveis, a nível ambiental.

Embora hoje em dia já se começa a olhar para o interior como uma alternativa ao frenético estilo de vida das cidades, permitindo ter uma qualidade de vida muito superior, mesmo auferindo salários um pouco inferiores, até à data este “retorno às origens” ainda não é significativo, mas pode sem dúvida ser um começo.

Da mesma forma que o incentivo à agricultura biológica e à criação da sua própria horta em casa podem ser uma forma de contrariar a erosão dos solos que haviam sido abandonados, permitindo uma mais-valia económica a cada família e ao ambiente.

3.4| Fatores de ordenamento dos territórios litorais

O Ordenamento do Território Litoral e a sua relação com o Turismo de Natureza, nomeadamente no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, e em particular na região de Porto Covo, são a base deste estudo.

O Turismo vive de recursos, sendo que os Naturais são um dos principais motivos de atração.

“A atividade do turismo depende e influencia o ambiente, o ambiente surge como um produto turístico...” (Mathienson:1982, cit. por Braz: 2005, 26) produto este, que pela sua fragilidade carece de atenção especial, em particular tratando-se de áreas protegidas.

O Turismo de Natureza e o Ecoturismo, enquanto modelos de Turismo Sustentável, vêm dar resposta não só à procura de um novo tipo de Turismo, fruto de um interesse pelos valores naturais e por novas formas de turismo alternativo (também assim designado), como também promove a preservação dos recursos naturais, que são a sua fonte de atratividade.

São muitos os conceitos de Ecoturismo. Segundo Pires (1998) este corresponde a “um conjunto variado e não bem definido de atividades no ramo de viagens que se posicionam na interface turismo e ambiente, este último compreendendo especialmente ambientes naturais pouco alterados juntamente com as culturas autóctones presentes em seu entorno.”(Pires:1998,76)

No entanto são os ambientalistas, por excelência que melhor definiram este conceito que é também uma filosofia na qual se destaca Ceballos-Lacurian, arquiteto de origem mexicana, que se considera como um verdadeiro ecoturista, e cujo conceito foi adotado pelo Programa de Ecoturismo da IUCN²⁶:

“ Ecoturismo ou turismo ecológico consiste em viagens ambientalmente responsáveis com visitas a áreas naturais relativamente sem distúrbios, para desfrutar e apreciar a natureza juntamente com as manifestações culturais do passado ou do presente que possam existir, e que ao mesmo tempo promove a conservação, proporciona baixo impacto pelos visitantes e contribui positivamente ao envolvimento socioeconómico ativo das populações locais.” (Pires: 1998, 78)

Assim este tipo de Turismo de Natureza é ao mesmo tempo um meio de desenvolvimento local, ao promover um desenvolvimento sustentável, com o envolvimento das populações autóctones.

“O ecoturismo é uma forma de desenvolvimento que representa um meio prático e efetivo de atrair melhorias sociais e económicas para todos os países, e é um poderoso instrumento para a conservação das heranças naturais e culturais pelo mundo.” (Ceballos-Lacurian, 1991 cit. por Pires: 1998, 79)

No entanto este ambientalista ainda considera o ecoturismo como um filosofia ao mencionar que o turismo ecológico contém abordagens científicas, estéticas e filosóficas, embora o turista ecológico não necessite ser um cientista, artista ou filósofo. (Pires: 1998)

Posteriormente, em 1999, Martha Honey, diretora executiva da *The International Ecotourism Society*, classifica Ecoturismo como envolvendo “viagens a áreas conservadas, frágeis e em

²⁶IUCN – International Union for Conservation of Nature – Organização não governamental que, juntamente com as suas congéneres a nível nacional atua no sentido de promover o ecoturismo como uma forma de desenvolvimento sustentável de regiões mais desfavorecidas e com potencial capital natural.

geral protegidas, com o compromisso de serem de mínimo impacto e, (usualmente) em grupos pequenos.”²⁷ Esta preocupação relativamente ao número de visitantes é de extrema importância na medida em que este tipo de turismo, que nasceu por oposição ao Turismo de Massas, tomou por vezes dimensões idênticas pelo elevado número de visitantes que por vezes procuram estes locais e que há que controlar.

Outros autores relacionam este tipo de turismo aos parques e reservas naturais:

“O turismo desenvolvido junto aos parques e reservas do mundo inteiro é frequentemente chamado ‘ecoturismo’. Esta palavra descreve tanto a motivação dos turistas em visitar ecossistemas naturais, como as expectativas de benefícios para a conservação gerados a partir desta atividade.” (Healey, 1994 cit. por Pires: 1998, 79)

Atualmente a palavra “Eco” está na moda e este tipo de turismo já se pratica em outros locais, que não têm que ser necessariamente parques naturais, não deixando no entanto de se tratar de um segmento especializado do Turismo de Natureza.

Tal como Pires (1998,84) reforça esta ideia ao dizer que “Todo o tipo de turismo que promova a conservação de recursos naturais e culturais de determinadas localidades deve ser enquadrado na modalidade de ecoturismo”.

No entanto Healey (1994) vai mais além ao considerar que este tipo de turismo promove a fixação da população local e a empregabilidade, embora reconhecendo a existência de impactes negativos, que podem no entanto ser minimizados.

Uma das formas de minimizar os impactes é, sem dúvida, através da educação ambiental, tal como defende Martha Healey ao referir que “O Ecoturismo ajuda a educação do viajante, cria recursos para a conservação, traz benefícios diretos para o desenvolvimento

²⁷Programa de Visitação e Comunicação na Rede Nacional de Áreas Protegidas – Estudo de Mercado
Fonte: [\[online\]](http://portal.icnb.pt/NR/rdonlyres/0D4F4FD6-6CFF-4FEA-9AE1-7472D68F22D6/0/cap2_1_fase.pdf) http://portal.icnb.pt/NR/rdonlyres/0D4F4FD6-6CFF-4FEA-9AE1-7472D68F22D6/0/cap2_1_fase.pdf em 20.11.2011

económico e fortalecimento das comunidades locais e incrementa o respeito por culturas diferentes e pelos direitos humanos.”²⁸ numa clara alusão às questões de ética do turismo.

De resto, este primado ético encontra-se substanciado no relatório Brundtland com o objetivo de ser uma ferramenta promotora do processo de desenvolvimento sustentável.

Assim pode-se considerar que, apesar dos diversos conceitos existem sempre pontos em comum tais como: o ambiente natural, que deve ser suficientemente atrativo e pouco alterado bem como a educação ambiental e motivação ecológica dos visitantes.

O respeito pela natureza revela-se assim num fator essencial ao ecoturismo sendo que o ecoturista deve ter a preocupação de respeitar o ambiente (para tal devem ser promovidas ações de educação ambiental) de modo a evitar causar o mínimo de impactes nos locais visitados.

No entanto toda e qualquer atividade humana causa impactes na natureza por esse motivo é necessário que, mesmo o Turismo de Natureza seja devidamente planeado e monitorizado de modo a controlar esses impactes. (Newsome et al.: 2002)

Esta ideia é ainda reforçada por Partidário (1988), cit. por Braz (2005, 26), quando menciona que “O ambiente surge como produtor e produto turístico, que enquanto produto sofre, como recetor de visitantes e turistas, pressões que desafiam a sua capacidade potencial de oferta de oportunidades turísticas.”, reforçando assim a ligação e a interdependência entre turismo e ambiente.

Fortemente ligada ao conceito de sustentabilidade, a relação entre Turismo e Ambiente é também abordada por Joaquim (1994) invocando o Relatório Nacional sobre o Turismo no Desenvolvimento Sustentável (DGT, 1993) que aborda a importância económica do Turismo e o seu papel dinamizador da atividade económica, considerando que uma das finalidades fundamentais do Turismo consiste na proteção do meio ambiente e na valorização cultural. Assim este apelo ecológico, que se veio a revelar numa moda, e que é ainda hoje uma das preocupações dos vários atores envolvidos nesta atividade, levou a que a problemática ambiental fizesse parte integrante das políticas de turismo.

²⁸Programa de Visitação e Comunicação na Rede Nacional de Áreas Protegidas – Estudo de Mercado (p.4)
Fonte: [\[online\]](http://portal.icnb.pt/NR/rdonlyres/0D4F4FD6-6CFF-4FEA-9AE1-7472D68F22D6/0/cap2_1_fase.pdf) http://portal.icnb.pt/NR/rdonlyres/0D4F4FD6-6CFF-4FEA-9AE1-7472D68F22D6/0/cap2_1_fase.pdf em 20.11.2011

Da mesma forma o turista atualmente revela uma preocupação pela preservação do meio ambiente, o que já se verifica no próprio dia-a-dia.

Por outro lado o Turismo, enquanto atividade socioeconómica, exerce uma forte influência sobre os territórios naturais e litorais.

Os litorais, apesar das suas fragilidades, são áreas muito concorridas pelo que ao analisar estes territórios é necessário, por um lado determinar os seus limites em termos geográficos e por outro avaliar até que ponto eles são permeáveis à intervenção humana.

Neste contexto, e tendo em conta os fatores socioeconómicos, territoriais e antropológicos, surgem duas questões de partida, que serão o fio condutor desta investigação:

- Pode o Turismo promover ou reduzir fatores de antropação do litoral?

Ao considerar que o homem exerce influência sobre o ambiente desde o início da sua existência, toda e qualquer ação por ele tomada vai provocar necessariamente alguma alteração no território.

Mesmo que consciente deste facto e por muito cuidado que possa ter para provocar o menor impacto possível no meio ambiente, este é inevitável, daí que uma atuação consciente e monitorizada, que permita que os ecossistemas mantenham a sua capacidade de regeneração, é fundamental em especial em territórios de maior sensibilidade como são as áreas protegidas.

Mesmo as atividades de Turismo de Natureza, controladas e monitorizadas, acabam sempre por provocar algum impacto mesmo que mínimo. De qualquer modo, esta atividade pode ser uma mais-valia ao gerar riqueza e meios para promover a conservação destes espaços.

- Qual a preponderância da atividade turística nos processos de ordenamento do litoral?

Os territórios de litoral sempre exerceram uma forte atração do ponto de vista turístico quer pelas suas praias, em que Portugal se pode considerar “premiado” pela sua enorme extensão de costa, diversidade e beleza de praias, mas também pelas atividades ligadas ao mar e aos desportos náuticos.

Por esse motivo estas regiões sofrem regularmente os impactes decorrentes da procura turística concentrada no tempo, em especial durante a época balnear em que a população chega a triplicar, e os impactes são inevitáveis e em alguns casos irrecuperáveis, daí que o papel do ordenamento do território assuma especial importância nestes territórios.

A pertinência destas questões é agravada tendo em conta que o território em estudo se situa numa área protegida (AP), pelo que o objetivo da investigação visa analisar as questões ligadas à litoralização e ao papel contemporâneo do Litoral em Portugal.

Assim, tratando-se de um país com uma vasta área de território litoral e dada a histórica atração que o mar exerce sobre o seu povo, a questão da litoralização é não só um fator económico como também sociológico.

Por esse motivo, ao analisar os territórios litorais há que determinar os fatores de procura turística de modo a poder avaliar se a oferta está a responder às necessidades da procura e ainda, no caso de estudo em particular, se esta respeita as categorias previstas para um Parque Natural.

Por outro lado torna-se também necessário avaliar a densidade do uso do território, com base nos conceitos ambientais e nos instrumentos de ordenamento e planeamento do território, que permitem verificar se a ocupação destes espaços está a ser feita numa lógica de respeito e proteção dos valores naturais e poder determinar se a ação humana é mais preponderante do que a ação natural nos processos de ordenamento do litoral.

Segundo Cancela d'Abreu, M. e Cancela d'Abreu, A. (1996), “O Turismo de Natureza pressupõe um território ordenado, limpo, onde seja possível gozar calmamente experiências variadas de contacto com os elementos naturais.”, daí a importância do planeamento e ordenamento baseado em conceitos de sustentabilidade, de modo a preservar a biodiversidade destas áreas tão sensíveis.

No entanto, e porque as boas práticas nem sempre são seguidas, é necessário estudar o território, verificar o seu grau de antropomorfização, se este respeita as disposições do plano de ordenamento e as alterações a nível de recursos naturais, a procura turística e os seus impactes, de modo a poder concluir se a ação humana é mais ou menos preponderante no processo de ordenamento do litoral.

Após a entrada de Portugal na Comunidade Europeia (atualmente União Europeia), estas preocupações foram reforçadas e abordagem das questões relativas à sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e Turismo Sustentável passaram a ser tidas em conta nas políticas de desenvolvimento económico.

“O respeito pela natureza e pelo ambiente, nomeadamente nas zonas costeiras e de montanha, pode fazer do turismo uma atividade não só lucrativa como também duradoura.” (Joaquim:1994, 59)

Embora o território em estudo se situe numa área litoral e protegida, existem vários tipos de turismo passíveis de ser praticados, desde o turismo de sol e mar ao turismo de natureza, passando ainda pelo turismo cinegético, ativo e até mesmo cultural, cujas atividades se desenvolvem (ou podem desenvolver) em épocas distintas do ano, o que permite combater a sazonalidade.

Apesar de até à data a procura turística ser sobretudo de sol e mar, tal como é possível comprovar pelo número de visitantes que procuram Porto Covo (registando-se uma maior afluência entre os meses de Junho a Setembro, que correspondem aos meses de verão, em que a maioria das pessoas se encontra de férias para desfrutar do sol e da praia), no entanto existe alguma procura fora da época balnear, que deveria ser incentivada no sentido de promover o turismo ao longo de todo o ano bem como a manutenção de postos de trabalho e respetivas vantagens em termos económicos e sociais.

3.5 | Ordenamento do Litoral: ação natural versus intervenção humana

Os territórios do litoral são, por natureza, frágeis e sujeitos a grandes pressões, não só humanas como naturais.

Portugal é disso exemplo em virtude de se tratar de um país não só com uma vasta extensão de costa, como também pela atração que o mar desde sempre exerceu sobre o seu povo.

Segundo Andrade et al. (2009) Portugal é um país essencialmente costeiro uma vez que tanto a distribuição da população como das atividades económicas se localizam nas regiões litorais ou na sua proximidade.

Se por um lado a procura e ocupação desmedida destes espaços provoca impactes graves não só a nível biofísico como ambiental, por outro a própria ação dos ventos e das marés constitui também um fator de erosão e de constante mudança da paisagem.

Por outro lado, a necessidade do homem em adaptar e melhorar certas áreas costeiras, através da construção de portos, pontões, etc., leva a que os impactes sejam sentidos a alguns quilómetros de distância, através do assoreamento e desassoreamento de outras áreas, quer a montante quer a jusante.

Ainda este autor refere que as alterações nos ambientes costeiros portugueses decorrem de vários fatores, que vão desde a escala regional ou local (ocupação/artificialização da linha de costa causada por diversos fatores entre eles a diminuição de drenagem sedimentar provocada pelas barragens) até à escala global (alterações climáticas, subida do nível do mar ou alterações da circulação oceânica).

Assim considera e classifica como principais promotores diretos de alterações para os ambientes costeiros: a subida do nível do mar, a alteração da circulação oceânica, alterações da drenagem continental, alterações climáticas e o aumento da população e artificialização da linha de costa.

Tendo por referência o *Ocean Conveyor Belt*, a alteração do nível do mar e regime de agitação, apesar da presente taxa de elevação do nível do mar ser reduzida e sem tendência de aumento significativo a longo prazo, em contrapartida a agitação marítima, acompanhada pela rotação esperada do rumo médio de agitação, poderá levar a um aumento da intensidade da erosão da linha de costa.

No entanto a alteração dos padrões de circulação oceânica representa algum risco uma vez que costa portuguesa é influenciada pela corrente descendente do Golfo, também chamada de corrente de Portugal, que se desloca de Norte para Sul e influencia não só o clima térmico como das nossas águas costeiras. Assim uma interrupção ou alteração desta

corrente, ainda que associada ou não à *Ocean Conveyor Belt*²⁹ poderá ter consequências não só no nosso clima como nos ecossistemas costeiros, terrestres e marítimos.

Já a ocupação/artificialização da linha de costa é um fator supostamente mais passível de controlo, no entanto Portugal registou o maior crescimento de área artificial urbana na zona costeira, entre 1990 e 2000, nomeadamente na faixa mais restrita, de 10 km de largura, representando uma das taxas mais altas da União Europeia. Esta ocupação provocou e continua a provocar impactes significativos que carecem de atenção.

Da mesma forma que as alterações da drenagem continental, que resultam do escoamento para o mar de todo um conjunto de materiais e substâncias originadas em terra, incluindo compostos orgânicos, poluentes decorrentes da atividade agrícola e industrial, como por exemplo metais pesados, contaminação microbiológica, entre outros deveria ser sujeita a maior controlo. A agravar esta situação as concentrações sazonais nas estâncias balneares provocam um aumento da carga poluidora e correspondente drenagem para o meio marítimo costeiro.

No que respeita às alterações climáticas, os territórios costeiros como é o caso do português, têm menor amplitude térmica devido ao efeito de regulação climática do oceano. No entanto, e para o horizonte de 2050 (previsto pelo MEA³⁰), os modelos climáticos sugerem uma subida da temperatura média na Península Ibérica entre 1°C a 4°C, sendo que no território continental estas serão mais severas do que nas ilhas e o regime de precipitação também sofrerá alterações, verificando-se uma diminuição da estação chuvosa a nível geral. Por outro lado o transporte atmosférico de carga poluente, de que é exemplo o óxido de azoto proveniente da queima de combustíveis fósseis, é também um elemento poluidor dos mares costeiros.

Como promotores indiretos identifica a previsível tendência para a diminuição da população portuguesa (entre 3% a 28%) e consequente envelhecimento da população e a

²⁹ Também chamado de Cinturão Termohalino Mundial : corrente oceânica que circula pelo globo, alimentada pelos ventos e pelas diferenças de temperatura da água e sua salinidade, em que uma das mais conhecidas é a Corrente do Golfo, que condiciona o clima suave da Europa. Cientistas da Nasa creem que esta alteração é cíclica e que não será tão brusca como a que ocorreu há cerca de 12.000 anos, quando da última era glaciária. Fonte: *[online]* <http://blog.andersonruhoff.com/2010/04/nasa-study-finds-atlantic-conveyor-belt.html> em 31.08.2011

³⁰ MEA: Millennium Ecosystem Assessment

terciarização da economia nacional, devido à assimetria demográfica e económica entre o litoral e o interior do país.

Por outro lado considera que os ecossistemas costeiros sustentam diversos “serviços ambientais” de que se destaca “a produção de alimento; o acesso ao meio marinho e a qualidade deste; a biodiversidade; a produtividade; a regulação do clima; a proteção do solo e a prevenção de cheias e; a cultura e lazer.” (p. 413)

Apesar das tendências dos serviços de ecossistema serem definidas por fatores não controláveis e com um tempo de reação superior a 100 anos e por outros de prazo mais curto e passível de algum controlo, o futuro destes serviços está dependente do impacto dos fenómenos globais e das opções políticas de gestão territorial.

À semelhança deste quadro geral também o território em estudo regista uma diminuição da população e envelhecimento da mesma, com níveis de ocupação demasiado elevados durante os meses de Verão, nomeadamente entre Junho e Setembro (com os consequentes impactes), e durante o resto do ano vive numa aparente calma e pacatez, com estabelecimentos comerciais encerrados mais parecendo uma aldeia fantasma, conforme dados demográficos e Census 2001-2011 (conforme Anexos 2 e 3).

Também a sua costa, nomeadamente as suas praias, são alvo de assoreamentos e desassoreamentos em consequência das marés e das obras realizadas no Porto de Sines, cujos impactes se sentem anualmente, sendo visíveis pelas diferentes fisionomias que as suas praias apresentam.

Embora se trate de uma área inserida num PN, este tipo de ocupação não favorece nem o desenvolvimento económico e social nem a proteção ambiental.

Apesar da crescente preocupação com as questões ambientais verifica-se frequentemente que as questões políticas e económicas se sobrepõem, não permitindo tomar medidas atempadamente no sentido de evitar impactes por vezes irreversíveis.

Por outro lado o facto de existirem uma série de entidades com responsabilidade no mesmo território, com uma notória falta de coordenação, causa problemas na gestão destes espaços prejudicando e comprometendo o seu desenvolvimento:

“A competição entre autoridades com responsabilidades na gestão litoral são igualmente comuns, acontecendo não só entre diversos departamentos (portos, conservação da natureza, turismo etc.) como também entre organismos com diferentes escalas de intervenção (nacional, regional e local).” (Silva, 2002:21)

Assim este autor defende uma gestão integrada com o objetivo de gerir conflitos e promover a defesa dos interesses de todos os intervenientes, tendo por base a resolução dos problemas existentes e emergentes, em muitos casos resultantes desta falta de integração, em que regra geral é a natureza quem fica a perder.

Segundo Fadigas (2007, 106) citando o IA (2005)³¹, “Portugal é o sexto país da União Europeia que apresenta maior risco de erosão costeira, com o litoral a recuar nalguns casos até nove metros por ano” por esse motivo é essencial proceder a uma análise do território a nível ambiental de modo a melhor definir os seus diferentes usos, em especial quando se trata de territórios urbanos ou de recreio, de modo a evitar riscos que possam por em causa a segurança quer das populações quer de todos os utilizadores.

Ainda segundo este autor, o solo é um sistema vivo, complexo e dinâmico, de transição entre o ar e a água e constitui a camada superficial da crosta terrestre que suporta a vegetação. Por esse motivo tanto o clima como a vegetação como até os animais exercem sobre ele uma ação que origina mudanças constantes. Por outro lado as suas características diversas (arenosas, rochosas, etc.) determinam também a sua capacidade de resistência às várias adversidades a que está sujeito, quer as naturais (ventos, chuvas, marés, etc.) quer as decorrentes da utilização humana (quer a nível agrícola quer urbanístico).

Os deslizamentos de terras, por exemplo, são uma das consequências decorrentes de uma má utilização do solo, quer por via agrícola (défice de água e sobre exploração dos solos, introdução de novas espécies de crescimento rápido com o conseqüente desgaste dos solos) até à construção em locais de escorrimento de águas, encostas, junto a leitos de rio, etc. e que põem em perigo pessoas e bens.

A erosão, embora sendo um processo natural do solo e em condições normais de uso, não representa perigo na medida em que a quantidade de solo perdido (pela ação de chuvas,

³¹IA (2005). Relatório Nacional do Ambiente. Instituto Nacional do Ambiente. Lisboa

ventos, etc.) e a quantidade de solo novo criado (a partir da rocha-mãe) permitem um equilíbrio natural.

No entanto se este for sujeito a atividades agrícolas e florestais intensivas ou seja alvo de práticas urbanísticas excessivas, resultam em degradação e falta de permeabilidade, dificultando a infiltração e retenção da água das chuvas, contribuindo assim para uma degradação e erosão definitivas do solo.

A natureza tem provado ao longo dos séculos ser mais forte do que o homem, sendo inúmeros os exemplos de desastres naturais. Num passado recente as inundações em Nova Orleans, após a passagem do furacão Katrina (2005), o desastre natural ocorrido na Ilha da Madeira em Fevereiro de 2010, as cheias do Mississipi (2011) que afetaram vários estados americanos, entre eles o Louisiana e as cheias na Austrália e no Rio de Janeiro (2011 – alguns dos mais recentes desastres naturais) são disso exemplo. De facto a força da natureza é não só bela como temível, pelo que o respeito pelo seu poder deve ser um fator a ter em conta no planeamento e ordenamento do território.

Muitas são as vozes que se levantam nestas alturas, em defesa da natureza, acusando as autoridades locais de más práticas de planeamento e responsabilizando-as pelos estragos causados. No entanto muitos são (infelizmente) também os exemplos de reconstruções nos mesmos locais onde ocorreram os desastres, mesmo sabendo que se trata de zonas de risco (ex.: reconstruções na Madeira após o desastre de Fevereiro de 2010 e nos Açores após o sismo ocorrido em 1998 nos Açores, em S. Jorge e na Terceira).

Torna-se assim fundamental a necessidade não só de boas práticas de planeamento como também de monitorização de modo a evitar que se continuem a cometer mais erros, pondo em muitos casos em risco pessoas e bens.

As zonas do litoral, sendo por consequência áreas de maior risco, devem por isso mesmo ser sujeitas a medidas mais rigorosas de controlo e de planeamento e ordenamento dos respetivos territórios.

Estes ecossistemas costeiros, pelo seu valor paisagístico, têm sido alvo de grande procura, nas últimas décadas, quer para atividades científicas quer de recreio.

Por outro lado, e tendo em conta que a faixa litoral representa cerca de 25% do território nacional, e onde se concentra cerca de 70% da sua população, leva a que esta exerça uma pressão sobre o território com impactes, em muitos casos irreversíveis. A agravar esta situação a instalação de polos industriais e portuários, de que é exemplo o polo industrial de Sines, levam à degradação das condições ambientais, em especial a nível do ar e das águas. (Filipe et al.: s/d)

Outro problema que afeta não só estas regiões como todo o planeta em geral, é a subida do nível das águas, fruto do aquecimento global, em que os territórios litorais vêm o seu espaço a diminuir gradualmente. Em relação a este problema as autoridades locais pouco podem fazer à exceção de evitar emissões de gases poluentes entre outras medidas de carácter ambiental, embora os resultados sejam pouco ou nada visíveis. No entanto se estas medidas forem generalizadas a possibilidade de atrasar este processo é considerável pese embora o facto de alguns cientistas defenderem a teoria de que este é mais um processo natural no ciclo de vida do nosso planeta, em relação ao qual pouco ou nada podemos fazer³².

Assim a necessidade de preservar e proteger a faixa costeira levou à criação de alguns planos de que os POOC's são um bom exemplo e um instrumento de apoio ao planeamento e ordenamento destes territórios.

Trata-se de um tipo de Plano Especial de Ordenamento do território (PEOT), dos quais também fazem parte os Planos de Ordenamento de Áreas Protegidas (POAP) e os Planos de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas (POA). Embora todos os planos sejam elaborados pelo Ministério do Ambiente e pelo Instituto da Água, em áreas protegidas a responsabilidade dos POOC é do ICNB.

Estes Planos especiais classificam os espaços, identificando os seus usos possíveis, as regras de utilização e ordenamento do território sendo assim planos vocacionados para a gestão de áreas protegidas.

Embora se trate de um instrumento fundamental à gestão e planeamento destes espaços, a relação dos PEOT com outros instrumentos de planeamento, tais como os Planos de

³² Fonte: [online] <http://blog.andersonruhoff.com/2010/04/nasa-study-finds-atlantic-conveyor-belt.html> em 31.08.2011

Recursos Hídricos ou de Gestão de Zonas de Proteção Especial ainda carece de clarificação e de definição de hierarquias, apesar do PEOT ser hierarquicamente superior.

Aliás este é um problema recorrente na relação entre os PMOT's, de que fazem parte por exemplo os PDM's, e os PEOT's, de que fazem parte os POOC's, em que aliado às incompatibilidades existentes entre ambos, se juntam as dificuldades inerentes à quantidade de entidades envolvidas e com responsabilidades nestes territórios, sendo que em muitos casos não colaboram entre si.

O caso do território em estudo é disso exemplo uma vez que está integrado dentro de um PN, pelo que está sujeito à legislação do respetivo POPNSACV, mas porque também é um território de litoral, está também sujeito ao POOC Sines-Burgau, bem como ao PDM da autarquia à qual pertence, neste caso de Sines, e a área urbana sujeita ao PU de Porto Covo.

Relativamente ao POOC Sines-Burgau, cuja área se localiza dentro dos limites do PNSACV, implicando assim uma articulação com o seu Plano de Ordenamento, devendo então submeter-se a este, tal como referido no Artigo 7º.

Embora a falta de colaboração entre as entidades envolvidas na gestão do território seja notória e facilmente comprovada pelas entrevistas realizadas, e apesar de terem sido feitas algumas intervenções um pouco à revelia, nomeadamente os acessos às praias, este território tem conseguido manter as suas características ao longo dos anos, em especial na faixa litoral.

Uma vez que o PU de Porto Covo foi planeado em “leque” ou “concha” crescendo de um ponto do perto do litoral, alargando-se progressivamente à medida que se dirige para o interior, tem permitido que a área urbana tenha crescido sem interferir com a área junto à costa e permitindo que esta tenha mantido as suas características originais. Embora existam variadas queixas, nomeadamente dos habitantes, que se vêm limitados na recuperação ou construção de habitações (em especial no perímetro urbano histórico) bem como os comerciantes (que também são alvo de limitações nomeadamente em relação às esplanadas), até aos agentes económicos, nomeadamente os interessados em investir em unidades Hoteleiras (tendo alguns desistido dos projetos pela limitação em altura e número de quartos tornando-os economicamente inviáveis).

No entanto, se por um lado ficamos gratos por este território não se ter transfigurado e perdido a sua identidade que o torna genuíno e diferente (sendo este um dos fatores de procura turística), por outro fica a questão até que ponto se deve ser tão impeditivo de promover o desenvolvimento sustentável, tão desejado pelos habitantes e agentes económicos, promovendo ao mesmo tempo a preservação e conservação dos valores naturais. Esta preocupação é aliás um dos pontos focados nas entrevistas realizadas e a sua pertinência abordada ao longo deste estudo.

3.6| O Turismo de Natureza e as Áreas Protegidas

“A importância dos valores naturais, paisagísticos e culturais únicos inerentes ao território das Áreas Protegidas e a crescente procura destes locais para atividades de recreio e lazer em contacto direto com a natureza e com as culturas locais fazem com que estes espaços se constituam como novos destinos turísticos.”³³

O reconhecimento de que o Turismo se desenvolve em locais cuja beleza natural é um fator de atratividade e que este só sobrevive se os seus valores naturais e ambientais se mantiverem, foram fatores determinantes ao desenvolvimento do Turismo de Natureza e estão na base da criação do PNTN.

O PNTN, estabelecido pela Resolução do Conselho de Ministros nº 112/98, de 25 de Agosto, em resultado de uma parceria entre as Secretarias de Estado do Ambiente e do Turismo, reflete também um conjunto de orientações políticas internacionais com vista ao desenvolvimento sustentável das AP's, e no caso do Turismo tem por objetivo “permitir a recuperação e conservação do património natural e cultural apoiado em quatro vetores principais: conservação da natureza, desenvolvimento local, qualificação da oferta turística e diversificação da atividade turística”.(ICNB)

³³ PNTN: Programa Nacional de Turismo de Natureza

Fonte:

<http://portal.icnb.pt/ICNPortal/vPT2007/O+ICNB/Turismo+de+Natureza/?res=1366x768>
11.11.2011

[online]
em

Segundo Picão (2010), o Programa Nacional de Turismo de Natureza tem os seguintes princípios:

- 1 - Estabelecer medidas concretas para o desenvolvimento sustentável das áreas protegidas;
- 2 - Criar na Rede Nacional das AP's, uma oferta de alojamento e de atividades de turismo de natureza de qualidade, com significado para diversificar a oferta turística e ter expressão económica.

Desta forma pretende-se reforçar o potencial das áreas protegidas e consolidar a imagem de Portugal como um destino de qualidade, dando ao mesmo tempo um produto alternativo a um mercado cada vez mais exigente e segmentado.

Mas este tipo de Turismo deve obedecer ainda a uma legislação e a requisitos distintos dos outros produtos, tais como:

- os meios de alojamento: que devem ser empreendimentos do tipo de turismo de Natureza: estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos turísticos, apartamentos turísticos, conjuntos turísticos (*resorts*), empreendimentos de turismo de habitação, empreendimentos de turismo no espaço rural e parques de campismo e caravanismo (Decreto-Lei n.º 228/2009, de 14 de Setembro. Os empreendimentos de turismo de natureza são reconhecidos como tal pelo ICNB, de acordo com a Portaria n.º 261/2009, de 12 de Março³⁴;
- as construções devem respeitar a arquitetura tradicional local, bem como os materiais usados e a própria decoração interior;
- o reconhecimento por parte do ICNB funciona como uma certificação na medida em que reconhece a aplicação de um conjunto de boas práticas.

As Áreas Protegidas possuem Planos de Ordenamento, que são hierarquicamente superiores aos PDM's e que classificam e definem regras de utilização dos territórios, podendo assim condicionar e até proibir determinada tipologia de empreendimentos e de atividades de animação.

³⁴

Fonte: <http://portal.icnb.pt/ICNPortal/vPT2007/O+ICNB/Turismo+de+Natureza/Empreendimentos/> em 11.11.2011 [online]

Assim, e segundo Picão (2010), existe um conjunto de fatores que são determinantes para o sucesso de um projeto de Turismo de Natureza tais como o respeito pela arquitetura tradicional da região, o enquadramento na envolvente, o interesse da paisagem, a especificidade da fauna e da flora, os interesses culturais da região, a proximidade de aglomerados populacionais, as condições para a prática desportiva e de lazer, a qualidade das instalações, equipamentos e serviços e as acessibilidades.

As atividades do Turismo de Natureza são: a interpretação ambiental, o desporto de natureza, a observação e interpretação ambiental, as visitas a áreas naturais, sempre e quando não sejam nocivas à preservação da natureza.

Trata-se de um dos 10 produtos turísticos previstos no PENT e é:

“Composto por estabelecimentos, atividades e serviços de alojamento e animação turística e ambiental realizados e prestados em zonas integradas na Rede Nacional de Áreas Protegidas. A Rede Nacional de Áreas Protegidas é constituída pelas áreas protegidas de interesse por parte do Instituto de Conservação da Natureza.”³⁵

Segundo o ICNB a classificação das AP's confere-lhes um estatuto legal que permite a conservação e manutenção da biodiversidade bem como a manutenção e valorização da paisagem natural.

A criação das AP's é regulada pelo Decreto-Lei nº 142/2008, de 24 de Julho e a sua classificação, pode ser proposta quer por entidades públicas quer privadas, posteriormente sujeitas a apreciação técnica pelo ICNB e a sua classificação decidida pela tutela.

As tipologias existentes são: Parque nacional, parque natural, Paisagem protegida e Monumento Natural, sendo que todas elas podem ter a designação de 'regional' (quando ocupem uma área pertencente a mais do que um município) ou 'local' (quando ocupem uma área pertencente a apenas uma autarquia), à exceção do Parque Nacional.

O mesmo Decreto-Lei prevê ainda a possibilidade da criação de Áreas Protegidas a nível privado (APP), cujo processo de candidatura a enviar ao ICNB deve ser da

³⁵ Fonte: [online] <http://turismodeportugal.blogspot.com/2007/07/conceito-de-turismo-de-natureza.html> em 11.11.2011

responsabilidade do proprietário, sendo regulado pela Portaria 1181/2009, de 7 de Outubro.

Assim, e com base nas classificações do ICNB, entende-se por:

- Parque Nacional: “uma área que contenha maioritariamente amostras representativas de regiões naturais características, de paisagens naturais e humanizadas, de elementos de biodiversidade e de geosítios, com valor científico, ecológico ou educativo.” Esta classificação tem por objetivo a proteção e preservação dos valores naturais, promovendo a adoção de medidas compatíveis com os critérios de classificação;

Em Portugal existe apenas uma AP com esta classificação: o Parque Nacional da Peneda-Gerês, criado em 1971.

- Parque Natural: “uma área que contenha predominantemente ecossistemas naturais ou seminaturais, onde a preservação da biodiversidade a longo prazo possa depender de atividade humana, assegurando um fluxo sustentável de produtos naturais e de serviços.”(ICNB)

Esta classificação pressupõe a proteção dos valores naturais, contribuindo em simultâneo para o desenvolvimento regional e nacional, através da adoção das medidas compatíveis com os critérios de classificação.

“Em Portugal continental, existem atualmente treze Parques Naturais: Montesinho; Douro Internacional; Litoral Norte; Alvão; Serra da Estrela; Tejo Internacional; Serras de Aire e Candeeiros; São Mamede; Sintra-Cascais; Arrábida; Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina; Vale do Guadiana; e Ria Formosa. Os Parques Naturais da Serra da Estrela e da Arrábida foram criados em 1976, enquanto o do Litoral Norte data de 2005.” (ICNB)

- Reserva Natural: “uma área que contenha características ecológicas, geológicas e fisiográficas, ou outro tipo de atributos com valor científico, ecológico ou educativo, e que não se encontre habitada de forma permanente ou significativa.” (ICNB)

Esta classificação tem por objetivo a proteção e preservação dos valores naturais de modo a que as gerações futuras também delas possam usufruir, através da adoção das medidas

compatíveis com os critérios de classificação tais como a garantia de que estas zonas se mantêm pouco alteradas pela atividade humana.

Segundo o ICNB existem nove áreas classificadas como reservas naturais: o Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António (desde 1975), sendo aliás a primeira AP criada após o 25 de Abril, as Dunas de São Jacinto, a Serra da Malcata, o Paul de Arzila, as Berlengas, o Paul do Boquilobo, o Estuário do Tejo, o Estuário do Sado, as Lagoas de Santo André e da Sancha, sendo esta a mais recente (2000).

- Paisagem Protegida: “uma área que contenha paisagens resultantes da interação harmoniosa do ser humano e da natureza, e que evidenciem grande valor estético, ecológico ou cultural.”(ICNB)

Esta classificação tem por objetivo a proteção e manutenção dos valores naturais e culturais existentes, promovendo medidas compatíveis com os critérios de classificação.

Em Portugal existem apenas duas áreas com esta classificação: as Paisagens protegidas da Serra do Açor, de 1982 e da Arrábida Fóssil da Costa da Caparica, de 1984.

- Monumento Natural: “ocorrência natural contendo um ou mais aspetos que, pela sua singularidade, raridade ou representatividade em termos ecológicos, estéticos, científicos e culturais, exigem a sua conservação e a manutenção da sua integridade.” (ICNB)

Esta classificação tem por objetivo a proteção dos valores naturais, tendo em conta que se trata de valores geológicos e a sua preservação bem como das zonas circundantes, promovendo medidas compatíveis com estes objetivos.

Atualmente existem sete monumentos com esta classificação:” Ourém/Torres Novas (integrado no Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros), sendo o mais antigo e datando de 1996; Carenque; Cabo Mondego; Pedreira do Avelino; Pedra da Mua e Lagosteiros (os dois últimos integrados no Parque Natural da Arrábida) e Portas de Ródão, o mais recente, de 2009.” (ICNB)

- Áreas Protegidas de Âmbito Privado: “são áreas propostas e geridas pelos proprietários, através dos procedimentos previstos na Portaria n.º 1181/2009, de 7 de Outubro, sendo a designação efetuada pela autoridade nacional. Tipologia admitida: Área protegida privada.”(ICNB)

Turismo de Natureza e o Ordenamento do Território Litoral no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina – Estudo de caso: Porto Covo

Em Portugal existe apenas uma: a Área Protegida Privada de Faia Brava.

Assim, e perante esta perspetiva, são muitas as AP's, tendo em conta o tamanho do nosso território e a situação geográfica de cada uma delas, pelo que algumas, senão a sua grande maioria, permitem a prática de vários tipos de turismo.

Figura 1 – Mapa das Áreas Protegidas



Fonte:ICNB³⁶

Mas o que é de facto o Turismo de Natureza?

³⁶ Fonte: [online] <http://portal.icnb.pt/ICNPportal/vPT2007/O+ICNB/Áreas+Protegidas+-+Rede+Nacional+-+RNAP/em> 20.11.2011

Embora intimamente ligado às áreas Protegidas e aos Parques Naturais, este tipo de turismo pretende por um lado respeitar os valores naturais e ambientais, promover ações de educação ambiental e por outro promover a preservação e conservação da natureza através dos benefícios económicos gerados por esta atividade.

No entanto as áreas protegidas representam apenas uma pequena percentagem do nosso território, deixando de fora uma considerável extensão com uma riqueza e diversidade natural não classificada, atrativa do ponto de vistas turístico, e que também carece de cuidados.

Por esse motivo fará todo o sentido falar de **turismo na natureza** enquanto atividade de lazer realizada em espaços naturais.

À semelhança das áreas protegidas estes espaços carecem de cuidados de modo a poderem manter a sua qualidade e características que os tornam atrativos, daí que as atividades devem ser exercidas de modo controlado e sustentável, procurando adaptar as atividades às características do local.

Torna-se assim pertinente a abordagem dos Tipos de Turismo.

Segundo Newsome et al. (2002) existem dois tipos de Turismo: o turismo de massas e o turismo alternativo, sendo que o primeiro se caracteriza por um elevado número de pessoas que procuram locais com uma cultura idêntica à sua, com meios de alojamento estandardizados, poucas preocupações e interesses com as questões ambientais e com pouca interação com a cultura local. Por oposição o turismo alternativo, também designado de turismo responsável, pressupõe formas alternativas de ver o turismo tais como o interesse e respeito pelas culturas locais, pelo ambiente, e em que existe interação entre visitante e visitado.

A evolução dos conceitos e preocupações ambientais, que surgiu nos anos 80 e que coincidiram com a evolução das sociedades industriais, a facilidade no acesso à educação e formação, o aumento da esperança de vida bem como a evolução tecnológica conduziram a novas gerações, mais exigentes, mais informadas e, por consequência com outras expectativas e interesses.

Surge assim o conceito de Novo Turismo, das novas gerações, mais exigentes do ponto de vista cultural, que viajam individualmente e com mais frequência, procurando novos destinos e experiências, interagindo com as populações locais e com preocupações a nível ambiental; por oposição ao Velho Turismo, massificado, em que os destinos em si não são o mais importante mas a sua localização (sol e mar) e a segurança de viajar em grupo, para clientes pouco exigentes, considerando-se culturalmente superiores aos locais e causando frequentemente impactos negativos. (Poon cit. por Tribe: 1998, 72)

Também Cater (1993) cit. por Newsome et al. (2002, 10) refere que o turismo alternativo se caracteriza pelo turismo de pequena escala, em que os benefícios económicos decorrentes desta atividade ficam no local onde ela se desenvolve (promovendo o desenvolvimento local) ficam por oposição ao de larga escala, em que predominam os investimentos multinacionais e em que a repartição dos benefícios vai para os países de origem. Por outro lado este tipo de turismo promove o envolvimento da população local em todo o processo de desenvolvimento turístico o que pressupõe que o turismo alternativo ultrapassa o conceito do turismo com preocupações ambientais (turismo verde) ao abarcar as questões económicas, sociais e culturais.

Assim este autor cit. Holden (2000) refere que o turismo alternativo é também sinónimo de turismo e desenvolvimento sustentáveis.

Para melhor entender esta definição há que referir, ainda com base neste autor, que o turismo alternativo pode tomar várias formas, tais como:

- Turismo em Áreas Naturais: o que se desenvolve em áreas naturais e que se pode ainda desenvolver nas seguintes vertentes: Aventura (de carácter ativo e que compreende o contacto físico com o meio ambiente e de que são exemplo o *Rafting*, *scuba diving* entre outros), de Natureza (para observação de paisagens naturais com uma componente educacional e muito ligada ao conceito de turismo responsável e aos parques nacionais de que é exemplo o de Yellowstone), de Vida Selvagem (para observação de vida selvagem, com uma componente educacional e que deu origem, nos EUA, ao *California's Watchable Wildlife Programme*, criado em 1992) e Ecoturismo (que inclui ações de educação ambiental e que promove a utilização sustentada dos recursos naturais e culturais promovendo também o desenvolvimento económico sustentável);

- Turismo Cultural: baseados nos valores culturais de uma determinada região (que devem ser preservados);
- Turismo de Eventos: cuja principal motivação é a participação em eventos tais como festivais desportivos e outros;
- Outras formas de Turismo de que é exemplo o Turismo Rural com a componente educacional.

Ainda relativamente aos tipos de turismo em áreas naturais é interessante a abordagem feita por este autor em termos de grau de sustentabilidade (figura 2), concluindo que pela sua extensão se podem considerar três tipos de turismo em áreas naturais:

- 1 – turismo no ambiente – de que é exemplo o turismo de aventura;
- 2 – turismo acerca do ambiente – de que é exemplo o turismo baseado na natureza e o turismo de vida selvagem;
- 3 – turismo para a natureza – de que é exemplo o ecoturismo.

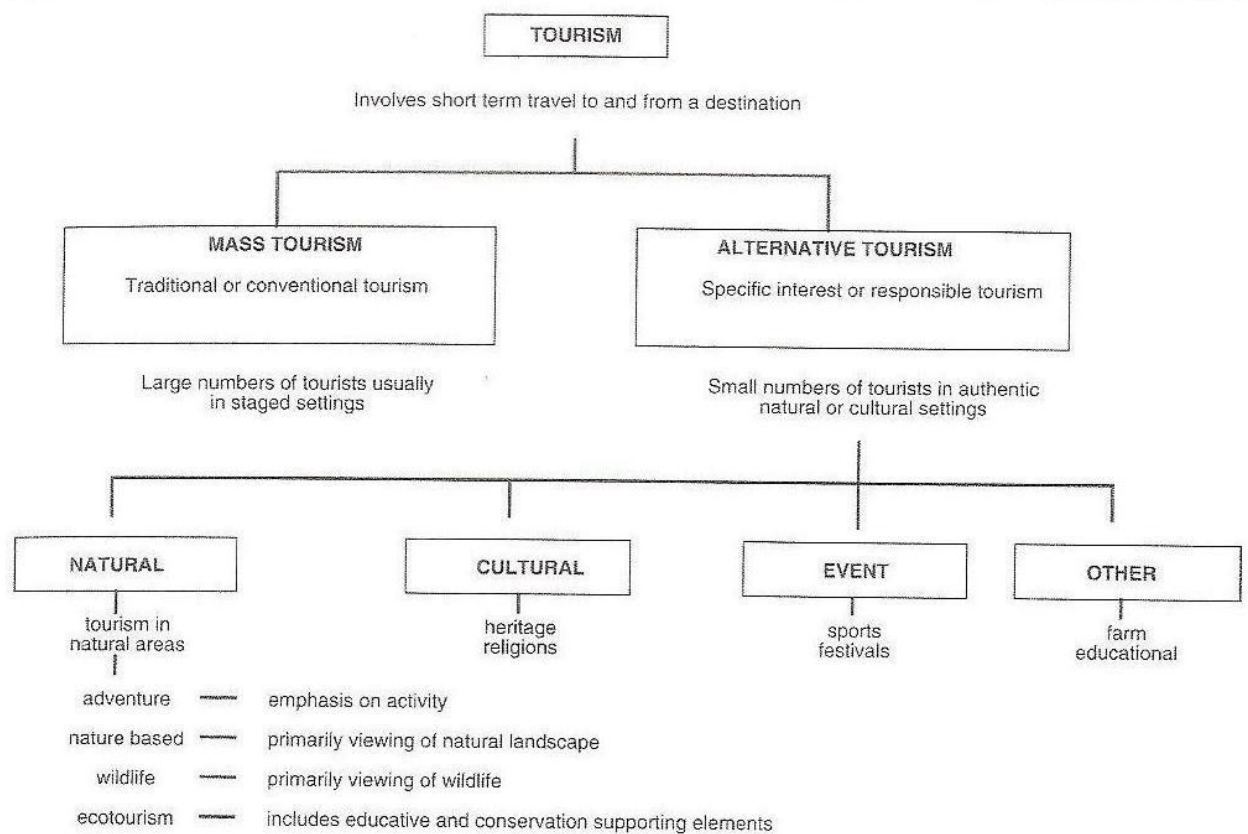
Embora se trate de tipos de turismo de natureza responsável, em que a preocupação com os valores ambientais e naturais são uma das suas principais características, algumas destas formas de turismo podem assumir aspetos de turismo de massas ao concentrar grupos de média e larga escala, de que são exemplo a canoagem, o *rafting*, os safaris e até mesmo os grupos (quando em número elevado) para observação de aves (em especial em zonas de nidificação).

Carece assim uma análise de impacte ambiental de cada tipo de turismo, mesmo o responsável, visto que ao abrigo do “chapéu ecológico” continuam a ser praticadas atividades de forma pouco sustentável.

“a relação entre as atividades turísticas e o meio ambiente reflete uma complexa troca de energia. Na maioria das vezes, os efeitos negativos do turismo têm sido apontados e discutidos. Nem sempre a culpa é inteiramente do sector turístico, nem sempre o sector turístico é inteiramente isento de culpa.” (Ferretti: 2002, 105)

Em Portugal, e tal como já mencionado anteriormente, uma das formas de Turismo de Natureza é o Turismo em Espaço Rural (TER). Este distingue-se pelo facto de permitir um contacto mais direto com a natureza bem como com a população local, com a sua gastronomia, usos e costumes, tudo isto num ambiente familiar.

Figura 2 – An overview of tourism



Fonte: Newsome et al (2002,11)

Trata-se de um novo tipo de turismo que regista uma tendência de crescimento ao longo das últimas décadas, tendo-se mesmo transformado numa questão de moda, em especial na zona do Alentejo.

No entanto este tipo de turismo nasceu nos anos 80 e teve origem em França, fruto de uma “curiosidade cultural” pelas artes tradicionais das regiões agrícolas, pelo seu folclore, gastronomia e até mesmo pela cordialidade (em contraste com a frieza e distância dos cidadãos). Este tipo de turistas, mais informado, procura acima de tudo o genuíno, o

diferente, o que, em certos casos levou a que os valores fossem recreados e adaptados de acordo com as perspetivas dos turistas, perdendo assim a sua originalidade e que se designa por “turistificação do espaço rural”.

Esta necessidade de “regresso às origens” (nomeadamente das novas gerações cujas raízes se foram perdendo pelo afastamento progressivo da sua terra natal do seus antepassados, em muitos casos situada em zonas de interior) levou a que muitos procurassem as zonas rurais, o que foi, inicialmente considerado positivo na medida em que permitiria contrariar o processo de desertificação iniciado com a fuga para as cidades.

Com a diminuição da população rural também os costumes e tradições se foram perdendo, além dos valores naturais que se alteraram profundamente, provocando a desertificação e promovendo as condições ideais à propagação de incêndios pela invasão de plantas invasoras e ausência de limpeza dos terrenos.

Por esse motivo o desenvolvimento deste tipo de turismo foi visto como uma forma de contrariar este processo pese embora o facto da maioria destas aldeias se encontrar praticamente deserta e da procura se concentrar nos fins-de-semana em que os proprietários, que residem nas grandes cidades, procuram descansar do *stress* da semana.³⁷

Ou seja, a recuperação das áreas rurais não passa apenas e só pela recuperação do seu património monumental, passa também pela revitalização dos seus hábitos e costumes e pela fixação da sua população.

Por outro lado, e segundo Cristóvão o perfil do TER em Portugal está claramente distanciado dos objetivos que presidiram à sua implementação tal como demonstrado por estudos efetuados no sul do país,

“a recuperação e conservação do património pessoal e familiar representam a motivação claramente dominante...; apenas 20% dos promotores se dedicam em exclusividade ao TER; 77% dos promotores são quadros médios e superiores; sobre os contributos do TER para a região, os promotores destacam a ‘valorização da zona’; dos equipamentos necessários ao desenvolvimento turístico, os promotores destacam campos de ténis, campos golfe, caça turística, animação exterior e divulgação do potencial histórico e do artesanato.” Cristóvão (s/d, 5)

³⁷ Joaquim (1997)

Por esse motivo se pode concluir que esta atividade se afasta dos conceitos que estão na sua génese ao assumir um papel elitista e pela ausência de complementaridade com a agricultura.

No entanto, e para evitar os erros cometidos no Algarve, será conveniente que o Alentejo aposte num número reduzido de unidades turísticas de média dimensão e integradas na paisagem, e de coordenar a sua atividade em conjunto com outros destinos de proximidade tais como o Algarve, já que se trata de territórios com características e modelos de desenvolvimento turístico diferenciados. Apesar de ambos serem procurados pelo turista de sol e mar, no entanto o Alentejo não deve querer competir com o Algarve neste segmento senão complementa-lo, numa ‘lógica de articulação’.

A aposta na diversificação da oferta turística é sem dúvida uma realidade e um caminho, em especial tendo em conta as mudanças ocorridas no mercado da procura que é cada vez mais segmentado, no entanto as dificuldades operacionais constituem um entrave ao desenvolvimento desta região.

As boas ideias e os projetos só por si não chegam quando “esbarram” em dificuldades de vária ordem, como as que Cristóvão enuncia:

“- O desajustamento entre o valor atribuído pelos visitantes aos serviços a prestar pela natureza e os espaços rurais e a disponibilidade para os remunerar devidamente, a par da dificuldade em calcular o valor justo de tal remuneração;

- A estreiteza de alguns nichos de mercado para atividades que articulam o ambiente e o desenvolvimento rural, nomeadamente o chamado turismo verde ou em espaço rural, assim como a crescente concorrência (dentro de uma dada região, no país e entre países);

- A elitização do turismo em espaço rural, a sua frequente falta de complementaridade com as atividades agrícolas em geral, o fraco enraizamento local e os escassos impactos, em termos de resultados económicos e de criação de emprego;

- A dificuldade em fixar regional e/ou localmente os benefícios provenientes de algumas atividades turísticas relacionadas com o ambiente e o espaço rural

(cruzeiros no rio Douro, visitas às amendoeiras em flor, etc.) e em alargar a sua partilha, numa lógica de equidade;

- A má coordenação entre os múltiplos agentes da cadeia turística (unidades de turismo em espaço rural, hotéis, restaurantes, estruturas de animação, regiões de turismo, transportadoras, instituições culturais, etc.), com efeitos na fixação de turistas e atração de gastos;

- As diferentes representações que residentes, visitantes e agentes políticos e de desenvolvimento têm em matéria de ambiente, paisagem, desenvolvimento agrário e condições de vida quotidiana nos espaços rurais, que constituem fonte de conflitualidade permanente, muitas vezes deficientemente equacionada e resolvida.” Cristóvão (s/d, 7)

A agravar estas dificuldades, e no caso do território em estudo e pelo facto de se tratar de uma AP, a desarticulação entre as várias (talvez demasiadas) entidades oficiais com competências e a dificuldade dos agentes locais em participar nos planos e projetos, levam a que alguns bons projetos “não passem do papel”.

3.7| Análise contemporânea: Turismo Sustentável, Ideologia ou solução?

O Conceito de Sustentabilidade tem vindo a ganhar importância nos últimos anos. Inicialmente ligado às questões ambientais este conceito surgiu nos anos 80 com o Relatório Brundtland (1987) que, segundo Crosby (2009, 24) introduz o conceito de “desenvolvimento sustentável” entendido como o que permite satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades, ou seja, permitindo a regeneração das espécies de modo a que gerações futuras também delas possam usufruir. Com este conceito pretendia-se contrariar a ideia de que o desenvolvimento económico devia ser o pilar principal nas sociedades, ou seja a busca pela maximização do lucro em detrimento de todos os outros fatores como o ambiental.

As questões ambientais começam a tomar protagonismo e surge o conceito de Ecoturismo e Ecoturista, o primeiro como sendo o “turismo de natureza que contribui para a conservação” (Boo cit por Heras: 1999, 21), e o segundo como o turista que procura destinos diferentes do tradicional e massificado sol e mar. Procura sobretudo contemplar algo único, pagando por isso muito mais que o turista tradicional, que se preocupa com a conservação da fauna, flora e dos habitats uma vez que se eles desaparecerem também as suas necessidades não serão satisfeitas e este tipo de turismo deixa de fazer sentido (Heras: 1999).

Nesta época já se havia cometido muitos erros e as consequências no ambiente já eram demasiado visíveis e evidentes e começavam a ser alvo de preocupação a nível governamental.

A Cimeira da Terra, que se realizou no Brasil em 1992, foi um marco histórico pois permitiu chegar a vários acordos e concretizar o conceito de desenvolvimento sustentável através da Agenda 21, cujos princípios e programa de ação foram adotados por 180 países.

Em 1993, A OMT, consciente do seu papel neste sector, definiu o conceito de desenvolvimento sustentável, como a:

“gestão que permite aos recursos renovarem-se ao mesmo ritmo a que são consumidos ou mudando a utilização de um recurso, que se renova mais lentamente, por outro com maior capacidade de regeneração. Desta forma os recursos mantêm a sua capacidade de satisfazer tanto as gerações futuras como as presentes.” (Corsby: 2009, 38)

Estes conceitos reportam ainda para a questão da ética e da responsabilidade, em que este organismo, segundo Delisle e Jolin (2008), propõem quadros de referência e documentos de ética no sentido de melhorar a qualidade. Outros apresentam propostas novas e concretas para que o Turismo seja praticado de forma acessível e responsável em equidade com as comunidades de acolhimento. Ou seja a preocupação com a degradação do ambiente natural, social e sociocultural é já uma realidade.

A sustentabilidade é ainda abordada por Pearce (cit. por Fyall e Garrod: 1997, 55) na ótica do “capital natural” e “capital humano”, considerando-se este último como sendo aquele que é criado pelo homem no sentido de lhe providenciar bem-estar e, em que ambos

devem ser preservados. Assim as gerações atuais devem assegurar o seu bem-estar e ao mesmo tempo criar condições que permitam garantir a manutenção desse bem-estar às gerações futuras. Estes autores defendem ainda que estas gerações devem também ter o cuidado de garantir a renovação dos recursos naturais e as atividades económicas no presente não devem resultar em custos a suportar pelas gerações futuras, o que ele designa por “custos inter-geracionais”. Ou seja, as gerações futuras não devem suportar os custos decorrentes das ações e medidas tomadas pelas gerações anteriores pelo que a utilização sustentável dos recursos e o desenvolvimento sustentável das sociedades são a única forma de o evitar.

O conceito de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável tornaram-se assim numa condição essencial, num fator crítico de sucesso para o desenvolvimento do Turismo, pois permite estabelecer metas de competitividade a longo prazo, baseadas em conceitos de qualidade que permitem um desenvolvimento económico e social, respeitando a conservação da biodiversidade e os valores socioculturais (Crosby: 2009).

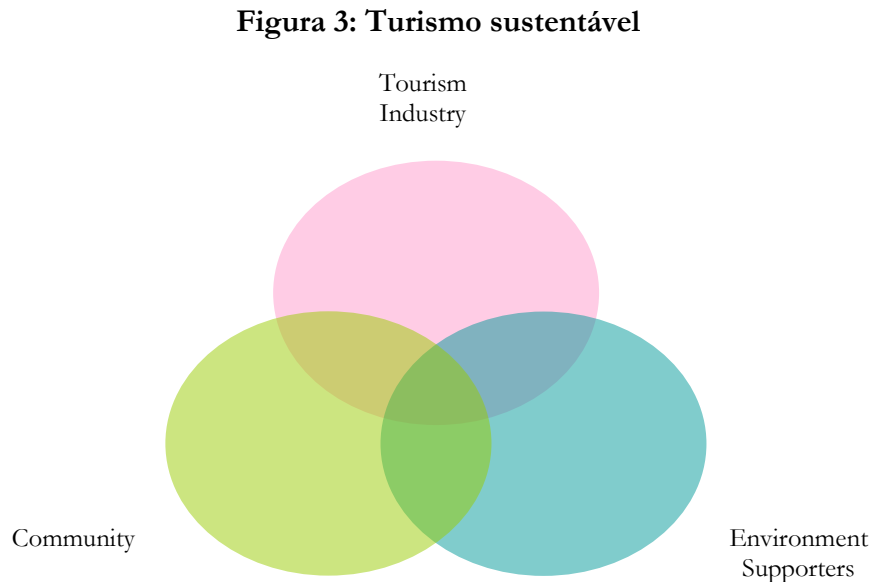
Pode-se mesmo afirmar que este conceito se generalizou aos vários sectores de atividade como sendo uma condição essencial para a sua sobrevivência.

O Turismo Sustentável, por consequência, surge como o modelo de turismo que respeita o conceito de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável.

Segundo a OMT, Turismo Sustentável é: “Tourism that takes full account of its current and future economic, social and environmental impacts, addressing the needs of visitors, the industry, the environment and host communities.”(WTO: 2010, 18)

Ou seja, é o tipo de Turismo que respeita os princípios do desenvolvimento sustentável, através da utilização responsável dos recursos naturais, permitindo a regeneração da biodiversidade; respeitando os valores socioculturais das comunidades de acolhimento e promovendo o desenvolvimento económico a longo prazo bem como a justa repartição dos benefícios, promovendo e desenvolvendo a empregabilidade na população residente, criando assim melhores condições de vida na região. (WTO: 2010) Pode-se assim designar este o tipo de turismo como o “bom turismo”, por oposição ao “mau turismo”, como sendo o turismo de massas.

Na figura 1, McIntyre representa em forma de esquema o Turismo Sustentável e as suas interligações:



Fonte: McIntyre (1993)

É com base neste espírito que surgem alguns conceitos de Turismo, tais como:

- Turismo Alternativo: por oposição ao Turismo de massas, procurando um produto ou serviço turístico fora do circuito habitual;
- Turismo Responsável: como sendo o que pretende respeitar não só os locais visitados, do ponto de vista ambiental, mas também do ponto de vista social, cultural e económico. Desta forma não diz respeito só aos turistas mas também às empresas que se dedicam a todos os ramos de negócio decorrentes da atividade turística;
- *Leave no Trace*: especialmente para os amantes do ar livre, este movimento surgiu no Canadá e a sua filosofia baseia-se em não deixar qualquer tipo de rasto da passagem por um determinado local. Funciona como um código de ética que promove um tipo de turismo baseado no respeito máximo pela natureza;
- Ecoturismo: que, agrupando um pouco de cada um dos anteriores, se baseava inicialmente num tipo de turismo ligado a locais com um ecossistema frágil, embora

atualmente seja também visto como o que respeita também o ambiente social e cultural promovendo o bem-estar das populações residentes. (Delisle e Jolin: 2008)

Apesar de todos estes conceitos e da reconhecida importância da Sustentabilidade no desenvolvimento turístico, a maioria dos ecologistas defende que “É impossível desenvolver alguma atividade no ambiente sem degradá-lo” (Ferretti: 2002, 55), daí a importância do papel do planeamento no desenvolvimento de qualquer atividade turística.

Outros autores, como Newsome (2002) defendem que cada utilizador provoca impactes, mesmo que muito pequenos, logo para os minimizar só excluindo de todo as pessoas, assim o ser humano é visto como um intruso na natureza sendo que é ele que está a mais e não todos os restantes seres vivos.

Na realidade o homem, desde sempre provocou alterações na natureza, mesmo quando apenas colhia os frutos para se alimentar já o fazia pois espalhava as sementes por outros locais, bem como as plantas que recolhia e as que levava involuntariamente agarradas a si além dos animais que matava para se alimentar. Estes são apenas alguns exemplos dos impactes que o homem começou a causar na natureza desde o princípio da humanidade.

O reconhecimento de que os recursos biológicos são limitados e que a sua sobre-exploração pode levar a uma situação de rutura, é uma preocupação que já vem de longe³⁸.

Mais tarde e durante o período do romantismo, em que a natureza era um elemento fundamental e inspirador desta corrente, a preocupação pela conservação da natureza no seu estado mais primitivo representou o limiar de uma filosofia que chegou aos nossos dias.

- Esta teoria conservacionista, cujas raízes remontam ao século XIX, constitui-se, segundo Joaquim (1994), citando Mormont (1984), como uma das mais importantes correntes ambientalistas da atualidade. Nascida nos Estados Unidos, onde o movimento se dividiu em duas correntes: o conservacionismo utilitário, que defendia uma relação íntima entre turismo e lazer e que se veio a sobrepor à outra

³⁸ Exemplo disso foi a criação de reservas de caça grossa na Europa, destinadas à nobreza. (Ramos, s/d). Este exemplo foi também seguido em Portugal tendo surgido várias reservas de caça, em especial nos arredores da capital, de que é exemplo Queluz, Sintra e Mafra, cuja tapada real foi criada no reinado de D. João V, em 1747 - Fonte: [online] <http://www.tapadademafra.pt/index.php/conheca-a-tapada/a-historia-da-tapada.html> em 11.11.2011

corrente: o conservacionismo naturalista ou ecológico, de carácter preservacionista e que esteve na origem dos parques nacionais americanos, de que é exemplo o *Yellowstone National Park*, o primeiro parque nacional do mundo, criado em 1872.

Inspirada no Romantismo, corrente que dominou o início do Século XIX e que defendia a natureza no seu estado puro e selvagem, por oposição à natureza geométrica e trabalhada dos jardins franceses, trata-se assim de uma filosofia conservacionista da natureza no seu estado puro e selvagem.

Foi no entanto nos Estados Unidos que surgiram duas correntes: uma mais preservacionista assente na proteção da natureza (natureza no seu estado puro e intocável) e outra sobre a natureza enquanto recurso finito, ou seja mais conservacionista, e que ilustram alguns aspetos debatidos pela política do ambiente de vários países. Por um lado o apelo aos valores intrínsecos dos sistemas e recursos naturais, independentemente dos interesses humanos (os denominados direitos da natureza) e por outro a ideia de que a natureza deve ser vista como um recurso que necessita de ser gerido de forma sustentável, sendo algumas dessas medidas: a agricultura verde, as monoculturas florestais adequadas aos solos, as barragens hidroelétricas, etc. (Lencastre: 2006)

Pese embora o facto da primeira corrente ser um pouco controversa, na medida em que o homem é praticamente excluído dela, sendo mesmo considerado um intruso, o que leva a equacionar o interesse em preservar um recurso se não podemos usufruir dele, a segunda é baseada num conjunto de medidas práticas que permitem usufruir dos recursos de forma sustentável.

Estas preocupações que são cada vez mais, uma constante e continuam na ordem do dia, uma vez que os impactes resultantes de más políticas são bem mais gravosos para o meio ambiente do que foram outrora, daí a necessidade de tomar medidas preventivas e corretivas para evitar perdas irreparáveis.

No entanto, por vezes a forma como se pretende proteger um território (limitando-se a proibir) tal como sucede em algumas situações no estudo de caso, pode não ser a melhor forma de o preservar já que pode promover a erosão por ausência de intervenção.

Tal como já referido anteriormente, o litoral foi e continua a ser uma região muito concorrida e como tal sujeita aos impactes decorrentes dessa ocupação.

Sendo vários os maus exemplos desta ocupação em Portugal, a região do Algarve tornou-se no exemplo tipo do que não se deve fazer, em virtude dos impactes irreversíveis ocorridos em determinadas zonas.

Por oposição o Alentejo, pela sua pouca oferta hoteleira, tornou-se numa região mais elitista, com uma oferta turística mais seletiva e com muitas residências secundárias, sendo também uma zona muito procurada aos fins-de-semana (em especial os prolongados) e nas férias de verão, em particular por visitantes habituais que aqui passam férias há vários anos.

Não obstante a falta de estabelecimentos hoteleiros é uma lacuna no desenvolvimento da atividade turística da região, que deveria apostar em unidades de pequena e média dimensão, em especial na região do PNSACV, de modo a permitir a preservação dos valores naturais, respeitando também a paisagem e o meio ambiente.

Por outro lado uma maior oferta hoteleira permitiria o desenvolvimento da atividade turística ao longo do ano, de forma mais regular evitando os problemas decorrentes da sazonalidade e permitindo uma melhor gestão dos recursos.

Mas porque se trata de uma área protegida (AP) esta questão não deixa de ser ambígua, por um lado há que preservar, por outro há que promover a atividade turística como mais-valia para a região. Ora se a atividade humana é um fator de antropomorfização há que estabelecer regras e limites ao uso dos territórios.

Esta questão remete para os conceitos de capacidade de carga e limites aceitáveis de mudança.

A problemática da capacidade de carga é controversa na medida em que a sua avaliação e quantificação são difíceis e subjetivas.

A maioria dos estudos existentes sobre os limites da capacidade de carga referem-se a espaços naturais, nomeadamente parques naturais, onde os visitantes pagam para entrar e visitar e onde as medidas restritivas são problemáticas visto que o visitante ao pagar para entrar deve ter direito a usufruir do local no seu todo e não estar sujeito a restrições.

Por outro lado, e segundo Heras (1999) a restrição de utilização turística leva a uma baixa de benefícios económicos, com a agravante de que estes estudos são onerosos e muitas vezes os técnicos utilizam modelos que não se coadunam com as necessidades da região.

Tendo em conta que a avaliação da capacidade de carga é um estudo que não se realiza uma única vez senão que deve ser feito de modo contínuo, com todos os custos, meios e pessoal especializado a ele associados, torna-se assim num problema de resolução nem sempre pacífica.

Por fim as estações do ano, a temperatura, pluviosidade, seca, etc., são também condicionantes da capacidade de carga de um território visto que vão provocar alterações no solo determinando assim a sua utilização.

Ainda segundo este autor, existem dois métodos de controlo ambiental:

- Limites Aceitáveis de Mudança: que se refere aos limites aceitáveis de mudança devido á utilização turística de um espaço e quais as ações que se devem tomar no sentido de evitar que se ultrapassem esses limites. Este método surgiu quando se verificou que os estudos de capacidade de carga não estavam a ser eficazes na resolução dos problemas decorrentes dos impactos ambientais nas áreas protegidas, daí a necessidade de encontrar indicadores mais realistas estabelecendo limites mensuráveis às mudanças ambientais produzidas pelo ser humano e ainda manter e restaurar as condições necessárias para que esses limites continuem a existir. Atualmente este sistema é utilizado nos Estados Unidos, Canadá, Venezuela e Austrália, com grande êxito;

- A gestão do impacto ambiental dos visitantes: que consiste em incorporar a gestão de visitantes e recursos num processo, cujo objetivo é reduzir ou controlar os impactos que ameaçam a qualidade das áreas a visitar. Este processo surgiu na sequência da procura de uma metodologia para o tratamento dos impactos ambientais nas áreas protegidas e resultou de um estudo realizado pela Associação para a Conservação e Parques Nacionais, dos Estados Unidos;

- Processo de gestão da atividade dos visitantes: este método resulta de um estudo de gestão de parques realizado no Canadá e pretende dar resposta a perguntas como:

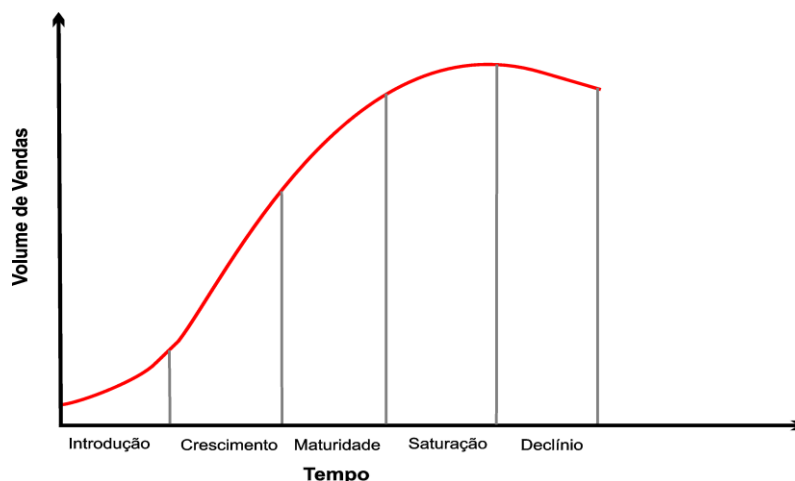
- O que é que os visitantes querem ver;
- Quais as suas expectativas ao percorrer o parque;

- Como é que os serviços interpretativos estão a dar resposta às ditas expectativas, etc.

O mais importante neste sistema é saber quem é que vem a este espaço e o que espera de modo a identificar as oportunidades de atividades, serviços e facilidades necessárias e as recomendações a seguir.

Esta problemática reporta ainda para o ciclo de vida de um produto ou de um destino, cuja fase inicial é a da descoberta (introdução), em que o destino ainda não é conhecido e apenas visitado por alguns (poucos) turistas curiosos e aventureiros; seguido da fase de crescimento, em que começa a ser conhecido e se dá início ao processo de exploração do mesmo; na fase de maturidade o destino já é conhecido, é muito procurado – está na moda; a fase de saturação corresponde à exploração massiva e exaustiva do destino – corresponde ao turismo de massas. Nesta fase ou se tomam medidas corretivas (onde entra o planeamento) de modo a rejuvenescer o destino ou se nada se fizer este entra em declínio, perdendo qualidade e visitantes, conforme ilustrado na figura 4.

Figura 4: Ciclo de Vida do Produto/Destino (Buttler)



Fonte:Buttler³⁹

Existem vários métodos e fórmulas para determinar a capacidade de carga, no entanto estas não deixam de ser questões um pouco subjetivas e por isso difíceis de medir e calcular, tendo em vista que envolvem vários fatores tais como:

³⁹

<http://www.portaldomarketing.com.br/Artigos/Ciclo%20de%20Vida%20do%20Produto.htm>
28.05.2010

Fonte:

[online]
em

- os recursos base e as suas características, ou seja os recursos físicos, ecológicos, económicos, etc., ou seja os que fazem parte do território e que constituem fator de atratividade;
- das atividades decorrentes do uso desses recursos, quer sejam recreativas, turísticas, etc. e que se pretende avaliar a sua capacidade de carga;
- dos utilizadores, ou seja, o tipo de utilizadores e número máximo que o território suporta sem comprometer os recursos, a sua capacidade de atração e de satisfação dos visitantes.

A Capacidade de carga pressupõe assim, segundo Partidário (1999), dois objetivos fundamentais:

- 1 – A manutenção dos recursos essenciais ao desenvolvimento das atividades;
- 2 – Assegurar a qualidade elevada da experiência do utilizador destes recursos.

Nesta ótica faz sentido questionar se o mais correto será falar em capacidade máxima de carga que um determinado território pode suportar, se quais os impactes máximos admissíveis tendo em conta os objetivos de gestão e desenvolvimento desse território.⁴⁰

Parece assim evidente que esta nova visão permitirá o tipo de gestão mais adequada com vista a um desenvolvimento sustentável do território.

A capacidade de carga de um território deve assim ter em conta os objetivos de desenvolvimento previstos para cada área, de modo a estabelecer usos e atividades nas mesmas de acordo com as suas características e ainda definir objetivos de desenvolvimento sustentável que assegurem o seu equilíbrio ecológico.

Mas porque o planeamento deve ser preventivo em vez de reativo, ou seja, deve-se antecipar aos problemas de modo a evitá-los, existe um instrumento de política ambiental que visa a avaliação prévia de potenciais impactes ambientais, a Avaliação de Impacte Ambiental (AIA).

Segundo Fidelis (2001), este instrumento surgiu nos anos 70 nos Estados Unidos em reação às críticas imputadas aos processos de tomada de decisão ligados a grandes projetos

⁴⁰ Silva (2002)

de desenvolvimento e aos seus impactes ambientais, tendo sido posteriormente adotado por outros países.

Assim a AIA, e enquanto instrumento de avaliação prévia de potenciais impactes ambientais decorrentes de ações de desenvolvimento antes da aprovação ou licenciamento, tem como objetivos:

1 – “Assegurar a consideração dos impactes ambientais de determinados projetos públicos e privados sobre o ambiente antes da sua aprovação.” Para tal estes devem ser precedidos de um Estudo de Impacte Ambiental (EIA) que consiste na caracterização da qualidade do ambiente onde se vai implementar o projeto e dos seus potenciais impactes bem como de uma análise comparativa a eventuais alternativas ao projeto, propondo também medidas cautelares no sentido de minimizarem os impactes considerados inevitáveis;

2 – “Promover a abertura dos processos de tomada de decisão relativamente àqueles projetos, à opinião pública e às instituições interessadas.” Objetivo ligado à revisão técnica do EIA, aos processos de consulta pública e institucional, à informação relativa às conclusões do estudo e à monitorização das previsões e conclusões do mesmo;

3 – “Incentivar a integração de preocupações ambientais no processo de planeamento de projetos de desenvolvimento, tornando-os de raiz mais «verdes», no sentido de gerarem menos impactes ambientais.” Ou seja, este objetivo pressupõe, a conceção de várias alternativas, desde a fase inicial do projeto, tais como a localização, matérias-primas, tecnologias, indicadores de estrutura financeira, etc. (Fidelis:2001, 80)

Embora este instrumento tenha surgido antes das preocupações relativas ao desenvolvimento sustentável, não deixa de lhe ser essencial na medida em que visa assim melhorar a articulação entre ambiente e desenvolvimento.

No entanto e segundo esta mesma autora, citando Rees (1989), Koslowsky (1990) e Meredith (1992), as potencialidades deste instrumento têm sido alvo de críticas em virtude das principais decisões, determinantes do principais impactes ambientais serem tomadas antes da AIA, da predominância dos critérios económicos e de curto prazo face aos “aspectos estratégicos de integridade ecológica e de longo prazo e a persistente forma de encarar a AIA como um obstáculo processual e não como um meio de minimizar os efeitos

ambientais negativos e otimizar os benefícios das estratégias de desenvolvimento.” (Fidelis:2001, 80)

Ainda segundo esta autora, existe uma diversidade de soluções sugeridas em literatura da especialidade, no entanto é reconhecida a contribuição da AIA para o planeamento ao integrar critérios ambientais não só no processo de licenciamento como também nas ações de desenvolvimento, pese embora o facto de esta ser apenas obrigatória em projetos de grandes dimensões. No entanto não deixa de ser um contributo importante ao desenvolvimento do planeamento sustentável.

Para uma melhor perceção, e com base em Fidelis (2001), anexo quadro alusivo às Dimensões do desenvolvimento sustentável no planeamento territorial e na AIA.

Quadro 3 – Dimensões do desenvolvimento sustentável no planeamento territorial e na AIA

Dimensão do Desenvolvimento Sustentável	Planeamento Territorial	AIA
Questionar Modelos de desenvolvimento	Definição de objetivos de localização das atividades humanas, contribuindo para controlar o desenvolvimento setorial e integrar preocupações ambientais e estratégias pró-ativas	Análise do contributo dos projetos e dos planos para o desenvolvimento local
Prevenir a Degradação Ambiental e Proteger valores ambientais	Preservação da degradação ambiental através do controlo de localização das atividades poluentes relativamente às características territoriais e ambientais	Objetivos de prevenção da degradação ambiental através da avaliação de alternativas
Abrir o processo de Tomada De decisão	Processos próprios de participação pública visando a abertura dos processos de tomada de decisão através da publicação das opções de desenvolvimento e da auscultação da população relativamente aos seus objetivos e consequências	Integração da componente Ambiental nos processos de decisão e na abertura destes processos à opinião das populações e de grupos interessados

Fonte: Fidelis (2001, 62)

3.8| Os impactos do Turismo em contexto ambiental

Apesar da atividade turística depender direta e condicionalmente do meio no qual se desenvolve, e da sua continuidade depender diretamente das boas condições locais, esta afeta o ambiente provocando impactes maiores ou menores consoante o tipo de atividade exercido e o grau de fragilidade do meio ambiente.

Do mesmo modo que não devemos considerar o turismo de massas ligado única e exclusivamente ao turismo de Sol e Mar, turismo balnear, ou até mesmo ao turismo cultural (cuja imagem de grandes grupos de turistas a serem “despejados” à porta dos monumentos, nos salta à memória) pois este tipo de turismo, o “mau turismo”, também ele pode ser sustentável, desde que seja praticado com regras e contenção.

Por outro lado, a diversificação da oferta turística é, cada vez mais, uma forma de combater a sazonalidade (com todos os inconvenientes e impactes que ela causa) e ao mesmo tempo uma forma de desenvolver a atividade turística de forma sustentável, rentabilizando infraestruturas e garantindo empregabilidade ao longo do ano, o que permite também a profissionalização (por oposição ao emprego temporário e à ausência de formação).

Assim ao promover vários tipos de turismo para uma mesma região e de que é exemplo o estudo de caso, com vários potenciais pontos de interesse que passam pelas praias, monumentos, áreas de paisagem natural com interesse, entre outros, estamos não só a promover os vários pontos de interesse de uma região como também a proporcionar um conjunto de produtos diferenciados para os diversos públicos/visitantes/turistas, também eles com interesses diferentes e que permitem a prática de atividades variadas ao longo do ano.

No entanto, e tendo em conta que qualquer atividade, por muito controlada que seja, provoca impactes, há que estabelecer regras, em especial quando se trata de áreas protegidas, de modo a que estas não provoquem impactes irreversíveis levando à degradação e conseqüente perda de interesse turístico.

Embora o ICNB seja a entidade responsável pela classificação das áreas a proteger e existam vários instrumentos de classificação (entre eles os vários Planos de Ordenamento), não parece estar clara a distinção entre o que se pode e não se pode fazer numa área natural.

Exemplo disso é o facto do Parque Natural ter solicitado a remoção de um cabo de slide na Praia Grande de Porto Covo no verão de 2011, não justificando o motivo e apesar deste tipo de atividades seja permitido neste local.

Apesar da atividade turística viver da atratividade dos territórios e a sua manutenção ser garante da continuidade da mesma, a necessidade de preservar estes valores pelo bem da natureza, do bem-estar humano e da economia (em que o Turismo representa uma fonte de rendimentos considerável), a proibição total não parece ser a solução ideal.

Não será o abandono de terras e sua conseqüente erosão mais prejudicial à natureza e à economia?

Será que a visitação e a utilização destes espaços, desde que organizada e controlada, não poderá contribuir para a preservação e conservação da natureza (por exemplo aplicando eco taxas e organizando visitas guiadas)?

Ao longo do estudo vai ser possível não só verificar que estas questões são pertinentes, como também comprová-las através das entrevistas e das respostas obtidas.

IV | Estudo Caso: Freguesia de Porto Covo: Área urbana e sua envolvente

4.1 | Caracterização do território do PNSACV

“O Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina estende-se por uma faixa estreita do litoral Sudoeste de Portugal, Costa Sudoeste, entre S. Torpes e Burgau, com uma extensão de 110 km, sendo a Área total de cerca de 131 000 ha.”⁴¹ Situada numa zona de interface mar-terra, possui características muito específicas pela sua diversidade paisagística e biodiversidade, quer de fauna quer de flora, sendo esta última de cariz mediterrânico dispersa ao longo de uma paisagem extensa e diversificada onde ainda se encontram alguns vestígios de flora atlântica (talvez resultantes de climas passados).

⁴¹Fonte: *[online]* <http://portal.icnb.pt/ICNPortal/vPT2007-APSudAlentejanoCostaVicentina/O+Parque/Mapa+e+Caracterização/em 03.07.2011>

A Flora do Parque Natural divide-se em três tipos de ambientes geomorfológicos:⁴²

- 1 – O Barrocal Ocidental, situado no planalto vicentino a sul, com uma vegetação típica dos solos calcários de zonas de clima seco e quente;
- 2 – O planalto litoral, caracterizado por zonas de dunas, charnecas e áreas alagadiças, trata-se assim de zonas húmidas e com uma vegetação mais diversificada;
- 3 – As serras litorais e os barrancos, com uma vegetação mais densa e característica das zonas húmidas e das ribeiras.

Embora a área do Parque seja dominada pela vegetação mediterrânica existem também exemplos de flora do tipo atlântica e norte-africana. A sua riqueza é **imensa e contam-se cerca de 750 espécies, das quais 100 são endémicas, 12 não existem em nenhum** outro local do mundo e algumas são consideradas vulneráveis e outras espécies protegidas.

Entre as plantas endémicas destacam-se: *Biscutella vicentina*, *Centaurea vicentina*, *Cistus palhinhae*, *Diplotaxis vicentina*, *Hyacinthoides vicentina*, *Plantago almogravensis*, *Scilla vicentina*.



Foto 1 - *Centaurea vicentina*⁴³

Das plantas raras destacam-se: a *Myrica faya* (samouco), a *Sorbus domestica* (sorveira) ou a *Silene rothmaleri*.

⁴²Fonte: [online] <http://portal.icnb.pt/ICNPortal/vPT2007-AP-SudAlentejanoCostaVicentina/O+Parque/Valores+Naturais/Flora/em 28.08.2011>

⁴³ Fonte: [online] <http://www.floravicentina.com/UserFiles/Image/Floravicent/Centaurea-vicentina1.jpg> em 21.06.2012

Devido à atividade agrícola intensiva, que se regista na parte norte no Parque Natural, nomeadamente na zona de rega do Mira, várias espécies já foram extintas, das quais se destacam a *Armeria arcuata* e outras encontram-se ameaçadas.

Das espécies arbóreas naturais do Parque destacam-se as quercíneas, como o *Quercus suber* (sobreiro), o *Quercus faginea* (carvalho-cerquinho) e o *Arbutus unedo* L. (medronheiro), espécies que dominam as encostas dos barrancos.

As espécies não endémicas são essencialmente, o *Pinus pinaster* (pinheiro-bravo) e o *Eucalyptus globulus* (eucalipto).

Esta região, também denominada de Costa Sudoeste, é atravessada por vários cursos de água, pertencentes à bacia hidrográfica do Rio Mira e do Barlavento Algarvio, onde se encontram várias espécies de peixes (algumas endémicas) e de mamíferos, que aqui se refugiam, além de ser também local de repouso e nidificação de algumas espécies de aves migradoras (na sua rota entre a Europa e o Norte de África), em especial em estuários que são também *nurseries*⁴⁴ para várias espécies de peixes.

As aves são aliás a espécie mais importante nesta área, uma vez que o número de espécies que aqui se podem encontrar é maior do que em qualquer outra de dimensões comparáveis em Portugal, sendo que podem ser facilmente observáveis ao longo de toda a costa.

A Avifauna característica desta região é a fauna das arribas das quais se destacam:⁴⁵

- O Guincho ou Águia-pesqueira (*Pandion halietus*) que utiliza esta costa rochosa como local de nidificação. Trata-se de uma ave de rapina cuja alimentação se baseia em peixe daí que as suas patas sejam cobertas de escamas rugosas e a sua plumagem seja coberta por uma camada de gordura, que lhe permite uma impermeabilização, essencial para os mergulhos;
- A Águia-de-Bonelli (*Hieraaetus fasciatus*), que também utiliza estas arribas para nidificação, no entanto, devido ao elevado número de pescadores à linha que frequentam esta área, esta espécie está a desaparecer;

⁴⁴ Palavra inglesa que significa prestar cuidados.

⁴⁵Fonte: [\[online\]](http://portal.icnb.pt/ICNPportal/vPT2007-AP-SudAlentejanoCostaVicentina/O+Parque/Valores+Naturais/Fauna/em%2028.08.2011) <http://portal.icnb.pt/ICNPportal/vPT2007-AP-SudAlentejanoCostaVicentina/O+Parque/Valores+Naturais/Fauna/em 28.08.2011>

Turismo de Natureza e o Ordenamento do Território Litoral no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina – Estudo de caso: Porto Covo

- O Falcão peregrino (*Falco peregrinus*), que reside nas cavidades das arribas e aproveita os ninhos antigos de outras espécies e cujo voo atinge velocidades de trezentos e sessenta quilómetros por hora para apanhar as presas;
- O Peneireiro-comum (*Falco tinnunculus*), outra ave residente e que se distingue pelo seu ritual de voo, permanecendo no mesmo local a bater as asas antes de picar a sua presa;
- O Peneireiro-das-torres ou Francelho (*Falco naumanni*), ave residente que também nidifica em colónias nas arribas;
- Os corvídeos, de que são exemplo a Gralha-de-bico-vermelho (*Pyrrhocorax pyrrhocorax*), a Gralha-de-nuca-cinzenta (*Corvus monedula*) e o Corvo-marinho-de-crista (*Phalacrocorax aristotelis*) que se distingue no seu vôo com o pescoço esticado e um rápido batimento de asas;
- A Cegonha-branca (*Ciconia ciconia*), uma das espécies mais comuns nesta costa, que normalmente nidifica em árvores, prédios velhos e postes de eletricidade, aqui podem ver-se os seus ninhos construídos sobre arribas marítimas, os denominados: palheirões, num equilíbrio aparentemente periclitante mas na realidade bem seguro. A explicação parece dever-se ao facto desta zona não ter, até há algumas décadas atrás, construções ou árvores suficientemente altas para os poderem abrigar dos predadores. Assim estas autênticas ilhotas isoladas oferecem a segurança que esta espécie necessita para poder criar a sua prole.



Foto 2 - Cegonha Branca (Marco Costa, 2011)

Quanto às aves migratórias, cujo espetáculo da chegada, no Outono, é possível de ser assistido junto ao Cabo de São Vicente, vindas do Norte da Europa em direção ao Norte de África, destacam-se as seguintes espécies: o pisco-de-peito-azul (*Luscinia svecica*), o papamoscas-preto (*Ficedula hypoleuca*) e o papa-amoras-comum (*Sylvia communis*). Trata-se de passeriformes, que chegam pela aurora e partem noite dentro.

Podemos também encontrar aves marinhas e costeiras, migradoras diurnas, como o alcatraz (*Sula bassana*) e a andorinha-do-mar (*Sterna hirundo*) e aves de rapina como a águia-calçada (*Hieraaetus pennatus*) e, esporadicamente, o falcão-da-rainha (*Falco eleonorae*) ou o búteo-mouro (*Buteo rufinus*).

Relativamente à fauna terrestre destaca-se a lontra (*Lutra lutra*), que contrariamente a outras espécies da Europa, se abriga nas arribas marítimas e barrancos e utiliza o meio marinho para se alimentar.

Outras espécies que aqui se podem encontrar são os texugos (*Meles meles*), os sacarrabos (*Herpestes ichneumon*) e as fuínhas (*Martes foina*).

Segundo um estudo realizado por Ferreira, C., Luís, E. e Costa, A.M. (2007, 2) no PNSACV, que “teve como objetivo geral garantir a exploração dos recursos cinegéticos nos territórios em questão sem comprometer as potencialidades dos ecossistemas”, em que após ter sido feito um levantamento do património natural desta área, permitiu a sua classificação por 4 níveis de prioridade de conservação.

A região da Costa Sudoeste, que compreende os concelhos de Sines, Santiago do Cacém, Odemira, Aljezur, Vila do Bispo e Lagos, ocupa uma área de 118 267 ha, dos quais 99 457 ha correspondem à plataforma terrestre e 18 810 ha à plataforma marítima.

Na Figura 5 é possível observar a área do PNSACV com o respetivo zonamento das prioridades de conservação do património natural do Sítio Costa Sudoeste e no Quadro 4 o resultado relativo à distribuição das espécies e habitats naturais por níveis de prioridade.

A classe de prioridade “máxima” corresponde a uma área de 34 585 ha, cerca de 35% do total da AC, e que compreende 11 habitats naturais prioritários, 6 espécies, 2 grupos da fauna e 2 importantes corredores ecológicos.

A classe de prioridade “Média” corresponde a uma área de 35 886 ha , cerca de 36% da superfície total do Sítio, e é constituída por todas as áreas de distribuição dos habitats naturais prioritários da Diretiva Habitats bem como das espécies com um IFV $\geq 5,0$. A esta área corresponde não só as áreas delimitadas do PNSACV como também ao planalto vicentino, às áreas das grandes rapinas e às áreas de distribuição da Águia-de-Bonelli (*Hieraaetus fasciatus*), espécie que apresenta a particularidade de ser a única na Europa a nidificar em árvores, o que leva a condicionamentos à actividade cinegética em redor dos ninhos.

A classe de prioridade “Reduzida” corresponde a uma área de 5 874 ha, cerca de 6% da superfície do Sítio Costa do Sudoeste, e a classe “Sem informação” corresponde a 23 851 ha, cerca de 24% da superfície desta AC, talvez devido ao facto da falta de existência de cartografia digital sobre a distribuição das espécies de aves e mamíferos nesta área (Este da Zambujeira do mar).

Assim o Quadro 4 apresenta os valores naturais no Sítio Costa do Sudoeste, por ordem decrescente de litoral para o interior, à exceção do corredor ecológico do Rio Mira – Ribeira do Torgal, enquanto a Figura 4 enumera a distribuição dos valores naturais, segundo a ordem de prioridades estabelecida, permitindo uma visão mais clara das espécies existentes nesta área, que a nível de flora quer de fauna.

Com este estudo pretendeu-se por um lado, fazer o levantamento dos valores naturais desta região de modo a perceber o seu grau de fragilidade, e por outro criar condições para que sejam estabelecidas regras de utilização, nomeadamente a nível cinegético, ressaltando o facto de esta atividade ter sofrido alterações ao longo dos tempos, ser atualmente mais organizada e respeitadora do meio ambiente, no entanto carece ainda de alguma informação e formação relativamente à utilização sustentada dos recursos cinegéticos.

De entre os habitats existentes na área do Parque destaca-se uma significativa zona marinha constituída por arribas litorais, praias, dunas, charnecas e zonas húmidas (que incluem estuários, sistemas lagunares, cursos de água, lagoas temporárias, pequenos açudes e uma vasta zona húmida costeira).



Foto 3 - Praia dos Aivados (Marco Costa, 2011)

Também os habitats das falésias do planalto costeiro e dos barrancos serranos são importantes do ponto de vista florístico.⁴⁶

O parque compreende uma zona marítima de 2 km paralela à costa. A sua paisagem é constituída por arribas altas ao fundo das quais se encontram belas praias e ainda por cursos de água, charnecas, campos de regadio e matas, em especial na região que compreende os concelhos de Sines e de Odemira.

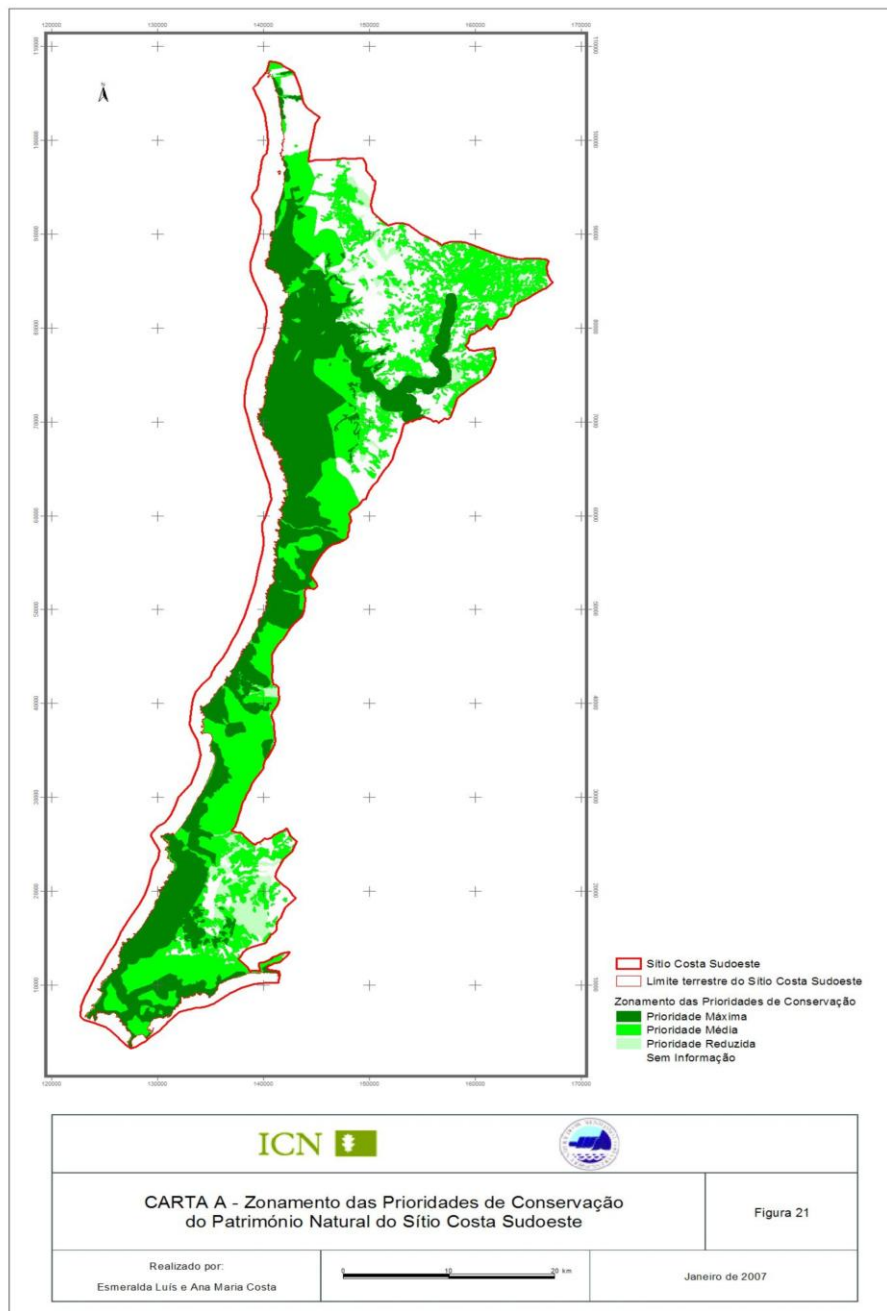
A sua paisagem diversa vai desde os xistos de Arrifana e Odeceixe, os calcários de Sagres até aos sistemas dunares de Milfontes e do Sardão.⁴⁷

Ocupando uma área terrestre de 76 mil hectares, que vai desde a Ribeira da Junqueira, a norte de Porto Covo, no concelho de Sines, na Sub-região do Alentejo Litoral, até ao Burgau, no concelho de Vila do Bispo, na região do Algarve, o Parque tem uma largura

⁴⁶Fonte: [\[online\]](http://portal.icnb.pt/ICNPortal/vPT2007-AP-SudAlentejanoCostaVicentina/O+Parque/Valores+Naturais/Habitats/em 28.08.2011) http://portal.icnb.pt/ICNPortal/vPT2007-AP-SudAlentejanoCostaVicentina/O+Parque/Valores+Naturais/Habitats/em 28.08.2011

⁴⁷Fonte: [\[online\]](http://portal.icnb.pt/ICNPortal/vPT2007-AP-SudAlentejanoCostaVicentina/O+Parque/Valores+Culturais/Paisagem/em 28.08.2011) http://portal.icnb.pt/ICNPortal/vPT2007-AP-SudAlentejanoCostaVicentina/O+Parque/Valores+Culturais/Paisagem/em 28.08.2011

Figura 5 – Carta de Zonamento das Prioridades de Conservação do Património Natural do Sítio Costa Sudoeste



Fonte: ICNB (2007)

Quadro 4 – Espécies e habitats que suportam a delimitação dos diferentes níveis de prioridade de conservação do Património Natural no Sítio Costa do Sudoeste

NÍVEIS DE PRIORIDADE	VALORES NATURAIS [IVF3]	
MÁXIMA	Habitats Naturais Importantes	1150* – Lagunas costeiras. 2130* – Dunas fixas com vegetação herbácea («dunas cinzentas») 2150* – Dunas fixas descalcificadas atlânticas (<i>Calluno-Ulicetea</i>). 2250* – Dunas litorais com <i>Juniperus</i> spp. 2270* - Dunas com florestas de <i>Pinus pinea</i> e ou <i>Pinus pinaster</i> . 3170* - Charcos temporários mediterrânicos. 4020* - Charnecas húmidas atlânticas temperadas de <i>Erica ciliaris</i> e <i>Erica tetralix</i> . 5140* - Formações de <i>Cistus palhinhae</i> em charnecas marítimas. 6210* – Prados secos seminaturais e fácies arbustivas em substrato calcário (<i>Festuco-Brometalia</i>) (* importantes habitats de orquídeas). 6220* - Subestepes de gramíneas e anuais da <i>Thero-Brachypodieta</i> . 91E0* - Florestas aluviais de <i>Alnus glutinosa</i> e <i>Fraxinus excelsior</i> (<i>Alno-Padion</i> , <i>Alnion incanae</i> , <i>Salicion albae</i>).
	Fauna [valor do IVF ≥ 5,0]	e Cegonha-branca (<i>Ciconia ciconia</i>).....[5,8] Sisão (<i>Tetrax tetrax</i>).....[6,2] Águia-pesqueira (<i>Pandion haliaetus</i>).....[6,8] Gralha-de-bico-vermelho (<i>Pyrrhocorax pyrrhocorax</i>).....[5,4] Águia-cobreira (<i>Circus gallicus</i>).....[6,3] Alcaravão (<i>Burhinus oedipnemus</i>).....[6,5] Carnívoros Migradoras planadoras
	Corredores Ecológicos	e/ou Rio Mira.
	MÉDIA	Habitats Naturais Importantes
Fauna [valor do IVF ≥ 5,0]		ou Todas as espécies identificadas anteriormente (na classe “Prioridade Máxima”).
REDUZIDA	Habitats Naturais	Todos os Habitats Naturais presentes no PNSACV e definidos pela Directiva Habitats.
	Fauna [valor do IVF < 5,0]	e/ou Bufo-real (<i>Bufo bufo</i>).....[4,6] Calhandrinha (<i>Calandrella brachydactyla</i>).....[3,8] Passeriformes migradores de matos e bosques

Fonte: ICNB (2007)

Turismo de Natureza e o Ordenamento do Território Litoral no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina – Estudo de caso: Porto Covo

variável, entre as 0,31 milhas a norte de Porto Covo e os 18 km no concelho de Odemira e uma altitude máxima de 156 metros.⁴⁸

Possui ainda troços de arriba baixa, cordões dunares e um número considerável de ilhotas e recifes, além da ilha do Pessegueiro, o estuário do Mira, o cabo Sardão e o promontório de Sagres.

No que respeita à economia prevalece o sector primário, ligado à agricultura e pecuária, predominando as culturas tradicionais à exceção da área relativa ao perímetro de rega do rio Mira, que devido às suas características, permite a prática de culturas intensivas.

Devido a toda a sua riqueza natural e para preservar a sua biodiversidade, foi classificada como Área Protegida pelo Decreto-Lei nº241/88, de 7 de Junho, tendo também como objetivo disciplinar a ocupação do espaço.

O Decreto Regulamentar nº26/95, de 21 de Setembro, cria o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (incluindo uma área marinha adjacente). Posteriormente a Resolução do Conselho de Ministros nº142/97, de 28 de Agosto, cria a “Costa Sudoeste” (proposto para Sítio de Interesse Comunitário – SIC – rede Natura 2000) e o Decreto-Lei nº 384-B/99, de 22 de Julho, cria a Zona de Proteção Especial (ZPE) para Aves Selvagens “Costa Sudoeste” (que integra diretamente a rede Natura 2000).

A nível internacional a “Ponta de Sagres” está incluída na Rede de Reservas Biogenéticas do Conselho da Europa (área atualmente integrada na ZPE).

Em 2009 a Portaria nº 143/2009 D.R. nº 25, série I de 2009-02-05, define os condicionalismos específicos ao exercício da pesca lúdica no PNSACV e no mesmo ano a Portaria nº 458-A/2009. D.R. nº 85, Suplemento, Série I de 2009-05-04, referente à primeira alteração da Portaria nº 143 do mesmo ano, define as áreas e condicionalismos à pesca lúdica, incluindo a apanha lúdica em águas oceânicas da subárea da zona económica

⁴⁸Fonte: *[online]* <http://www.cm-odemira.pt/PT/Concelho/Patrimonio/PatrimonioNatural/Paginas/ParqueNaturaldoSudoesteAlentejanoeC-ostaVicentina.aspx> em 03.07.2011

exclusiva do continente, águas interiores marítimas e águas interiores não marítimas sob jurisdição da autonomia marítima, e revoga a Portaria n.º 868/2006, de 29 de Agosto.⁴⁹

Embora se trate de uma área natural de grande valor e potencial turístico, o Turismo de Natureza não era um produto previsto na versão inicial no PENT para esta região, que privilegia o *Touring* e o Sol e Mar, fruto da sua diversidade paisagística – embora segundo este documento: um dos fatores diferenciadores de Portugal é a “diversidade concentrada – país *resort* (atlântico, praia, planície, floresta...)”.(PENT: 2007, 46)

Assim, e dada a sua comprovada importância e valor na proposta de revisão no horizonte 2015 (2011), o Turismo de Natureza já faz parte dos produtos em desenvolvimento para a Região do Alentejo e a Gastronomia e Vinhos dos produtos estratégicos, o que revela alguma sensibilidade para as potencialidades desta vasta região.

Por outro lado a aposta no Turismo todo o ano, nos mercados do Norte da Europa e na formação profissional de modo a poder oferecer um serviço de qualidade e diferenciado são alguns dos objetivos deste Plano.⁵⁰

Mas tal como em muitas outras áreas de paisagem protegida, esta também tem sido alvo de polémicas, tendo sido notícia quando da revisão do Plano de Ordenamento do Parque (que esteve em discussão até 30 de Abril de 2010), em que o ICNB foi alvo de críticas por parte das câmaras envolvidas na área do PNSACV, nomeadamente as de Sines e de Aljezur.

4.2| Caracterização do litoral: Praias

Um dos fatores de atratividade e procura turística que caracterizam esta área é, sem dúvida a beleza das suas praias, aliás toda a área do PNSACV está repleta de praias cujas características as tornam tão especiais e como tal tão procuradas.

⁴⁹Fonte: [online] <http://portal.icnb.pt/ICNPportal/vPT2007-AP-SudAlentejanoCostaVicentina?res=1366x768> em 12.11.2011

⁵⁰ Plano Estratégico Nacional do Turismo – propostas para revisão no horizonte 2015 - Fonte: [online] http://www.turismodeportugal.pt/Português/turismodeportugal/Documents/PENT_Revisão.pdf em 02.06.2012

Turismo de Natureza e o Ordenamento do Território Litoral no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina – Estudo de caso: Porto Covo

Devido às suas características geomorfológicas, o litoral do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina é essencialmente rochoso pelo que a maioria das suas praias são de arribas, de que são exemplo a Praia Grande de Porto Covo e Praia da Arrifana, no entanto também se podem encontrar praias contíguas à foz de linhas de água, como é o caso da Praia das Furnas e Praia de Odeceixe e ainda praias de areias contínuas como a do setor Malhão-Aivados (a norte de Vila Nova de Milfontes) e as praias da Bordeira-Carrapateira.



Foto 4 - Praia Grande de Porto Covo (Maria José Mota, 2011)

Também as suas areias e sedimentos registam algumas diferenças que vão desde os cascalhos e burgaus às areias de dimensão média e fina (na sua maioria), sendo os grãos na sua maioria de quartzo, fragmentos de rochas, conchas, caranguejos e ouriços-do-mar.

Devido ao facto de se tratar de uma costa de traçado irregular o transporte de sedimentos é feito de forma perpendicular à praia e a incidência de temporais provoca a remoção de areias e sedimentos, pela ação das ondas, o que confere uma aparência diferente de ano para ano nas praias, que alternam entre o cascalho e a areia como acontece regularmente nas praias de S. Torpes, Samouqueira, entre outras. A recuperação das praias face aos temporais é lenta devido às saliências rochosas que dificultam o transporte dos sedimentos entre as praias mais próximas, variando assim consoante as suas características e o grau de proteção em relação à agitação marítima.



Praia da Samouqueira (Marco Costa, 2011)

Embora na maioria dos casos grande parte da areia retirada fique retida na zona de rebentação das ondas, sendo gradualmente reposta, quando isso não se verifica esta recuperação é muitas vezes reposta de forma natural pela ação de recuo das dunas contíguas às praias, como acontece na Praia da Amoreira e Aljezur, embora outras mais afastadas dos cordões dunares levem cerca de um ano ou mais a recuperar as areias, de que é exemplo a praia da Samouqueira, cuja morfologia muda praticamente a cada ano que passa.⁵¹

As principais praias do Concelho de Sines têm vigilância durante a época balnear e estão equipadas com apoios de praia. As praias de S. Torpes, Morgavel, Vale de Figueiros, Praia Grande de Porto Covo e Ilha do Pessegueiro, tiveram a classificação de Bandeira Azul nos últimos anos devido à sua qualidade que permite que todos delas desfrutem, desde crianças a idosos.

Algumas destas praias têm também uma conotação histórica como é o caso da Praia Vasco da Gama em Sines. Trata-se de uma praia integrada no tecido urbano da Cidade e que foi testemunho dos ataques dos corsários ao embarque de D. Miguel para o exílio. Situada ao

⁵¹Fonte: [online]
<http://www.alentejolitoral.pt/PortalAmbiente/LitoralEAguasInteriores/Litoral/Paginas/Praiasdacostaalentejana.aspx> em 21.05.2012

lado do Porto de Pesca e com um passeio marginal que a contorna e muito utilizado para a prática de *jogging*, confere-lhe um charme cosmopolita.

Mas a praia mais concorrida do concelho é a de São Torpes, ligada ao santo mártir com o mesmo nome e cujo corpo terá dado à costa nas suas areias, no século I da era de Cristo. A jangada de São Torpes, que faz parte da arqueologia naval portuguesa, ainda hoje é utilizada na pesca de uma forma muito residual.

Outra praia com forte conotação histórica é a Praia da Ilha, cujo canal da Ilha do Pessegueiro foi usado como porto de abrigo dos Cartagineses e Romanos durante a subida da costa alentejana. Já a ilha está repleta de vestígios históricos de que são exemplo os vestígios de uma fábrica de salga de peixe romana, de cujo nome *piscis* se pensa que deu origem ao nome da ilha e não da árvore de fruta. Posteriormente, no século XVIII, em sequência de um plano para usar a ilha como um porto de mar, iniciou-se a construção de um forte, cujos vestígios ainda são visíveis.

Hoje em dia esta ilha é visitável durante os meses de Verão por uma embarcação cujo proprietário organiza as visitas e se responsabiliza pela manutenção e limpeza da mesma.

Na Freguesia de Porto Covo as praias de maior extensão e melhor acessibilidade são a Praia Grande e a Praia da Ilha embora existem muitas outras, mais pequenas e escavadas no meio de rochedos, o que lhes conferem um aspeto mais intimista e de que são exemplo: a Vieirinha, Oliveirinha, Foz, Burrinho, Samouqueira (esta de maior dimensão e repleta de rochedos que lhe conferem um encanto especial), Pequena, Espingardeiro, Búzios entre outras belas praias, embora algumas de difícil acesso e sem vigilância.

Existe ainda uma praia de naturismo, junto a Porto Covo, entre a Praia do Cerro da Águia e a Cerca Nova, que pelas suas características (entrecortada no meio das rochas) lhe conferem um ambiente de privacidade e que desde 2002 faz parte do grupo de praias naturistas reconhecidas oficialmente em Portugal.⁵²

⁵²Fonte: [online] <http://www.sines.pt/pt/visitar/praias/Paginas/default.aspx> em 21.05.2012

4.3| Caracterização do território de Porto Covo:

A História da freguesia de Porto Covo, que no século XVIII não passava de uma pequena localidade com quatro fogos e era servida por um pequeno porto de pesca muito condicionado às condições do mar que dificultavam a sua acessibilidade (em especial no Inverno) tem no entanto uma herança cultural que remonta aos séculos IV-III antes de Cristo, nomeadamente na Ilha do Pessegueiro.

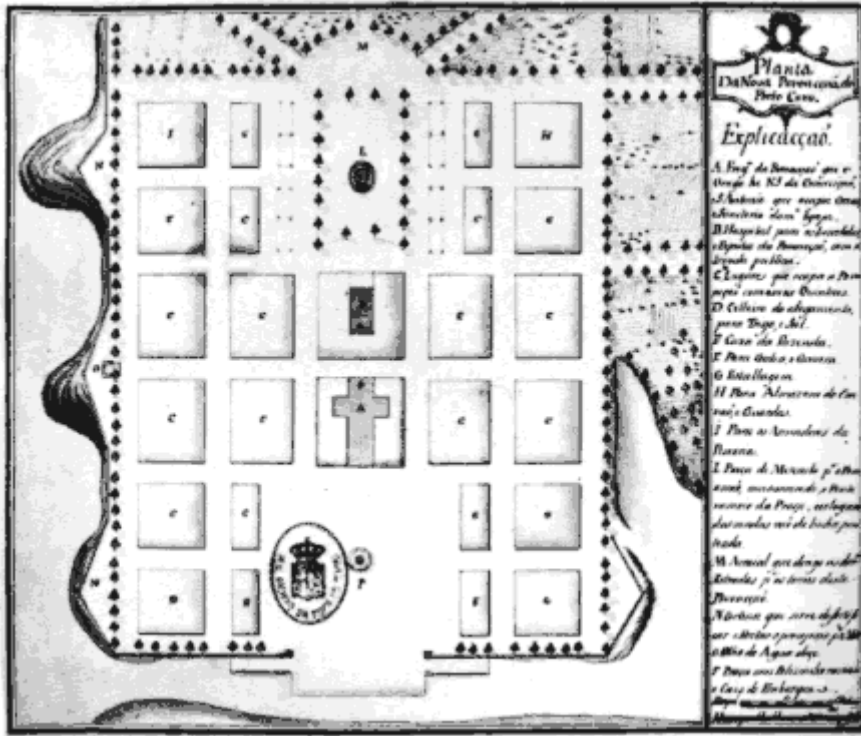
Esta pequena ilha foi, ao longo de vários séculos, alvo de diferentes tipos de ocupação, desde indústria de salga de peixe, devido à riqueza e variedade existente nos seus mares (cujo nome *piscis* poderá ter dado origem ao nome atual), até atividade comercial e ainda um projeto de Filipe I para um porto artificial, no final do Séc. XVI, cujos vestígios ainda se podem encontrar. Deste projeto que nunca foi terminado, restam o Forte da Ilha de Dentro, projetado por Filipe Terzi e o Fortim da Ilha do Pessegueiro, da autoria de Alexandre Massai.

Já no Séc. XVIII, este local despertou o interesse de um comerciante e membro da aristocracia, Jacinto Fernandes Bandeira, que veio a receber o título de Barão de Porto Covo, tendo solicitado a elaboração de um plano urbanístico para este lugar, da autoria de um dos arquitetos pombalinos daí a sua semelhança com o plano de reconstrução da baixa de Lisboa.

Embora estivessem previstos vários equipamentos (hospital, igreja, celeiro, estalagem e cadeia, entre outros), devido á falta de acompanhamento do arquiteto responsável este projeto nunca foi terminado. No entanto o seu traçado retilíneo ainda hoje se mantém, bem como a Praça Marquês de Pombal, a igreja e algumas das suas ruas (no perímetro urbano histórico).⁵³

⁵³ Fonte: [online] <http://www.fportocovo.pt/AFreguesia/Historia/Paginas/Historia.aspx> em 31.05.2012; [online] <http://www.igespar.pt/en/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/155367/em> 02.06.2012; [online] <http://portocovo.planetaclix.pt/hist.htm> em 02.06.2012; Silva (2002)

Figura 6 - Planta da povoação a erigir em Porto Covo, da autoria do arquiteto Henrique Guilherme d'Oliveira, (provavelmente de cerca de 1789 -1794), com o título "Planta / Da Nova Povoação, do Porto Covo" (Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo)⁵⁴



Até aos anos 70 do século passado esta região esteve praticamente adormecida, sendo nessa altura alvo de procura e conseqüente desenvolvimento, devido à carência de habitação em Sines e à construção do Pólo Industrial que levaram a uma maior procura por este local. Foi nesta época que foi construído o denominado Bairro dos Alemães (construído no extremo norte, junto à arriba), para alojar os técnicos estrangeiros deslocados para trabalhar neste polo industrial.

Este polo industrial foi aliás responsável pelo desenvolvimento de toda a região de Sines e Porto Covo que viu a sua elevação a centro turístico previsto quando da elaboração do PDM de Sines e posteriormente reforçado no PROTALI que previa uma série de loteamentos para empreendimentos turísticos.

⁵⁴ Fonte: [online] <http://portocovo.planetaclix.pt/hist.htm> em 02.06.2012

Turismo de Natureza e o Ordenamento do Território Litoral no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina – Estudo de caso: Porto Covo

Ao longo dos anos 80 a população desta freguesia registou um aumento tendo sido construídos alguns novos bairros a Norte e Este, bem como o mercado municipal e o parque de Campismo.



Foto 6 – Vista Aérea de Porto Covo 2002 (Silva:2002)

Na década seguinte, e em virtude do aumento de procura turística, a Câmara emitiu vários alvarás para loteamentos de empreendimentos cujos projetos contrariavam as diretivas do PDM e do PROTALI, motivo pelo qual não foram concluídos, tendo deixado a Câmara numa situação de fragilidade política. Por outro lado verificaram-se também falências de empreiteiros, de que é exemplo o famoso Artigo 47 (Urbanização Investifinatur) tendo transformado este território num “projeto inacabado”.



Foto 7 – Vista Aérea de Porto Covo (2012)⁵⁵

Assim, e perante esse histórico de projetos e obras inacabadas, torna-se pertinente questionarmo-nos se não se trata de uma “maldição” que carece ser quebrada!

4.4| O processo de Ordenamento do território em estudo

Os Parques Naturais, à semelhança dos Parques Nacionais, Reservas Naturais e Paisagens Protegidas, devem dispor de um Plano de Ordenamento que é vinculativo para as entidades públicas e privadas e baseado nos Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas.

Este instrumento define políticas de salvaguarda e conservação, para cada área protegida designando os usos do solo e as condições de utilização e alteração dos mesmos, de acordo com os valores naturais.⁵⁶

⁵⁵ Fonte: [online] Google earth em 14.06.2012

⁵⁶Fonte: [online]

<http://portal.icnb.pt/ICNPortal/vPT2007/O+ICNB/Ordenamento+e+Gestão/Planos+de+Ordenamento+das+Áreas+Protegidas+%28POAP%29/> em 19.10.2010

No entanto, e após uma análise de alguns Planos de Ordenamento de Parques Naturais, além do Plano relativo ao PNSACV, foi feita uma seleção de dois outros Parques situados em territórios Litorais de modo a perceber a lógica de proteção prevista na elaboração dos mesmos. Assim foi escolhido o Parque Natural Sinta-Cascais (PNCS) e o Parque Natural da Arrábida (PNA).

Tratando-se de Parques Naturais, é compreensível que os objetivos gerais sejam idênticos para todos eles, desde “Assegurar a gestão e utilização sustentável dos valores naturais, paisagísticos e culturais, visando a sua efetiva conservação, em particular em locais considerados prioritários ou fundamentais para a manutenção das funções ecológicas vitais para a sua evolução e perpetuação dinâmica”⁵⁷, em que o POPNSC e o POPNA apresentam a mesma ideia, embora aqui o discurso seja exatamente igual em ambos os documentos: “Assegurar a proteção e a promoção dos valores naturais, paisagísticos e culturais, em especial nas áreas consideradas prioritárias para a conservação da natureza.”⁵⁸

Aliás todos os restantes objetivos são iguais, variando apenas alguns pontos relativos aos objetivos específicos em que o POPNSACV faz menção à compatibilização com a atividade agrícola e pecuária no Perímetro de Rega do Mira e o POPNA menciona a salvaguarda do património subaquático.

Todos os documentos definem áreas de proteção, classificando-as por tipologias, considerando assim: áreas de proteção total (cujo objetivo principal é a conservação da natureza e biodiversidade, sendo por isso incompatível com qualquer tipo de uso do solo, da água e do ar); proteção parcial de tipo I (espaços com valores naturais e paisagísticos com importância relevante do ponto de vista da conservação da natureza, onde não há restrições à edificabilidade e todas as atividades devem ser compatíveis com a conservação da natureza); de tipo II (espaços com valores naturais, culturais e paisagísticos de valor relevante embora de menor sensibilidade ecológica em relação ao tipo I e onde a intervenção humana está sujeita a regimes de condicionamento e desde que se assegure a conservação da natureza); áreas de proteção complementar tipo I (espaços com maior ocupação humana, embora com valores naturais e paisagísticos de valor relevante, mas de menor sensibilidade em relação às áreas de proteção total e parcial, por esse motivo são permitidas e promovidas atividades rurais tradicionais e o uso sustentável dos recursos de

⁵⁷ POPNSACV, Título I, Artigo 2º- Objetivos

⁵⁸ POPNSC e POPNA, Título I, Artigo 2º- Objetivos

modo a garantir o desenvolvimento económico-social da região); e complementar tipo II (espaços de menor valor natural e paisagístico, onde se verifica um uso intensivo do solo, maior densidade de construção, vias de comunicação e infraestruturas e onde devem ser promovidas as atividades tradicionais agrícolas, pastoris entre outras e ainda atividades turísticas, recreativas e desportivas e ainda de sensibilização e valorização ambiental), entre outras designações, objetivos e restrições.

Aliás o POPNA ainda define áreas de intervenção específica que correspondem a áreas de valor natural, cultural e patrimonial que carecem de salvaguarda pelo que devem promover medidas que permitam a recuperação e valorização das mesmas.

Apesar de todos os planos especificarem os seus objetivos e restrições relativamente ao uso de cada tipologia, estes são tão extensos e numerosos (19 para o PNSACV, 20 para o PNA e 27 para o PNSC) bem como as disposições específicas para cada categoria, que acabam por se tornar confusos, pelo que não é de admirar que por vezes surjam dúvidas e más interpretações. A título de exemplo o POPNSA, nas disposições específicas das áreas de proteção parcial do tipo I (que são espaços *non aedificandi*) define que são permitidas obras de conservação de instalações existentes, já o POPNSC proíbe a beneficiação ou remodelação de edificações existentes.

No entanto, e apesar de algumas (poucas) diferenças em termos de discurso nota-se uma grande semelhança entre eles, à exceção de um ou outro ponto que refere uma área específica do território, pelo que ao ler um dos documentos fica-se com a ideia da globalidade das normas aplicadas aos parques e reservas naturais.

No entanto além de existirem diferenças entre eles (por vezes consideráveis) também fica a dúvida em relação à aplicabilidade prática de tantas normas e restrições e até que ponto existe forma de fiscalizar todas elas.

Se a esse facto juntarmos a dificuldade de articulação entre as várias entidades envolvidas e respetiva legislação a elas associadas, em que por vezes se torna difícil perceber os limites de responsabilidade de umas e de outras, além da morosidade e burocracia associadas a cada procedimento, é fácil perceber o motivo pelo qual certos territórios não conseguem evoluir.

Por outro lado a vila de Porto Covo, enquanto território de litoral e parte dele situado no PNSACV está submetida à legislação e regulamentação de vários instrumentos de Ordenamento do Território: POOC Sines-Burgau, Plano de Ordenamento do PNSACV, PROTA e PDM.

O POOC Sines-Burgau, é um regulamento administrativo ao qual se devem conformar os planos municipais e intermunicipais de ordenamento do território, bem como os projetos e programas a realizar na sua área de intervenção e incide sobre os concelhos de Aljezur, Odemira, Sines e Vila do Bispo (Artigo 1º).

Ao estabelecer condições de ocupação, uso e transformação dos solos (Artigo 2º), tem entre os seus objetivos, além de ordenar os diferentes usos e atividades da orla costeira, defender e conservar os seus valores naturais, valorizar e qualificar as paisagens consideradas estratégicas por motivos ambientais e turísticos e classifica-las. A sua área de intervenção aplica-se sobre áreas de REN (Praias, Dunas Litorais, Arribas e faixas de proteção às arribas, leitos e cursos de águas, RAN, domínio público hídrico, entre outros – Artigo 6º), no entanto nas áreas do PNSACV abrangidas pelo POOC aplicam-se as regras constantes no plano de ordenamento da respetiva área protegida (Artigo 7º).

Também as acessibilidades estão previstas no Artigo 42º, de acordo com a classificação e tipo de praia, a ainda estão previstas instalações, tais como: apoios de praia; apoios balneares; equipamentos; e apoios recreativos.(Artigo 50º)

Além das praias este instrumento também prevê o ordenamento das infraestruturas portuárias de pesca e de recreio, que devem ser objeto de: obras de reconstrução, consolidação e conservação das infraestruturas e equipamentos existentes; e consolidação de acessos e áreas de estacionamento. (Artigo 64º e 68º) Relativamente aos espaços urbanos, urbanizáveis e turísticos tem por objetivo criar mecanismos que permitam compatibilizar a ocupação urbana e turística salvaguardando e valorizando a orla costeira, pelo que prevê as medidas e condicionalismos no Artigo 70º. O Artigo 72º consagra as UOPG's em que a UOPG1 é referente à Ilha do Pessegueiro, cujo objetivo é definir as

condições de gestão da ilha, o ordenamento dos locais de acostagem e percursos pedonais e condicionar os acessos em meses de nidificação de avifauna. (Artigo 73º)⁵⁹

Apesar do âmbito de intervenção previsto na legislação, na realidade o que se passa no terreno é bem diferente, pautando-se por uma ausência de intervenções, sendo que as que são realizadas são da competência da JFPC e da CMS, na maioria das vezes à revelia dos organismos institucionais, e como tal sujeitos a multas por estas instituições (o que não deixa de ser irónico). Quando existem dois instrumentos de gestão territorial cuja função é gerir (em articulação) e promover o desenvolvimento e a preservação de um território, tal como previsto nos seus documentos oficiais, o que se passa na realidade é uma demissão de responsabilidades.

O Plano de Ordenamento do PNSACV, cuja área de intervenção se situa na zona junto à costa e fora da envolvente urbana, tem entre os seus objetivos a preservação e conservação do património natural e cultural, desenvolvendo uma estratégia de conservação e gestão de modo a manter a classificação de Parque Natural, e promover o desenvolvimento das atividades humanas com vista à melhoria da qualidade de vida das suas populações, numa ótica de desenvolvimento sustentável⁶⁰. A sua intervenção caracteriza-se pela emissão de pareceres de carácter vinculativo e abrange ações relativas a conservação da natureza; atividades marítimo-turísticas; atividades desportivas e recreativas; atividades de turismo de natureza; altura das construções; animação ambiental; apanha: método de pesca comercial ou lúdica individual; área fluvial; área marinha; desporto de natureza, entre outros. No entanto ao longo deste estudo é possível verificar que a posição do PN se torna demasiado protecionista e a qualidade de vida das populações locais não melhorou muito.

Relativamente às áreas de intervenção previstas no POPNSACV, nomeadamente a valorização do património cultural, encontra-se prevista a recuperação e valorização do Forte de Dentro da Ilha do Pessegueiro, no entanto as últimas obras realizadas são da responsabilidade da CMS já que o PN não só não tem verbas como também não parece interessado, tal como demonstrado na entrevista realizada.

⁵⁹Resolução do Conselho de Ministros nº152/98 – Regulamento do Plano de ordenamento da Orla Costeira entre Sines e Burgau – D.R. nº 300, de 30.12.1998

⁶⁰ICNB IP Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade – Plano de Ordenamento do p Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina- Fase 3 – Proposta de Ordenamento, relatório do Plano e Discussão Pública – Março 2010

Enquanto isso a erosão das arribas (em especial as que se situam junto ao Forte) são uma realidade, fruto não só da ação dos ventos e marés como do pisoteio e estacionamento desordenado, em especial durante o Verão, pelos utilizadores da praia da Ilha.

O PROTA, Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo, é um plano estratégico válido para todos os empreendimentos e produtos turísticos e visa o desenvolvimento desta atividade numa lógica de sustentabilidade, procurando conjugar a proteção ambiental, a qualidade de vida e a viabilidade e dinamismo económico. Tendo em conta que a atividade turística é um fator com forte influência sobre a gestão do território, os planos de ordenamento tomam assim um papel de grande importância.

Assim o PROTA define as condições gerais de localização e implementação dos usos turísticos e de lazer, tendo em conta as estratégias de desenvolvimento e ordenamento da região do Alentejo, e os PMOT (de que os PDM's são exemplo) devem assim desenvolver regras de localização e estratégias de desenvolvimento e ordenamento do território respeitando os parâmetros previstos neste documento.

No entanto a intensidade turística máxima prevista para o Litoral Alentejano é de 1 cama turística por habitante (1:1) o que limita consideravelmente o desenvolvimento turístico no território em estudo, cuja população está a diminuir devido ao facto de não conseguir emprego nem habitação na região, revelando assim um ciclo vicioso difícil de reverter.

Por outro lado o PROTA não permitindo a construção de empreendimentos em áreas agrícolas atualmente votadas ao abandono (e fora do perímetro do PNSACV), mas com boas potencialidades turísticas e fora do perímetro urbano, não permite o crescimento e desenvolvimento da atividade turística e a criação de emprego na região, promovendo ainda mais a desertificação, razão pela qual a CMS está em desacordo com este documento.

Note-se que já com o documento anterior a este, o PROTALI, aprovado pelo Decreto Regulamentar 26/93, de 27 de Agosto, embora reconhece-se a vocação turística de Porto Covo, assinalava vários constrangimentos, entre eles a poluição atmosférica provocada pelo complexo industrial de Sines. No entanto, e apesar dos anos que separam este documento da atualidade, a maioria dos estrangulamentos apresentados ainda hoje se mantêm, à exceção da rede rodoviária, ainda em obras de ampliação e do terminal de carga (Terminal

XXI) se encontra em obras de expansão, cuja conclusão está prevista até ao final do Verão, conforme quadro 5.

Relativamente ao Litoral Alentejano o PROTA abrange os concelhos de Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém, Sines e Odemira, pretendendo desenvolver a cooperação e articulação entre os municípios vizinhos.

Embora promova a utilização dos recursos como o mar e as praias balneares, procura que as atividades se realizem tendo em conta a sua dinâmica de transformação e sempre em consonância com as normas estipuladas no POOC.

Quadro 5 - Estrangulamentos e potencialidades do concelho de Sines segundo o PROTALI

Estrangulamentos	Potencialidades
Escassez de solos com aptidão agrícola	Extensa linha de costa com fracos índices de ocupação
A elevada especialização do Pólo Industrial de Sines	Clima favorável a uma exploração turística tirando partido do rico património cultural e natural.
A deficiente oferta em termos de infra estruturas turísticas	Áreas com estatuto de proteção que salvaguarda a preservação dos valores naturais.
Fortes pressões a nível do mercado imobiliário de 2ª residência e de especulação fundiária	Diversidade de recursos naturais como o montado de sobro e pinheiro manso, recursos piscícolas.
Rede rodoviária deficiente.	Condições apresentadas pelo Complexo de Sines
Inexistência de um terminal de carga geral	Capacidade de atracção do triângulo urbano Sines-Santiago do Cacém-St.º André
Fraca densidade populacional, com uma estrutura etária envelhecida, servida por uma rede de equipamentos de saúde insuficiente	As boas ligações rodoviárias longitudinais
Fraca qualificação da mão-de-obra, com uma sazonalidade marcante	

Fonte: Silva (2002)

Relativamente à área abrangida pela Costa Alentejana não é permitida a construção de novas rodovias paralelas à costa devendo o acesso ao litoral processar-se através de vias perpendiculares à linha de costa e devendo privilegiar-se as vias já existentes. No entanto é permitida a construção de ecopistas e vias pedonais e cicláveis, tal como previsto no programa POLIS.

No entanto, e apesar de grande parte da área de intervenção do POOC se encontrar dentro dos limites do PNSACV, foi construída uma estrada municipal (1109) entre São Torpes e Porto Covo, sendo que à entrada desta localidade chega mesmo a invadir o Domínio Público Marítimo, o que já provocou vários problemas nomeadamente desabamentos de terras que afetaram esta estrada e problemas de erosão das arribas. (Silva: 2002)

Embora este documento não contemple o património arqueológico e cultural de Porto Covo/Sines, ao classificar os principais aglomerados e conjuntos urbanos de relevância patrimonial e arquitetónica, Porto Covo está classificado no nível 3 quer em termos arquitetónicos quer arqueológicos.⁶¹

Relativamente ao PDM de Sines, que se encontra em revisão, embora tenha sido feita uma retificação em 2010 por adaptação ao PROTA (nomeadamente em áreas rurais) e após uma análise ao documento relativo à revisão de 2007, foi possível verificar o que foi previsto e realizado para os equipamentos coletivos de âmbito local:

- “Unidade polivalente para sede da Junta de Freguesia e centro recreativo e cultural, que poderá englobar as novas instalações do posto médico, um centro de dia para a 3ª idade e o posto de turismo; (até à data nada foi construído)
- Ampliação do cemitério; (concretizado)
- 1 Mercado municipal; (foi construído)
- 1 Unidade para escola primária e ensino preparatório (adaptação e ampliação da escola primária ou construção de uma nova); (continua previsto mas não construído)
- Adaptação da escola primária para a instalação de uma creche e jardim infantil ou construção de uma nova unidade para esse fim; (foi construído)

⁶¹Resolução do Conselho de Ministros n.º53/2010 de 02 de Agosto – Aprovação do PROTA

Turismo de Natureza e o Ordenamento do Território Litoral no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina – Estudo de caso: Porto Covo

- 1 Farmácia; (já existe)
- Posto da GNR; (existe mas encontra-se encerrado)
- Extensão do quartel de bombeiros de Sines; (não existe)
- Novas instalações para os CTT; (não existe)
- Previsão de um novo local para feira ao ar livre; (existe mas sem condições)
- Ampliação da área destinada ao desporto com inclusão de pelo menos um polidesportivo de pequenos jogos e de uma piscina ou, em alternativa, tanque de aprendizagem. (construído mas ainda em fase de acabamentos)

Assim e passados 5 anos, dos 11 objetivos propostos 4 não foram concretizados, 1 foi mas está inativo e outro não reúne as devidas condições, o que leva questionar o empenho da autarquia nesta freguesia, que vai perdendo cada vez mais residentes e qualidade de vida.

Já os Censos de 2001 indicavam um declínio da população em cerca de 5% e um contínuo processo de envelhecimento, a forma como este território evoluiu é prova de que a situação não só não melhorou como até piorou, conforme os números dos Censos de 2011 que registam um novo declínio de cerca de 7%. (conforme anexos 2 e 3).

Tal como justifica a JFPC, nos Censos 2011, o decréscimo da população residente deve-se ao facto da freguesia não ter “oferta de postos de trabalho permanentes, custo da habitação muito elevado, população envelhecida”, refletindo o impacto do emprego sazonal e a consequente deslocalização da população para outros locais/municípios em busca de melhores condições de vida.

Por outro lado, e tendo em conta a dificuldade em articular tantos instrumentos de gestão territorial e entidades a eles associados, com a agravante de que os procedimentos legais são demasiado morosos, as populações vêem-se frequentemente impedidas de tomar decisões relativamente aos seus próprios bens e no seu território, fazendo com que se sintam demasiado limitadas e constrangidas e levando a que as novas gerações procurem outros locais, que lhes ofereçam melhor qualidade de vida.

Prova disso é o facto de apenas existir uma unidade hoteleira em Porto Covo, o Hotel Apartamento de Porto Covo 3* (com 72 camas). Além desta unidade existe ainda uma Pensão-Residencial Zé Inácio (com 18 camas) e a Pensão Boa Esperança (com 72 camas), e duas unidades de Turismo Rural (com 29 camas), perfazendo um total de 138 camas.

Tratando-se de um número insuficiente de camas face à procura que esta região regista, e apesar da existência de 3 Parques de Campismo, com capacidade para 5.107 pessoas (embora se trate de um tipo de alojamento diferente), este concentra cerca de 97% da oferta de alojamento oficial e 94 % da oferta total, tendo em conta a oferta não oficial.⁶²

Quadro 6 – Unidades de Alojamento em Porto Covo

Unidades Oficiais	Nº Camas	%
Hotel Apartamento	72	1,3%
Pensão Resid. Zé Inácio	18	0,3%
Pensão Boa Esperança	19	0,4%
Refúgio da Praia (TR)	12	0,2%
Parreirinha da Colmeia (TR)	17	0,3%
Total Unidades Oficiais	138	2,6%
Unidades não Oficiais	Nº Camas	%
Apartamentos Capitão	40	0,7%
Apartamentos Rosa	38	0,7%
Apartamentos Campos	48	0,9%
Quartos	20	0,4%
Total Unidades não Oficiais	146	2,7%
Parques de Campismo	Capacidade	%
P.C. Porto Covo	880	16,3%
P.C. Costa do Vizir	3267	60,6%
P.C. Ilha	960	17,8%
Total Parques de Campismo	5107	94,7%
Total Capacidade	5391	100,0%

Embora seja difícil contabilizar esta oferta, baseámo-nos na informação obtida junto do Posto de Turismo e que representa um total de 146 camas, ultrapassando assim o número

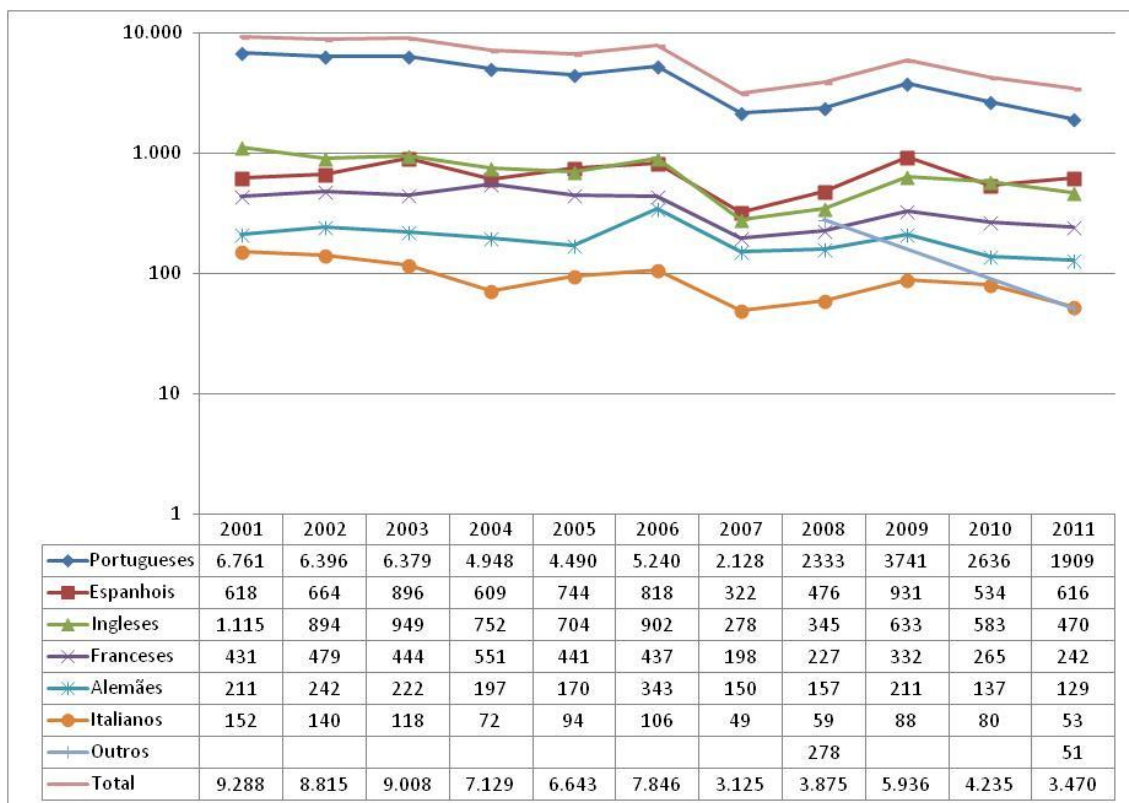
⁶² Informação relativa à capacidade turística obtida por contacto telefónico realizado em Junho de 2012.

Turismo de Natureza e o Ordenamento do Território Litoral no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina – Estudo de caso: Porto Covo

de camas oficiais. Este tipo de alojamentos justifica-se devido à carência de uma oferta qualificada e em número suficiente para fazer face à procura.

Aliás esta é já uma tradição antiga das zonas costeiras quando se começaram a dedicar à atividade turística, no entanto a evolução da procura ao longo dos anos justificava já a existência de uma oferta mais qualificada, especialmente quando existe uma procura de turismo de alguma qualidade e quando se pretende promover o turismo todo o ano, devendo para tal ter uma oferta que possa dar resposta às necessidades deste tipo de mercado.

Gráfico 1 - Turistas que visitam o Posto de Turismo de Porto Covo: 2001-2011



Por outro lado, e tendo em conta todas as obras de requalificação das vias de comunicação (embora ainda estejam em curso) faz sentido a aposta numa oferta qualificada, não tanto em número mas em qualidade que a nível de alojamento quer a nível de serviços.

4.5 | Análise do território à luz dos entrevistados

Para uma melhor perceção da realidade da área em estudo bem como da forma como as várias instituições com responsabilidades na gestão do território pensam e a vêm, foram realizadas entrevistas abertas e o tratamento da informação foi feito com base nos indicadores do MEA, tendo sido criadas três categorias de análise: Ideologia/Poder, com o objetivo de perceber não só qual o poder que estas entidades têm e exercem sobre o território como também a ideologia a ela subjacente; Planeamento/Gestão/Usos do território, de modo a perceber como se desenvolveu o planeamento ao longo dos tempos, como é feita a gestão dos espaços e qual o tipo de uso exercido sobre o território; e ainda a Representação social do Turista, de modo a perceber não só como é que as diversas instituições vêm o turista, mas também como o caracterizam.

Embora a maioria das instituições contactadas tenha colaborado mostrando disponibilidade para uma entrevista, o mesmo não se passou com a ARH Alentejo que solicitou o envio das questões por *correo electrónico*, tendo respondido pela mesma via; e a CCDR Alentejo não só não mostrou disponibilidade como, após a receção do questionário, remeteu as questões colocadas para o ICNB, ARH Alentejo e CMS. Assim e com base nas informações recolhidas foi possível aferir:

- Ideologia/Poder:

Embora o PNSACV seja a instituição que mais poder detém sobre o território compreendido dentro do seu domínio, pois emite pareceres com carácter vinculativo, e sendo o seu objetivo a proteção dos valores naturais, na realidade assume um papel demasiado protecionista de “não mexer para não estragar”, considerando a erosão um processo normal (o que não deixa de ser uma realidade, embora isso não invalide que deva ser evitado) daí que nada se deva fazer para contrariar a natureza. Ao tomar esta posição assume uma política de negação face a qualquer intervenção (mesmo as que seriam da sua responsabilidade) acusando os órgãos de poder local de apenas se preocuparem em construir e de fazerem intervenções que não são da sua competência e de forma pouco correta como sucedeu com o Forte da Ilha em diz mesmo: “Não mexam que só estragam”.

Por seu lado a ERT acusa o PN, enquanto organismo publico, de nada fazer, de por entaves a quem quer fazer (é mais fácil dizer não) e ser ele o responsável pela degradação e

erosão. Por outro lado acusa esta entidade de, pelo facto de não ter fundos para as intervenções também dificultar outros de o fazerem e de não saberem tirar partido dos valores naturais, sendo que esta é uma atitude típica de organismos públicos, que se acomodam à ideia de não intervir por não falta de verbas. Esta entidade vai ainda mais longe ao considerar que esta inércia é promotora da degradação e erosão, considerando que a visitação organizada pode ser uma forma de preservar e ajudar a preservar ao gerar benefícios económicos. Considera importante a recuperação e requalificação do Forte pois trata-se de um monumento de importância turística.

Já a CMS, assume um papel “politicamente correto” ao considerar que, embora a integração da área de Porto Covo no PN tenha trazido alguns constrangimentos também permite a exploração de nichos de turismo embora, e segundo as suas previsões esses nichos correspondam à construção de *resorts* e campos de Golf em áreas onde o PROTA não permite. No entanto e em relação ao Forte da Ilha de dentro acusa o PN de não se preocupar com a sua degradação, valorizando o empenho da CM que executou obras de sustentação e defende que este devia ser alvo de um projeto público-privado com a instalação de um salão de chá e um restaurante que serviriam de apoio a unidades de alojamento a construir para o interior.

Sem qualquer tipo de pudor a JFPC considera que a inserção de Porto Covo no PN não foi uma mais-valia dado que esta entidade não protege nem requalifica o património natural e cultural, alegando falta de meios financeiros e humanos, limitando-se a aplicar multas e demitindo-se das suas responsabilidades. Apesar de reconhecer que atualmente o Forte está em melhor estado, não concorda com a forma como as intervenções foram feitas e acusa os vários organismos intervenientes: Câmara, IGESPAR e PN de terem fechado o monumento impedindo que este seja visitado. Desta forma não acusa formalmente a CMS de o ter fechado, embora esteja a fazer diligências junto desta entidade, no sentido de conseguir uma chave para poder organizar visitas.

Em relação ao problema de estacionamento junto às falésias o PN limita-se a acusar a CMS de não fazer um edital a definir regras, sendo que o motivo pelo qual não o faz se prende com questões políticas, e não concorda com a limitação através de pins e colocação de placas e avisos por considerar ser uma poluição visual. Por outro lado não concorda com a construção de um parque para auto caravanas, defendendo a criação de condições nos parques já existentes. Embora assuma que a fiscalização não é eficaz, até porque os

estrangeiros acabam por não pagar, uma vez que não são obrigados a fazê-lo no local e os processos são demasiado burocráticos e prolongados envolvendo embaixadas e consulados, considera que o edital resolveria estas questões e permitiria que a fiscalização fosse mais eficaz.

Por oposição a ERT é a favor dos impedimentos físicos em vez de colocar placas com avisos e aproveitar a Polis para esse ordenamento do território, uma vez que considera este método mais eficaz, enquanto a CMS prefere justificar-se com a necessidade da construção de Parques para Auto Caravanas para resolver este problema. Pese embora o facto de a ERT concordar com a construção de um Parque para Caravanas, que até está previsto no POOC e no programa POLIS, duvida que o PN autorize tal construção, o que se verifica pela posição desta entidade em dar preferência criação de condições nos parques já existentes. Também a ARH Alentejo concorda com a construção deste Parque, desde que devidamente afastado das arribas e das zonas ambientalmente sensíveis.

No entanto a JFPC acusa o PN de não fiscalizar os estacionamento ao longo da costa, em especial das auto caravanas, e a CMS de não colaborar já que a Junta já fez três tentativas para criar um local para efetuar despejos e abastecimento de água e todas foram goradas por imposição da CM, mesmo depois de terem dado aval à obra. Por outro lado acusa também o PN de não permitir que o único Parque de Campismo com condições para receber auto caravanas não o poder fazer, como retaliação por incumprimento relativo ao número apartamentos construídos.

-Planeamento/Gestão/Usos do Território:

Embora a área urbana não seja da responsabilidade do PN esta entidade considera que nos últimos 20 anos Porto Covo registou um crescimento para cerca de o dobro mas para interior, de acordo com o P.U. no entanto a maioria das construções são de habitação secundária.

Em relação ao perímetro urbano a ERT considera que o planeamento foi uma má opção, tendo sido vítima não só da burocracia e morosidade dos processos como das mudanças políticas que provocaram mudanças nos planos e consequentes paragens e atrasos como é o caso do Artigo 47, sendo esta opinião partilhada quer pela CMS quer pela JFPC. A CMS defende ainda que antes da elaboração e aprovação do PU, Porto Covo registou um

crescimento desordenado, com passeios estreitos e habitação concentrada, no entanto após intervenção desta entidade, a situação melhorou tendo inclusive sido construída uma nova ETAR, feita a requalificação do centro histórico, construção do Jardim Público, do Pavilhão Multiusos e ainda o projeto para um novo centro escolar. Por outro lado considera que este PU permite o crescimento da área urbana respeitando a zona costeira, já que a sua planta foi construída em forma de concha crescendo e alargando-se para o interior.

Embora a JFPC concorde com a maioria das intervenções, acusa a CMS de tardar nas suas decisões o que obrigou a que esta entidade tenha tomado decisões à sua revelia, como a construção de vários jardins junto aos bairros residenciais e ainda de apenas se preocupar com construção de casas para segundas residências (promovendo ainda mais a especulação imobiliária), não se preocupando em construir um bairro social (à semelhança do que fez em Sines) pelo que os jovens se vêm obrigados a ir procurar casa fora do município devido aos preços proibitivos que aqui se praticam. Esta entidade afirma ainda que a Junta tem sido vítima, ao longo dos anos, de querelas políticas que resultaram em falta de apoios, já que nunca foi da mesma cor política da Câmara.

O PNSACV por um lado concorda que deve haver meios de alojamento mas por outro não concorda com a construção de mais unidades, alegando que existem meios de alojamento encerrados durante o inverno (o que revela um desconhecimento da realidade já que essa situação apenas ocorre com os alojamentos não oficiais) que em vez disso deveria de haver uma central que reunisse toda a oferta turística e a gerisse ao longo do ano, em colaboração com os hoteleiros, a CMS e o Turismo. Por oposição todas as restantes entidades são a favor da construção de unidades hoteleiras, como condição essencial ao desenvolvimento do Turismo, em especial do turismo ao longo de todo o ano, bem como de serviços e equipamentos turísticos, considerando mesmo que este é o grande *handicap* desta região.

Embora a necessidade da requalificação do portinho de Porto Covo seja comum às várias entidades o PNSACV considera que não é necessário fazer construção, apenas pequenos arranjos, a CMS por seu turno tem um projeto de vulto incluindo a construção de uma anfiteatro e instalação de um teleférico. Já a JFPC lamenta-se do facto da ARH Alentejo se demitir das suas obrigações nada fazendo e ainda acusar esta entidade, que é a única que vai

fazendo algumas intervenções para evitar a degradação total, demonstrando uma falta de conhecimento das suas funções e responsabilidades.

Relativamente aos acessos às praias, estes têm melhorado em virtude das obras efetuadas pela JFPC com o apoio da Câmara, embora à revelia do PN, que chegou mesmo a fazer parar os trabalhos, embora este tipo de intervenções esteja previsto no POOC, e todas as restantes entidades concordem com a sua necessidade. No entanto, e apesar de também ser uma responsabilidade (reconhecida) da ARH Alentejo, esta entidade nada tem feito para melhorar os acessos.

Embora todas as entidades considerem que a atividade agrícola tem vindo a perder importância ao longo dos anos, apenas se mantendo o pastoreio, apesar de ser menos expressivo do que no passado, de um modo geral esta atividade não interfere com as normas do PN. De qualquer modo a CMS, quando questionada sobre este assunto prefere referir que a atividade turística é mais rentável, que os terrenos não são tão férteis quanto isso pelo que é a favor da sua reconversão para o turismo.

Já a atividade piscatória, em especial a pesca desportiva (uma vez que a artesanal perdeu expressão) é motivo de discórdia. O PN considera que a fiscalização é eficiente, a avaliar pelas coimas aplicadas, no entanto não é eficaz já que não consegue controlar esta atividade a 100%.

A CMS considera que as restrições impostas são necessárias e acusa os pescadores desportivos de aproveitamento económico ilícito da atividade. No entanto a JFPC acusa o PN de não ter passado licenças de mariscadores à população local que se vê assim impedida de exercer uma atividade tradicional na região, vendo outros de fora vir para o seu território fazê-lo, considerando isso revoltante (pese embora o facto de muitos o continuarem a fazer mesmo que à revelia das autoridades).

- Representação Social do Turista:

Embora a maioria das entidades considere a atividade turística recente e ligada às praias, curiosamente a JFPC deu a conhecer uma nova visão: inicialmente esta região começou por ser procurada pelos efeitos curativos das suas águas para problemas de reumático, os banhos de “salinhos quentes” que se realizavam num balneário junto ao Portinho, bem

como num edifício perto do Forte da Ilha de Dentro (tradição talvez herdada dos romanos que já haviam construído um pequeno balneário na Ilha do Pessegueiro)⁶³.

Contudo o único ponto em comum entre todas estas entidades seja o facto de todos concordarem que, atualmente, o turista que procura esta região o faça devido à sua beleza natural e às suas praias, embora a gastronomia e em especial o bom peixe fresco seja outro atrativo que apenas o PN não considera. Aliás esta entidade acredita mesmo serem as praias e o mar o único interesse turístico desta região, justificando por esse facto não ser necessário criar mais infraestruturas dado que esta procura é sazonal e sempre será, contrariando assim a ideia partilhada pelas restantes entidades de que existe procura mesmo em época baixa, que esta deve ser potenciada e criadas as devidas condições de acolhimento, reconhecendo assim a necessidade de promover o Turismo Todo o Ano, de acordo com as conclusões da Conferência com o mesmo nome, que decorreu em Sines, em Novembro de 2011.

Apesar de a maioria considerar que esta região tem um clima ameno de inverno, que atrai os turistas do Norte da Europa, apenas o PN não partilha desta opinião dizendo mesmo que esta costa tem uma nortada que torna o seu clima desagradável e que os povos do norte da Europa preferem outros destinos do Sudoeste Asiático, com melhores condições e preços e por cerca de mais duas a três horas de voos, em relação a Portugal, o que revela um desconhecimento não só das preferências (já comprovadas) dos turistas como do tempo de voo entre estes países (que é consideravelmente superior).

Já em relação à densidade da procura e ao poder de compra dos turistas, apenas o PN considera que estes são poucos e têm pouco poder de compra. Por oposição as restantes entidades consideram que esta região tem muita procura em época alta, tratando-se de um tipo de turista com poder de compra. Por esse motivo a aposta em novas unidades Hoteleiras e *Resorts* com uma oferta variada de serviços, que permita atividades ao longo do ano e que possam dar resposta às preferências deste tipo de turista, justificam esta necessidade.

Relativamente aos Agentes Económicos, e à exceção do Hotel Apartamento e do Parque de Campismo de Porto Covo, todos os outros sentem que a integração no PN trouxe mais constrangimentos do que benefícios, não só em benefícios económicos, uma vez que tantas

⁶³ Fonte:ICN, PNSACV – *Arqueologia da Ilha do Pessegueiro*, desdobrável cedido por esta entidade.

restrições acabaram por afastar alguns visitantes, como também culturais já que se perderam algumas tradições locais (como a apanha de marisco e o salto á fogueira nos Santos Populares) pelo facto de terem sido proibidas pelo PN. De um modo geral, em especial aqueles que são naturais de Porto Covo, sentem-se presos nos seu próprio território, e tal como refere o Dr José Costa⁶⁴ sentem-se como “índios numa reserva”.

Mesmo aqueles que tomam sua a responsabilidade destas instituições, como é o caso do Sr. Joaquim Matias, proprietário do único barco que organiza visitas à Ilha do Pessegueiro, que passou a ser a única entidade a realizar trabalhos de limpeza e preservação da Ilha (responsabilidade do PN), bem como de criar condições no Portinho para o acolhimento, embarque e de passageiros (da responsabilidade da ARH Alentejo), não só não tem apoios como vê as suas condições de trabalho a piorar por falta de apoios e aumento no valor da licença.

Assim, a após uma análise ao discurso e respostas dadas pelas várias entidades é possível concluir que o PN, embora seja a entidade responsável pela preservação e conservação dos valores naturais, ambientais e culturais, e talvez devido ao facto de se encontrar numa posição difícil, com falta de meios para intervir, assume uma posição demasiado protecionista e conservacionista já que, na maioria dos casos nada permite fazer. Por outro lado assume uma posição de acomodação face a esta situação limitando a sua intervenção fiscalizar e passar multas.

Por sua vez a ARH Alentejo, nomeadamente a pessoa encarregue de visitar esta região, revela uma falta de conhecimento não só das suas responsabilidades como da própria realidade local, embora a nível central se considere que são feitas intervenções nas áreas da sua responsabilidade, o que na realidade não acontece.

Já a ERT, embora de constituição relativamente recente (Decreto-Lei nº 67/2008, de 10 de Abril) e com previsão para uma reestruturação a breve prazo, tem tentado fazer um papel de mediador entre as várias entidades, embora até à data pouco tenha conseguido. De qualquer modo esta entidade pretende promover a atividade turística, a criação de mais meios de alojamento, infraestruturas e serviços de apoio no sentido de promover o Turismo Todo o Ano. Esta promoção passa também por atrair o mercado do Norte da

⁶⁴ ex-deputado do PSD na área do ambiente, envolvido na criação do Parque Natural, em que um dos objetivos era o de reduzir o número de instituições envolvidas e agilizar a relação entre elas no sentido de tomar as medidas necessárias à resolução dos problemas.

Europa, que já demonstra algum interesse por esta região, no entanto a falta de unidades hoteleiras e serviços de apoio não permitem a sua expansão.

Embora a CMS pretenda demonstrar interesse e preocupação pelo desenvolvimento turístico de Porto Covo, na realidade as questões políticas sobrepõem-se. Apesar de não querer demonstrar essa intensão o seu discurso reflete uma maior preocupação pelo desenvolvimento de Sines, em detrimento daquele que foi considerado o pólo turístico da região.

Assim a JFPC, embora seja a entidade com menos poderes é aquela que mais intervém pese embora o facto de nem sempre ser bem-sucedida, e com as limitações acometidas a uma entidade de poder local, com poucos meios e falta de apoio por parte das restantes entidades com responsabilidades na gestão do território.

V | Conclusões

5.1 | Análise Conclusiva

À semelhança de outros territórios litorais Porto Covo regista uma forte procura, em especial durante a época balnear, em virtude da beleza das suas praias, mas também pela beleza das suas paisagens naturais e pela sua gastronomia onde predomina o bom peixe e marisco oriundos desta costa.

A necessidade de preservar os valores naturais e ambientais de uma área sensível e em risco de degradação devido à forte procura levaram à criação de uma Área de Paisagem Protegida (1988) e posteriormente à criação do PNSACV (1995).

Apesar das boas intenções que estiveram na génese do PN, tal como defendeu o Dr. José Costa⁶⁵, ficaram apenas por aí já que este território continua acometido a um número demasiado elevado de instituições, sem qualquer tipo de articulação e sujeitas a processos burocráticos morosos, que só prejudicam as áreas envolvidas e a sua população.

⁶⁵ Ex-deputado do PSD na área do ambiente, envolvido na criação do Parque Natural, em que um dos objetivos era o de reduzir o número de instituições envolvidas e agilizar a relação entre elas no sentido de tomar as medidas necessárias à resolução dos problemas.

Por outro lado, e apesar dos seus objetivos serem mais do que legítimos e importantes ao pretenderem “Assegurar a gestão e utilização sustentável dos valores naturais, paisagísticos e culturais, visando a sua efetiva conservação, em particular em locais considerados prioritários ou fundamentais para a manutenção das funções ecológicas vitais para a sua evolução e perpetuação dinâmica”⁶⁶, na realidade o PN assume um papel conservacionista demasiado radical ao proibir praticamente tudo no território abrangido pelo seu domínio.

Estes constrangimentos não promovem nem a conservação nem a preservação dos espaços já que o “abandono” também é promotor da erosão tal como a ERT refere quando diz que “Não é a visitação que estraga (desde que controlada), é o abandono”.

Por outro lado, se o desenvolvimento sustentável corresponde à utilização responsável dos recursos naturais, permitindo a regeneração da biodiversidade, esta proibição não faz sentido, mesmo tratando-se de um Parque Natural, a menos que existam espécies em risco de extinção, o que não é o caso. Além disso de que serve ter recursos naturais atrativos se não podemos usufruir deles?

A utilização consciente e sustentável destes recursos fará com certeza muito mais sentido do que a proibição total. Por outro lado a utilização turística destes espaços, de forma sustentável, pode e deve ser um meio de gerar recursos de apoio à regeneração e conservação destes espaços bem como gerar riqueza a nível local.

A promoção de atividades de turismo de natureza e Turismo em espaço Rural (TER), que permitam uma correta utilização dos recursos naturais, de uma forma sustentada e ao longo do ano, permitem não só gerar riqueza no território, como fixar a sua população contrariando assim a sazonalidade da atividade turística, os problemas da qualificação da oferta e uma relação equilibrada de oferta VS benefício.

Tendo por princípio que a atividade turística vive dos recursos naturais e que só sobrevive se a sua regeneração estiver garantida, surge assim a necessidade de calcular a capacidade de carga de um território de modo a que este não perca essa capacidade de regeneração. É aqui que o planeamento tem um papel fundamental ao definir limites de utilização de um espaço em função dos objetivos de desenvolvimento. Por esse motivo a definição de limites aceitáveis de mudança faz sentido, em especial quando se trata de áreas protegidas.

⁶⁶ POPNSACV, Título I, Artigo 2º- Objetivos

No entanto a definição destes limites, em especial em áreas tão sensíveis, torna-se por vezes difícil de calcular ou quantificar de modo a definir modelos de gestão, sendo que fará mais sentido abordar esta questão com o objetivo de perceber quais os impactes máximos admissíveis, tendo em conta os valores naturais e ambientais a preservar bem como os objetivos de gestão e desenvolvimento (o que mesmo assim nem sempre é fácil de calcular), daí que as instituições com responsabilidade nesta área optem muitas vezes por modelos de planeamento demasiado restritivos e negativistas, que resultam numa proteção indiferenciada de todos os valores, revelando uma falta de objetivos concretos de atuação, tal como defende Silva (2002) e como se verifica no território em estudo.

Embora se reconheça a necessidade efetiva de proteger esta área, e apesar da falta de coordenação entre as várias entidades com responsabilidades na gestão do território, as alterações ocorridas ao longo dos anos não foram (até à data) comprometedoras dos recursos naturais e do ambiente. Mesmo a área urbana, cujo crescimento se deveu essencialmente devido à procura de residências secundárias, expandiu-se para o interior, à exceção do denominado Bairro dos Alemães, construído no extremo norte junto à arriba durante os anos 70, ou seja, antes da elaboração do PDM e do PU de Porto Covo. Por esse motivo pode-se concluir que o crescimento de Porto Covo se deveu essencialmente à atividade turística daí que a preponderância da ação turística no processo de ordenamento do território em estudo é uma realidade comprovada.

No entanto, e apesar de se reconhecer que esta atividade não tem sido comprometedoras da sustentabilidade da região, existem problemas que carecem resolução rápida pois podem causar problemas a muito curto prazo. Trata-se das auto caravanas que estacionam e fazem despejos ao longo desta costa e em que mais uma vez as entidades empurram a responsabilidade de umas para as outras, umas por falta de meios, outras por questões políticas e outras ainda por incúria e falta de dinâmica.

Tal como sucedeu um pouco por todo o território nacional, também a área em estudo foi alvo de um planeamento tardio, já que o PDM surgiu apenas 1990, em sequência das exigências impostas pela entrada na CEE e de modo a ter acesso aos programas de apoio e fundos estruturais, o PROTALI em 1993, o POPNSACV em 1995 e o POOC Sines-Burgau em 1998.

Tendo em conta a hierarquia destes documentos pode-se concluir que surgiram em ordem inversa relativamente ao seu grau de importância e força jurídica, o que originou problemas com os órgãos de poder local, cujos exemplos do mau planeamento anterior à elaboração destes documentos ainda hoje são visíveis (passeios estreitos e habitação concentrada), sendo que este também é um problema recorrente em todo o território nacional.

Por outro lado Porto Covo tem um histórico de projetos inacabados de longa data que teima em prolongar-se no tempo e de que são exemplo o Artigo 47, relativo ao projeto de um complexo hoteleiro que se encontra parado por falência do construtor em sequência de vários problemas ocorridos ao longo do tempo, decorrentes da burocracia tardia e de mudanças na legislação que inviabilizaram parte do projeto. Talvez pelos motivos apontados a maioria dos constrangimentos indicados no PROTALI (1983) ainda hoje se mantenham.

Apesar das últimas revisões efetuadas a estes documentos parecerem pretender ser um pouco menos restritivas, os grandes problemas mantêm-se já que todas as grandes decisões a nível político e de ordenamento do território são tomadas sem ouvir as comunidades, pelo que se prevê que os conflitos com as instituições de poder regional e local se mantenham já que não há qualquer tipo de alteração estratégica no sentido de permitir a sua participação nestes processos.

No entanto as dificuldades não se ficam por aqui já que a própria legislação é complexa e promotora de gerar confusões de interpretação, o número de instituições com responsabilidades de gestão do território é demasiado, os processos são demasiado burocráticos, prolongando-se no tempo e inviabilizando a tomada de decisões, o que tem prejudicado muito o território em estudo.

Esta é também a opinião dos vários agentes económicos contactados, que se sentem limitados e impedidos de desenvolver a sua atividade, quer a nível de hotelaria, em que existem projetos parados e outros que nunca chegaram a iniciar-se, bem como a nível de comércio local e serviços, em que os impedimentos constantemente colocados pelo PN têm prejudicado o desenvolvimento local.

Por outro lado também as tradições locais têm vindo a desaparecer gradualmente em virtude dos impedimentos colocados pelo PN, sendo que atualmente as poucas festividades

que se mantêm estão sobretudo concentradas na época de verão e de que é exemplo a festa de N. Sra. da Soledade, santa padroeira de Porto Covo.

Embora a maioria das atividades tradicionais (pesca, agricultura e até alguma produção de artesanato ligado ao mar) tenham desaparecido e a população local se tenha dedicado, quase exclusivamente, á atividade turística, a pastorícia ainda tem alguma expressão (embora pequena), no entanto os problemas decorrentes da sazonalidade são visíveis em especial durante o inverno, em que muitos estabelecimentos comerciais se encontram encerrados. Não obstante a hotelaria é uma exceção, o que revela que mesmo em época baixa há alguma procura turística que carece ser promovida e potenciada.

Tendo em conta os dados recolhidos do Observatório do Turismo Alentejano⁶⁷, e embora sejam apenas relativos a um estudo efetuado durante o inverno de 2011, com algumas limitações e também relativos ao território alentejano no seu todo, e não só da área litoral, foi possível confirmar algumas informações obtidas junto dos agentes económicos locais e que contrariam a opinião do PNSACV.

Assim, este estudo permitiu desenhar o perfil do turista que procura o Alentejo e perceber que se trata de visitantes entre os 25 e 54 anos de idade; na sua maioria casado, com formação a nível superior e auferindo rendimentos entre 1001 e 3500 Euros mensais; a maioria desloca-se em viatura própria, tem uma permanência superior a 3 noites e regista um gasto médio diário de 60 Euros por pessoa e dia; a maioria viaja com a família ou amigos e a maioria opta pelos alojamentos coletivos, seguido da Hotelaria e dos alojamentos privativos, o que revela que a carência de unidades hoteleiras é um mal geral nesta região; a maioria dos visitantes fica muito satisfeito com o destino daí que pretendam voltar e muitos são mesmo repetentes, à semelhança do que acontece no território em estudo e que confere com as informações obtidas através de consulta ao posto de Turismo de Porto Covo.

O mercado espanhol continua também a ser o que mais nos visita seguido dos países do norte da Europa, sendo que a promoção nestes países deverá ser reforçada no sentido de incentivar a procura deste segmento que nos procura em especial em época baixa,

⁶⁷ Fonte: [online] <http://www.observatorioturismoalentejo.com/images/files/perfil-visitante-alentejoinverno2011.pdf> em: 21.02.2012

permitindo assim manter uma boa taxa de ocupação hoteleira durante o inverno e combater a sazonalidade desta atividade.

Para tal é necessário apostar nos nichos de Turismo de que o *Birdwatching* é exemplo, e aproveitando a enorme diversidade de espécies que visitam esta costa; mas também outros nichos emergentes como o turismo de negócios, de Golf, de Natureza, de Eventos, de acordo com as sugestões e recomendações da conferência Costa Alentejana Turismo Todo o Ano, que decorreu em Sines em 18.11.2011, que reconheceu as boas condições desta costa para o desenvolvimento destes nichos de turismo. Mais uma vez o clima ameno durante o inverno foi considerado um fator importante e atrativo para os turistas dos países do norte da Europa (ao contrário do que foi defendido pelo representante do PNSACV).

No entanto, e como comprovam os números relativos às unidades de alojamento existentes, é necessário criar condições de acolhimento, equipamentos e serviços de modo a fornecer todos os serviços inerentes às atividades que se pretendem desenvolver, devendo ter sempre presente os conceitos de sustentabilidade.

Por esse motivo a aposta em unidades de Turismo em Espaço Rural (TER), e Turismo de Habitação poderá ser uma boa aposta, aproveitando alguns recursos já existentes, e os *resorts* sugeridos pela CMS e ERT, deveriam estar localizados para o interior do território, em terrenos que não tenham uso agrícola nem florestal.

Tal como nas entrevistas aos agentes económicos, a maioria das instituições com responsabilidades na gestão do território e os oradores desta conferência defendem, as motivações dos turistas e visitantes que procuram esta região são: as boas praias, a paisagem preservada, a gastronomia, o facto de haver poucos turistas concentrados no mesmo espaço e a tranquilidade, o que comprova que apesar da atividade turística os valores naturais e ambientais não foram afetados pese embora o facto da atividade turística ter sido promotora do crescimento urbano, a nível de segundas residências.

Por esse motivo pode-se concluir que a atividade turística foi promotora de fatores de antropo-ação do território em estudo, embora ao mesmo tempo também tenha promovido a proteção dos valores naturais e ambientais preconizados pelo PNSACV, pese embora o facto de as suas medidas serem frequentemente excessivamente protecionistas.

À semelhança dos critérios de avaliação do MEA, os Serviços de Ecossistema deste território que servem a atividade turística e de lazer e que são as paisagens naturais, as praias e o ambiente de um modo geral (que apesar da proximidade ao complexo Industrial de Sines, não tem prejudicado a procura turística) carecem de uma atenção especial já que estão integrados num Parque Natural. No entanto, e com base no estudo efetuado, talvez fosse preferível apostar na educação ambiental em vez da proibição (como acontece atualmente), já que este tipo de ações são promotores da proteção e preservação dos espaços naturais, tal como o PN defende.

Relativamente aos “*Drivers*” ou promotores de alterações, que são todos os turistas e visitantes que procuram este território e que, invariavelmente causam impactes mesmo que mínimos, há que ter especial atenção aos auto caravanistas que estacionam desordenadamente ao longo desta costa, em especial junto às falésias, fazendo despejos e poluindo as águas, as praias e os próprios terrenos onde permanecem, muitas vezes mais tempo do que o permitido.

Seria recomendável o ordenamento dos estacionamento através de editais, da construção de mais parques de estacionamento e de uma fiscalização mais eficaz não só a este tipo de viaturas como a todas as outras que estacionam ao longo das praias, em especial durante a época balnear.

Embora nos últimos anos tenha havido o cuidado de colocar *pins* de madeira a limitar algumas áreas de estacionamento em especial junto a algumas praias desta costa, seria recomendável reforçar esta limitação, aproveitando o projeto Pólis, bem como construir um parque para auto caravanas já que os existentes são insuficientes face à procura.

Assim, e com base nos cenários propostos no MEA pode-se considerar que o modelo de gestão territorial seguido no passado se aproxima mais do cenário da Orquestração Global uma vez que se regista uma redução da atividade agrícola, abandono de terrenos, intensificação das florestas de pinhal e eucaliptal (nomeadamente a sul de Porto Covo), a poluição do ar (devido ao complexo de Sines) e crescimento dos serviços e do turismo.

Tendo em conta a tendência atual da promoção da atividade turística ao longo do ano e das preocupações ambientais, e apesar do contexto económico que a Europa vive no momento, pode-se considerar que a situação tende a evoluir para um cenário do mosaico

adaptativo, em que a U.E. perde força, o crescimento económico abranda e regista-se de novo uma tendência para implementar a regionalização. A aposta na agricultura sustentável é já uma tendência visível e a diversificação de culturas com base nos conhecimentos e tradições locais e na ciência agrícola⁶⁸ são já uma tendência. Também a preocupação com o bem comum e a qualidade de vida e do ambiente são uma realidade o que comprova mais uma vez a tendência para uma evolução à luz deste cenário.

De qualquer modo trata-se apenas e só de uma projeção, sujeita aos condicionamentos decorrentes das possíveis alterações político-económicas e que a atual conjuntura a nível mundial dificulta qualquer tipo de projeção.

5.2| Limitações do Estudo

Ao longo deste estudo foram identificadas algumas limitações que condicionaram a abordagem de determinados temas importantes.

Em primeiro lugar a avaliação da capacidade de carga, não só das praias como da área envolvente, nomeadamente a área urbana de Porto Covo.

Para este estudo foi utilizado como referência a Dissertação de Doutoramento do Dr. Carlos Pereira da Silva, que serve aliás de referência à última revisão do PDM de Sines, no entanto trata-se de um estudo de 2002, tendo assim um intervalo temporal de 10 anos.

Em segundo lugar as informações existentes relativamente ao número de turistas e visitantes de Porto Covo é pouco esclarecedora já que se trata de um registo feito pelo Posto de Turismo local, com base apenas e só nos turistas que visitam o posto e não os que visitam a aldeia, sendo que o critério utilizado é pouco rigoroso.

Por fim o estudo do perfil do turista que visita o Alentejo é demasiado generalizado uma vez que se refere ao Alentejo no seu todo, sendo que se trata de uma área geográfica de grandes dimensões e com territórios de características distintas. Por outro lado trata-se de

⁶⁸ A aposta nos cursos profissionais ligados à atividade agrícola são já uma realidade que está a registar uma procura crescente.

um estudo demasiado limitado no tempo já que foi elaborado apenas durante o inverno de 2011.

5.3| Recomendações para futuras investigações

Por fim, e com base nas limitações encontradas, resta referir algumas recomendações para futuras investigações.

Assim seria interessante e importante a elaboração de um estudo relativo à capacidade de carga desta região, comparando valores ao longo do ano, bem como um estudo de impacto ambiental, tendo em conta a proximidade ao complexo de Sines e o desenvolvimento previsto do Porto com o alargamento do terminal de contentores.

Por outro lado, e porque cada vez mais se deve apostar no turismo todo o ano de modo a combater os impactos negativos da sazonalidade e rentabilizar as infraestruturas, seria importante fazer um estudo do perfil do turista que procura o Alentejo Litoral. Uma vez que se trata de um território com características diferentes, com mar e praias, logo as motivações que levam à procura destes espaços serão necessariamente diferentes bem como os hábitos e consumos.

Também as questões relativas à governança e modelos de participação no processo de planeamento são um tema interessante para futuras investigações já que neste estudo ficou patente a falta de participação dos órgãos de poder local bem como as suas consequências.

Pelo exposto ficam em aberto várias sugestões para futuras abordagens e estudos que permitam não só conhecer melhor como também promover a atividade turística sustentada nesta área natural cuja beleza dificilmente não nos encanta.

Bibliografia

Andrade, F., Cabral, H. e Borges, Maria de Fátima (2009). Ambientes Costeiros. In Pereira, H., Domingos, T., Vicente, L., Proença, V. (Ed). *Avaliação para Portugal do Millennium Ecosystem Assessment* (pp.416-433). Lisboa: Escolar Editora.

Bardin, L. (2006). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70

Braz, J. (2005). Interpretação em áreas protegidas. *Revista Turismo & Desenvolvimento* (Vol. II – nº 2), pp.25-34.

Cancela d'Abreu, M., Cancela d'Abreu, A. (1996). *Turismo e Conservação da Natureza*. Comunicação não publicada. Encontro regional sobre Turismo de Natureza. Monsaraz.(Turismo de Portugal)

Crosby, A. (2009). *Re-inventando el Turismo Rural – Gestion y desarrollo*. Barcelona: Ed. Laertes

Delisle, M. A. e Jolin, L. (2008). *Un autre Tourisme est-il possible?*. Québec: Presses de L'Université du Québec.

Domingos, T., Sequeira, E., Magalhães, M., Valada, T., Vicente, L. Martins, H. Ferreira, M. (2009). Promotores de Alterações nos ecossistemas. In Pereira, H., Domingos, T., Vicente, L., Proença, V. (Ed). *Avaliação para Portugal do Millennium Ecosystem Assessment* (pp.57-89). Lisboa: Escolar Editora.

Fadigas, Leonel (2007). *Fundamentos Ambientais do Ordenamento do Território e da Paisagem*. Lisboa: Edições Sílabo.

Ferretti, Eliane Regina (2002). *Turismo e Meio Ambiente. Uma Abordagem Integrada*. São Paulo: Editora Roca Ltda.

Fidelis, Teresa (2001). *Planeamento Territorial e Ambiente – O caso da envolvente à Ria de Aveiro*. Cascais: Principa.

Fyall, A. e Garrod, B. (1997). Sustainable Tourism: Towards a Methodology for Implementing the Concept. In M.J. Stabler (Ed.), *Tourism and Sustainability* (pp.51-63). London: Cab International

Turismo de Natureza e o Ordenamento do Território Litoral no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina – Estudo de caso: Porto Covo

Gomes, Alexandra Peça Amaral (2007). *Democracia Participativa e Planeamento do território. Análise da 'participação pública' no caso Português*. Tese de Mestrado em Planeamento e Avaliação de Processos de Desenvolvimento. Lisboa:ISCTE

Hall, C. Michael (2000). *Tourism planning: policies, processes and relationships*. Harlow: Pearson Education Limited

Heras, M. P. (1999). *La Guía del Ecoturismo – Como Conservar la Naturaleza a través del Turismo*. Madrid: Mupiprensa

Joaquim, Graça (1994). *Turismo e Ambiente: complementaridade e responsabilidade: contribuição para uma abordagem sociológica do fenómeno turístico*. Tese de Mestrado em Sociologia Urbana. Lisboa: ISCTE

Joaquim, Graça (1997). Da identidade à sustentabilidade ou a “emergência do turismo responsável”. *Revista Sociologia – problemas e Práticas* (Nº 23), pp.71-100

McIntyre, G. (1993). *Sustainable Tourism Development: Guide for Local Planners*. Madrid: World Tourism Organization

Newsome, D., Moore, S., Dowling, R. (2002). *Natural Area Tourism. Ecology, Impacts and Management*. Clevedon:Channel View Publications

Partidário, Maria do Rosário (1999). *Introdução ao Ordenamento do Território*. Lisboa: Universidade Aberta.

Picão, L. (2010). *Turismo de Natureza em Portugal*, comunicação apresentada em Seminário sobre Turismo de Natureza, na Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, 27 de Março de 2010, Estoril.

Pereira, H., Domingos, T., Vicente, L., Proença, V. (2009). Prefácio (Ed). *Avaliação para Portugal do Millennium Ecosystem Assessment*. Lisboa: Escolar Editora.

Pires, Paulo dos Santos (1998, Jan-Jun). A Dimensão Conceitual do Ecoturismo. *Revista Turismo – Visão e Acção*. (Vol. I – nº 1), pp 75-91.

Quivy, Raymond e Campenhoudt, Luc Van (2003). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (3ª Edição). Lisboa: Gradiva.

Turismo de Natureza e o Ordenamento do Território Litoral no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina – Estudo de caso: Porto Covo

Tribe, J (1998) *Corporate Strategy for Tourism*. London: Thomson.

Vieira, João Martins (2007). *Planeamento e Ordenamento Territorial do Turismo – Uma perspectiva estratégica*. Lisboa: Verbo.

Publicações

Ministério da Economia e da Inovação (2007). *PENT - Plano Estratégico Nacional de Turismo*. Lisboa: Turismo de Portugal

WTO – World Tourism Organization (2010). *Joining Forces Collaborative Processes for Sustainable and Competitive Tourism*. Madrid:WTO

ICN, Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (1998). *Arqueologia da Ilha do Pessegueiro*. Lisboa: ICN

Webgrafia

Cristóvão, Artur Fernando A.C. (s/d). *Ambiente e desenvolvimento de áreas rurais marginais: o caminho tortuoso para uma relação potencialmente frutuosa*. [online] <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/29860-29876-1-PB.pdf> em 12.11.2011

Constituição da República Portuguesa. [online] http://www.portugal.gov.pt/pt/GC17/Portugal/SistemaPolitico/Constituicao/Pages/constituicao_p31.aspx em 15.05.2011

Ferreira, C. (coord.); Luís, E. e Costa, A.M. (2007). *Planos de Ordenamento Cinegético para o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina e Áreas Classificadas associadas: Sítio Costa Sudoeste, Sítio Monchique, Sítio Arade/Odelouca, Sítio Ria de Alvor, ZPE Costa Sudoeste e ZPE Leixão da Gaivota*. Relatório Técnico e Cartografia. Parque Natural do Sudoeste Alentejano

Turismo de Natureza e o Ordenamento do Território Litoral no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina – Estudo de caso: Porto Covo

e Costa Vicentina/Instituto da Conservação da Natureza. Aljezur. 158 pp. [online] [http://portal.icnb.pt/NR/rdonlyres/25BBC21D-63B1-4079-B36B-](http://portal.icnb.pt/NR/rdonlyres/25BBC21D-63B1-4079-B36B-BC8929F2F0EC/0/PNSACVOrdenamentoCinegetico_ZICZPE_2007.pdf)

BC8929F2F0EC/0/PNSACVOrdenamentoCinegetico_ZICZPE_2007.pdf em 05.11.2011

Filipe, L. G., Gamboa, M., Sirgado, J. R. (s/d). *Ordenamento do Litoral. A Orla Costeira Sado-Sines*. [online] <http://www.aprh.pt/congressoagua98/files/com/150.pdf> em 14.03.2011

Gaspar, Jorge (1995). *O Novo Ordenamento do Território – Geografia e Valores*. Centro de Estudos Geográficos. Universidade de Lisboa. [online] http://www.ci.esapl.pt/off/maiores23anos2011/ordenamento_territ.pdf em 13.11.2011

GOT, Grupo de Ordenamento do Território (s/d). *O Ordenamento do Território em Portugal*. [online]

http://www.igeo.pt/instituto/cegig/got/17_Planning/Files/indicadores/ot_portugal.pdf em 14.03.2011

ICN (2007), *Planos de Ordenamento Cinegético para o parque Natural do Sudoeste Alentejana e Costa Vicentina e Áreas Classificadas associadas*, [online]

[http://portal.icnb.pt/NR/rdonlyres/25BBC21D-63B1-4079-B36B-](http://portal.icnb.pt/NR/rdonlyres/25BBC21D-63B1-4079-B36B-BC8929F2F0EC/0/PNSACVOrdenamentoCinegetico_ZICZPE_2007.pdf)

BC8929F2F0EC/0/PNSACVOrdenamentoCinegetico_ZICZPE_2007.pdf em 08.01.2012

Joaquim, Graça (s/d). *Turismo Sustentável: o desafio da inovação e da tradição*. Escola de Hotelaria e Turismo do Estoril. [online] <http://www.esac.pt/tern/tern/papers/3-1-Graca%20Joaquim.pdf> em 28.08.2011

Lencastre, Mariana Prieto Afonso (2006). Ética ambiental e educação nos novos contextos da ecologia humana. *Revista Lusófona de Educação*.8, pp 29-52. [online]

<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rle/n8/n8a03.pdf> em 13.07.2011

Pardal, Sidónio (s/d). *Os Espaços Silvestres na Política Territorial*. [online]

http://www.sidoniopardal.com/13_seminarioforestis.pdf em 13.11.2011

TP [Turismo de Portugal] (2011). *Plano Estratégico Nacional do Turismo – Propostas para revisão no horizonte 2015 - Versão 2.0*. [online]

[http://www.turismodeportugal.pt/Português/turismodeportugal/Documents/PENT_Rev](http://www.turismodeportugal.pt/Português/turismodeportugal/Documents/PENT_Rev%20is%C3%A3o.pdf) isão.pdf em 27.05.2012

Turismo de Natureza e o Ordenamento do Território Litoral no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina – Estudo de caso: Porto Covo

Ramos, Jaime (s/d). *Biologia da Conservação*. Programa da Disciplina de Biologia da Conservação do 1º ciclo da Licenciatura em Biologia da Universidade de Coimbra. [online] <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/13283/1/Biologia%20Conserva%20c3%a7%20c3%a3> em 16.10.2011

Rodrigues, M. (s/d). *Crescimento e Desequilíbrios Regionais, Ordenamento do território, Política Regional*. [online] <http://planeamentoterritorial.blogspot.com/2010/10/o-fenomeno-da-litoralizacao-e-o.html> em 04.12.2010

Sá Marques, Teresa (2003). Dinâmicas territoriais e as relações urbano-rurais. *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*. I Série, vol. XIX, Porto, 2003, pp 507-521. [online] <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/326.pdf> em 11.09.2011

Silva, Carlos (2002). *Gestão Litoral - Integração de Estudos de Percepção da Paisagem e Imagens Digitais na Definição da Capacidade de Carga de Praias - O Troço Litoral S. Torpes - Ilha do Pessegueiro*. Dissertação de Doutoramento no ramo de Geografia e Planeamento Regional, Especialidade de Novas Tecnologias em Geografia Apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. [online] <http://run.unl.pt/handle/10362/3651> em 27.05.2012

Anexos

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo 1 – Planta de Síntese do PDM de Sines.....	I
Anexo 2 – Distribuição demográfica – Censur 2001-2011.....	V
Anexo 3 – Censur 2011 – Quadro Síntese.....	VII
Anexo 4 – Estatísticas dos Turistas que visitam o Posto de Turismo de Porto Covo.....	IX
Anexo 5 – Listagem dos alojamentos em Porto Covo.....	XXI
Anexo 6 – Listagem dos estabelecimentos de restauração em porto Covo.....	XXIV
Anexo 7 – Guião das entrevistas aos agentes económicos de Porto Covo.....	XXVI
Anexo 8 – Guião das entrevistas ao PNSACV e ERT.....	XXIX
Anexo 9 – Questionário a ARH Alentejo.....	XXXIV
Anexo 10 – Guião das entrevistas a CMS e JFPC.....	XL
Anexo 11 – Análise de Conteúdo.....	XLV
Anexo 12 – Análise de Conteúdo – Texto.....	LIX
Anexo 13 – Análise geral das entrevistas.....	LXXII

Anexo 1

Planta de Síntese do PDM de Sines

Anexo 2

Distribuição Demográfica – Census 2001-2011

CENSUS 2011 - POSIÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO E RECOLHA DE QUESTIONÁRIOS																												
Área Geográfica	Área Geogr. Completa		Distribuição - Nº de Alojamentos		Nº de Edifícios		Nº de Alojamentos Familiares					Nº de Alojamentos Coletivos		Nº de Famílias Clássicas		Nº de Famílias Institucionais		Nº de Indivíduos Residentes										
	Sim	Não	2001	Distribuídos		2001	2011	%	2011			2001	2011	%	2001	2011	%	2001	2011	%								
				Nº	%				Papel	Net	%										Nº	%						
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	
Total Fregu. (2001)			1.053	0		848	0		1.051	0	0,00	0	0,00	0		2	0		423	0		0	0		1.116	0		
001	1	0	0	314		0	248		0	365	96,56	13	3,44	378		0	1		0	149		0	0		0	352		
002	1	0	0	431		0	367		0	408	91,69	37	8,31	445		0	2		0	125		0	0		0	319		
003	1	0	0	279		0	311		0	305	94,43	18	5,57	323		0	4		0	148		0	0		0	364		
Total	3	0	1.053	1.024	97,25	848	926	109,20	1.051	1.078	94,07	68	5,93	1.146	109,04	2	7	350,00	423	422	99,76	0	0	0	0,00	1.116	1.035	92,74

Fonte:INE/JFPC

Anexo 3

Quadro Síntese – Censur 2011

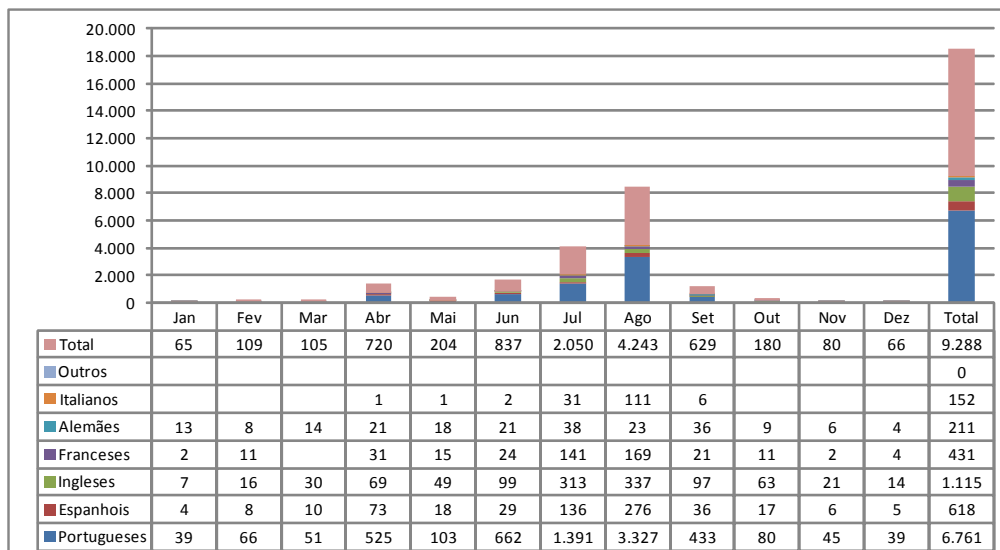
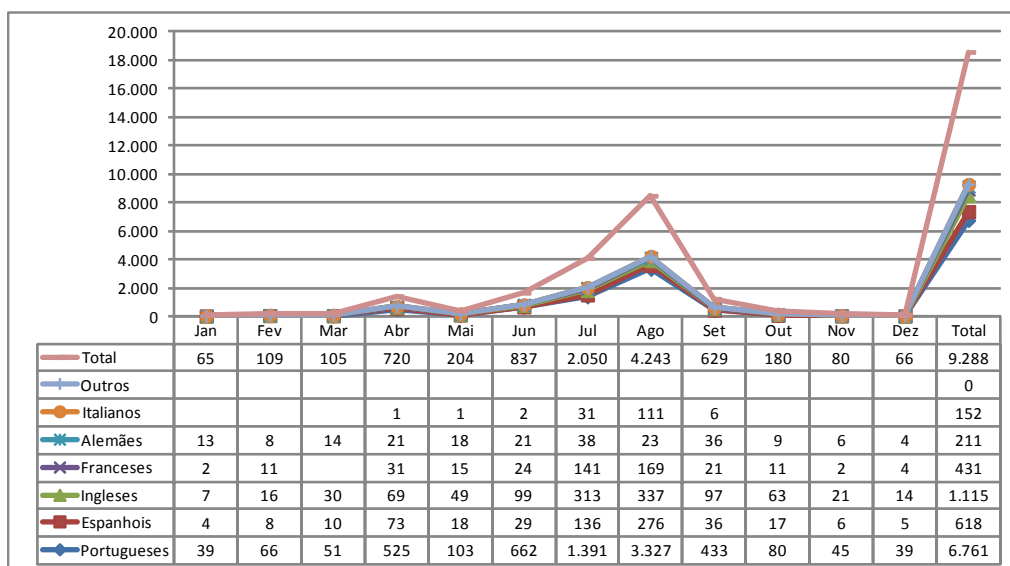
CENSUS 2011 - ANÁLISE DE DESVIOS FACE A VALORES ESPERADOS										
Área Geográfica	Alojamentos				Indivíduos				Análise - Descrição da Causa do Desvio	
	Mínimo Esperado	Máximo Esperado	Nº Recolhido	(%) Desvio Percentual	Mínimo Esperado	Máximo Esperado	Nº Recolhido	(%) Desvio Percentual		
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
151302 - Porto Covo	1.027	1.255	1.153	0,00	1.041	1.222	1.035	-0,58	Freguesia sem oferta de postos de trabalho permanentes, custo de habitação muito elevado, população envelhecida.	
TOTAL	1.027	1.255	1.153	0,00	1.041	1.222	1.035	-0,58		

Fonte: INE/JFPC

Anexo 4

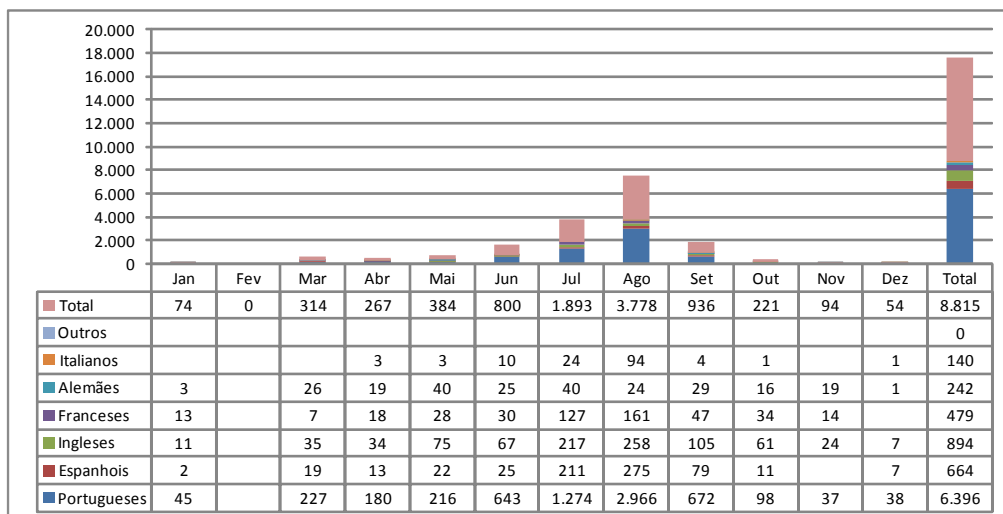
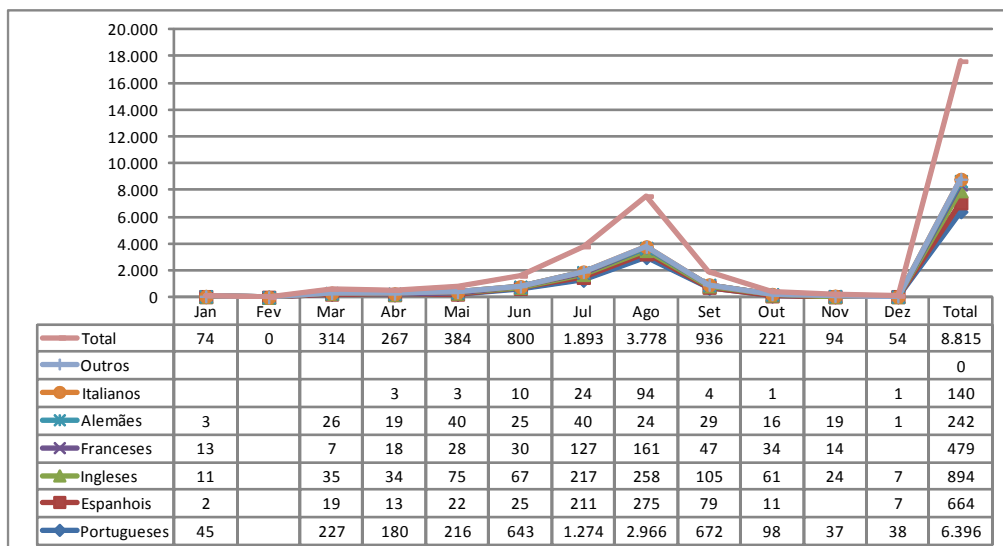
Estatísticas dos Turistas que visitam o Posto de Turismo de Porto Covo

Estatística Anual de 2001													
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Portugueses	39	66	51	525	103	662	1.391	3.327	433	80	45	39	6.761
Espanhois	4	8	10	73	18	29	136	276	36	17	6	5	618
Inglese	7	16	30	69	49	99	313	337	97	63	21	14	1.115
Franceses	2	11		31	15	24	141	169	21	11	2	4	431
Alemães	13	8	14	21	18	21	38	23	36	9	6	4	211
Italianos				1	1	2	31	111	6				152
Outros													0
Total	65	109	105	720	204	837	2.050	4.243	629	180	80	66	9.288



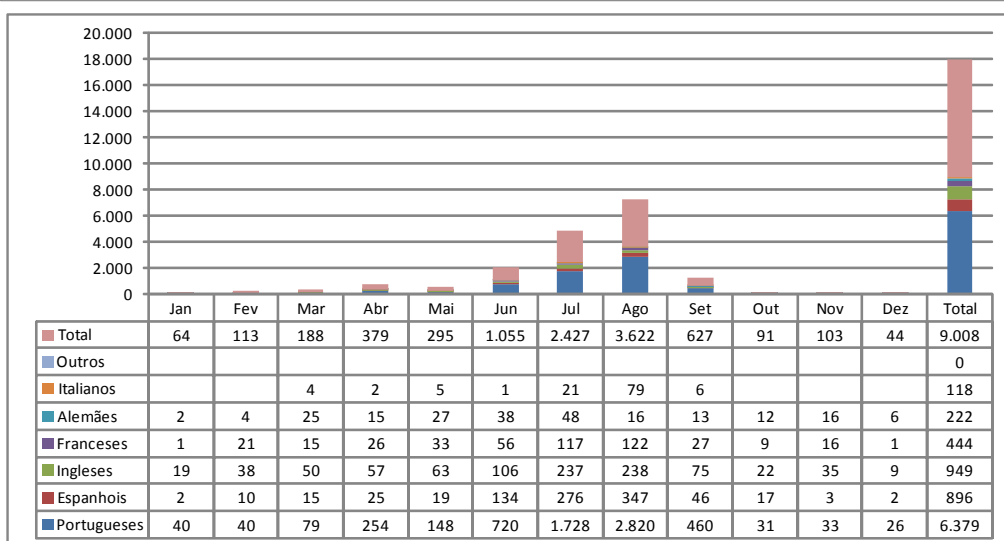
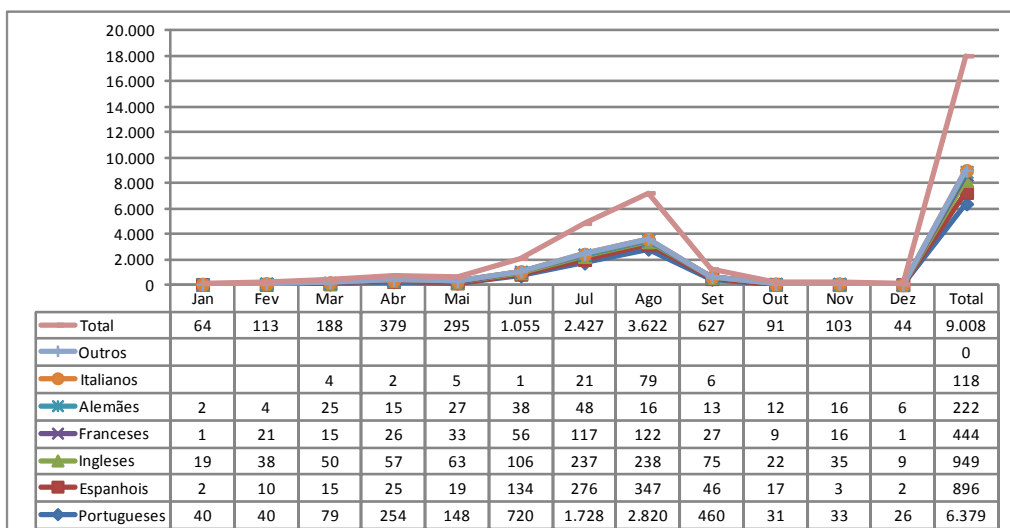
Fonte: Posto de Turismo de Porto Covo

Estatística Anual de 2002													
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Portugueses	45		227	180	216	643	1.274	2.966	672	98	37	38	6.396
Espanhois	2		19	13	22	25	211	275	79	11		7	664
Ingleses	11		35	34	75	67	217	258	105	61	24	7	894
Franceses	13		7	18	28	30	127	161	47	34	14		479
Alemães	3		26	19	40	25	40	24	29	16	19	1	242
Italianos				3	3	10	24	94	4	1		1	140
Outros													0
Total	74	0	314	267	384	800	1.893	3.778	936	221	94	54	8.815



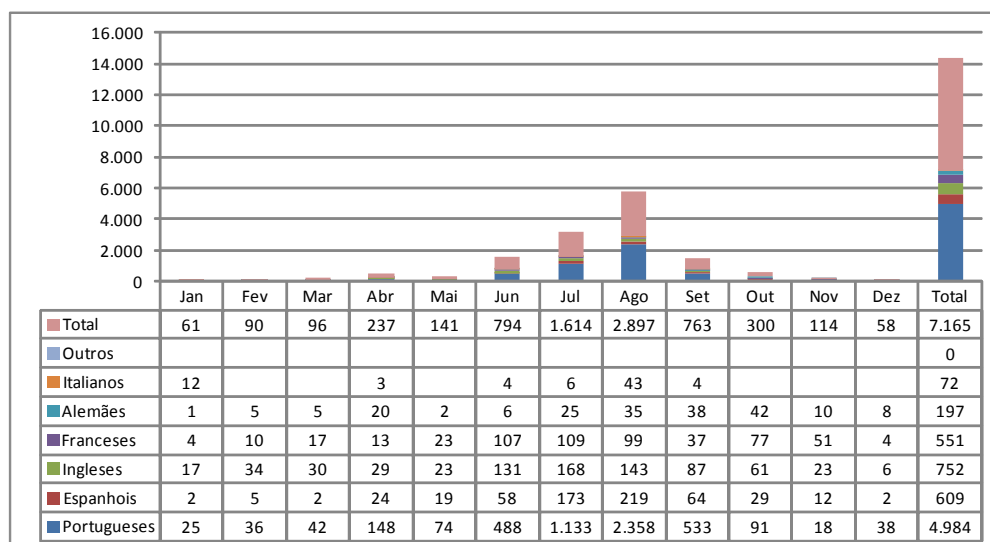
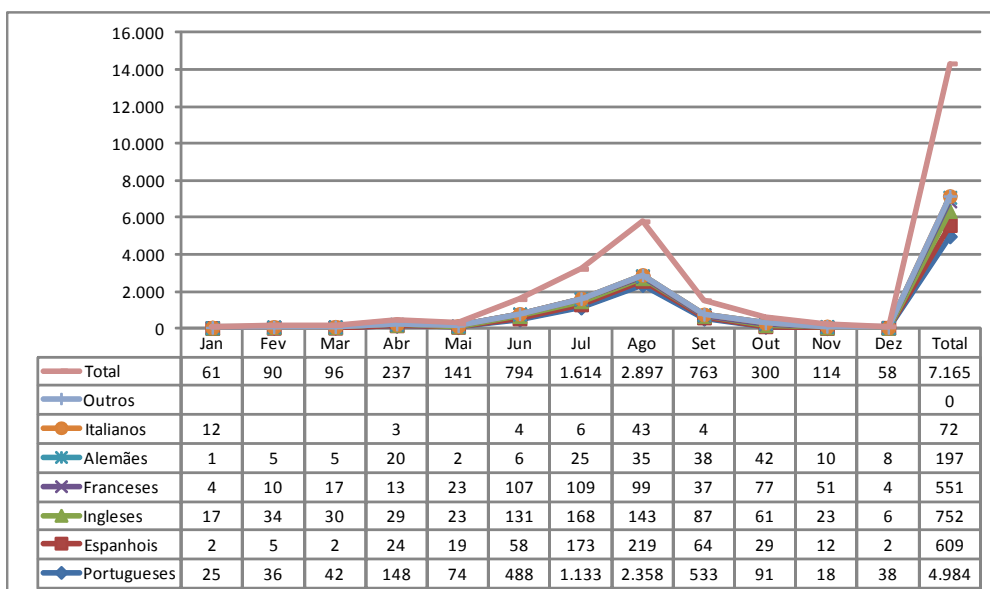
Fonte: Posto de Turismo de Porto Covo

Estatística Anual de 2003													
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Portugueses	40	40	79	254	148	720	1.728	2.820	460	31	33	26	6.379
Espanhois	2	10	15	25	19	134	276	347	46	17	3	2	896
Ingleses	19	38	50	57	63	106	237	238	75	22	35	9	949
Franceses	1	21	15	26	33	56	117	122	27	9	16	1	444
Alemães	2	4	25	15	27	38	48	16	13	12	16	6	222
Italianos			4	2	5	1	21	79	6				118
Outros													0
Total	64	113	188	379	295	1.055	2.427	3.622	627	91	103	44	9.008



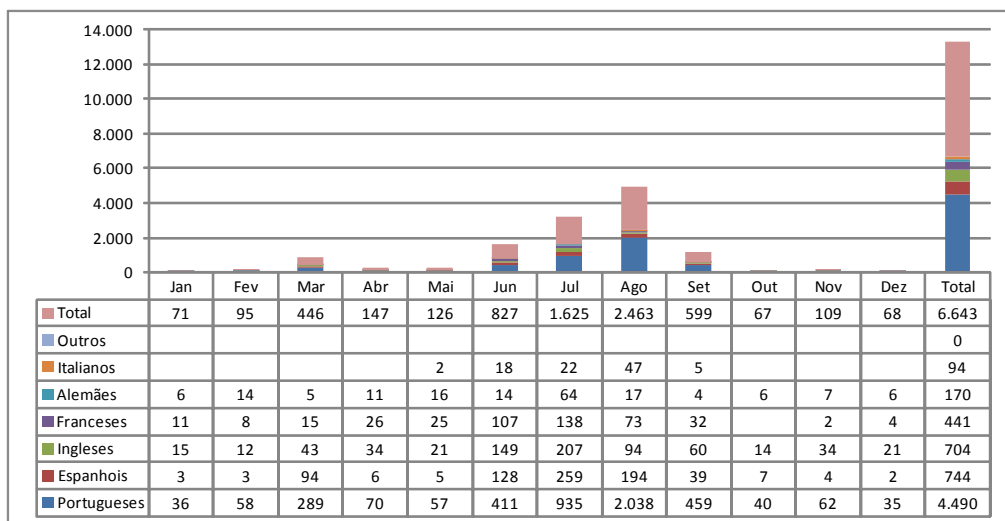
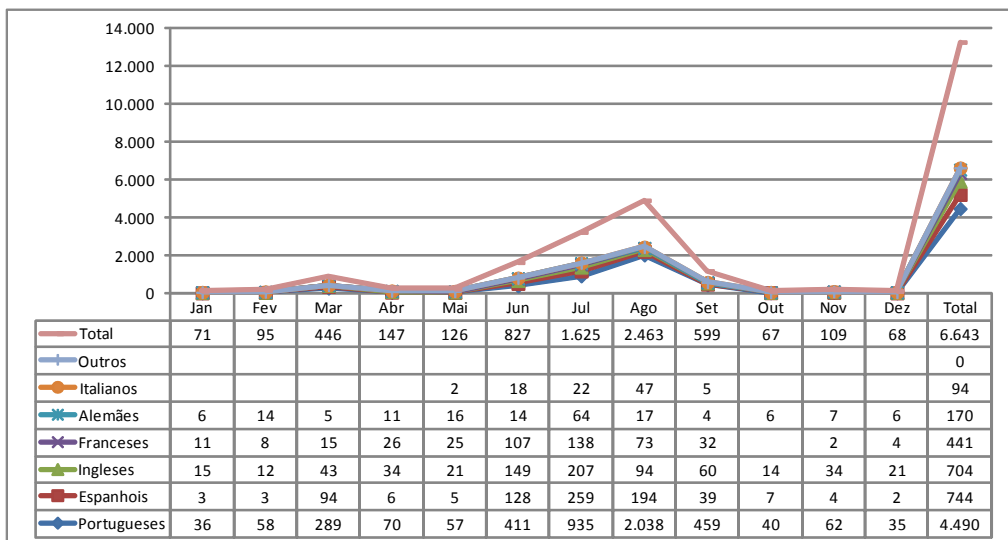
Fonte: Posto de Turismo de Porto Covo

Estatística Anual de 2004													
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Portugueses	25	36	42	148	74	488	1.133	2.358	533	91	18	38	4.984
Espanhois	2	5	2	24	19	58	173	219	64	29	12	2	609
Ingleses	17	34	30	29	23	131	168	143	87	61	23	6	752
Franceses	4	10	17	13	23	107	109	99	37	77	51	4	551
Alemães	1	5	5	20	2	6	25	35	38	42	10	8	197
Italianos	12			3		4	6	43	4				72
Outros													0
Total	61	90	96	237	141	794	1.614	2.897	763	300	114	58	7.165



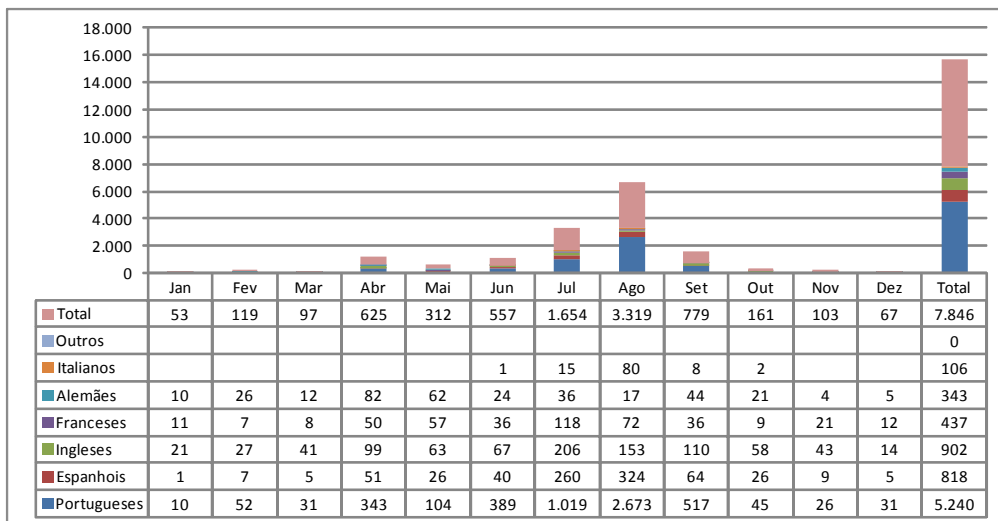
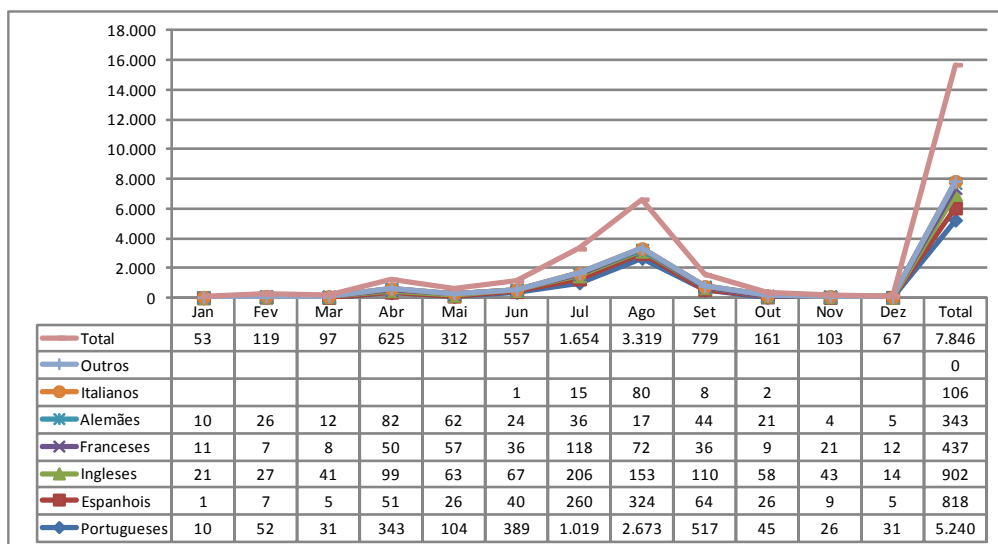
Fonte: Posto de Turismo de Porto Covo

Estatística Anual de 2005													
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Portugueses	36	58	289	70	57	411	935	2.038	459	40	62	35	4.490
Espanhois	3	3	94	6	5	128	259	194	39	7	4	2	744
Ingleses	15	12	43	34	21	149	207	94	60	14	34	21	704
Franceses	11	8	15	26	25	107	138	73	32		2	4	441
Alemães	6	14	5	11	16	14	64	17	4	6	7	6	170
Italianos					2	18	22	47	5				94
Outros													0
Total	71	95	446	147	126	827	1.625	2.463	599	67	109	68	6.643



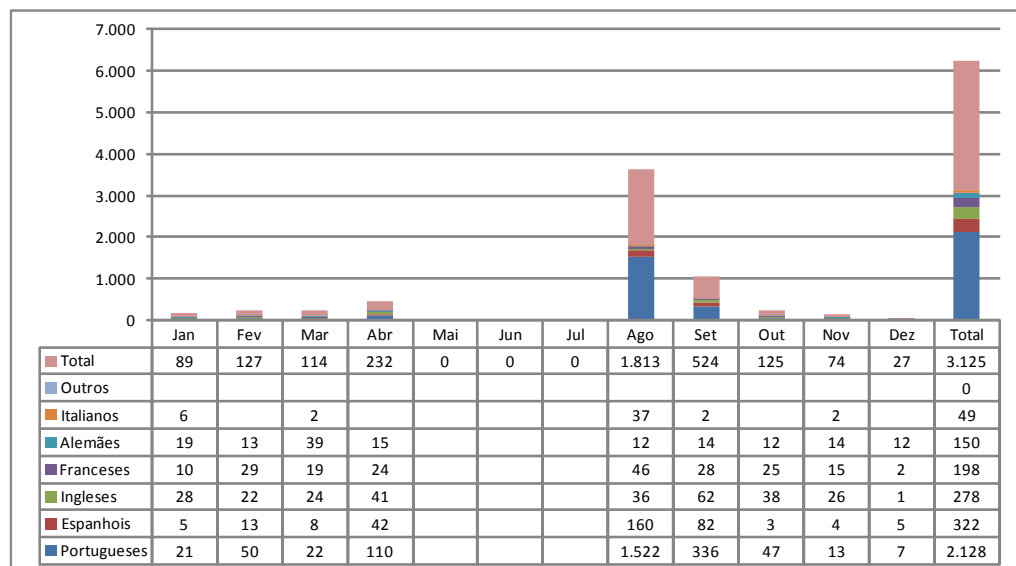
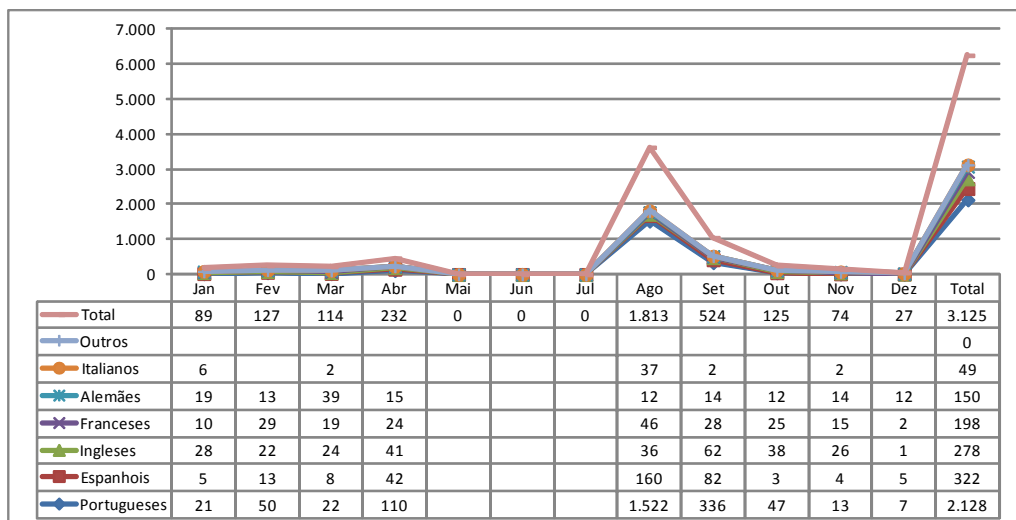
Fonte: Posto de Turismo de Porto Covo

Estatística Anual de 2006													
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Portugueses	10	52	31	343	104	389	1.019	2.673	517	45	26	31	5.240
Espanhois	1	7	5	51	26	40	260	324	64	26	9	5	818
Ingleses	21	27	41	99	63	67	206	153	110	58	43	14	902
Franceses	11	7	8	50	57	36	118	72	36	9	21	12	437
Alemães	10	26	12	82	62	24	36	17	44	21	4	5	343
Italianos						1	15	80	8	2			106
Outros													0
Total	53	119	97	625	312	557	1.654	3.319	779	161	103	67	7.846



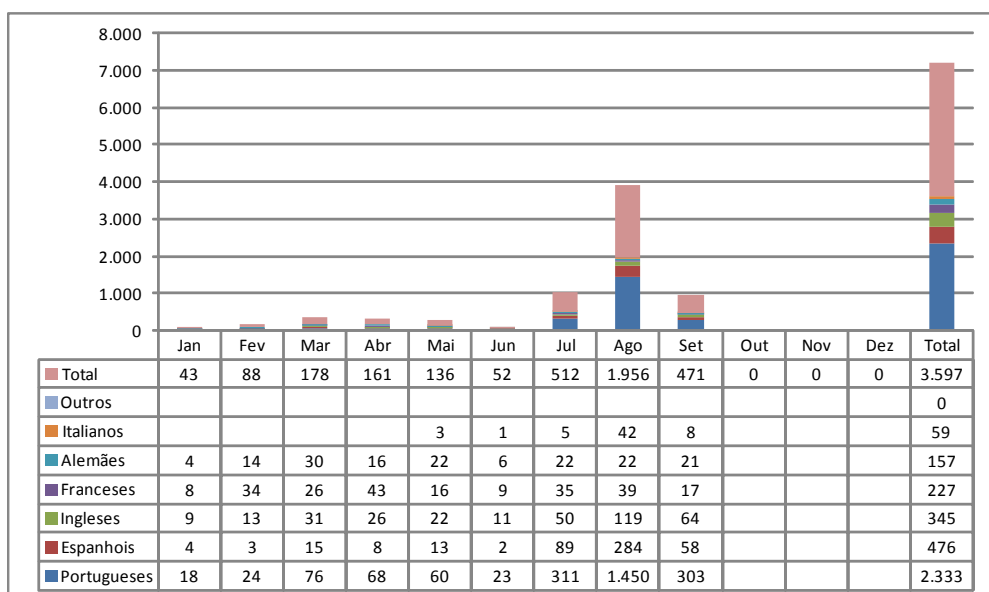
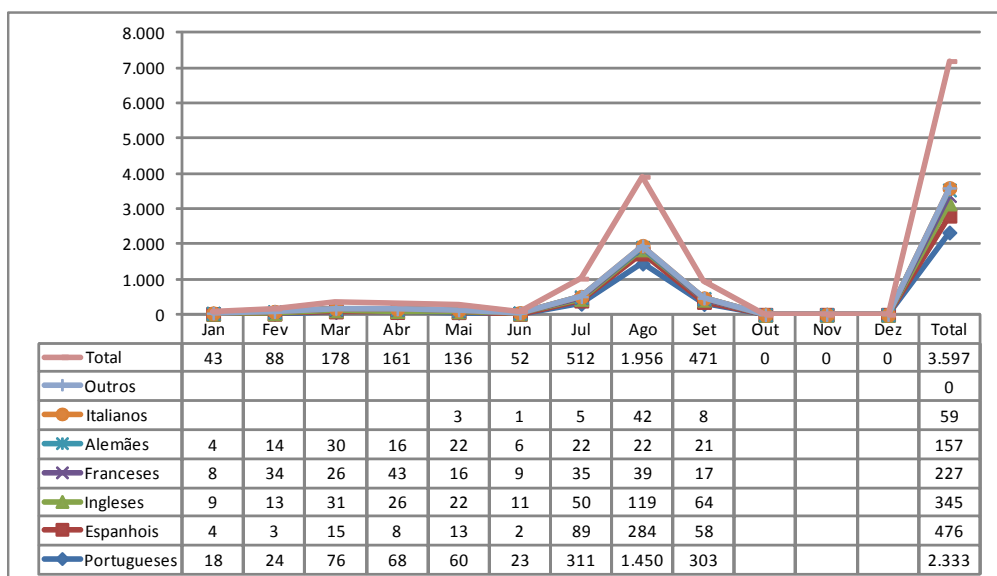
Fonte: Posto de Turismo de Porto Covo

Estatística Anual de 2007													
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Portugueses	21	50	22	110				1.522	336	47	13	7	2.128
Espanhois	5	13	8	42				160	82	3	4	5	322
Ingleses	28	22	24	41				36	62	38	26	1	278
Franceses	10	29	19	24				46	28	25	15	2	198
Alemães	19	13	39	15				12	14	12	14	12	150
Italianos	6		2					37	2		2		49
Outros													0
Total	89	127	114	232	0	0	0	1.813	524	125	74	27	3.125



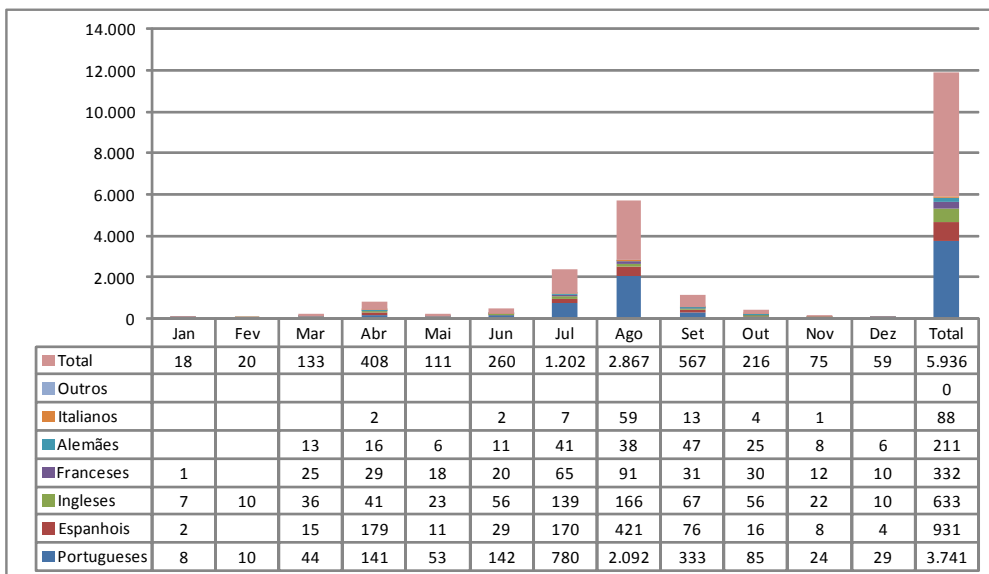
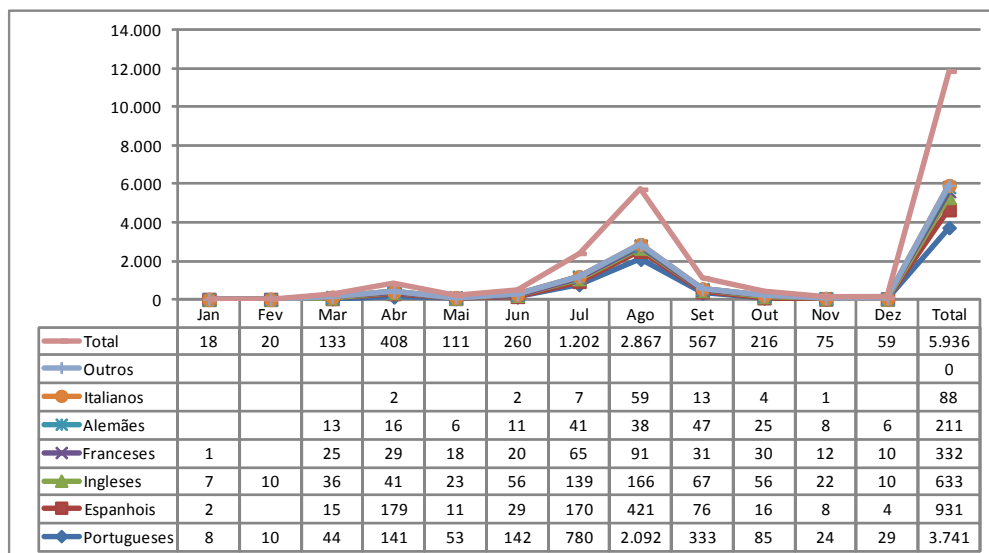
Fonte: Posto de Turismo de Porto Covo

Estatística Anual de 2008													
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Portugueses	18	24	76	68	60	23	311	1.450	303				2.333
Espanhois	4	3	15	8	13	2	89	284	58				476
Ingleses	9	13	31	26	22	11	50	119	64				345
Franceses	8	34	26	43	16	9	35	39	17				227
Alemães	4	14	30	16	22	6	22	22	21				157
Italianos					3	1	5	42	8				59
Outros													0
Total	43	88	178	161	136	52	512	1.956	471	0	0	0	3.597



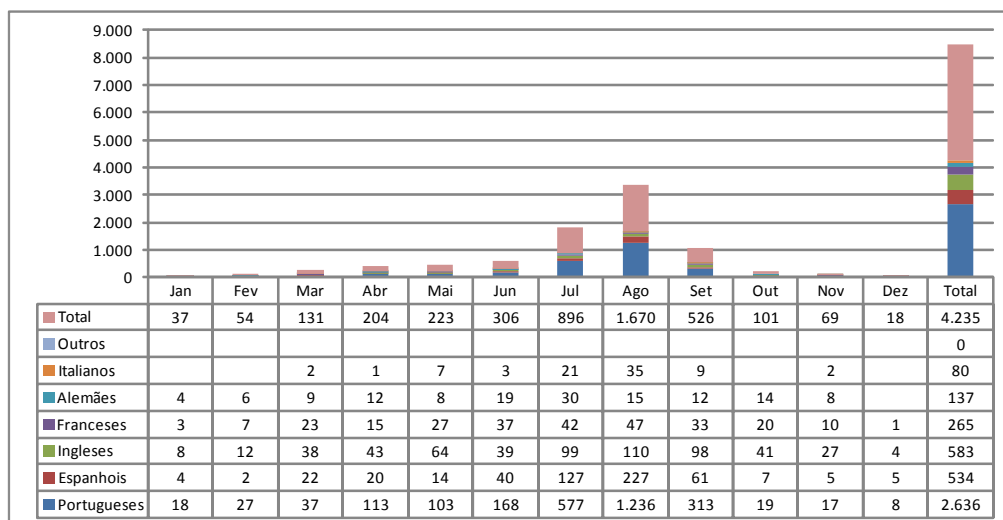
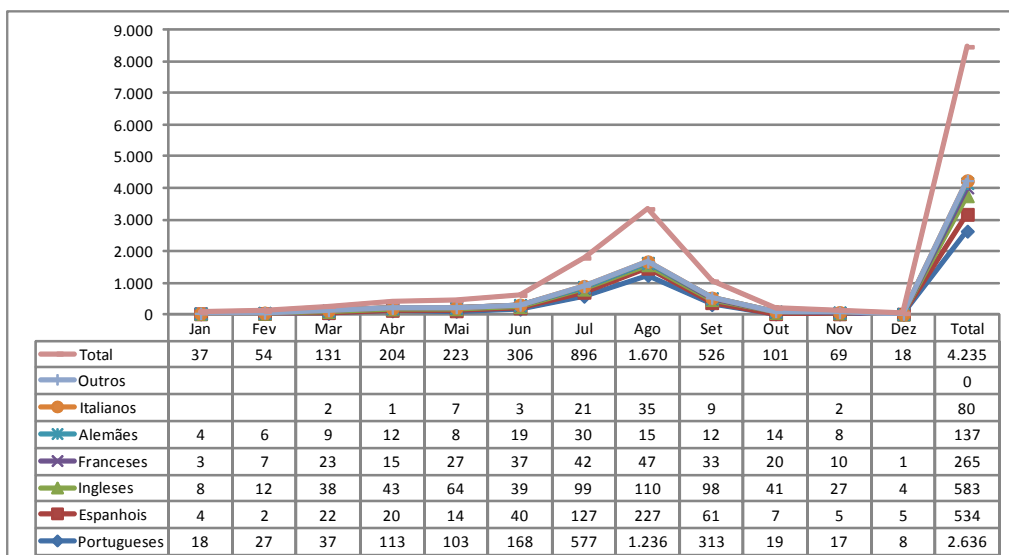
Fonte: Posto de Turismo de Porto Covo

Estatística Anual de 2009													
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Portugueses	8	10	44	141	53	142	780	2.092	333	85	24	29	3.741
Espanhois	2		15	179	11	29	170	421	76	16	8	4	931
Ingleses	7	10	36	41	23	56	139	166	67	56	22	10	633
Franceses	1		25	29	18	20	65	91	31	30	12	10	332
Alemães			13	16	6	11	41	38	47	25	8	6	211
Italianos				2		2	7	59	13	4	1		88
Outros													0
Total	18	20	133	408	111	260	1.202	2.867	567	216	75	59	5.936



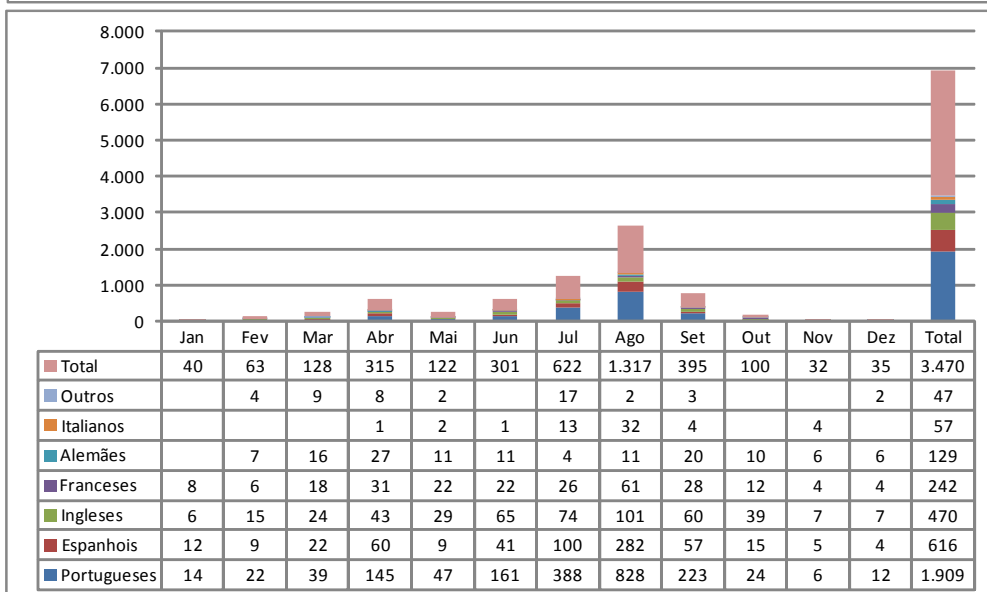
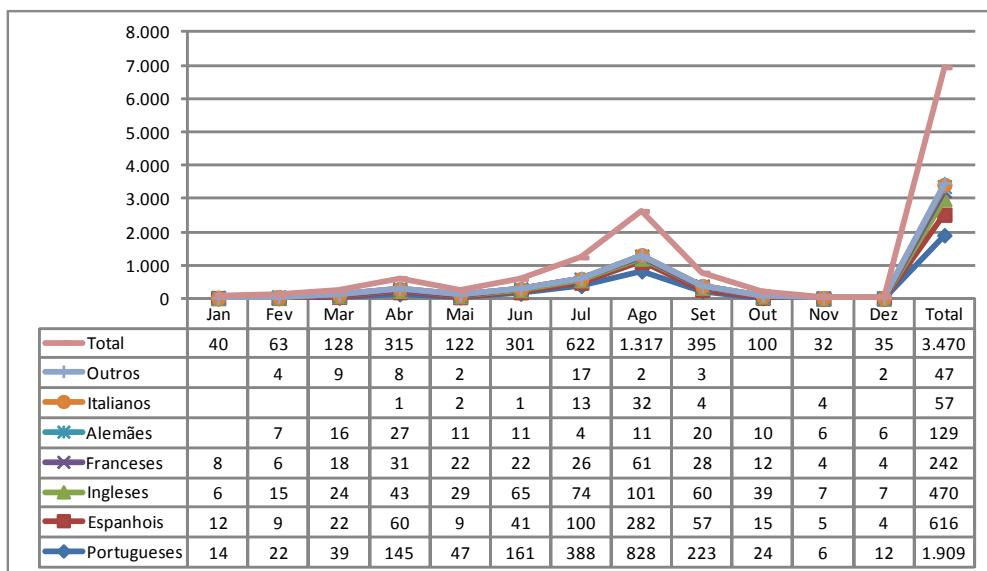
Fonte: Posto de Turismo de Porto Covo

Estatística Anual de 2010													
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Portugueses	18	27	37	113	103	168	577	1.236	313	19	17	8	2.636
Espanhois	4	2	22	20	14	40	127	227	61	7	5	5	534
Ingleses	8	12	38	43	64	39	99	110	98	41	27	4	583
Franceses	3	7	23	15	27	37	42	47	33	20	10	1	265
Alemães	4	6	9	12	8	19	30	15	12	14	8		137
Italianos			2	1	7	3	21	35	9		2		80
Outros													0
Total	37	54	131	204	223	306	896	1.670	526	101	69	18	4.235



Fonte: Posto de Turismo de Porto Covo

Estatística Anual de 2011													
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Portugueses	14	22	39	145	47	161	388	828	223	24	6	12	1.909
Espanhois	12	9	22	60	9	41	100	282	57	15	5	4	616
Ingleses	6	15	24	43	29	65	74	101	60	39	7	7	470
Franceses	8	6	18	31	22	22	26	61	28	12	4	4	242
Alemães		7	16	27	11	11	4	11	20	10	6	6	129
Italianos				1	2	1	13	32	4		4		57
Outros		4	9	8	2		17	2	3			2	47
Total	40	63	128	315	122	301	622	1.317	395	100	32	35	3.470



Fonte: Posto de Turismo de Porto Covo

Anexo 5

Listagem dos Alojamentos em Porto Covo

LISTA DE ALOJAMENTO EM PORTO COVO

Estabelecimentos oficiais:

Hotel Porto Covo

Bairro Joaquim da Costa
Rua Vitalina da Silva, Lote 1 e 2
Tel. 269 95 91 40 – Fax. 269 95 91 45
e-mail: info@hotelportocovo.com
www.hotelportocovo.com

Pensão Residencial “Zé Inácio”

Rua Vasco da Gama, 38
Tel. 269 95 91 36 – Fax: 269 95 91 37
e-mail: zeinacio.portocovo@mail.telepac.pt

Pensão Boa Esperança

Rua Conde Bandeira, 4
Tlf. 269 905 109 / 96 314 67 38 / 91 922 93 89
e-mail: paula.silva73@hotmail.com

TURISMO RURAL

Refúgio da Praia

Quinta de Vale Vistoso, Praia do Queimado
Tlm. 96 352 84 96 / 269 95 90 63
e-mail: refugio.praia@gmail.com
www.refugiodapraia.com

Fátima Luz

Fonte Mouro – 96 250 04 06
www.parreirinhadacolmeia.com

Estabelecimentos não oficiais

Apartamentos Rosa

Rua da Farmácia, 6
Tel.269 905 510 – Tlm.96 480 96 89

Apartamentos Campos

Rua da Farmácia, 11
Tel.269 905 144 – Tlm. 966 164 300

Apartamentos Capitão

Arneiro
Tel. 269 905 179 / 96 580 98 44

Quartos

Fernando Domingos Rosa
Rua Vasco da Gama nº14
269 905 100 / 96 417 09 30

Parques de Campismo:

Parque de Campismo de Porto Covo (3ª Categoria)

Estrada Municipal 554
Tel.269 905 136 – Fax: 269 905 239

Parque de Campismo Costa do Vizir

Monte Branco
Tel.269 95 91 00 – Fax: 269 95 91 02

www.costadovizir.com

Parque de Campismo da Ilha do Pessegueiro (3ª Categoria)

Estrada da Ilha
Tel.269 905 178 – Fax: 269 905 067
www.ilhadopessegueirocamping.com/

Fonte: Posto de Turismo de Porto Covo

Anexo 6

Listagem dos estabelecimentos de restauração em Porto Covo

LISTAGEM DE ESTABELECIMENTOS DE RESTAURAÇÃO EM PORTO

COVO:

- 1 - Restaurante A Ilha (Ilha do Pessegueiro)
- 2 - Restaurante O Torreão
- 3 - Restaurante Os Rosas
- 4 - Restaurante Zé Inácio
- 5 - Restaurante Maresia
- 6 - Restaurante Casa da Praia
- 7 - Restaurante Luc-Luck
- 8 - Restaurante Caravela
- 9 - Pizzaria La Bella Vita
- 10 - Cervejaria Marisqueira Marquês
- 11 - Pastelaria Gelataria Marquês
- 12 – Bar 31
- 13 - Snack-Bar À da Patrícia
- 14 - Snack-Bar O Pescador
- 15 - Snack-Bar Café Central
- 16 - Snack-Bar Pastelaria Vilhena
- 17 - Snack-Bar Pastelaria Doce Mar
- 18 - Restaurante/Snack-Bar do Parque de Campismo de P. Covo
- 19 - Restaurante/Snack-Bar do Parque de Campismo da Ilha do Pessegueiro
- 20 - Bar do Parque de Campismo da Costa do Vizir

Anexo 7

Guiões das entrevistas - Agentes Económicos de Porto Covo

GUIÃO DA ENTREVISTA A AGENTES ECONÓMICOS – PORTO COVO:

- 1 – QUANDO INICIOU A ACTIVIDADE ECONÓMICA?**
- 2 – O INICIO DA ACTIVIDADE TEVE A VER COM O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO?**
- 3 – NA SUA ACTIVIDADE UTILIZA FORNECEDORES/PRODUTOS DA REGIÃO?**
- 4 – PORQUÊ?**
- 5 – O FACTO DE PORTO COVO ESTAR INTEGRADO NO PNSACV TROUXE ALGUMA MAIS-VALIA AO DESENVOLVIMENTO DO SEU NEGÓCIO?**
- 6 – AS RESTRICÇÕES IMPOSTAS PELO PNSACV PROVOCARAM ALGUM CONSTRANGIMENTO AO SEU PROJECTO?**
- 7 – EM QUÊ?**
- 8 – QUE TIPO DE TURISTAS/VISITANTES PROCURAVAM INICIALMENTE ESTA REGIÃO?**
- 9 – QUE TURISTAS/VISITANTES PROCURAM ACTUALMENTE ESTA REGIÃO?**
- 10 – QUAIS AS MOTIVAÇÕES DOS TURISTAS/VISITANTES NO INÍCIO DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DESTA REGIÃO?**
- 11 – QUAIS AS MOTIVAÇÕES DOS TURISTAS/VISITANTES ACTUALMENTE?**
- 12 – TERÃO AS NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO AJUDADO NA DIVULGAÇÃO DESTA REGIÃO E INFLUENCIADO A PROCURA TURÍSTICA?**
- 13 – QUE TIPO DE ALOJAMENTOS PROCURAVAM INICIALMENTE?**
- 14 – QUE TIPO DE ALOJAMENTOS PROCURAM ACTUALMENTE?**
- 15 – HOVE ALGUMA ALTERAÇÃO EM TERMOS DE PROCURA DE SERVIÇOS?**
- 16 – QUANDO COMEÇARAM A CHEGAR OS CARAVANISTAS?**
- 17 – DESDE QUE COMEÇARAM A PROCURAR ESTA REGIÃO O NUMERO TEM AUMENTADO OU DIMINUÍDO?**
- 18 – ESTE TIPO DE VISITANTES/TURISTAS PROCURA CONSUMIR NOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DA REGIÃO?**
- 19 – SABE SE EXISTE ALGUM TIPO DE CONTROLE/VIGILÂNCIA EM TERMOS DE TEMPO DE ESTADIA E CUIDADOS SANITÁRIOS?**

20 – CONCORDA COM A CONSTRUÇÃO DE UM PARQUE PARA ESTACIONAMENTO/ABASTECIMENTO DE CARAVANAS?

21 – ONDE DEVERIA ESTAR LOCALIZADO?

22 – QUE MEDIDAS SE DEVERIAM TOMAR PARA DESENVOLVER O TURISMO NA REGIÃO?

Anexo 8

Guiões das entrevistas – PNSACV e ERT

GUIÃO DA ENTREVISTA AO PARQUE NATURAL E ERT

1 – NOS ULTIMOS 40 ANOS QUAIS AS ALTERAÇÕES QUE OCORRERAM NO TERRITÓRIO DE PORTO COVO?

1.1 – A ÁREA AGRÍCOLA E DE PASTOREIO AUMENTOU?

1.2 – OS ACESSOS ÀS PRAIAS MELHORARAM?

1.3 – A LIMPEZA DAS PRAIAS MELHOROU?

1.4 – A VIGILÂNCIA DAS PRAIAS MELHOROU?

2 – COMO SE DESENVOLVEU A ACTIVIDADE PISCATÓRIA EM PORTO COVO NOS ULTIMOS 40 ANOS?

2.1 – O NR DE PESCADORES AUMENTOU?

2.2 – E O NR DE BARCOS?

3 – AS ESPÉCIES E QUANTIDADES CAPTURADAS RESPEITAM AS DISPOSIÇÕES PREVISTAS NO POPNSACV?

3.1 – EXISTEM ESPÉCIES EM RISCO?

3.2 – EM RELAÇÃO À PESCA DESPORTIVA, QUE EVOLUÇÃO HOVE NOS ULTIMOS ANOS:

3.3 – ESTE TIPO DE ACTIVIDADE ESTÁ A POR ESPÉCIES EM RISCO?

3.4 – A QUEM COMPETE A MONITORIZAÇÃO/ VIGILÂNCIA?

- 4 – QUE ALTERAÇÕES OCORRERAM NA ACTIVIDADE AGRÍCOLA E PASTOREIO NOS ÚLTIMOS 40 ANOS?**
- 4.1 – MANUTENÇÃO DAS CULTURAS TRADICIONAIS?**
- 4.2 – INTRODUÇÃO DE NOVAS CULTURAS?**
- 4.3 – RELATIVAMENTE ÀS TÉCNICAS UTILIZADAS HOUVE ALTERAÇÃO?**
- 4.4 – CASO EXISTAM NOVAS CULTURAS ESTAS RESPEITAM AS DISPOSIÇÕES PREVISTAS NO POPNSACV?**
- 4.5 – EXISTE ALGUMA FORMA DE CONTROLE PELA PARTE DO PARQUE NATURAL?**
- 4.6 – NO QUE RESPEITA AOS ANIMAIS DE PASTOREIO HOUVE ALTERAÇÃO?**
- 4.7 – VERIFICOU-SE ABANDONO DE TERRAS PARA FINS AGRICOLAS OU AGRO-PASTORIS?**
- 5 – QUANDO SE INICIOU A ACTIVIDADE TURÍSTICA?**
- 6 – QUE TIPO DE TURISTAS/VISITANTES PROCURAVAM INICIALMENTE ESTA REGIÃO?**
- 7 – QUE TURISTAS/VISITANTES PROCURAM ACTUALMENTE ESTA REGIÃO?**
- 8 – QUAIS AS MOTIVAÇÕES DOS TURISTAS/VISITANTES NO INÍCIO DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DESTA REGIÃO?**
- 9 – HOUVE ALGUMA ALTERAÇÃO EM TERMOS DE PROCURA DE SERVIÇOS?**

10 – QUAIS AS MOTIVAÇÕES DOS TURISTAS/VISITANTES ACTUALMENTE?

11 – EM QUE MEDIDA É QUE AS NORMAS PREVISTAS NO POPNSACV PODEM MELHORAR A QUALIDADE DO TURISMO NESTA REGIÃO, EM TERMOS DE:

– ALOJAMENTOS

– INFRA-ESTRUTURAS:

– POLOS DE ATRACÇÃO:

12 – QUANDO COMEÇARAM A CHEGAR OS CARAVANISTAS?

13 – DESDE QUE COMEÇARAM A PROCURAR ESTA REGIÃO O NUMERO TEM AUMENTADO OU DIMINUÍDO?

14 – ESTE TIPO DE VISITANTES/TURISTAS SÃO UMA MAIS-VALIA EM TERMOS DE RECEITA TURÍSTICA PARA A REGIÃO?

15 – EXISTE ALGUM TIPO DE CONTROLE/VIGILÂNCIA EM TERMOS DE TEMPO DE ESTADIA E CUIDADOS SANITÁRIOS?

16 – A QUEM COMPETE ESSE CONTROLE:

17 – CONCORDA COM A CONSTRUÇÃO DE UM PARQUE PARA ESTACIONAMENTO/ABASTECIMENTO DE CARAVANAS?

18 – EM TERMOS DE LOCALIZAÇÃO, PENSA QUE DEVERIA SER:

19 - QUE EVOLUÇÃO HOUE A NÍVEL DE INFRA-ESTRUTURAS?

– ABASTECIMENTO DE ÁGUA

– ABASTECIMENTO DE LUZ

– ABASTECIMENTO DE GAS, MELHOROU

– O TRATAMENTO DE ESGOTOS E ÁGUAS RESIDUAIS MELHOROU:

– A NÍVEL DE ACESSOS/ESTRADAS HOUE ALTERAÇÕES:

– OS ACESSOS ÀS PRAIAS MELHORARAM?

20 – NO PU DE PORTO COVO ESTÃO PREVISTAS INFRA-ESTRUTURAS DE APOIO ÀS PRAIAS, NO ENTANTO NO PDM DE SINES APENAS SÃO PERMITIDOS APOIOS DE PRAIA PONTUAIS EM SÃO TORPES, MORGAVEL, VALE DE FIGUEIROS E BURRINHO, EMBORA NO POPNSACV NÃO TENHA NADA ESTIPULADO, PORQUÊ?

23 – RELATIVAMENTE AOS EQUIPAMENTOS TURSÍSTICOS PREVISTOS, CONSIDERA QUE SÃO NECESSÁRIOS?

24 – NO PDM DE SINES, BEM COMO NO POPNSAVC ESTÁ PREVISTO O APROVEITAMENTO E REABILITAÇÃO DO FORTE DE DENTRO DA ILHA DO PESSEGUEIRO PARA FINS TURÍSTICOS, EXISTE ALGUM PROJECTO PARA TAL?

Anexo 9
Questionário à ARH Alentejo

QUESTIONÁRIO À AGÊNCIA HIDROGRÁFICA NACIONAL:

1 – COMO SE EXPANDIU A ÁREA URBANA DE PORTO COVO? (CMSines)

- EX: AO LONGO DA COSTA// PARA O INTERIOR

2 – OS ACESSOS ÀS PRAIAS MELHORARAM? Em particular no que respeita aos acessos às zonas balneares - areal (passadiços, escadas e similares), têm vindo a ser operadas melhorias nos mesmos. Complementarmente, no âmbito do programa Polis Litoral Sudoeste (Polis LSW) encontram-se em desenvolvimento projetos de valorização das praias, que contemplam a requalificação das acessibilidades.

Sublinhe-se que, face à elevada exposição à ação do mar e condições climáticas rigorosas, estes acessos requerem permanente manutenção.

Se o objeto da questão se refere a acessos municipais viários cabe ao Município pronunciar-se.

- A QUEM PERTENDE ESTA COMPETÊNCIA? No caso dos acessos a que se refere a resposta anterior a responsabilidade é partilhada – ARH, Polis LSW e Município.

3 – A LIMPEZA DAS PRAIAS MELHOROU? A limpeza das praias é adequada

- A QUEM PERTENDE ESTA COMPETÊNCIA? Município e concessionários

4 – A VIGILÂNCIA DAS PRAIAS MELHOROU? Atualmente todas as zonas identificadas como águas balneares (listagem publicada anualmente por portaria) são vigiadas.

- A QUEM PERTENDE ESTA COMPETÊNCIA? Por lei a vigilância das praias compete aos concessionários, contudo, o Município de Sines tem apoiado financeiramente esta tarefa.

5 – COMO SE DESENVOLVEU A ACTIVIDADE PISCATÓRIA EM PORTO COVO NOS ÚLTIMOS 40 ANOS? (esta matéria não compete à ARH)

5.1 – O NR DE PESCADORES:

- AUMENTOU:

- PORQUÊ?

- DIMINUIU:

- PORQUÊ?

5.2 – O NR DE BARCOS:

- AUMENTOU:

- PORQUÊ?

- DIMINUIU:

- PORQUÊ?

5.3 – ONDE É VENDIDO O PEIXE CAPTURADO?

- PORTO COVO ____

- NA ÁREA DO CONCELHO ____

- FORA DO CONCELHO ____

5.4 – EM RELAÇÃO À PESCA DESPORTIVA, QUE EVOLUÇÃO HOVE NOS ULTIMSO ANOS:

AUMENTOU MUITO	AUMENTOU POUCO	MANTEVE- SE	DIMINUIU	DIMINUIU MUITO

5.5 – ESTE TIPO DE ACTIVIDADE ESTÁ A POR ESPÉCIES EM RISCO?

- SIM ____ - QUAIS? _____

- NÃO __

5.6 – AS ESPÉCIES E QUANTIDADES CAPTURADAS RESPEITAM AS DISPOSIÇÕES PREVISTAS NO POPNSACV?

- SIM ____

- NÃO ____

4.7 – A QUEM COMPETE A MONITORIZAÇÃO/ VIGILÂNCIA?

5 PARQUE NATURAL	POLÍCIA MARÍTIMA	CAMA MUNICIPAL	JUNTA DE FREGUESIA	OUTROS:

8 – QUANDO COMEÇARAM A CHEGAR OS CARAVANISTAS?

- HÁ 40 ANOS OU MAIS ____

- ENTRE 30 E 40 ANOS ____

- ENTRE 20 E 30 ANOS ____

- ENTRE 10 E 20 ANOS ____

- ENTRE 05 E 10 ANOS ____

- MENOS DE 05 ANOS ____

- NÃO SABE ____

9 – DESDE QUE COMEÇARAM A PROCURAR ESTA REGIÃO O NUMERO TEM AUMENTADO OU DIMINUÍDO?

- AUMENTADO ____

- DIMINUÍDO ____

- NÃO SABE ____

10 – ESTE TIPO DE VISITANTES/TURISTAS PROCURA CONSUMIR NOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DA REGIÃO?

- SIM ___ - MUITO: ___ / POUCO: ___

- NÃO ___

- NÃO SABE ___

11 – EXISTE ALGUM TIPO DE CONTROLE/VIGILÂNCIA EM TERMOS DE TEMPO DE ESTADIA E CUIDADOS SANITÁRIOS?

- SIM ___ - SUFICIENTE: ___/INSUFICIENTE: ___

- NÃO SABE ___

- NÃO EXISTE ___

12 – CONCORDA COM A CONSTRUÇÃO DE UM PARQUE PARA ESTACIONAMENTO/ABASTECIMENTO DE CARAVANAS?

- SIM _X

- NÃO ___

13 – EM TERMOS DE LOCALIZAÇÃO, PENSA QUE DEVERIA SER: locais afastados da bordadura das arribas (áreas de risco de derrocada), espaços dunares, zonas ambientalmente sensíveis e que atendam a demais requisitos relacionados com eventuais conflitos de uso do solo e fruição da paisagem. Deverá, no entanto, ser considerado o interesse dos caravanistas, sob pena da situação de estacionamento indevido se manter.

14 – OS ACESSOS ÀS PRAIAS MELHORARAM? Respondida em 2

15 – NO PU DE PORTO COVO ESTÃO PREVISTAS INFRA-ESTRUTURAS DE APOIO ÀS PRAIAS, NO ENTANTO NO PDM DE SINES APENAS SÃO PERMITIDOS APOIOS DE PRAIA PONTUAIS EM SÃO TORPES,

MORGAVEL, VALE DE FIGUEIROS E BURRINHO, EMBORA NO POPNSACV NÃO TENHA NADA ESTIPULADO, PORQUÊ? O número de apoios de praia e/ou equipamentos a instalar nas praias deste setor, é regulado pelo Plano de Ordenamento da Orla Costeira Sines-Burgau, consoante a classificação atribuída a cada praia, a qual foi definida em função de diversos fatores, designadamente níveis de procura, capacidade de carga, proximidade a núcleos urbanos, acessos viários, sensibilidade ambiental, entre outros. No concelho de Sines, todas as praias com vocação balnear estão servidas por algum tipo de apoio de praia ou similar.

16 – NO PDM DE SINES ESTÁ PREVISTO O APROVEITAMENTO DO FORTE DA ILHA DE DENTRO PARA FINS TURÍSTICOS, EXISTE ALGUM PROJECTO PARA TAL? Desconhecemos

- SIM ____

* O QUÊ? _____

* PARA QUANDO? _____

- NÃO ____ - PORQUÊ? _____

16.1 – A QUEM COMPETE A EXECUÇÃO DO PROJECTO:

16.2 – A QUEM COMPETE A EXECUÇÃO DOS TRABALHOS/CUSTOS DAS OBRAS?

16.3 - CONSIDERA A SUA RECUPERAÇÃO IMPORTANTE P/O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO?

PORQUÊ?

Anexo 10

Guião das entrevistas á CMS e Junta de Freguesia de Porto Covo

GUIÃO DA ENTREVISTAS À CÂMARA MUNICIPAL D SINES/ JUNTA DE FREGUESIA:

1 – NOS ULTIMOS 40 ANOS QUAIS AS ALTERAÇÕES QUE OCORRERAM NO TERRITÓRIO DE PORTO COVO?

1.1 – A ÁREA URBANA AUMENTOU?

1.2 – A ÁREA OCUPADA AUMENTOU?

1.3 – A LOCALIZAÇÃO MUDOU?

1.4 – A ÁREA AGRÍCOLA E DE PASTOREIO AUMENTOU?

1.5 – OS ACESSOS ÀS PRAIAS MELHORARAM?

1.6 – A LIMPEZA DAS PRAIAS MELHOROU?

1.7 – A VIGILÂNCIA DAS PRAIAS MELHOROU?

2 – COMO SE DESENVOLVEU A ACTIVIDADE PISCATÓRIA EM PORTO COVO NOS ULTIMOS 40 ANOS?

2.1 – O NR DE PESCADORES AUMENTOU OU DIMINUIU?

2.2 – O NR DE BARCOS AUMENTOU OU DIMINUIU?

2.3 – ONDE É VENDIDO O PEIXE CAPTURADO?

2.4 – EM RELAÇÃO À PESCA DESPORTIVA, QUE EVOLUÇÃO HOUE NOS ULTIMOS ANOS:

2.5 – ESTE TIPO DE ACTIVIDADE ESTÁ A POR ESPÉCIES EM RISCO?

2.6 – A QUEM COMPETE A MONITORIZAÇÃO/ VIGILÂNCIA?

3 – QUE ALTERAÇÕES OCORRERAM NA ACTIVIDADE AGRÍCOLA E PASTOREIO NOS ÚLTIMOS 40 ANOS?

3.2 – INTRODUÇÃO DE NOVAS CULTURAS?

3.3 – RELATIVAMENTE ÀS TÉCNICAS UTILIZADAS HOUE ALTERAÇÃO?

3.4 – CASO EXISTAM NOVAS CULTURAS ESTAS RESPEITAM AS DISPOSIÇÕES PREVISTAS NO POPNSACV?

3.5 – NO QUE RESPEITA AOS ANIMAIS DE PASTOREIO HOUE:

3.6 – VERIFICOU-SE ABANDONO DE TERRAS PARA FINS AGRICOLAS OU AGRO-PASTORIS?

4 – QUANDO SE INICIOU A ACTIVIDADE TURÍSTICA?

5 – QUE TIPO DE TURISTAS/VISITANTES PROCURAVAM INICIALMENTE ESTA REGIÃO?

6 – QUE TURISTAS/VISITANTES PROCURAM ACTUALMENTE ESTA REGIÃO?

7 – QUAIS AS MOTIVAÇÕES DOS TURISTAS/VISITANTES NO INÍCIO DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DESTA REGIÃO?

8 – QUAIS AS MOTIVAÇÕES DOS TURISTAS/VISITANTES ACTUALMENTE?

9 – QUE TIPO DE ALOJAMENTOS PROCURAVAM INICIALMENTE?

10 – QUE TIPO DE ALOJAMENTOS PROCURAM ACTUALMENTE?

11 – HOUE ALGUMA ALTERAÇÃO EM TERMOS DE PROCURA DE SERVIÇOS?

12 – QUANDO COMEÇARAM A CHEGAR OS CARAVANISTAS?

13 – DESDE QUE COMEÇARAM A PROCURAR ESTA REGIÃO O NUMERO TEM AUMENTADO OU DIMINUÍDO?

14 – ESTE TIPO DE VISITANTES/TURISTAS PROCURA CONSUMIR NOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DA REGIÃO?

15 – EXISTE ALGUM TIPO DE CONTROLE/VIGILÂNCIA EM TERMOS DE TEMPO DE ESTADIA E CUIDADOS SANITÁRIOS?

16 – CONCORDA COM A CONSTRUÇÃO DE UM PARQUE PARA ESTACIONAMENTO/ABASTECIMENTO DE CARAVANAS?

17 – ONDE DEVERIA FICAR LOCALIZADO?

18 – PENSA QUE ESTE TIPO DE VISITANTES É UMA MAIS-VALIA PARA A ECONOMIA LOCAL?

19 – QUE TIPO DE COMÉRIO TRADICIONAL EXISTE NA REGIÃO?

19.2 - O NR DE ESTABELECIMENTOS:

19.3 – EM RELAÇÃO À LOCALIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS HOUE:

20 – NOS ULTIMOS 40 ANOS A POPULAÇÃO RESIDENTE AUMENTOU?

21 - O NUMERO DE PRIMEIRAS RESIDÊNCIAS AUMENTOU NOS ULTIMOS 40 ANOS?

**21.1 – EM RELAÇÃO À LOCALIZAÇÃO HOUE
MANUTENÇÃO/DESLOCALIZAÇÃO?**

**22 - O NUMERO DE SEGUNDAS RESIDÊNCIAS AUMENTOU NOS
ULTIMOS 40 ANOS?**

**22.1 – EM RELAÇÃO À LOCALIZAÇÃO HOUE
MANUTENÇÃO/DESLOCALIZAÇÃO?**

23 - QUE EVOLUÇÃO HOUE A NÍVEL DE INFRA-ESTRUTURAS?

23.1 – ABASTECIMENTO DE ÁGUA, MELHOROU?

23.2 – ABASTECIMENTO DE LUZ, MELHOROU?

23.3 – ABASTECIMENTO DE GAS, MELHOROU?

23.4 – O TRATAMENTO DE ESGOTOS E ÁGUAS RESIDUAIS MELHOROU?

23.5 – A NÍVEL DE ACESSOS/ESTRADAS HOUE ALTERAÇÕES?

23.6 – O QUE MELHOROU?

23.7 – OS ACESSOS ÀS PRAIAS MELHORARAM?

**24 – QUE MEDIDAS SE DEVERIAM TOMAR PARA DESENVOLVER O
TURISMO NA REGIÃO:**

**25 – RELATIVAMENTE ÀS MEDIDAS PREVISTAS NO PU DE PORTO COVO
NO SENTIDO DE DESENVOLVER O TURISMO NA REGIÃO, COMO
CLASSIFICA ACTUALMENTE A QUALIDADE DE:**

**26 - CONSIDERA QUE OS EDIFICIOS DESTINADOS A HABITAÇÃO,
CONSTRUÍDOS FORA DO PERÍMETRO URBANO ANTIGO RESPEITAM
TODAS AS NORMAS PREVISTAS NO PU?**

**27 – RELATIVAMENTE AOS EQUIPAMENTOS TURSÍSTICOS, CONSIDERA
QUE OS BJECTIVOS FORAM CUMPRIDOS?**

28 – NO PDM DE SINES ESTÁ PREVISTO O APROVEITAMENTO DO FORTE DA ILHA DE DENTRO PARA FINS TURÍSTICOS, EXISTE ALGUM PROJECTO PARA TAL?

29 – RELATIVAMENTE AO CONGRESSO QUE DECORREU ENTRE 18 2 20 DE NOVEMBRO, COM O OBJECTIVO DE ESTIMULAR O TURISMO TODO O ANO, QUE MEDIDAS FORAM APROVADAS NESSE SENTIDO?

29.1 – PARA QUANDO ESTÃO PREVISTAS AS PRIMEIRAS INICIATIVAS?

30 – QUAL A IMPORTÂNCIA DESTE TIPO DE ACÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO TURISTICO DA REGIÃO?

Anexo 11
Análise de conteúdo

ANÁLISE DE CONTEÚDO COM BASE NOS INDICADORES DO MILLENNIUM

INDICADORES	PNSACV	ENTIDADE REGIONAL DE TURISMO DO ALENTEJO	CAMARA MUNICIPAL DE SINES	JUNTA DE FREGUESIA DE PORTO COVO
IDEOLOGIA/PODER	<p>- Modelo protecionista, “não mexer para não estragar” promovendo a degradação dos monumentos e a erosão dos solos e falésias, embora o seu papel devesse ser de proteção para a manutenção dos valores naturais: “...a erosão de uma falésia é normal, isto é, do nosso ponto de vista conservacionista da natureza, as coisas transformam-se e mudam.” “essas intervenções muitas vezes pioram as situações e quando cai, cai em grande”. “As coisas que estão em pé caem. E é natural que as falésias em determinados momentos sofram erosão e caem, pela erosão do mar, estar expostas a ventos, pelo mar.” “As falésias sempre caíram, é como querer</p>	<p>- Acusa o P.N., enquanto organismo publico, de nada fazer, de por entraves a quem quer fazer (é mais fácil dizer não) e ser ele o responsável pela degradação e erosão: “Estão mentalmente estruturados para criar dificuldades, não, não, não. Porque não podem dizer apenas não andam por ali a engonhar meses a fio, digamos que a tentar moer quem os tenta provocar ... “Este é um problema geral, estas zonas protegidas estão acometidas a organismos públicos, que depois não têm recursos para as proteger, e não têm, até agora, revelado dinâmica para tirar proveito económico que permitisse a preservação com uma maior flexibilidade.” “Eu</p>	<p>- Considera que a integração de Porto Covo no parque Natural trouxe alguns constrangimentos embora por outro lado defenda que esse facto devia ser explorado como um nicho de turismo e desenvolvido como tal: “Traz (constrangimentos) embora isso possa ser gerido, e bem gerido, como é noutras partes da Europa... eu sou um defensor acérrimo dos recursos naturais e das características da paisagem, mas agora pode haver naqueles sítios um bom nicho... um bom núcleo de qualidade, que houvesse conferências, que viessem pessoas pensar, estudar... pessoas com meios, onde se fazia depois passeios a cavalo, desportos, caça...e isso sim valoriza, agora estar ali com um projeto que não se sabe quem paga, porque a Administração central retrai-se e quem é que vai tirar</p>	<p>- Considera que a inserção de Porto Covo no P.N. não foi uma mais-valia uma vez que esta entidade não protege nem requalifica o património natural e cultural, alegando falta de meios financeiros e humanos, limitando-se a aplicar multas: “Para mim deveria ser uma mais-valia estar inserido no Parque Natural mas não é, porque o P.N. demitiu-se das suas responsabilidades quase todas à exceção de uma que é multar de vez em quando alguém, por causa de uma placa que se pôs lá a dizer: vende-se cebolas, porque de resto não querem saber...o que eles dizem é que estão limitados, não têm dinheiro, não têm pessoal, não têm viaturas...”, ...” “O P.N. é também planeamento, foram criadas várias leis, que</p>

<p>parar a chuva.” “do ponto de vista natural isso é normal. Como cidadão poderei dizer que há um lobby enorme já que a construção civil está parada agora viraram-se para as falésias para aplicarem betão. Isso é normal, a erosão de uma falésia é normal, isto é, do nosso ponto de vista conservacionista da natureza, as coisas transformam-se e mudam.” Sobre o Forte: “Não mexam que só estragam, limpem, façam a sustentação mínima e qualquer coisa que queiram fazer façam a um quilómetro do forte, deixem o forte respirar, deixem o imaginário viver. São monumentos, coisas antigas.” “...o forte vai cair, mais tarde ou mais cedo!” – Não concorda com a colocação de pins de madeira e tabuletas a limitar o estacionamento junto à costa por considerar</p>	<p>acho que a visitação organizada é a melhor forma de garantir, quer a atração turística...quer os recursos para o Parque.” “Não é a visitação que estraga (desde que controlada), é o abandono”. Sobre o Forte: “Há uma situação que eu estou a tentar resolver, mas não estou até agora a ser bem-sucedido, ainda, que é a questão do Forte, que foi objeto de obras de um certo vulto e depois fecharam-no. E a Câmara não abre aquilo porque não quer lá por pessoal, porque custa dinheiro, o IGESPAR e o Parque também não têm dinheiro para aquilo.” “Têm havido algumas iniciativas privadas, no sentido de dar uso àquilo, mas não têm sido acolhidas, a Câmara diz que é com outro o outro diz que é com a Câmara e eu tenho tentado unir essas pontas ...” “São máquinas muito pesadas, depois a máquina que é</p>	<p>partido daquilo...é andar na ilusão...” - Em relação ao projeto de requalificação do Forte da Ilha de Dentro, previsto no PDM do Parque, mostra-se um pouco cético ressaltando que este não se encontra mais degradado devido aos trabalhos executados pela Câmara, e defendendo que deveria ser alvo de um projeto publico privado em que o Forte deveria ser reconvertido numa salão de chá e restaurante, para dar apoio a unidades de alojamento a construir para o interior bem como a substituição do atual restaurante de praia por um mais condigno bem como a ligação por via pedonal e ciclovias entre Porto Covo e a Praia da Ilha: “Isso é tudo conversa, isto é, nós agora com o Pólis...eu tenho sido veemente, eles têm que garantir a consolidação da arriba ...nós Câmara, fizemos lá uma intervenção, e se não fossemos nós aquilo já estava tudo degradado...e é necessário um projeto porque</p>	<p>depois não é nada aplicado e algumas interessava-nos. O POOC, que já foi feito e refeito, a nós convinha-nos, até isso! Os acessos às praias, a melhoria dos estacionamentos ...pura e simplesmente não se faz nada!” – Apesar de reconhecer que atualmente o Forte está em melhor estado, não concorda com a forma como as intervenções foram feitas e acusa os vários organismos intervenientes: Câmara, IGESPAR e Parque Natural de terem fechado o monumento impedindo que este seja visitado (sendo que não sabe qual a entidade responsável pelo fecho). Uma vez que se trata de um monumento de interesse turístico defende que a Junta deveria ter uma chave do mesmo de modo a poder organizar visitas e levar lá os turistas: “Está</p>
--	--	--	---

	<p>poluição visual. As Câmaras não regulamentam esta atividade por questões políticas. “Isso é uma poluição, é tabuletas a proibir é tabuletas a não sei quê, mais os pins. Quando há instrumentos legais que, numa informação no acesso a uma estrada, ao início, informa-se: ‘É proibido estacionar a menos de 200 ou 300m’ e pronto a pessoa sabe” “As Câmaras não querem ceder por causa das votações”</p>	<p>dona não deixa o outro que deseja por aquilo a ser explorado, não deixa fazer nada, não se pode por uma tomadinha para por um computador ... quer dizer, são os problemas do costume!” - Para evitar os abusos de estacionamento junto às falésias deveria de se criar impedimentos físicos em vez de colocar placas com avisos e aproveitar a polis para esse ordenamento do território: “Em Portugal, eu acredito muito mais no impedimento físico do estacionamento do que nas placas de proibição” “...ao nível do ordenamento do território criar impedimentos físicos, barreiras...porque não acredito muito na plaquinha...” “...e aproveitando a Polis, que houvesse um ordenamento condicionador, com alternativas.”</p>	<p>quem é que vai gastar ali 500 ou 600 mil euros, para quê? Para um centro interpretativo? Aquilo no nosso entender devia ser uma parceria público-privada em que o Estado garanta a consolidação da base da falésia e em que haja um programa, um projeto para a Fortaleza, acoplada...a poente, para o interior...devia haver no âmbito do Pólis, de um número significativo de camas, prevendo 30 ou 40 camas turísticas e fazer aí, dentro da Fortaleza, uma boa sala de Chá e de Jantar, com aquelas esplanadas que são muito boas, fazer um novo Restaurante ao lado, onde está aquele galinheiro, aquela barraca e, depois criar à volta a rede ciclável, ligar aquilo a Porto Covo e nós cá estamos para isso.”</p>	<p>previsto muita coisa, há muitos anos...já foi feito ali algum trabalho, já está em melhores condições do que estava há 25 anos. Há 25 anos eu falei várias vezes e dei várias entrevistas a dizer que era um perigo porque estava aberto, era visitado por toda a gente e estava em ruínas e com alas a cair de vez em quando. Nessa altura tivemos aí uma luta tremenda para ver se aquilo era, pelo menos isolado e nunca foi. Veio aí uma ideia de recuperação, fez-se alguma coisa, não gostei da solução mas pelo menos teve a vantagem de segurar de pé e deixar de haver o perigo de cair...aquilo foi como rebocar uma casa, colocou-se um reboco de cimento a toda a volta...teve a vantagem de a erosão não o desgastar mais. Agora fizemos o contrário: quando ele começou a ter condições de ser visitado fecharam-</p>
--	--	--	--	--

				<p>no, não pode ir lá ninguém!”</p> <p>“Fechou ou a Câmara, ou o Parque Natural, ou o IGESPAR, não sei...sabemos é que estamos a fazer muita pressão para que se possa visitar aquele espaço que é muito procurado...as pessoas veem aqui e querem visitar o Forte e nós queremos é ter, deem uma chave á Junta de Freguesia que as pessoas vão ao Turismo, desde que se junte um grupo a gente vai lá, abre-lhe a porta, mostra aquilo, saem, fecha-se a porta...o que não queremos é ter aquele património ali fechado!”</p>
<p>PLANEAMENTO/IGESTÃO/UTOS/DO TERITÓRIO</p>	<p>- Por um lado concorda que deve haver meios de alojamento mas não concorda com a construção de mais alegando que se houvesse mais depois não havia pessoas, por outro lado o poder de compra é baixo. “os alojamentos estão fechados durante o Inverno” “As</p>	<p>- Porto Covo tem necessidade de mais meios de alojamento turístico: “Porto Covo tem carência de alojamentos turísticos...”, “...sei que há um hotel, que tem um projeto aprovadíssimo para construir e que não foi construído...e esse hotel faz falta.” “... mas a carência principal é não ter</p>	<p>– Os meios de alojamento turístico são recentes, tanto os parques de campismo como o próprio Hotel-apartamento: “Não havia (alojamentos) é ver quando é que se construiu o Aparthotel em Porto Covo, havia uma pensãozeca para lá...há uma carência enorme...o alojamento em Porto Covo é fundamentalmente</p>	<p>– Atualmente a maioria dos turistas que procuram esta região pernoitam em casas particulares e quartos uma vez que há escassez de meios de alojamento: “A maioria procura os quartos porque também não há hotelaria, a hotelaria que aqui há está sempre cheia, o Hotel, em</p>

	<p>entidade oficiais, em vez de se fazer obras de construção civil, devia de haver uma central de gestão de vendas de alojamento...”</p> <p>- Defende a requalificação dos portos e portinhos:</p> <p>“Os portinhos estão vazios...há que fazer a gestão e com pouca coisa melhorar e promover” “Isto é um Alentejo que é diferente, que tem mar, é pegar nestas riquezas.” “Não é preciso construção, é arranjar aquilo à volta”</p> <p>– O P.N. tem intervenção nos terrenos agrícolas relativamente às culturas, que devem ser as tradicionais - interdição em zonas de dunas / reserva; Sempre que se quiser praticar algum tipo de cultura deve ser comunicado ao P.N. que emite um parecer (mais significativo na zona do Mira); Pastoreio sujeito à regulamentação de carácter geral e é interdito nas zonas de dunas</p>	<p>equipamentos turísticos...”.</p>	<p>nas segundas habitações e no aluguer clandestino das casas ou de parte das casas das pessoas e dos parques de campismo que ficam superlotados de pessoas...”</p> <p>A conclusão das obras relativas ao artigo 47 são importantes para o desenvolvimento turístico de Porto Covo, pois por um lado vão valorizar esta região ao dotá-la de mais capacidade hoteleira e por outro permite apostar em mercados externos, nomeadamente no turismo de importação em época baixa: “...se não fosse a crise o Artigo 47 estaria todo construído,...isso dava um impulso a Porto Covo.”</p> <p>– “...aquele portinho, o Polis também prevê uma intervenção lá...nós pretendemos que aquilo se transformasse numa área de lazer e turismo...acabar com aquelas instalações para pescadores, que estão abandonadas e subvertidas... e construir uma espécie de anfiteatro no topo...melhorar a zona de</p>	<p>qualquer altura que telefonamos está sempre cheio, e as pessoas são obrigadas a ir para os quartos.”</p> <p>– Acusa a ARH de não fazer a requalificação do Portinho (área da sua competência) e ainda exigir que a Junta exerça funções que são da sua competência: “As obras que foram feitas aqui há uns anos no Portinho, a Junta de Freguesia é que andaram a limpar e a arranjar...ninguém toma conta daquilo, está abandonado! Naquele caso seria a ARH...que está-se pura e simplesmente borrifando!”</p> <p>“Depois disse-lhe que estamos a pagar a eletricidade, estamos a pagar...e isto não é a nós que pertence.”</p> <p>– A atividade agrícola diminuiu muito nos últimos 20 anos bem como o pastoreio, embora este último ainda tenha alguma expressão, ao contrário da</p>
--	--	-------------------------------------	---	--

	<p>“Só autorizamos culturas tradicionais e no perímetro de rega do Mira, as estufas, a partir de determinados hectares, têm que comunicar e o P.N. emite um parecer”; “Não autorizamos terrenos de pastagens em zonas de reservas e de dunas”; “Animais exóticos são submetidos à legislação geral”.</p> <p>– O P.N. tem intervenção na vigilância da atividade piscatória em termos de vigilância e estas, segundo o P.N. tem sido frequente, tendo-se verificado muitas infrações e autos. A pesca desportiva aumentou nos últimos anos devido aos veraneantes que procuram esta região, em especial para a mariscagem, no entanto há um controle não só por parte do P.N. como da ASAE que fiscaliza os restaurantes de modo a verificar se têm, por exemplo percebes</p>		<p>ancoradouro...também prevíamos uma zona de elevador para as pessoas subirem e descerem sem utilização de viaturas.”</p> <p>– A atividade agrícola tem vindo a perder significado devido ao abandono das terras ao longo dos anos e as pessoas deixaram as suas atividades tradicionais para se dedicarem à atividade turística, parte dela a chamada economia paralela. No entanto ainda há alguma criação de gado envolvendo atividades agrícolas ligadas ao cultivo de pasto: “... deixou de haver agricultores ou pessoas a viver exclusivamente da agricultura, ali há comércio e as pessoas dedicam-se ao turismo. As que têm menos posses vivem do turismo numa espécie de economia paralela, isto é, alugam casas ou quartos e vivem disso durante o ano. Depois há meia dúzia de criadores de gado, de gado ovino e gado bovino, e fazem cultivo para criar herbáceas para o pasto... e os cereais também, de trigo, aveia e outros.”</p> <p>– A atividade</p>	<p>agricultura: – “A área agrícola não sei mas a atividade diminuiu bastante, agora é mais pastoreio e mais abandono das terras...ainda há algum pastoreio, ainda há algumas culturas mas não é significativo. O pastoreio mantém-se, talvez até tenha reduzido porque dantes havia muito mais pastores do que há agora.” “... a agricultura não dá nada e as pessoas querem é ir trabalhar, havendo trabalho em Sines...e algumas sempre vão conseguindo trabalhar nas fábricas...as pessoas estão fartas de passar fome...mesmo os poucos que mantêm essa atividade está tudo aflito”</p> <p>– A atividade piscatória diminuiu até quase à extinção, tendo também acabado a lota mas em compensação a pesca desportiva aumentou: “A atividade piscatória quase acabou, neste momento temos em Porto Covo um pescador,</p>
--	--	--	---	---

<p>e como os adquiriram, controlando através de faturas. Pescadores profissionais também são controlados e se forem apanhados e tiverem mais de 3 autos é-lhes retirada a licença “Temos andado em cima e os autos não têm sido poucos. Houve a criação de duas reservas marinhas dentro do parque. Há uma regulamentação para a pesca e para a mariscagem e temos andado em cima disso.” “A pesca toda ela em si... em geral” “A pesca desportiva aumentou por causa dos veraneantes que vêm, nós temos uma proposta... para começar a controlar a comercialização. E passa com a ASAE a entrar num restaurante e a perguntar onde estão as faturas dos percebes. O que temos feito até agora é, a nossa fiscalização é feita à beira das falésias... em que podem trazer apenas</p>	<p>- Defende a criação de parques para as autocaravanas para evitar os abusos que se verificam atualmente. Embora esteja previsto no POOC tem dúvidas que o Parque Natural autorize: “O que falta é a existência de parques, para que as autoridades policiais possam dizer: aqui é expressamente proibido.” “No POOC está previsto mas não sei em que medida é que, ao nível de direção do Parque Natural, vão autorizar a instalação de espaços suficientes...”</p>	<p>piscatória tem vindo a decrescer, tendo perdido expressão : “A pesca não tem expressão, neste momento está reduzido a duas embarcações...” - A pesca desportiva tem vindo a aumentar, por um lado os antigos pescadores que se reformaram e se dedicam a esta atividade, bem como os veraneantes, no entanto há um aproveitamento económico ilícito: “Há ali alguns mariscadores de percebes e bivalves... mas não me pronuncio sobre isso, mas acho que deve ser uma atividade disciplinada para evitar a destruição deste recurso e está relativamente regulamentada e deve ser fiscalizada.” “Há bastante gente dedicada a isso, há uma zona cinzenta que é preciso fiscalizá-la bem... era uma zona ancestral de pesca, que agora está em crise...alguns pescadores reformam-se cedo e gostam de ter carta de pescadores desportivos, outros que têm barcos no porto de recreio e que também se</p>	<p>temos aí alguns que são de Sines e que veem aqui de vez em quando, mas profissional de pesca temos só um...” “...há regras, esta costa, por estar dentro do Parque Natural, tem regras, tem dias em que não se pode pescar, tem zonas onde não se pode pescar, portanto há alguma proteção. - As pessoas de Porto Covo vêem-se impedidas de apanhar percebes, sendo esta uma atividade ancestral, e depois veem mariscadores de Aljezur apanhá-los nesta zona, isto porque não foram atribuídas licenças aos naturais da região.” aqui não há ninguém que tenha uma licença de mariscador profissional, que são passadas pelo Parque, e então as licenças foram todas passadas para lá, porque havia uma associação de mariscadores, já com 50 ou 60 anos...em Vila do Bispo, e passam as licenças todas do Parque para aqueles indivíduos</p>
---	---	---	--

<p>determinada dimensão de marisco e, digamos, por enquanto as coisas estão controladas”</p> <p>“Pelo nº de autos, pelos vistos eles fazem bastante, mas temos feito um esforço de fiscalização a esse nível, não sabemos ainda o nº de resultados mas sabemos que o nº de autos é grande e não lhes deve estar a compensar e se for por pescadores profissionais, se tiverem mais de 3 autos é-lhes retirada a licença.”</p> <p>– Não considera ser necessário a construção de parques para autocaravanas, bastava que os Parques de Campismo existentes criassem condições (certificações) para as receber e evitar que façam despejos em zonas proibidas, sendo difícil altuar por ter que se apanhar as pessoas em flagrante. Um Parque só para</p>		<p>dedicam a isso...acho que estas coisas devem estar devidamente regulamentadas para não fazer daquilo um negócio... ou para mais de economia paralela”</p> <p>“Esta atividade tem que estar muito bem regulamentada e fiscalizada...por tudo o que estivemos a falar que é pescarem sem regras e depois reverterem isso em atividade económica sem controlo...sob o chapéu da prática desportiva fazerem atividade económica não regulamentada.”</p> <p>“Há um misto de fiscalização, creio que da polícia marítima e do Parque.”</p> <p>– O programa Polis prevê um parque para auto caravanas no entanto é necessário haver um particular interessado já que não há terrenos públicos disponíveis, e segundo a federação exigem que a sua localização seja com vista para o mar: “nós temos que criar locais, aliás o Pólis prevê isso...locais de caravanismo...nós Câmara estamos a tratar de reservar alguns</p>	<p>e nós que estamos aqui não podemos apanhar ...eu acho aquilo uma ofensa.”</p> <p>– Fiscalização: “É feito pela brigada fiscal, e o Parque Natural penso que não... também têm fiscais, têm um fiscal ou dois, para este Parque todo, isso é hilariante, agora a Brigada Fiscal e a GNR e a capitania, esses sim, esses apanham muita gente...acho que não têm é pago...a maior parte não paga...e dizem: ‘olhem prendam-se eu não tenho mais nada’...há aqui pessoas em Porto Covo que têm carências...e ninguém deixa de comer percebes por causa disso!”</p> <p>– Sobre o parque para caravanas: “Para isso tinha que haver alguém interessado em construí-lo e parece-me que não há incentivos para isso. Aliás, temos um, temos um parque de campismo que tem condições para caravanas, só que o Parque Natural diz que ele tem lá um</p>
---	--	---	--

	<p>Autocaravanas não é sustentável economicamente.</p> <p>– “Há parques certificados, com zonas para fazerem os despejos... e há Caravanas estacionadas cá fora a fazerem despejos e as entidades não fazem nada”, “...é preciso apanhá-los em flagrante e aí pode-se altuar”.”Um Parque para Autocaravanas não é sustentável economicamente.”</p>		<p>espaços...tivemos reuniões com a Federação... eles querem estar com vistas para o mar ...e evitam os parques de campismo porque pagam não sei quanto...é preciso é haver terreno para isso, é preciso haver um privado, ele perceber se aquilo é um negócio ou não... porque não se faz um terminal de autocaravanas no nada, faz-se em terreno ou que seja publico, o que não há e tem que se negociar com privados para isso, mas o que é certo é que é preciso ordenar isto e depois criar condições, criar regras físicas para impedir que determinados sítios sejam invadidos, nomeadamente na crista das falésias.”</p>	<p>problema qualquer ...com uns bungalows, e não viabiliza. É o parque da Ilha, que tem lá condições para autocaravanas, com estações de tratamento, só que agora o Parque não deixa abrir, porque, segundo eles dizem, construíram mais do que podiam construir dentro do parque, em bungalows...e agora o castigo deles é não deixam, quer dizer, ainda ficamos pior!”</p> <p>“Temos condições para receber autocaravanas mas não se pode por ao serviço!” “A quem compete mais fiscalizar e a questão do ambiente é ao Parque Natural, mas no fundo eles é que ainda estão a complicar mais a vida com esta situação. Porque nem criam condições para os Auto caravanistas ... e depois onde há condições não as deixam por ao serviço.” “Nós, Junta de Freguesia, já fizemos duas tentativas de fazer uma estação, só</p>
--	--	--	--	---

				<p>para despejar...fizemos na Praia Grande o ano passado, a Câmara mandou tirar, depois de ter concordado e nós termos tido o trabalho e gastar dinheiro, mandaram tirar porque houve uma queixa... Agora estávamos a fazer, com concordância da Câmara também, ali ao lado do Parque de campismo do Oliveira... A Câmara concordou, até deu o material, nós metemos os esgotos, ligámos os esgotos e deixámos estar porque não havia agora caravanas, assim que começámos a fazer os muros veio os técnicos da Câmara dizer que não pode ser aqui, porque passa aqui as condutas da águas, isto deita cheiros, e eu presumo que houve queixas...”</p> <p>“Agora têm razão para dizer: agora não temos condições para despejar em sítio nenhum!”</p>
REP RES EN	– Considera que esta zona apenas tem interesse	– A beleza das praias é a motivação	“O turismo em porto Covo é uma atividade recente,	– A beleza natural, as praias e o peixe fresco foram e

<p>TAC ÃO SOC IAL DO TUR IST A</p>	<p>turístico pelas praias, que o turismo vai ser sempre sazonal e que as pessoas não devem ter ilusões em querer transformar essa tendência. “O sítio mais rico da Costa são as ondas e o mar...e não queiram ter imaginações de que vão transformar isto.” “...para oferecer o quê?” “Não é preciso haver infraestruturas... o Turismo não vai melhorar ou fazer por haver grandes obras, o Turismo quer emoção e é isso que se tem que construir e não uma parede de betão.” “As pessoas não vêm para dormir, as pessoas querem é emoção” “... o problema desta costa é que não tem pessoas...” - Ao ser questionado sobre a promoção do Turismo sénior dos países do norte da Europa (defendido por outros como uma boa aposta devido ao nosso clima moderado durante o</p>	<p>principal para a procura turística desta região: “A motivação principal dos turistas de Porto Covo são as praias maravilhosas que aquela zona tem” - A Gastronomia local e a pacatez da região são também um fator de motivação turística desta região: “...eventualmente também a gastronomia local, que é muito boa, a pacatez da terra, que de qualquer maneira no verão não é assim muito pacata...” - Em sequência à conferência que decorreu em Sines, em Nov de 2011, sobre o tema “Turismo todo o ano” ... e para promover o turismo em época baixa, esta entidade encomendou um estudo no sentido de perceber quais os mercados potenciais e as conclusões apontaram para os países do norte da Europa, onde no inverno faz demasiado frio e o nosso clima ameno pode ser um atrativo:“... do</p>	<p>aliás o turismo é uma atividade recente nesta costa. O turismo nos anos 40, 50,60, resumia-se à Praia Vasco da Gama, que eram as pessoas que vinham do baixo Alentejo, os lavradores ricos e algumas pessoas de Lisboa...” “Porto Covo era uma aldeia piscatória e rural, agora é principalmente um pólo turístico...”, “...depois começa a haver uma expansão do turismo nesses anos e começam a vir bastantes turistas, principalmente os alemães e holandeses...que têm casas na zona sul (quando foi construída a aldeia turística/dos alemães), porque era uma zona exótica, não tinha nada, não tinha restaurantes...”, “Nós temos tido aqui na cidade...uma sucessiva vinda de turistas sénior da Suécia, e gostam muito de vir cá... da Europa central da Europa do Norte e de outros sítios e é aqui e em Porto Covo também.”, é procurada por espanhóis...” “Nós Câmara estamos em profundo desacordo</p>	<p>continuam a ser as motivações principais dos turistas e visitantes: “Era (motivações) a praia e era o mesmo que traz agora, era a praia, era o peixe fresco, era as condições naturais...”, “Porto Covo foi sempre uma terra turística. Curiosamente muito mais turística quando eu era miúdo do que agora...tínhamos mais estrangeiros nessa altura do que temos agora. Porque o Porto Covo, por uma característica que foi alterada que era do campismo selvagem, Porto Covo foi um dos últimos sítios a acabar com o campismo selvagem.” “ Há 50 anos o Porto Covo era uma grande aldeia só de tendas. Era maior do que é agora com as casas todas...e vinham muitos estrangeiros, ingleses, franceses, alemães...agora é mais nacionais e espanhóis.” “Às vezes admiro-me quando as pessoas dizem que Porto</p>
--	--	---	--	--

	<p>inverno) responde que não temos nada para oferecer mas quando se sugere a construção de mais unidades de alojamento, serviços e animação para poder acolher essas pessoas também não está de acordo alegando que o turismo é a construção civil. “Temos o problema do clima, temos uma nortada e um frio... o turismo estrangeiro da Alemanha, Holanda Inglaterra, Escandinávia... eles aqui estão a cerca de 4 horas de avião, com mais 2/3 horas de avião estão no sudeste Asiático que tem as coisas por metade do preço... e que tem ofertas de qualidade”</p>	<p>ponto de vista estratégico devemos promover este território para a baixa estação, para o norte da Europa...porque lá está frio e aqui não está tanto, ou está até bom...porque têm mais dinheiro, e nós também precisamos de turistas com mais dinheiro...”</p>	<p>com o PROTA, que é um plano que se sobrepõe ao nosso PDM... que nós defendemos que haja uma linha perpendicular à costa... que as áreas sejam fundamentalmente destinadas ou com potencialidade para o Turismo, Turismo de Resorts, como campos de Golf e outro e que ocupem essas áreas, particularmente a Sul... seja destinado a Nichos de Turismo de Natureza e Turismo de Resorts... para Turismo todo o ano, turismo ligado a desportos, nomeadamente do Golf e outros, de utilização do Hipismo, de desportos náuticos, do Surf, do windsurf, do mergulho, de outras utilizações de nicho...”</p>	<p>Covo sofreu uma grande alteração do turismo agora...o Porto Covo quando eu era miúdo tinha mais estrangeiros e mais gente, aqui não tinha mais porque não havia tantas pensões, tantos hotéis...mas as casas eram todas alugadas a estrangeiros...as pessoas iam viver para o quintal, alugavam os quartos ... e Porto Covo foi sempre assim.”, “...havia também muita gente que vinha para aqui nessa altura da minha meninice, vinham para os banhos salinos quentes, que era ali em baixo naquele edifício que foi uma pizzeria “O Balneário”, era o Balneário porque era dos banhos de salinos quentes.” “Porto Covo chegou a ser mais conhecido pelos banhos de salinos quentes do que pelas praias. E vinham do Alentejo naquelas carroças ... de todo o lado para banhos em Porto Covo.”</p>
--	---	--	---	--

Anexo 12

Análise de conteúdo - texto

Análise das informações

Após a realização das entrevistas aos órgãos institucionais que tutelam o território e tendo como base os indicadores: Ideologia/Poder, Planeamento/Gestão/Usos do Território e Representação Social do Turismo, verifica-se que as visões das várias entidades são frequentemente distintas e diferenciadas, senão vejamos:

a) Ideologia/Poder:

Enquanto o PNSACV segue um modelo protecionista de “não mexer para não estragar”, revelando uma posição de inércia e conformismo face à degradação e erosão dos valores naturais: “...a erosão de uma falésia é normal... essas intervenções muitas vezes pioram as situações...”, “As falésias sempre caíram, é como querer parar a chuva.”, sendo inclusive acusados pela Entidade Regional de Turismo do Alentejo (ERT) de nada fazer e de por entraves a quem quer fazer: “Estão mentalmente estruturados para criar dificuldades, não, não, não.”

Aqueles que querem fazer alguma coisa para melhorar e criar condições para receber os turistas e visitantes, tal como a Câmara de Sines (CMS) e a Junta de Freguesia de Porto Covo (JFPC), vêem-se impossibilitados de o fazer pelos constantes entraves colocados pelo PNSACV: “Traz (constrangimentos) embora isso possa ser gerido... pode haver naqueles sítios um bom nicho... a Administração central retrai-se...” (CMS), denotando assim uma posição “politicamente correta”, ou seja, não pretendendo acusar ninguém diretamente dá a entender que há poucos apoios.

Já a JFPC acusa formalmente o PN de não cumprir com as suas obrigações limitando a aplicar multas: “Para mim deveria ser uma mais-valia estar inserido no PN mas não é, porque o PN demitiu-se das suas responsabilidades quase todas à exceção de uma que é multar de vez em quando alguém...”.

Se a este problema acrescentarmos o facto de o PN estar limitado em termos orçamentais, não lhe permitindo fazer algumas intervenções, embora isso não devesse invalidar que outros as fizessem nem tão pouco que os impedissem de fazer como acontece com a JFPC: “...o que eles dizem é que estão limitados, não têm dinheiro, não têm pessoal, não têm viaturas...”. “Os acessos às praias, a melhoria dos estacionamento...pura e simplesmente não se faz nada!”. “...os acessos todos que há às praias da freguesia foram todos feitos pela

Junta de Freguesia, às escondidas, porque tanto o Parque Natural como a Capitania não queriam que se mexesse nas falésias nem que se mexesse em coisa nenhuma. Então nós é que fomos, pouco a pouco, fazendo uma aqui, outra ali, às escondidas...e chegámos a ser apanhados a fazer... “.

Este é sem dúvida um handicap destas instituições que revelam também uma inércia perante os problemas, tal como refere a ERT: “Este é um problema geral, estas zonas protegidas estão acometidas a organismos públicos, que depois não têm recursos para as proteger, e não têm, até agora, revelado dinâmica para tirar proveito económico que permitisse a preservação com uma maior flexibilidade.” Assim, em vez de se aproveitar os recursos naturais, tirando partido deles de forma sustentável e fazendo disso uma fonte de rendimento para apoio à preservação dos mesmos, limitam-se a proibir o que não invalida que estes se degradem sem que nada seja feito para o evitar.

No entanto existem formas de evitar a erosão das falésias, já que uma das causas é o estacionamento junto às mesmas. Este problema deveria ser evitado se a Câmara fizesse um edital com as normas de estacionamento mas também se fossem colocados pins de madeira (como já existe em alguns locais) a limitar as zonas mais sensíveis, no entanto nem a Câmara toma tal iniciativa nem o PN concorda com a colocação dos pins, limitando-se a acusar a Câmara de não o fazer devido a interesses políticos o que revela de novo uma postura de empurrar a responsabilidade para outros e nada fazer:: “As Câmaras não regulamentam esta atividade por questões políticas.”, “Isso é uma poluição, é tabuletas a proibir é tabuletas a não sei quê, mais os pins.” (PNSACV)

“...mas o que é certo é que é preciso ordenar isto e depois criar condições, criar regras físicas para impedir que determinados sítios sejam invadidos, nomeadamente na crista das falésias.” (CMS) Com esta afirmação depreende-se que existe alguma preocupação embora não seja mencionada qualquer intenção de levar estas ideias à prática.

Já a ERT, e por oposição ao PN é a favor da delimitação por impedimentos físicos (pins) uma vez que acredita que é o método mais eficaz em Portugal: “Em Portugal, eu acredito muito mais no impedimento físico do estacionamento do que nas placas de proibição” “...ao nível do ordenamento do território criar impedimentos físicos, barreiras...porque não acredito muito na plaquinha...”.

Apesar do PN não concordar com esta medida, a colocação de pins de madeira a delimitar as áreas de estacionamento, caminhos e acesso às falésias está prevista no Programa Pólis.

Da mesma forma que os valores naturais também os patrimoniais são vítimas deste tipo de protecionismo potenciador de degradação tal como acontece com o Forte da Ilha de Dentro em que o PN acusa a CMS de apenas querer construir e de que cada vez que fazem alguma coisa o fazem mal: “... há um *lobby* enorme já que a construção civil está parada...”, “Não mexam que só estragam, limpem, façam a sustentação mínima e qualquer coisa que queiram fazer façam a um quilómetro do forte, deixem o forte respirar, deixem o imaginário viver! São monumentos, coisas antigas.”, justificando a sua posição ao alegar que, tal como as falésias, também os monumentos naturalmente caem: “...o forte vai cair, mais tarde ou mais cedo!”.

Já a CMS, que fez uma intervenção de sustentação do Forte, acusa o PN de nada fazer e defende que se não fosse esta instituição (Câmara) o Forte estaria muito mais degradado: “...eu tenho sido veemente, eles têm que garantir a consolidação da arriba ...nós Câmara, fizemos lá uma intervenção, e se não fossemos nós aquilo já estava tudo degradado...”.

No entanto a CMS, após de ter feito as obras de requalificação do Forte, fechou-o impedindo que este seja visitado, o que fez com que a ERT tomasse a iniciativa de tentar solucionar esta situação de modo a tornar o Forte de novo visitável: “Há uma situação que eu estou a tentar resolver, mas não estou até agora a ser bem-sucedido, ainda, que é a questão do Forte, que foi objeto de obras de um certo vulto e depois fecharam-no. E a Câmara não abre aquilo porque não quer lá por pessoal, porque custa dinheiro, o IGESPAR e o Parque também não têm dinheiro para aquilo.”.

Também a JFPC discorda não só com o tipo de intervenção que foi feita como da medida tomada após a mesma considerando esta medida abusiva: “...fez-se alguma coisa, não gostei da solução mas pelo menos teve a vantagem de segurar de pé e deixar de haver o perigo de cair... quando ele começou a ter condições de ser visitado fecharam-no, não pode ir lá ninguém!”, “...estamos a fazer muita pressão para que se possa visitar aquele espaço que é muito procurado... deem uma chave á Junta de Freguesia... desde que se junte um grupo a gente vai lá, abre-lhe a porta, mostra aquilo, saem, fecha-se a porta...o que não queremos é ter aquele património ali fechado!”

Assim, além das dificuldades para fazer intervenções de requalificação agora junta-se a dificuldade em dar uso a um monumento de interesse turístico.

b) Planeamento/Gestão/Usos do Território:

Embora a necessidade de mais meios de alojamento seja um argumento utilizado pela maioria dos entrevistados, o PN não concorda com tal medida alegando que existem alojamentos encerrados durante o Inverno, devendo com esta afirmação querer referir-se às casas particulares de 2ª habitação já que tanto o Hotel Apartamento, como as duas pensões existentes e os Parques de Campismo se encontram abertos durante todo o ano, defendendo antes a criação de uma central de reservas de alojamentos: “os alojamentos estão fechados durante o Inverno”, “As entidades oficiais, em vez de se fazer obras de construção civil, devia de haver uma central de gestão de vendas de alojamento...”.

Já a ERT defende a criação de mais alojamento e equipamento turístico: “Porto Covo tem carência de alojamentos turísticos...”, “...sei que há um hotel, que tem um projeto aprovadíssimo para construir e que não foi construído...e esse hotel faz falta.” “... mas a carência principal é não ter equipamentos turísticos...”.

Esta opinião é igual mente partilhada pela CMS: “Não havia (alojamentos) é ver quando é que se construiu o Aparthotel em Porto Covo, havia uma pensãozeca para lá...há uma carência enorme...o alojamento em Porto Covo é fundamentalmente nas segundas habitações e no aluguer clandestino das casas ou de parte das casas das pessoas e dos parques de campismo que ficam superlotados de pessoas...”.

Por outro lado existe um projeto que está parado, relativo ao artigo 47, e que prejudica e penaliza em muito esta região em termos de alojamentos turísticos: “...se não fosse a crise o Artigo 47 estaria todo construído,...isso dava um impulso a Porto Covo.” (CMS)

Também a JFPC se defronta com esta dificuldade: “A maioria procura os quartos porque também não há hotelaria, a hotelaria que aqui há está sempre cheia, o Hotel, em qualquer altura que telefonamos está sempre cheio, e as pessoas são obrigadas a ir para os quartos.”

Assim esta situação só favorece a continuidade dos alojamentos clandestinos já que é a única alternativa existente sempre que as poucas unidades hoteleiras estão completas, o que contraria a opinião do PN.

Em relação aos Portos e Portinhos existentes na região, nomeadamente o portinho de Porto Covo, o PN reconhece a necessidade da sua reconversão em termos turísticos de modo a tirar proveito de um recurso natural que é o mar, embora seja apologista de que não é necessário fazer grandes obras, apenas alguns arranjos e promoção: “Os portinhos estão vazios...há que fazer a gestão e com pouca coisa melhorar e promover”, “Isto é um Alentejo que é diferente, que tem mar, é pegar nestas riquezas.”. “Não é preciso construção, é arranjar aquilo à volta”.

Já a CMS tem uma posição muito diferente, tendo mesmo um projeto mais arrojado e voltado para a exploração turística deste espaço, que considera ter grandes potencialidades, aproveitando o Polis para financiar algumas dessas intervenções: “...aquele portinho, o Polis também prevê uma intervenção lá...nós pretendemos que aquilo se transformasse numa área de lazer e turismo...acabar com aquelas instalações para pescadores, que estão abandonadas e subvertidas... e construir uma espécie de anfiteatro no topo...melhorar a zona de ancoradouro...também prevíamos uma zona de elevador para as pessoas subirem e descerem sem utilização de viaturas.”

No entanto até à data apenas a JFPC fez algumas intervenções, acusando a ARH de nada fazer, sendo que esta é uma área da sua responsabilidade: “As obras que foram feitas aqui há uns anos no Portinho, a Junta de Freguesia é que andaram a limpar e a arranjar...ninguém toma conta daquilo, está abandonado! Naquele caso seria a ARH...que está-se pura e simplesmente borrifando!”

Esta situação é mais uma prova da inércia e desinteresse das instituições que tutelam o território, que nada fazem votando zonas de grande beleza e interesse turístico ao abandono e degradação. Porque, tal como a ERT defende: “Não é a visita que estraga, é o abandono”, reforçando ainda que desde que a visita seja organizada e controlada os seus benefícios revertem a favor da região e do PN: “Eu acho que a visita organizada é a melhor forma de garantir, quer a atração turística...quer os recursos para o Parque.”

Já relativamente à atividade agrícola e pastoreio as opiniões são mais convergentes, embora o PN apenas tenha intervenção a nível de controlo das culturas, e nesse caso essa preocupação está mais centrada no perímetro de rega do Mira, e a nível de pastoreio seguem a legislação relativa à introdução de animais exóticos: “Só autorizamos culturas tradicionais e no perímetro de rega do Mira, as estufas, a partir de determinados hectares, têm que comunicar e o P.N. emite um parecer”. “Não autorizamos terrenos de pastagens

em zonas de reservas e de dunas”. “Animais exóticos são submetidos à legislação geral”. No entanto, e à exceção do perímetro de rega do Mira, é notório o abandono dos terrenos: “... deixou de haver agricultores ou pessoas a viver exclusivamente da agricultura, ali há comércio e as pessoas dedicam-se ao turismo. Depois há meia dúzia de criadores de gado, de gado ovino e gado bovino, e fazem cultivo para criar herbáceas para o pasto... e os cereais também, de trigo, aveia e outros.” (CMS)

Por seu lado a JFPC, bem conhecedora dos hábitos e tradições desta região alega que a população alterou os seus hábitos por uma questão de necessidade, por estarem fartos de passar fome: “...a atividade diminuiu bastante, agora é mais pastoreio e mais abandono das terras...ainda há algum pastoreio, ainda há algumas culturas mas não é significativo... a agricultura não dá nada e as pessoas querem é ir trabalhar, havendo trabalho em Sines...e algumas sempre vão conseguindo trabalhar nas fábricas...as pessoas estão fartas de passar fome...mesmo os poucos que mantêm essa atividade está tudo aflito”.

Da mesma forma a pesca artesanal também perdeu expressão sendo substituída pela pesca desportiva, que aumentou consideravelmente, no entanto o PN tem feito algum trabalho no sentido de promover a preservação das espécies, através da criação de reservas e controlando a atividade piscatória e de apanha de marisco: “Temos andado em cima e os autos não têm sido poucos. Houve a criação de duas reservas marinhas dentro do parque. Há uma regulamentação para a pesca e para a mariscagem e temos andado em cima disso.” (PNSACV)

Também a CMS defende a necessidade de controlar esta atividade já que se verifica um aproveitamento económico: “A pesca não tem expressão, neste momento está reduzido a duas embarcações...alguns pescadores reformam-se cedo e gostam de ter carta de pescadores desportivos, outros que têm barcos no porto de recreio e que também se dedicam a isso...acho que estas coisas devem estar devidamente regulamentadas para não fazer daquilo um negócio... ou para mais de economia paralela...sob o chapéu da prática desportiva fazerem atividade económica não regulamentada.”

Já a JFPC, embora reconheça que a pesca tradicional perdeu expressão e a desportiva cresceu consideravelmente havendo assim necessidade de controlar esta atividade, o que tem sido até bem feito, dá mais importância ao facto dos residentes naturais desta área estarem limitados de exercer uma atividade que já era uma tradição local, acusando o PN de não ter passado licenças aos habitantes de Porto Covo que se veem impedidos de

beneficiar dos recursos naturais da sua própria terra (embora na realidade continuem a fazê-lo) e de se limitarem a passar multas (pese embora o facto de muitas não serem pagas): “A atividade piscatória quase acabou, neste momento temos em Porto Covo um pescador... há regras, esta costa, por estar dentro do Parque Natural, tem regras, tem dias em que não se pode pescar, tem zonas onde não se pode pescar, portanto há alguma proteção... aqui não há ninguém que tenha uma licença de mariscador profissional, que são passadas pelo Parque... porque havia uma associação de mariscadores, já com 50 ou 60 anos...em Vila do Bispo, e passam as licenças todas do Parque para aqueles indivíduos e nós que estamos aqui não podemos apanhar ...eu acho aquilo uma ofensa.”

Sobre a fiscalização esta entidade critica não só o PN pelo número de fiscais que tem e que são manifestamente poucos para a extensão do PN e ainda a aplicação de multas aos residentes que pescam e apanham marisco para consumo próprio e são multados como os pescadores desportivos que pescam para vender: “É feito pela brigada fiscal, e o Parque Natural penso que não... também têm fiscais, têm um fiscal ou dois, para este Parque todo, isso é hilariante, agora a Brigada Fiscal e a GNR e a capitania, esses sim, esses apanham muita gente...acho que não têm é pago...a maior parte não paga...e dizem: ‘olhem prendam-se eu não tenho mais nada’...há aqui pessoas em Porto Covo que têm carências...e ninguém deixa de comer percebes por causa disso!”

O Caravanismo é uma atividade com grande expressão nesta área, tendo vindo a crescer nos últimos anos e sendo muitos os abusos quer decorrentes do estacionamento em locais indevidos quer ao nível da poluição causada pelos despejos feitos em locais impróprios. Este problema, embora seja reconhecido por todas as entidades bem como a necessidade de criar um Parque para Autocaravanas, apenas o PN não concorda com tal medida, considerando que seria suficiente se os Parques de Campismo existentes criassem condições para os receber e aproveitando para acusar as entidades responsáveis pelo controle e fiscalização de nada fazerem: “Há parques certificados, com zonas para fazerem os despejos... e há Caravanas estacionadas cá fora a fazerem despejos e as entidades não fazem nada”, “Um Parque para Autocaravanas não é sustentável economicamente.”

Em contrapartida a ERT defende a criação de um Parque para que as autoridades possam melhor controlar esta atividade, alegando mesmo que este está previsto no POOC, no entanto mostra algum ceticismo em relação à posição do PN: “O que falta é a existência de parques, para que as autoridades policiais possam dizer: aqui é expressamente proibido.”,

“No POOC está previsto mas não sei em que medida é que, ao nível de direção do Parque Natural, vão autorizar a instalação de espaços suficientes...”

Também a CMS defende esta ideia, que também está prevista no Programa Pólis, embora reconheça a necessidade de haver um privado interessado e com um terreno disponível já que a Câmara não os possui: “nós temos que criar locais, aliás o Pólis prevê isso... locais de caravanismo... porque não se faz um terminal de autocaravanas no nada, faz-se em terreno ou que seja publico, o que não há, e tem que se negociar com privados para isso, mas o que é certo é que é preciso ordenar isto e depois criar condições, criar regras físicas para impedir que determinados sítios sejam invadidos, nomeadamente na crista das falésias.” Desta forma pretende mostrar preocupação em relação à situação existente, no entanto passa da necessidade de ordenar para criar condições (parques) sem mostrar qualquer interesse em criar um edital que regule o estacionamento naquela área, à semelhança do que a Câmara de Odemira fez.

Já a JFPC, que concorda com a necessidade de um parque, no entanto acusa o PN de não permitir que o Parque da Ilha do Pessegueiro receba os Caravanistas, após ter feito obras para criar as devidas condições para tal, por retaliação devido ao facto de terem construído um número de bungalows superior ao permitido. Por outro lado a própria Junta tentou por duas vezes criar locais para estes fazerem os despejos e em ambos os casos a tentativa foi gorada: “Para isso tinha que haver alguém interessado em construí-lo e parece-me que não há incentivos para isso. Aliás, temos um, temos um parque de campismo que tem condições para caravanas, só que o Parque Natural diz que ele tem lá um problema qualquer ... com uns bungalows, e não viabiliza. É o parque da Ilha... segundo eles dizem, construíram mais do que podiam construir dentro do parque, em bungalows... e agora o castigo deles é não deixam...”, “A quem compete mais fiscalizar e a questão do ambiente é ao Parque Natural, mas no fundo eles é que ainda estão a complicar mais a vida com esta situação. Porque nem criam condições para os Auto caravanistas ... e depois onde há condições não as deixam por ao serviço.”, “Nós, Junta de Freguesia, já fizemos duas tentativas de fazer uma estação, só para despejar... fizemos na Praia Grande o ano passado, a Câmara mandou tirar, depois de ter concordado e nós termos tido o trabalho e gastar dinheiro, mandaram tirar porque houve uma queixa... Agora estávamos a fazer, com concordância da Câmara também, ali ao lado do Parque de campismo do Oliveira... a Câmara concordou, até deu o material, nós metemos os esgotos... assim que começámos a fazer os muros veio os técnicos da Câmara dizer que não pode ser aqui...”. Esta atitude

demonstra a falta de coordenação da Câmara que autoriza uma obra, financia-a e depois impede que seja terminada quando estava em fase final. Se o local não era o mais conveniente deveriam ter verificado isso antes de dar autorização e ter gasto dinheiro do erário público, sendo este apenas mais um dos muitos exemplos de descoordenação e falta de cuidado por parte das entidades públicas.

c) Representação Social do Turista:

Enquanto o PN considera que esta região tem poucos turistas, sendo na sua maioria caravanistas, e que estes procuram a região apenas e só pela sua beleza natural, aproveitando esta justificação para reforçar a ideia de que não é necessário criar mais unidades de alojamento, serviços, etc.: “Não é preciso haver infraestruturas... o Turismo não vai melhorar ou fazer por haver grandes obras, o Turismo quer emoção e é isso que se tem que construir e não uma parede de betão”. “As pessoas não vêm para dormir, as pessoas querem é emoção”, “... o problema desta costa é que não tem pessoas...”. (PNSACV)

Em contrapartida as restantes entidades têm uma visão completamente diferente, considerando que a procura é grande e além das belezas naturais existem outros interesses, já que tanto a CMS como a JFPC convivem diretamente com esta situação ao longo do ano daí que tenham uma perceção exata da realidade: “A motivação principal dos turistas de Porto Covo são as praias maravilhosas que aquela zona tem... eventualmente também a gastronomia local, que é muito boa, a pacatez da terra, que de qualquer maneira no verão não é assim muito pacata...” (ERT), demonstrando assim que afinal existe gente, ou seja existe procura.

Já a CMS, embora considere a atividade turística recente, o que não acontece com a JFPC, refere que a procura é variada em termos de nacionalidades: “O turismo em porto Covo é uma atividade recente, aliás o turismo é uma atividade recente nesta costa. Porto Covo era uma aldeia piscatória e rural, agora é principalmente um polo turístico...”, “...depois começa a haver uma expansão do turismo... e começam a vir bastantes turistas, principalmente os alemães e holandeses...que têm casas na zona sul (quando foi construída a aldeia turística/dos alemães), porque era uma zona exótica, não tinha nada, não tinha restaurantes...”.

Por seu lado a JFPC demonstra ter um conhecimento mais profundo da realidade já que o Presidente é natural de Porto Covo tendo acompanhado a sua evolução ao longo de toda a sua vida: “Era (motivações) a praia e era o mesmo que traz agora, era a praia, era o peixe fresco, era as condições naturais...”, “Porto Covo foi sempre uma terra turística. Curiosamente muito mais turística quando eu era miúdo do que agora...tínhamos mais estrangeiros nessa altura do que temos agora.”

Esta visão não deixa de ser interessante, já que a maioria das pessoas pensa que o *boom* se deu nos últimos anos, em especial após a divulgação da canção do Rui Veloso:

– “...a canção do Rui Veloso é que despertou o interesse mais maciço pelo Porto Covo.”
“...Porto Covo vai deixar de ser o mesmo a partir de agora!” (ERT);

– “Porto Covo ganhou projeção, uns dizem que pela canção do Rui Veloso e outra por via de intervenção da Câmara que fez infraestruturas importantes” (CMS) em que tenta realçar a importância da Câmara no desenvolvimento turístico da região;

– “Acho que teve bastante influência, tornou o Porto Covo bastante conhecido, por acaso nessa altura também era presidente da Junta e criou-nos alguns problemas porque não estávamos preparados para receber as pessoas porque começou a vir muita gente para Porto Covo assim de repente...” (JFPC)

Apesar de tudo a JFPC tem um conhecimento mais profundo desde o início desta atividade sendo que a procura turística afinal teve outra motivação, numa fase primária: “...o Porto Covo, por uma característica que foi alterada que era do campismo selvagem, Porto Covo foi um dos últimos sítios a acabar com o campismo selvagem. Há 50 anos o Porto Covo era uma grande aldeia só de tendas. Era maior do que é agora com as casas todas...e vinham muitos estrangeiros, ingleses, franceses, alemães...agora é mais nacionais e espanhóis. Às vezes admiro-me quando as pessoas dizem que Porto Covo sofreu uma grande alteração do turismo agora...o Porto Covo quando eu era miúdo tinha mais estrangeiros e mais gente, aqui não tinha mais porque não havia tantas pensões, tantos hotéis...mas as casas eram todas alugadas a estrangeiros...as pessoas iam viver para o quintal, alugavam os quartos ... e Porto Covo foi sempre assim.”

Mas não eram só as belezas naturais que motivavam a procura turística, eram também os tratamentos para o reumático, com águas quentes salgadas, que traziam muitas pessoas de

fora: "...havia também muita gente que vinha para aqui nessa altura da minha meninice, vinham para os banhos salinos quentes, que era ali em baixo naquele edifício que foi uma pizzaria "O Balneário", era o Balneário porque era dos banhos de salinos quentes." "Porto Covo chegou a ser mais conhecido pelos banhos de salinos quentes do que pelas praias. E vinham do Alentejo naquelas carroças ... de todo o lado para banhos em Porto Covo."

Relativamente à promoção do turismo sénior nos países do norte da Europa a posição do PN difere das restantes entidades ao considerar que o nosso clima de inverno não é favorável e que existem alternativas mais interessantes com apenas mais duas ou três horas do voo: "Temos o problema do clima, temos uma nortada e um frio... o turismo estrangeiro da Alemanha, Holanda Inglaterra, Escandinávia... eles aqui estão a cerca de 4 horas de avião, com mais 2/3 horas de avião estão no sudeste asiático que têm as coisas por metade do preço... e que tem ofertas de qualidade". Esta observação demonstra algum desconhecimento nomeadamente do tempo de voo entre as cidades do norte de Europa e as do Sudoeste Asiático, que rondam as 10h00 de viagem.

No entanto a ERT tem opinião bem diferente, tendo inclusive encomendado um estudo que foi apresentado na Conferência "Turismo Todo o Ano" que decorreu em Sines em Novembro de 2011: "Turismo todo o ano" ... e para promover o turismo em época baixa, esta entidade encomendou um estudo no sentido de perceber quais os mercados potenciais e as conclusões apontaram para os países do norte da Europa, onde no inverno faz demasiado frio e o nosso clima ameno pode ser um atrativo: "... do ponto de vista estratégico devemos promover este território para a baixa estação, para o norte da Europa...porque lá está frio e aqui não está tanto, ou está até bom...porque têm mais dinheiro, e nós também precisamos de turistas com mais dinheiro..."

Também a CMS é da mesma opinião alegando que já existe mesmo procura por parte destes mercados: "Nós temos tido aqui na cidade...uma sucessiva vinda de turistas sénior da Suécia, e gostam muito de vir cá... da Europa central da Europa do Norte e de outros sítios e é aqui e em Porto Covo também.". Esta entidade vai mais longe ao defender a necessidade de criar *resorts* que possam acolher nichos de mercado todo o ano, razão pela qual está contra o PROTA: "Nós Câmara estamos em profundo desacordo com o PROTA, que é um plano que se sobrepõe ao nosso PDM... que nós defendemos que haja uma linha perpendicular à costa... que as áreas sejam fundamentalmente destinadas ou com potencialidade para o Turismo, Turismo de Resorts, como campos de Golf e outro e

que ocupem essas áreas, particularmente a Sul... seja destinado a Nichos de Turismo de Natureza e Turismo de Resorts... para Turismo todo o ano, turismo ligado a desportos, nomeadamente do Golf e outros, de utilização do Hipismo, de desportos náuticos, do Surf, do windsurf, do mergulho, de outras utilizações de nicho...”.

A aposta no Turismo de nichos é também defendida pela ERT em especial porque permite a prática de Turismo ao longo de todo o ano, em especial fora da época alta, sendo que também é o modelo mais adequado a esta região: “Hoje em dia o turismo já não é um turismo de massas, é um turismo de nichos, é o *Birdwatching*, é o Pedestrianismo, é o Pescar, é o Golf...”, “...e o que é preciso é criar nichos que atraiam as pessoas fora da época balnear, para que elas sintam o prazer de estar aqui e que não venham para aqui para sítios desertos mas para sítios com vida, que tenham atividades...”. Esta entidade alerta também para o facto de haver poucas atividades de animação que permitam atrair turistas sendo esta preocupação comum à JFPC: “Era importante que nós tivéssemos mais animação...a pouca que é feita é feita pela Junta de Freguesia, que não tem capacidade para fazer grandes coisas, grandes eventos...e acho que isto tinha necessidade de mais animação.”

Já a CMS organiza alguns eventos ao longo do ano sendo o mais famoso o Festival de Músicas do Mundo (FMM) que atrai muitos turistas e visitantes e cujo programa chegou a estar distribuído entre Sines e Porto Covo, no entanto nos dois últimos anos a programação concentrou-se apenas em Sines, penalizando assim Porto Covo que se viu privado desta animação.

Anexo 13

Análise geral das entrevistas

Entidades entrevistadas	Questões Ambientais			Questões socioculturais	Questões socioeconómicas	Questões de planeamento/ordenamento			Promoção turística
	Valores naturais	Proteção	Proteção VS Valorização			Alterações no Território	Alterações Demográficas	Projetos	
PN SACV Dr. José Paulo Fonseca (Supervisor)	<ul style="list-style-type: none"> - Controle da capacidade de Carga dos locais e das atividades mais comuns ao Turismo de Natureza - Vigilância dos territórios de litoral – litoral muito vasto ; 	<ul style="list-style-type: none"> - POOC – Sines/Burgau - POPNSACV – são os 2 Planos que regulam o território; - Falta de concertação entre as várias entidades do estado; - considera a 	<ul style="list-style-type: none"> - Gestão e licenciamento de atividades de Turismo de Natureza dentro do Parque; - Não tem projetos; - Apenas controlam capacidade de carga das atividades dentro 			<ul style="list-style-type: none"> - Não tem interferência sobre aglomerados urbanos, apenas sobre áreas rurais e zonas marinhas: “onde acaba o perímetro urbano 		<ul style="list-style-type: none"> - Não tem um Plano Estratégico para o Turismo; - Está previsto fazer a regulamentação do Turismo de Natureza - Estudos da 	<ul style="list-style-type: none"> - Emite pareceres para atividades no território; - O P. N. não é um líder de promoção de atividades, apenas emite pareceres em função das características do território e dos impactes que terão no território; - São um motor de constrangimento às

<p>PN SACV Dr. José Paulo Fonseca (Supervisor)</p>	<p>- Litoral é da responsabilidade da ARH mas o P.N. emite pareceres vinculativos: “se for um não é um não”</p>	<p>erosão das falésias como um fator natural – intervenções por norma pioram a situação; - Tudo o que está em pé cai; - Chama a atenção para as intervenções a montante das falésias; - chuvadas de enxurrada, típicas deste clima, que originam</p>	<p>do Parque e emitem pareceres vinculativos; - Pressão dos Municípios para a construção de estradas e passeios junto às falésias que o PNSACV não concorda; - Não concorda com pins a limitar o acesso às falésias, placas, etc.; - Deveria haver placas à entrada dos municípios</p>			<p>começa o Parque Natural” - Quem faz o licenciamento é o Turismo e dentro do Turismo são as Câmaras que licenciam as atividades, após parecer do Parque;</p>		<p>Capacidade de carga dos locais e das atividades mais comuns ao Turismo de Natureza; - Não tem um plano estratégico e económico de desenvolvimento;</p>	<p>atividades que se possam realizar; - Parque para Caravanistas não é sustentável economicamente; - Caravanistas são o único Turismo que existe fora da época alta; - O Turista quer emoção não quer betão – as pessoas não vêm para cá para dormir; - Deve haver mais atividades; - Deve-se promover o</p>
--	---	--	--	--	--	--	--	---	--

<p>PN SACV Dr. José Paulo Fonseca (Supervisor)</p>		<p>escorrências junto às falésias – processo natural e impossível de evitar;</p> <p>- Culturas dos terrenos/pastoreio – interdição em zonas de dunas / reserva;</p> <p>- Controlo e vigilância da atividade piscatória – mariscagem sujeita a licença;</p> <p>- Pesca desportiva</p>	<p>com informação/Edital relativa a limitações de estacionamento e – por parte das câmaras e alguma vigilância;</p> <p>- Câmaras não querem assumir este papel por questões políticas;</p> <p>- Requalificação do Forte questionável – o POPNSACV não tem nenhum projeto;</p>			<p>- As entidades que pretendem fazer atividades pedem um parecer e o P.N. dá um parecer (que é vinculativo) -se for área Litoral é a ARH</p>			<p>Turismo em línguas de países emergentes: China, - informações na internet de Turismo em mandarim, árabe, em detrimento dos povos do norte da Europa que são muito menos e estão a menos horas de avião de outros destinos como a Ásia, com melhor clima e mais condições;</p> <p>- Falta de interligação entre as várias entidades e mesmo com Espanha;</p> <p>- Pensa-se muito mais a nível local;</p>
--	--	--	---	--	--	---	--	--	--

<p>PNSAC V Dr. José Paulo Fonseca (Supervi sor)</p>		<p>aumentou – controle da comercialização; - Elevado nº de autos; - Não existem ainda espécies em risco mas a continuar pode vir a haver também devido ao PH das águas devido ao aquecimento das águas, mas também com a poluição; - Intervenção apenas relativas</p>	<p>- Houve uma intervenção no Forte mas acabaram por estragar mais do que qualificar – deve ser deixado como está; - O Forte vai cair mais ano menos ano; - Defende intervensões na periferia, iluminação; - Deve-se proteger/promov er o imaginário</p>						<p>- Promoção continuada, bons <i>sites</i> com possibilidade de reservas <i>on-line</i>; - A promoção de Portugal mostra muita solidão: os locais aparecem sem pessoas, sem Acção, sem emoção; - Deve-se promover a revitalização dos vários portinhos que existem em vez de construir mais – para promoção de atividades de pesca desportiva;</p>
---	--	--	---	--	--	--	--	--	---

<p>PN SACV Dr. José Paulo Fonseca (Supervi sor)</p>		<p>às questões da capacidade de carga – de acordo com o plano de pormenor;</p>	<p>das pessoas; - No entanto defende que o património é para ser usado; - Há poucas pessoas fora do verão e não acredita que venha a melhorar devido à distância em relação aos grandes centros – daí que não seja rentável fazer intervenções; - Não há o que oferecer;</p>						
---	--	--	---	--	--	--	--	--	--

Entidades entrevistadas	Questões Ambientais			Questões socioculturais	Questões socioeconómicas	Questões de planeamento/ordenamento			Promoção turística
	Valores naturais	Proteção	Proteção VS Valorização			Alterações no Território	Alterações Demográficas	Projetos	
Entidade Regional do Turismo Do Alentejo Litoral		<ul style="list-style-type: none"> - Não há controlo dos caravanistas; - Falta de parques para esta atividade (com preços mais baratos do que os praticados pelos Parques de campismo) de modo a que as autoridades 	<ul style="list-style-type: none"> - Forte: foi objeto de obras e depois de terminadas a Câmara fechou-o por não ter dinheiro para lá por alguém a tomar conta, IGESPAR e PN também não – outro exemplo de falta de interligação entre entidades para revitalização e 	<ul style="list-style-type: none"> - Perda de valores culturais: artesanato: é necessário recuperar e recriar; - Sazonalidade do Turismo: problemas de formação e emprego/desemprego; 	<ul style="list-style-type: none"> - Problemas da sazonalidade do Turismo. No Inverno não há nada: estabelecimentos fechados; - Ciclo vicioso: tudo fechado porque não há pessoas e 	<ul style="list-style-type: none"> - O planeamento foi uma má opção; - Espaço ocupado da pior forma possível; - Falta de meios de alojamento adequados: 		<ul style="list-style-type: none"> - Tem conhecimento de que existe um projeto para construção de um hotel em frente ao mar mas que não foi construído mas faz falta; - Artigo 47 também 	<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldade em conseguir obter informações de unidades de alojamento e empresas locais para colocar no <i>site</i>; - Promoção da beleza natural, das praias e da pacatez – motivação principal da procura turística; - O turismo Industrial – promovido por Sines,

<p>Entidade Regional do Turismo Do Alentejo Litoral</p>		<p>tenham maior controlo e poder de persuasão – oferta de alternativas;</p> <p>- Localização: perto da Costa (500 a 1000m) de modo a poderem deslocar-se a pé;</p> <p>- Está previsto no POOC a construção de Parques;</p> <p>- Relação difícil de qualificar em termos de</p>	<p>utilização turística,</p> <p>- Outro exemplo é a Ilha do Pessegueiro, cuja limpeza é feita pelo Sr. Matias que organiza os passeios no Verão;</p> <p>- está a tentar junto da Câmara e do Parque Natural formas de criar melhores condições para exploração turística;</p> <p>- Estão à espera</p>	<p>- é necessário promover o crescimento sustentável quer a nível ambiental quer económico, o proibir tem apenas promovido a falta de condições de vida e a desertificação ;</p>	<p>como não há pessoas os comerciantes fecham;</p>	<p>empreendimento – artigo 47 – parado;</p> <p>Falta de equipamentos turísticos e atividades;</p> <p>- Devia-se criar barreiras/pedraes para impedir o acesso às zonas junto às falésias – elementos</p>		<p>previa alojamento turístico,</p> <p>- Infraestruturas de praia: é importante promover mais em outras praias que não as concessionadas: há muita procura e é essencial haver mais;</p> <p>- As empresas de animação</p>	<p>é uma boa aposta mas há que criar condições;</p> <p>- Necessidade de novos equipamentos turísticos – ex.: Spas;</p> <p>- Deve-se promover no Norte da Europa – onde o clima é mais frio e onde há mais dinheiro, na baixa estação, porque para época alta não é necessário promoção;</p> <p>- Promover o Turismo de nichos: <i>Birdwatching</i>, pesca golf, etc., fora da época balnear;</p> <p>- Caravanistas acabam</p>
---	--	--	---	--	--	--	--	---	---

<p>Entidade Regional do Turismo Do Alentejo Litoral</p>		<p>prejuízos causados ao ambiente VS benefícios económicos para a região;</p>	<p>de uma autorização para substituição de placas de sinalização há cerca de 6 meses, sendo que as despesas serão suportadas pela região de Turismo;</p> <p>- PN: Leva demasiado tempo a dar respostas, não faz mais porque não tem dinheiro mas também impede de fazer – o abandono</p>			<p>condiciona dores;</p> <p>- Melhorias de infraestruturas e acessos;</p> <p>- Praias: acessos, limpeza melhorou, esforço da câmara e junta uma vez que o PN não o faz, e há muita confusão</p>		<p>turísticas deviam também criar ofertas para época baixa;</p> <p>- Restaurantes devem também organizar-se de modo a não estarem fechados;</p> <p>- Empresários das diferentes áreas devem cooperar no</p>	<p>sempre por consumir alguma coisa nos locais;</p> <p>- Promoção é fundamental para incentivar o Turismo Todo a Ano;</p> <p>- A promoção deve estar ancorada em ações previstas no território: melhoramento das infraestruturas e no melhoramento do produto turístico, no sentido de proporcionar ao turista experiências novas;</p> <p>- Articulação e cooperação entre todas</p>
---	--	---	--	--	--	---	--	---	--

<p>Entidade Regional do Turismo Do Alentejo Litoral</p>			<p>estraga mais do que a visitação (controlada)</p> <p>- zonas protegidas são da competência de organismos públicos que não têm recursos para as proteger e não têm revelado dinâmica para tirar proveito da preservação com maior flexibilidade e abertura;</p> <p>- Visitação organizada é a</p>			<p>em relação às competências;</p> <p>- Planeamento tal como a promoção deve ser feito por quem conhece as regiões, os seus interesses e necessidades;</p>		<p>sentido de modo a criarem condições para receber bem os turistas;</p> <p>- criar sítios visitáveis/ativos – imaginação;</p> <p>- Criar pacotes atrativos para visitas e oferecer coisas novas;</p> <p>-</p>	<p>as entidades envolvidas e com interesses para desenvolver a atividade turística;</p> <p>- TIC's são uma ferramenta essencial para a promoção turística – informação chega mais rapidamente e sem custos aos contrários dos folhetos;</p> <p>- Foram colocados vídeos no <i>Youtube</i> que estão a ter muitas visitas;</p> <p>- Campanha de <i>webmarketing</i> no Google;</p>
---	--	--	--	--	--	--	--	--	---

Entidade Regional do Turismo Do Alentejo Litoral			melhor forma de criara recursos para o Parque;					Recuperação das tradições e recriação de artesanato que já existiu; - Explorar a figura de Vasco da Gama enquanto figura histórica;	- Vão disponibilizar mapas da região para os turistas; - Promoção deve ser feita pelos que estão nos locais, os conhecem
--	--	--	--	--	--	--	--	--	---

Entidades entrevistadas	Questões Ambientais			Questões socioculturais	Questões socioeconómicas	Questões de planeamento/ordenamento			Promoção turística
	Valores naturais	Proteção	Proteção VS Valorização			Alterações no Território	Alterações Demográficas	Projetos	
ARH - Polis Litoral Sudoeste Alentejano		<ul style="list-style-type: none"> - balizamentos de caminhos, estacionamento, drenagens, colocação de passadiços de acessos às praias, colocação de apoios de praia - Acertos de localização de acordo com o POOC; 	<ul style="list-style-type: none"> - realização de obras no sentido de valorizar e proteger espaços naturais; - Obras no sentido de proteção de zonas naturais; - Delimitar espaços para salvaguardar valores naturais; 			<ul style="list-style-type: none"> - São os executantes de projetos já aprovados com os quais as câmaras e juntas e entidades privadas fazem parcerias; 		<ul style="list-style-type: none"> - Projetos de execução de obras no âmbito do programa Polis, com base no POOC e de acordo com o pacote financeiro atribuído a este programa; 	<ul style="list-style-type: none"> - trata-se de executantes de obras que resultam em benefícios e proteção de áreas naturais, promovendo a sua regeneração, manutenção da sua beleza e atratividade

<p>ARH - Polis Litoral Sudo- este Alente- jano</p>		<p>- Canalizar a ocupação das pessoas de modo a evitar riscos de pessoas e dos espaços naturais;</p>					<p>- Projeto para construção de ecovia, adaptada a caminhos rurais quando já existentes de modo a ligar Sines ao Burgau, com colocação de sinalização turística e ambiental, criação de zonas de descanso e contemplã</p>	
--	--	--	--	--	--	--	---	--

<p>ARH - Polis Litoral Sudo- este Alente- jano</p>								<p>o paisagística e requalificaçã o paisagística da zona envolvente; - Proteção e recuperação de sistemas dunares e arribas através de balizamentos e estabilização de arribas e zonas de risco, desativação de caminhos</p>	
--	--	--	--	--	--	--	--	---	--

<p>ARH - Polis Litoral Sudoeste Alentejano</p>								<p>desnecessários nas arribas, balizamento de acessos e colocação de passadiços sobreelevados , renaturalização de caminhos desativados e zonas degradadas e ordenamento de acessos e estacionamentos;</p>	
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

ARH - Polis Litoral Sudo- este Alente- jano							- Valorização e qualificação de espaços balneares através da criação de infraestrutur as de apoio, recuperação e renaturalizaç ão de áreas degradadas, Ordenament o da circulação e estacioname nto automóvel,	
---	--	--	--	--	--	--	---	--

<p>ARH - Polis Litoral Sudoest e Alenteja no</p>								<p>beneficiação de acessos pedonais, construção de vedações, passadiços, zonas de estadia, colocação de sinalética informativa dos valores naturais e patrimoniais existentes e promoção de ações de limpeza e valorização paisagística</p>	
--	--	--	--	--	--	--	--	---	--

<p>ARH - Polis Litoral Sudo- este Alente- jano</p>								<p>nas praias da Samouqueira , Porto Covinho, Praia Grande de Porto Covo e Praia da Ilha do Pessegueiro;</p> <p>-</p> <p>Qualificação do Portinho de Porto Covo através da criação de percursos e zonas pedonais e ciclovias e requalificaçã</p>	
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

<p>ARH - Polis Litoral Sudoest e Alenteja no</p>								<p>o do porto de pesca e de recreio;</p> <p>- Construção de ciclovias entre aglomerados urbanos e as praias, com colocação de sinalização turística e ambiental, criação de zonas de descanso e contemplaã o paisagística e requalificaçã</p>	
--	--	--	--	--	--	--	--	---	--

<p>ARH - Polis Litoral Sudo- este Alente- jano</p>							<p>o paisagística da área envolvente;</p> <p>- Elaboração de projetos-tipo de estruturas de apoio a desportos de natureza (Surf, Bodyboard, mergulho, etc.) e concessão da construção/e xploração dos equipamentos;</p>	
--	--	--	--	--	--	--	---	--

<p>ARH - Polis Litoral Sudoest e Alenteja no</p>								<p>- Elaboração do projeto-tipo para estruturas de apoio a Auto caravanismo e implementação do projeto e forma de exploração para cada localização definida;</p> <p>- Qualificação e valorização de parques</p>	
--	--	--	--	--	--	--	--	---	--

								de merendas e zonas de estada.	
Entidades entrevistadas	Questões Ambientais			Questões socioculturais	Questões socioeconómicas	Questões de planeamento/ordenamento			Promoção turística
	Valores naturais	Proteção	Proteção VS Valorização			Alterações no Território	Alterações Demográficas	Projetos	
ARH Alentejo			<p>- limpeza das praias é a adequada e da responsabilidade dos concessionários e Município;</p> <p>- todas as zonas identificadas como águas balneares,</p>			<p>- Acessos às praias têm vindo a melhorar e são uma responsabilidade partilhada pela ARH, Polis e Municípios ;</p>		<p>- de acordo com o Polis, é importante a construção de um parque para caravanas desde que devidamente afastado das arribas e zonas</p>	

ARH Alentejo			segundo listagem publicada anualmente em portaria, são vigiadas, sendo da competência dos concessionários com o apoio financeiro do município;					ambientalmente sensíveis mas também salvaguardando os interesses dos caravanistas de modo a evitar o estacionamento indevido; - numero de apoios de praia é regulado pelo POOC Sines-Burgau e considera existirem em	
-----------------	--	--	--	--	--	--	--	---	--

								todas as praias com vocação balnear;	
Entidades entrevistadas	Questões Ambientais			Questões socioculturais	Questões socioeconómicas	Questões de planeamento/ordenamento			Promoção turística
	Valores naturais	Proteção	Proteção VS Valorização			Alterações no Território	Alterações Demográficas	Projetos	
Câmara Municipal de Sines	- abandono de terras agrícolas (embora haja potencial): o que havia era cultura extensiva cerealífera de baixo rendimento;	- Evitar e erosão dos solos agrícolas – aqui o PN tem uma ação de controlo; - É uma das costas mais preservadas do país e deve ser	- Defende-se um Plano voltado para o Turismo de qualidade; - Terrenos com potencialidades para outro tipo de culturas mas requer um investimento (à	- população envelhecida, perda de valores e cultura; - Pesca deixou de ter expressão, apenas pesca artesanal;	- Sazonalidade do Turismo: - - Fora da época alta Porto Covo é visitado por veraneantes de fim-de-	- Área urbana aumentou substancialmente; - Existem atualmente cerca de 5.500 camas	- população tem vindo a diminuir; - As pessoas têm dificuldade em ter casa (preços elevados);	- É preciso um bom Planeamento; - É preciso Visão do Turismo que se quer para a região;	- Canção do Rui Veloso projetou imagem de Porto Covo e tornou-a conhecida; - Projeto Aportar Sines: promoções de Turismo industrial - já foram feitas várias filmagens;

<p>Câmara Municipal de Sines</p>	<p>- Apesar disso não se regista grande erosão dos solos à exceção de zonas de declive;</p> <p>- Zona junto à estrada municipal existem terrenos em que os agricultores obstruíram as linhas de água o que causou problemas de drenagem</p>	<p>protegida com planos devidamente estruturados e cuidados de modo a não destruir as potencialidade e características do território;</p> <p>- Deve-se manter a vegetação autóctone (sobreiro e azinheira) em detrimento do Eucalipto – responsabilidade e do Estado que</p>	<p>semelhança de Odemira) mas não deve ser permitido por alterar a paisagem;</p> <p>- Plano agrícola de modo a manter as características e potencialidades (gado bovino e ovino de grande qualidade);</p> <p>- Zonas de reservas de caça – proteção da natureza de modo a não se</p>		<p>semana que aí se deslocam para tomar café: não cria emprego nem tem impacto significativo na economia local – falha;</p> <p>- Lota passou para Sines e existe apenas um único pescador profissional</p>	<p>entre 1ª habitação, 2ª habitação e turísticas;</p> <p>- Antes da elaboração e aprovação do PU já registava um crescimento desordenado (art.º 30 área de má urbanização: passeios estreitos e</p>		<p>- Até aqui tem vivido do Turismo de Sol e Praia (2 meses)</p> <p>- Expansão no futuro: para nascente/interior, área de construção junto ao cemitério (habitação) e área relativa ao artigo 47 – Bom projeto</p>	<p>- Vai ser feito um centro de interpretação virtual – onde as pessoas podem ver o que há e o que se pode visitar;</p> <p>- filme ‘A Viagem’ Sobre Vasco da Gama;</p> <p>- Importância das TIC para a promoção;</p> <p>- Existe um projeto junto à praia mas que não avançou mais: projeto do artigo 47;</p>
----------------------------------	---	--	--	--	--	---	--	--	---

<p>Câmara Municipal de Sines</p>	<p>junto à via;</p> <p>- Houve expropriações de antigas herdades (Burrinho e Morgavel) que estão ainda em fase de resolução legal;</p> <p>- Atualmente deixou de haver pessoas a viver exclusivamente da agricultura – as pessoas</p>	<p>permitiu estas plantações – de modo a evitar a erosão dos solos;</p>	<p>perderem os valores e se possa continuar a atividade cinegética;</p> <p>-</p> <p>Permissão/proibição de plantação de Eucaliptos: competência do Estado – critica pela permissão de plantação;</p> <p>- Proteção dos valores naturais e culturas: PNSACV;</p> <p>- Criadores de gado bovino –</p>		<p>que vai vender a Sines (porto com condições);</p> <p>-</p> <p>Mariscadores: existem alguns mas deve ser fiscalizada (polícia marítima e parque);</p> <p>- Pesca desportiva: aumentou e deve ser fiscalizada e</p>	<p>habitação muito concentrada a poente área de moradias (1ª e 2as habitações);</p> <p>- Porto Covo cresceu de forma mal planeada;</p> <p>- Art.º 47 deveria ser um PP em vez de um loteamento</p>		<p>turístico (parado) com cerca de 750 camas previstas</p> <p>-</p> <p>Qualificação do Parque de Campismo Costa do Vizir (com um projeto de Hotelaria em Espaço aberto)</p> <p>- Projetos voltados para Turismo de</p>	
----------------------------------	---	---	---	--	--	--	--	--	--

	<p>dedicam-se mais ao comércio e Turismo (economia paralela);</p> <p>- Linha de costa com muito boas praias e algumas com bandeira azul (apenas as que têm apoio);</p>		<p>fazem cultivo para o pasto do gado e também cereais – gado de muito boa qualidade e de valorizar;</p> <p>- Limpeza e segurança das praias não é da competência das Câmaras mas contratualizam uma entidade para a estância balnear para limpeza e segurança;</p> <p>- Apoios de praia:</p>		<p>bem regulamentada para evitar a economia paralela e a sustentabilidade das espécies;</p> <p>- Atividade turística começou no início dos anos 70 na região – pessoas que vinham do interior do Alentejo;</p>	<p>;</p> <p>- De qualquer modo melhorou por intervenção da câmara:</p> <p>nova ETAR, qualificação do centro histórico: R. Vasco da Gama, Praça Marquês de Pombal,</p>		<p>Exportação: uma das potencialidades de Portocovo (devido ao seu clima e horas de Sol);</p> <p>- Pretende-se atrair população residente e ter vida própria;</p> <p>- Pretende-se atrair população com</p>	
--	--	--	---	--	--	---	--	---	--

<p>Câmara Municipal de Sines</p>			<p>defende-se a consolidação de falésias para requalificação de algumas praias de grande beleza (Samouqueira);</p> <p>- Segurança – arribas: da responsabilidade do Governo central;</p> <p>- As acessibilidades às praias têm sido feitas pela Câmara e Junta de Freguesia;</p> <p>- Polis Litoral:</p>		<p>- A partir dos anos 80 é que começa a haver mais turismo: Alemães, irlandeses;</p> <p>- Atualmente vêm também espanhóis e portugueses;</p> <p>- Procura de praias virgens e beleza Natural;</p>	<p>Jardim Público e abastecimento de água em quantidade e qualidade (toda a freguesia)</p> <p>- Crescimento foi em cunha ou leque para interior – de acordo com o PU;</p> <p>- Construção</p>		<p>capacidade económica e turismo de qualidade;</p> <p>- Câmara está em desacordo com o PROTA – defende que haja uma linha perpendicular à costa onde não haja concentração habitacionais e além dessa</p>	
----------------------------------	--	--	--	--	--	---	--	--	--

Câmara Municipal de Sines			<p>requalificação na zona de Porto Covo (preservação das dunas + programa para as arribas + apoio às praias – ex.: do Pessegueiro e base da fortaleza) e pretende-se também criar uma zona de estacionamento limitado de modo a evitar a degradação da paisagem e da vegetação e a construção de um</p>		<p>- Inicialmente não havia oferta de meios de alojamento: Campismo Selvagem e hoje em dia ainda há uma grande carência de meios de alojamento, daí que haja muitas 2as habitações e casas particulares;</p>	<p>o de Pavilhão Multiusos – para atividades de cultura e desportivas, que vai estar a funcionar em pleno em breve; - Vai ser feito um novo centro escolar, pré-escolar e 1º ciclo;</p>		<p>linha, haja 1 conjunto de áreas destinadas a turismo: <i>Resorts</i>, campos de Golf (áreas a Sul) e Tur. de Natureza – via separadora do Parque Natural até à zona da Serra; - Projetos ligados ao Turismo todo o ano</p>	
---------------------------	--	--	---	--	--	---	--	---	--

Câmara Municipal de Sines			<p>bar de apoio à praia + parque de caravanas);</p> <p>- Caravanistas: Procura a partir dos anos 90 – pelas paisagens – problema que deve ser bem gerido: dar condições para se sentirem bem e ficarem por cá e consumir;</p>		<p>- Caravanistas consomem pouco mas se houver mais infraestruturas podem ficar e consumir;</p>	<p>- PNSACV: limita as construções fora da área urbana;</p>		<p>ligados também aos desportos não só náuticos (Surf, windsurf, mergulho) como ao hipismo, Golf;</p> <p>- Recuperação da Fortaleza do pessegueiro para fins turísticos, acoplado a uma pequena</p>	
---------------------------	--	--	---	--	---	---	--	---	--

Câmara Municipal de Sines								<p>unidade hoteleira;</p> <p>- Deve haver uma parceria público-privada em que o estado garanta a consolidação da arriba (a Câmara já lá fez uma intervenção) e em que haja um projeto para a fortaleza acoplada, para o interior, no</p>	
---------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Câmara Municipal de Sines								<p>âmbito do Polis, com um nº significativo de camas. Dentro da Fortaleza fazer uma boa sala de chá, fazer um restaurante fora e criar á volta uma rede ciclável);</p> <p>- Negócio de concessão do espaço do Forte;</p>	
---------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--

<p>Câmara Municipal de Sines</p>								<p>- Zona junto ao Forte tem terrenos com capacidade agrícola;</p> <p>- Defense alteração ao PROTA e ao regulamento do Plano do PN para nichos de Turismo de Natureza e Rural – fazendo um mixe com Sines e com o Turismo</p>	
----------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	---	--

Câmara Municipal de Sines								de Negócios e Cultural (Festival de Musicas do Mundo) e outras atividades; - Projeto Portar Sines (Projeto de Turismo Industrial) - Rede de percurso pedonal e ciclável ao longo da Costa, com zonas de	
---------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	---	--

								<p>informação e contemplaã o da paisagem e do mar e evitar a utilização de viaturas motorizadas na área;</p> <p>- Portinho: estudo para reconversão em ancoradouro de barcos de recreio, com um elevador de acesso;</p>	
--	--	--	--	--	--	--	--	---	--

<p>Câmara Municipal de Sines</p>								<p>- é necessário construir mais alojamento de qualidade – é necessário alterar o PROTA para que as estruturas sejam rentáveis;</p> <p>- Sines tem procura de Turismo de Negócios e Porto Covo</p>	
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

<p>Câmara Municipal de Sines</p>							<p>deve também apostar nisso pela proximidade, bem como o turismo ligado aos desportos que se praticam em pavilhões e no exterior e que trazem muita gente à região;</p> <p>- No âmbito do Polis está prevista a construção</p>	
<p>Câmara</p>								

Municipal de Sines								de parques de caravanas – zona da cerca do meio e junto à Samouqueira	
Entidades entrevistadas	Questões Ambientais			Questões socioculturais	Questões socioeconómicas	Questões de planeamento/ordenamento			Promoção turística
	Valores naturais	Proteção	Proteção VS Valorização			Alterações no Território	Alterações Demográficas	Projetos	
Junta de Freguesia de Porto Covo	- abandono de terras – erosão dos solos (mas não tem havido incêndios); - Doença dos	- Vigilância das praias garantida por uma associação paga pela Câmara ou concessionários e a partir de Sines pela	- Há regras e proteção para a prática da pesca desportiva – e há espécies que têm aumentado; - Fiscalização	- Porto Covo foi sempre muito dedicado ao Turismo (pessoas alugavam quartos e as	- Atividade agrícola diminuiu; - Pastoreio ainda existe embora um pouco	- Área duplicou, crescimento para dentro: nascente, de acordo com o PU	- População residente diminuiu; - Há menos natalidade e os mais novos têm	- Artigo 47 – Projeto parado tal como o da Praia Grande e Praia do Espingardeiro (que tem	- Canção do Rui Veloso foi um forte promotor mas criou alguns problemas por falta de condições para receber tantos visitantes;

Junta de Freguesia de Porto Covo	pinheiros e azinheiras está a levar ao abate destas árvores; - Porto Covo foi sempre uma terra turística pela sua beleza natural e parias (havia mais estrangeiros); - Procura de bom marisco também era uma motivação	Capitania/Bombeiros, nas praias não concessionadas; - Caravanistas: começaram a vir depois de ter acabado o campismo selvagem, há cerca de 20 anos, embora tenha aumentado nos últimos 10 anos; - Representam 95% do Turismo de Porto Covo;	feita pela capitania e guarda-fiscal – aplicam muitas multas aos pescadores mas poucos pagam; - Existe um Parque (da Ilha) que tem capacidade para receber as caravanas mas o Parque Natural não deu autorização devido ao facto de terem construído mais bungalows do	próprias casas aos turistas – maioritariamente estrangeiros); - Terra de ricos no verão e de pobres no inverno; -	menos (ovelhas, vacas, poucos porcos); - População ativa prefere trabalhar em Sines (serviços) por ser mais rentável); - N° de pescadores diminuiu: apenas existe 1 pescador em porto Covo	– entre a ribeira de Porto Covo e Praia Grande; - Sobretudo habitação secundária; - Acessos às praias têm melhorado – obras realizadas pela Junta à revelia do PN (que	que sair para Sines ou Milfontes devido aos preços das casas serem mais baixos. Não há habitação social, como acontece em Sines;	projeto aprovado) mas está tudo parado; - Ciclovía em fase de candidatura; - É necessário mais equipamento s hoteleiros, Parque para Caravanas; Golf (embora o PN não concorde; Alguns	- Ainda hoje há uma grande carência hoteleira; - TIC's têm ajudado a divulgar a região embora a junta tenha um pequeno <i>site</i> , por falta de conhecimento e formação mas a Câmara está a apostar muito nisso; - Devia de haver visitas organizadas a partir de Porto Covo para o Forte da Ilha e zona envolvente: Cemitério da Idade do ferro e do Bronze, promovidas pelo Posto de Turismo,
----------------------------------	--	---	---	---	--	--	--	---	---

Junta de Freguesia de Porto Covo	trística;	<p>- Não há controlo do tempo de permanência e dos despejos que os caravanistas fazem (uns têm o bom senso de fazer despejos para esgotos mas outros fazem para os esgotos pluviais, que vão dar à praia);</p> <p>- Vigilância compete à GNR mas</p>	<p>que o previsto e como penalização não deu autorização à utilização do espaço para as caravanas;</p> <p>- Há condições para receber as autocaravanas mas o PN não está a permitir recebê-las;</p> <p>- O PN não cria condições nem permite que se utilize um espaço com condições para tal;</p>		<p>– peixe vendido em Sines;</p> <p>- Portinho é utilizado para pesca desportiva – que tem aumentado;</p> <p>- Pesca desportiva de percebes / mariscadores continua a ser rentável apesar de ilegal uma vez que o</p>	<p>são da sua competência);</p> <p>- a limpeza das praias é feita pela junta (recolha e substituição de sacos de lixo);</p> <p>- Porto Covo foi dos últimos redutos de Campismo selvagem, sendo</p>		<p>equipamentos estão previstos mas não avançaram;</p> <p>- Era importante haver mais animação;</p> <p>- Deveria haver mais consciencialização por parte dos investidores e seguirem exemplos como o do Sr. Isménio</p>	<p>sendo necessário criar condições para tal;</p>
----------------------------------	-----------	--	---	--	---	---	--	---	---

Junta de Freguesia de Porto Covo		deveria de haver um regulamento feito pela Câmara para o tempo de permanência, local para despejos, mas esta entidade não o fez nem quer fazer;	<p>- Havia uma pessoa interessada em construir um Parque de Caravanas mas queria também construir Bungalows e outras estruturas de modo a rentabilizar o espaço mas não foi autorizado e desistiu;</p> <p>- Os parques de Porto Covo não têm condições para receber os</p>		<p>PN passou as licenças a Vila do Bispo e os locais estão proibidos de exercer esta atividade no seu próprio território.</p> <p>PN alega que não existe aqui nenhuma associação de mariscadores;</p> <p>- As pessoas que viviam</p>	<p>muito procurado por isso;</p> <p>- Há 50 anos Porto Covo era uma aldeia de tendas;</p> <p>- Infraestruturas têm melhorado: Nova ETAR, reforçado abastecimento de água que cobre</p>		<p>que é um exemplo de empreendedorismo, inovação e qualidade (tendo em atenção os preços);</p> <p>- Relação qualidade/preço na maioria dos casos não existe em especial na Restauração;</p> <p>- Existem vários</p>	
----------------------------------	--	---	--	--	--	--	--	--	--

Junta de Freguesia de Porto Covo			<p>Caravanistas (já tiveram mas deixaram de ter);</p> <p>- em 2011 a Junta criou uma zona para despejos no estacionamento junto à Praia Grande mas houve queixas e a Câmara mandou fechar. Depois fizeram outra zona perto do Cemitério, com autorização da Câmara, mas os técnicos vieram e não deixaram avançar (talvez</p>		<p>da pesca e mariscagem viram-se privadas de exercer esta atividade;</p> <p>- no início havia apenas duas pensões e casas particulares;</p> <p>- Os turistas eram mais estrangeiros e atualmente são mais portugueses e espanhóis;</p>	<p>quase toda a freguesia, eletricidade e acessos, estrada junto à costa (que agora precisa de obras) e agora as obras de melhoramento de estrada interior;</p>		<p>equipamentos e infraestruturas previstas no PU mas não avançam as obras por falta de dinheiro e de alguma boa vontade por parte da Câmara;</p> <p>- Algumas construções (embora a Câmara tenha aprovado os projetos)</p>	
----------------------------------	--	--	---	--	---	---	--	---	--

Junta de Freguesia de Porto Covo			<p>por denuncia do parque de Campismo que está ao lado);</p> <p>- Neste momento não há condições para os Caravanistas fazerem os despejos e abastecimento;</p> <p>- A ideia era criar bolsas de estacionamento para as autocaravanas mas é necessário a Câmara criar um regulamento</p>		<p>- Procura de banhos de ‘salinhos quentes’ (Balneário) e também perto da Ilha – era procurado por muitas pessoas que vinham fazer tratamentos para reumático – interior do Alentejo;</p> <p>-</p>			<p>têm diferentes tipos arquitetónicos que são chocantes. Talvez quando todo o conjunto estiver construído não choque tanto;</p> <p>- Infraestruturas de apoio às praias não foram construídas e estavam</p>	
----------------------------------	--	--	---	--	---	--	--	--	--

Junta de Freguesia de Porto Covo			<p>para contornar a lei uma vez que se trata de um veículo ligeiro e como tal pode estacionar em qualquer lado;</p> <p>- O PN demitiu-se das suas responsabilidades limitando-se a aplicar multas;</p> <p>- O PN não cumpre com as suas responsabilidades e funções por falta de dinheiro mas aplica multas</p>		<p>Caravanistas gastam pouco embora eles digam que gastam bastante;</p> <p>- Comércio tradicional já não existe, apenas as lojas de artesanato que sempre existiram;</p> <p>- Há mais restaurantes, a maioria na mesma área,</p>			<p>previstas;</p> <p>- Todas as zonas verdes de Porto Covo (à exceção do Jardim público) foram feitas pela Junta, sem projeto ou autorização da Câmara, mas foi a única forma de ter alguma obra feita já que a Câmara não</p>	
----------------------------------	--	--	---	--	--	--	--	--	--

Junta de Freguesia de Porto Covo			<p>por incumprimentos embora não fiscalizem devidamente, ou seja, não funciona convenientemente e prejudicando muito a região e o seu desenvolvimento;</p> <p>- Aplicar o POOC seria uma mais-valia para a região mas nada é feito;</p> <p>- A zona do Portinho sofreu melhoramentos</p>		<p>e as tascas converteram-se em restaurantes;</p>			<p>faz nem dá despacho aos pedidos;</p> <p>- Obras que estão a fazer em terreno da Junta também foram alvo de críticas pela Câmara – foi feito projeto e aprovado pela Junta, não necessita de autorização da Câmara embora já</p>	
----------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Junta de Freguesia de Porto Covo			<p>feitos pela Junta embora não fosse da sua competência mas sim da ARH;</p> <p>- Existe muita confusão em termos de competências por parte das várias entidades criando situações de conflito de competências e atritos com entidades locais nomeadamente com a Junta de Freguesia (ARH/PN);</p>					<p>tenha sido alvo de críticas por parte desta entidade;</p> <p>- Forte da Ilha tem potencialidades mas carece de obras. Já houve algumas intervenções embora mal feitas mas evitou que caísse, no entanto foi fechado</p>	
----------------------------------	--	--	---	--	--	--	--	--	--

Junta de Freguesia de Porto Covo			- Dificuldades/penalização por questões políticas que não favorecem um melhor entendimento;					(Câmara, PN?). Junta quer ter acesso à chave para poder fazer visitas; - Cemitério da Idade do ferro e do Bronze está a degradar-se e o PN e o IGESPAR não fazem nada para evitar;	
Entidades	Questões Ambientais			Questões socioculturais	Questões socioeconómicas	Questões de planeamento/ordenamento			Promoção turística
	Valores	Proteção	Proteção VS			Alterações	Alterações	Projetos	

entrevistas	naturais		Valorização	s	micar	no Território	Demográficas		
Dr. José Manuel Silva Costa – Deputado na área do ambiente à época da Criação do PN SACV		<p>- APPNSACV: má imagem junto da população;</p> <p>- Demasiado restritiva (mais para proibir do que para ajudar as populações);</p> <p>- Demasiadas entidades envolvidas e com competências na gestão do espaço (cerca de uma dezena e</p>	<p>- A criação do PNSACV pretendia reduzir o nº de entidades de gestão no sentido de agilizar os processos e garantir que as entidades envolvidas se situem nas proximidades e não sediadas em Lisboa, de modo a que existe um conhecimento mais profundo da região em causa e</p>	<p>- A criação do PN permitiu um despertar da consciência da população para a necessidade de proteger e preservar esta área, quer em termos da construção quer em termos do uso dos solos, da</p>	<p>- necessidade de incentivos fiscais e financeiros para compensar as populações pelo facto de não poderem exercer algumas atividades (tradicionais) devido às</p>	<p>- habitações tradicionais eram de dimensão muito reduzida e as populações viram-se privadas de poderem melhorar e aumentar as suas próprias casas para terem</p>	<p>- População jovem tem que procurar emprego fora da região (devido à sazonalidade e do turismo);</p> <p>- rendas muito caras e os jovens são obrigados a procurar</p>	<p>- Ausência de capacidade de investimento na região (há projetos mas não avançam);</p> <p>- PN continua sem dinheiro para poder fazer quaisquer intervenções;</p> <p>- Necessidade</p>	<p>- é necessário melhorar as acessibilidades, os acessos às praias;</p> <p>- Acessos aos portos carecem de melhoria;</p> <p>- a limpeza das florestas e caminhos devem ser também uma prioridade para se poder promover o turismo na região;</p> <p>- criar incentivos às atividades como o Turismo Rural;</p> <p>- criar incentivos à</p>

<p>Dr. José Manuel Silva Costa – Deputado na área do ambiente à época da Criação do PN SACV</p>		<p>meia) que resultava em demasiado tempo de espera de pareceres sendo que na maioria das vezes era negativo;</p> <p>- demasiadas restrições aos proprietários dentro dos seus terrenos (ex.: proibição de apanharem lenha)</p>	<p>das suas necessidades;</p> <p>- Financiamentos nem sempre eram dirigidos às principais necessidades;</p> <p>- Criação de um PO do PN que definisse claramente regras, com a participação das autarquias de modo a agilizar e maior proximidade das populações (de acordo com as</p>	<p>zona costeira;</p> <p>- Criticas: continua a haver demasiada ligeireza na capacidade de resposta, restrições continuam a ser feitas senão pelo PN são pela CCDR (de novo uma entidade distante) – falta de eficiência à</p>	<p>restrições impostas pelo ICN/A. Protegida, por exemplo dedicarem-se ao Turismo rural;</p> <p>- a sazonalidade do turismo e as restrições impostas pelo PN levam a que as pessoas procurem trabalho e</p>	<p>melhores condições de vida;</p> <p>- demasiadas limitações à construção e reconstrução pois não permitia a redimensão das casas;</p> <p>- limitação ao uso de determinadas</p>	<p>casa fora de Porto Covo (Sines, Santo André e V.N.Milfontes);</p> <p>- Em Porto Covo não há habitações sociais ao contrário de Sines;</p> <p>- Alargamento da área urbana e criação de</p>	<p>de definir um plano de desenvolvimento para a região e a eliminação de sobreposição de competências das diversas entidades: definir quais a competência do PN, CCDR, autoridades marítimas,</p>	<p>revitalização do artesanato da região;</p> <p>- ordenar e criar mais alojamento turístico (de modo a evitar o alojamento paralelo);</p> <p>- É necessário oferta de qualidade e mais diversificada;</p> <p>- Ausência de animação turística que é necessária ao longo do ano de modo a promover a vinda de turistas ao longo do ano e estruturas de apoio;</p> <p>- Necessidade de</p>
---	--	---	--	--	---	---	---	--	---

<p>Dr. José Manuel Silva Costa – Deputado na área do ambiente à época da Criação do PN SACV</p>			<p>suas necessidades);</p> <ul style="list-style-type: none"> - facilitar os acessos aos fundos europeus (financiamentos) para o desenvolvimento da região; - Na altura conseguiram-se alguns financiamentos para melhoramentos na região embora seja questionável se os trabalhos efetuados na 	<p>semelhança do que se passava quando da APP;</p> <ul style="list-style-type: none"> - de um modo geral continua-se a sentir as mesmas dificuldades; - Não aceitou fazer parte da direção do PN por considerar haver outras pessoas com melhor perfil 	<p>habitação fora;</p>	<p>os materiais: a AP apenas permitia o uso de materiais originais (já em desuso e cujas e de difícil aplicação por falta de conhecimento das técnicas de construção) além de ficarem mais caro pelo facto</p>	<p>outras zonas de construção, no entanto não se prevê habitação a baixo custo;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Um dos objetivos do PN era a fixação da população, no entanto não é o que se está a passar; 	<p>etc.;</p> <ul style="list-style-type: none"> - É necessário que o PN para poder intervir tenha capacidade efetiva para o fazer; - Necessidade de desenvolver as atividades tradicionais; 	<p>melhor entendimento entre as várias instituições e fazer ver as câmaras que a construção é importante mas não em excesso – desenvolvimento sustentado ;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Necessidade de rever o PROTALI de modo a reduzir as restrições e encontrar um ponto de equilíbrio que permita um desenvolvimento sustentado;
---	--	--	---	--	------------------------	---	---	---	---

<p>Dr. José Manuel Silva Costa – Deputado na área do ambiente à época da Criação do PN SACV</p>			<p>época seriam os que efetivamente faziam mais falta;</p> <p>- Pretendia-se também com a criação do PN o reforço na vigilância e proteção de incêndios;</p> <p>- construção de aceiros e caminhos rurais;</p> <p>- Formação de recursos humanos (os quadros da AP não só não conheciam a</p>	<p>e conhecimentos (na ótica de que estes lugares devem ser ocupados pelos que mais competências têm na matéria) por outro lado teve receio de passar pelo mesmo problema/frustração dos diretores anteriores</p>		<p>de já quase não haver pessoas especializadas;</p> <p>- dificuldade em redimensionar as casas para reconversão em Turismo Rural;</p> <p>- PROTALIVEIO criou mais</p>			
---	--	--	---	---	--	--	--	--	--

<p>Dr. José Manuel Silva Costa – Deputado na área do ambiente à época da Criação do PN SACV</p>			<p>região como também não tinham formação específica na área – ausência de preocupação ambiental);</p> <p>- Elaboração de um P.O. mais equilibrado, menos restritivo embora com a preocupação de manter um certo equilíbrio nas atividades;</p> <p>- Critica a limitação à pesca do Sargo de Jan a</p>	<p>que se viram privados de tomar medidas pelo facto de não haver meios financeiros;</p>		<p>dificuldades à construção (em função da área o que prejudicou as propriedades mais pequenas em detrimento das de maior dimensão);</p>			
---	--	--	--	--	--	--	--	--	--

<p>Dr. José Manuel Silva Costa – Deputa- do na área do ambien- te à época da Criação do PN SACV</p>			<p>Mar aos pescadores desportivos enquanto os barcos de pesca à rede podem fazê- lo a poucos metros da costa faz com que a medida seja pouco eficaz até porque a pesca desportiva provoca menos danos do que a de arrasto;</p> <p>- condicionantes impostas aos apoios às praias são exagerados :</p>						
---	--	--	---	--	--	--	--	--	--

<p>Dr. José Manuel Silva Costa – Deputa- do na área do ambien- te à época da Criação do PN SACV</p>			<p>são obrigados a pagar taxas muito elevadas ao PN (não tendo em conta que se trata de uma atividade sazonal) sem qualquer contrapartida e em que o próprio Parque não cumpre com as funções que são da sua responsabilidade;</p> <p>- Preservar o ambiente não é transformar uma região numa reserva de índios</p>						
---	--	--	--	--	--	--	--	--	--

			mas sim permitir o seu crescimento de uma forma sustentada, permitindo que as populações possam melhorar as suas vidas, o que não está a acontecer;						
Entidades entrevistadas	Questões Ambientais			Questões socioculturais	Questões socioeconómicas	Questões de planeamento/ordenamento			Promoção turística
	Valores naturais	Proteção	Proteção VS Valorização			Alterações no Território	Alterações Demográficas	Projetos	
	- Interesse pelos valores naturais e	- P.N. teve vantagens e desvantagens;	- Ao iniciar os passeios verificou o mau estado em	- Inicialmente a região era	- início de atividade em 1999, antes	- inicialmente e a	- cada vez há menos habitantes;	- adquirir uma carinha de 9 lugares	- Tem um <i>site</i> na Internet onde publicita os vários trabalhos e

<p>Sr. Joaquim Matias</p> <p>Passeios à Ilha do Pessegueiro</p>	<p>históricos da Ilha;</p> <p>- Procura turística no início era devida ao facto de ser uma região com beleza natural praticamente virgem, pelo sossego, pelas praias de grande beleza e desertas (já que os locais não iam à praia);</p>	<p>- Caravanistas não têm preocupações ambientais, sujam e degradam os locais por onde vão parando, fazendo despejos nas falésias e pernoitando, sem respeitar os limites espaciais e temporais;</p>	<p>que a Ilha se encontrava já que era visitada por pessoas que na época alugavam gaivotas e iam até à Ilha sem qualquer preocupação pelo respeito pelos valores naturais e históricos, deixando o espaço cheio de lixo e a degradar-se cada vez mais;</p> <p>- Não havia qualquer controle dos visitantes e por vezes alguns</p>	<p>mais procurada por estrangeiros: alemães, holandeses, franceses, ingleses (Hippies) – campismo selvagem que a população sabia acolher embora não dominasse a língua;</p> <p>- logo que a região começou a ser mais</p>	<p>já fazia passeios mas só em 99 se profissionalizou;</p> <p>- Anteriormente era pescador (1960) profissional (em Portugal e no estrangeiro)e com a decadência da pesca dedicou-se aos passeios,</p>	<p>atividade turística era baseada no campismo selvagem e em aluguer de quartos e mesmo de casas dos pescadores, que nesta altura deixavam as suas casas para alugar aos turistas;</p>	<p>- novas construções são para fins-de-semana e férias (sendo que muitos acabam por alugar essas casas nas férias);</p> <p>- No inverno a maioria do comércio fecha e as pessoas não vêm por</p>	<p>para ir buscar pessoas a V.N.Milfontes, Zambujeira (Turismo Rural) e Sto. André para fazer os passeios à Ilha;</p>	<p>apresentações;</p> <p>- Isto tem permitido que pessoas com destino ao Algarve passem por Porto Covo para fazer o passei, fazendo a marcação prévia do mesmo;</p> <p>- A ilha está a incentivar o Turismo e tem até feito com que as pessoas pernoitem na região, em vez de seguirem logo viagem;</p> <p>- Maioria das pessoas que vêm de férias para Porto Covo já fizeram os passeios à ilha, pelo</p>
---	--	--	---	---	---	--	---	---	--

<p>Sr. Joaquim Matias</p> <p>Passeios à Ilha do Pessegueiro</p>			<p>eram deixados na Ilha durante a noite;</p> <p>- Pediu um parecer às entidades responsáveis: Câmara Municipal, Junta de Freguesia, Capitania, P.N. e ICN, solicitando parecer para iniciar as visitas à ilha;</p> <p>- Além das visitas ainda faz a limpeza e manutenção da</p>	<p>conhecida e procurada por portugueses, na sequência da canção do Rui Veloso, este tipo de turistas afastou-se mas por outro lado começou a procura da Ilha por curiosidade, só que não havia quem os levasse à ilha e foi</p>	<p>inicialmente a pedido de pessoas curiosas que procuravam saber algumas informações ;</p> <p>- Como tinha conhecimen to sobre a história da Ilha interessou-se pelos passeios e iniciou a atividade a</p>	<p>- atualmente já existem unidades de alojamento (parques de campismo, penões e um Hotel);</p> <p>- As ruas eram de terra batida e resumiam-se à rua dos pescadores</p>	<p>isso;</p> <p>- população jovem está a residir fora da aldeia devido aos custos das casas e terrenos;</p>		<p>menos uma vez;</p> <p>- Promoção das visitas é maioritariamente feita de boca a boca, por pessoas que gostaram e recomendam;</p> <p>- Por outro lado também procuram informação prévia através da internet;</p> <p>- Nota-se falta de alojamentos, desportos, animação cultural, turismo rural, expansão do golf que permite atrair um tipo de turistas com poder de compra;</p>
---	--	--	---	--	---	--	---	--	---

<p>Sr. Joaquim Matias</p> <p>Passeios à Ilha do Pessegueiro</p>			<p>Ilha e faz ainda de guia, sendo acompanhado de estagiários que acompanham estas visitas, dando explicações em língua estrangeira e a quem este senhor orienta e dá a sua nota de estágio no final;</p> <p>- Passeios regulares e diário em época alta: de Jul a Set, com 2 horas de itinerário (2 passeios de</p>	<p>quando iniciou a sua atividade;</p> <p>- Tradições culturais têm vindo a desaparecer: artesanato era ligado ao mar, feito pelos pescadores e esposas e perdeu-se;</p> <p>- Ainda faz algumas peças: barcos que vende diretamente</p>	<p>nível profissional com a preocupação de manter o espaço limpo e preservar os valores históricos e naturais;</p> <p>- P.N. dá apoio para o desenvolvim ento da atividade embora atualmente se tenha demitido das</p>	<p>, com algumas casas e terrenos de cultivo;</p> <p>- Considera que há espaço para todos e a construção de uns parques para despejos e com preços mais simbólicos,</p>			<p>- Mais e melhores hotéis;</p> <p>- Faz promoção dos passeios em V.N.Milfontes, de onde tem muita procura e também de Sines quando do festival de músicas do mundo;</p> <p>- Faz publicidade no <i>site</i> da Câmara Municipal de Sines, embora pense que a Câmara e a Junta deviam apoiar mais na divulgação dos passeios;</p> <p>- Fez algumas parcerias</p>
---	--	--	--	---	--	---	--	--	---

<p>Sr. Joaquim Matias</p> <p>Passeios à Ilha do Pesse- gueiro</p>			<p>manhã e 2 de tarde – sujeito a n° mínimo de participantes) e sujeito ao estado do mar;</p> <p>- Todos os anos, no início da época, desloca-se à ilha com um grupo de arqueólogos e engenheiros que ajudam a fazer a limpeza e preparação da Ilha, durante 1 a 2 dias, seguido de um almoço, com despesas</p>	<p>aos turistas;</p> <p>- É a favor da recuperação das tradições;</p>	<p>suas funções (limpeza e preservação da Ilha que agora está a ser feita por este senhor);</p> <p>- P.N. montava o cais/receção de passageiros mas atualmente não o está a fazer mas continua a cobrar taxas sem ter em conta os</p>	<p>permitia a vinda de mais caravanistas;</p> <p>- localização do parque: é a favor da utilização de uma área entre o Porto e a Ilha, que tem boa vista e fica próximo da vila e da ilha –</p>			<p>com comércio local mas são poucos os comerciantes com motivação para este tipo de iniciativas;</p> <p>- Falta de cooperação e espírito de iniciativa entre os vários agentes económicos locais;</p>
---	--	--	---	---	---	--	--	--	--

<p>Sr. Joaquim Matias</p> <p>Passeios à Ilha do Pesse- gueiro</p>			<p>suportadas por este senhor que depois se ocupa da manutenção diária;</p> <p>- neste momento nenhuma entidade está a dar qualquer tipo de apoio além de permitirem a publicidade aos passeios;</p>		<p>custos adicionais causados pela limpeza, manutenção e montagem do cais que agora é feita por este senhor;</p> <p>- Em compensação ficou acordado com a Direção do P.N. que haveria uma redução na</p>	<p>terreno que não permite construção e por isso mesmo podia ser aproveitado;</p> <p>- Esta localização seria até estratégica já que permitia também ver a ilha, despertando a curiosidade</p>			
---	--	--	--	--	--	--	--	--	--

<p>Sr. Joaquim Matias</p> <p>Passeios à Ilha do Pessegueiro</p>					<p>taxa anual para exploração da Ilha, no entanto com a mudança de direção foi-lhe solicitado o pagamento do valor que havia sido reduzido, com efeitos retroativos uma vez que não havia nenhum documento escrito com</p>	<p>em a conhecer;</p> <p>- Acessos e infraestrut uras têm melhorado ao longo do ano;</p> <p>- Nova construção está a descaracter izar a aldeia o que o entristece;</p>			
---	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Sr. Joaquim Matias Passeios à Ilha do Pesse- gueiro					este acordo; - Nos dois últimos anos a procura tem diminuído, devido à crise e porque já lá estiveram, alguns deixaram de vir por não terem possibilidad es, e outros que iam para fora começaram a procurar				
---	--	--	--	--	---	--	--	--	--

<p>Sr. Joaquim Matias Passeios à Ilha do Pesse- gueiro</p>					<p>esta região, não só devido à crise como aos conflitos nos vários países;</p> <p>- Estes novos visitantes procuraram visitar a ilha e gostaram, reconhecend o que afinal Portugal tem potencial;</p> <p>- Fora da</p>				
---	--	--	--	--	---	--	--	--	--

Sr. Joaquim Matias Passeios à Ilha do Pessegueiro					época alta realiza passeios de pesca desportiva, tendo até grupos que regularment e fazem estes passeios, sendo que maioritariam ente são da região do Alentejo devo á proximidade geográfica pois vêm				
--	--	--	--	--	---	--	--	--	--

<p>Sr. Joaquim Matias</p> <p>Passeios à Ilha do Pesse- gueiro</p>					<p>por 1 a 2 dias;</p> <p>- Os primeiros caravanistas procuravam visitar a ilha, atualmente já não tem notado tanta procura e atribui isso ao facto de haver mais restrições às estadias;</p> <p>- São um tipo de visitantes</p>				
---	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Sr. Joaquim Matias Passeios à Ilha do Pesse- gueiro					que não consomem muito em restaurantes mas gostam de tomar uma bebida à noite e fazem compras nos supermercad os locais; - Os preços praticados em Porto Covo são similares aos do troia Resort, ou seja,				
---	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Sr. Joaquim Matias Passeios à Ilha do Pesse- gueiro					demasiado altos para o tipo de serviço que é oferecido; - Dificuldade em fazer parcerias com entidades oficiais e comércio local devido às dificuldades em receber os pagamentos;				
---	--	--	--	--	---	--	--	--	--

Sr. Joaquim Matias Passeios à Ilha do Pesse- gueiro					- Já fez algumas parcerias com restaurantes onde levava grupos organizados para visitas à ilha, procurando abarcар vários restaurantes da região, no entanto nem todos sabem reconhecer este serviço				
---	--	--	--	--	---	--	--	--	--

Sr. Joaquim Matias Passeios à Ilha do Pessegueiro					e mesmo recomendações feitas por este senhor o que já não acontece com os agentes económicos de V.N.Milfontes; - Maior moderação com os preços praticados pelo comércio				
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

					local e aluguer de casas pois é muito caro para a qualidade e serviços oferecidos;				
Entidades entrevistadas	Questões Ambientais			Questões socioculturais	Questões socioeconómicas	Questões de planeamento/ordenamento			Promoção turística
	Valores naturais	Proteção	Proteção VS Valorização			Alterações no Território	Alterações Demográficas	Projetos	
Parque de Campismo de Porto Covo	- foram e continuam a ser uma das motivações dos turistas e visitantes que procuravam		- Considera que o PN veio travar um pouco o desenvolvimento da região; - Por outro lado	- aldeia de pescadores, com pouca animação além das festas populares de	- início de atividade há mais de 20 anos (1988) e inicialmente teve a ver	- hoje media há mais oferta hoteleira embora ainda seja pouca para		- deveria de haver mais alojamento e animação	- promover o turismo sénior durante a época baixa já que no verão já vem muita gente; - deve haver mais unidades de alojamento

Parque de Campismo de Porto Covo	esta zona pela beleza natural preservada e pelas praias;		o facto de Porto Covo estar dentro do PN despertou alguma curiosidade e trouxe mais visitantes que ainda hoje continuam a vir por esse motivo; - Por outro lado as restrições têm causado prejuízos; - Caravanistas começaram a aparecer após a construção dos parques e o	verão, que ainda hoje se mantêm; - Carnaval de Sines e Porto Covo é um motivo de atracção e de animação, o único no inverno;	com o facto de gostar muito desta zona; - depois o desenvolvim ento deu-se em consequência do desenvolvim ento turístico cujo <i>boom</i> se deu em resultado da canção do Rui Veloso que provocou	a procura;			até para acolher esse tipo de turismo bem como animação em especial no inverno e evitar a sazonalidade.
----------------------------------	--	--	--	---	---	------------	--	--	---

Parque de Campis- mo de Porto Covo			desaparecimento do campismo selvagem;		também uma valorização dos terrenos; - utiliza alguns fornecedore s e produtos da região e de outros pontos do país, mas sempre que possível utiliza os da região por uma questão de proximidade				
---	--	--	---	--	---	--	--	--	--

Parque de Campis- mo de Porto Covo					; - Inicialmente os turistas vinham pelo campismo selvagem mas agora já procuram outro tipo de alojamentos e têm mais poder de compra; - inicialmente havia alguns cafés e				
---	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Parque de Campis- mo de Porto Covo					minimercad os, hoje em dia há mais restaurantes e supermercad os; - Caravanistas recorrem pouco ao comércio local (alguns vêm aos parques mas apenas pernoitam 1 noite), em contrapartid a ficam				
---	--	--	--	--	---	--	--	--	--

Parque de Campis- mo de Porto Covo					várias noites na região por falta de controlo; - construção do parque para caravanas: concorda para evitar que andem espalhados pela vila, mas acha que deve ficar um pouco mais afastado da praia, tendo em conta as				
---	--	--	--	--	--	--	--	--	--

					limitações impostas aos parques de campismo;				
Entidades entrevistadas	Questões Ambientais			Questões socioculturais	Questões socioeconómicas	Questões de planeamento/ordenamento			Promoção turística
	Valores naturais	Proteção	Proteção VS Valorização			Alterações no Território	Alterações Demográficas	Projetos	
Hotel Apartamento de Porto Covo	- turistas procuram essencialmente as praias e a região pela sua beleza natural, por ainda estar pouco explorado;	- Caravanistas começaram a chegar há cerca de 10 anos e o nº tem vindo a aumentar;	- Não concorda com a construção de um parque para Caravanas por considerar haver já 3 parques de Campismo que deveriam de adotar condições para receber as	- As pessoas procuram mais diversões noturnas, equipamentos desportivos e de lazer ; - As festividades	- utilização de bens e serviços da região por questões de proximidade /preço e também por questões ambientais;				- O facto de Porto Covo estar inserido no PNSACV é considerado uma mais-valia por captar mercados com preocupações ambientais; - Considera as TIC's importantes para a

<p>Hotel Aparta- mento de Porto Covo</p>			<p>Caravanas, e 3 parques para esta região são suficientes;</p>	<p>que se mantêm são em honra da Santa Padroeira, N. Sra. Da Soledade, que ainda hoje se mantêm mas que são no Verão;</p>	<p>- Procura de mercado português, que se desloca em viatura própria, com estadias de 03 a 04 dias em época alta e 1 a 2 em época baixa ; - procuram alojamento no Hotel Apto, Parques de</p>				<p>divulgação da região e devem ser utilizadas quer por entidades públicas quer por privadas; - Considera importante para o desenvolvimento do turismo a urbanização mais cuidada e mais equipamentos de lazer;</p>
--	--	--	---	---	--	--	--	--	--

Hotel Aparta- mento de Porto Covo					campismo e alojamento locais e utilizam restaurantes na região; - Considera que os Caravanistas não fazem consumo nos estabelecime ntos da região;				
Entidad es entrevist adas	Questões Ambientais			Questões socioculturai s	Questões sócio- económicas	Questões de planeamento/ordenamento			Promoção turística
	Valores naturais	Proteção	Proteção VS Valorização			Alterações no Território	Alterações Demográfic as	Projetos	

<p>Restaurante e Pastelaria Marquês e Bar 31</p>	<p>- Procura turística pelas praias, pela beleza da aldeia, e não tem mudado muito ao longo dos anos,</p>	<p>- P. N. tem sido bom na medida em que tem preservado a costa, de grande beleza, mas há que ponderar bem as situações pois está também a estrangular o desenvolvimento da região;</p>	<p>- P.N. não está a apoiar nos benefícios à região: acessos às praias, arranjo da costa; não há melhorias mas proíbe o desenvolvimento (P.U. – fora do plano nada é permitido);</p> <p>- Pesca desportiva: exagera-se nas restrições impostas pois não acredita que ponha os</p>	<p>- As tradições principais têm-se mantido e dinamizado;</p> <p>- O artesanato nunca foi uma grande tradição, apenas alguns artefactos dos pescadores e que se perdeu devido à</p>	<p>- início da atividade há cerca de 25 anos em sequência de gosto pela restauração tendo comprado o Bar e a catual pastelaria tendo-se desenvolvido em virtude da atividade turística;</p> <p>- O turismo era já na</p>	<p>- Fora do P.U. o P.N. não autoriza nada, só proíbe, daí que não haja construção ;</p>	<p>- Devido à especulação imobiliária os jovens procuram ir viver para Sines, V.N.Milfontes e Cercal onde os preços são mais baixos e também por não terem aqui oportunidade de emprego;</p> <p>- Não há</p>	<p>- Sem equipamento Hoteleiro não há desenvolvimento turístico;</p> <p>- <i>Resort</i> (artigo 47) faliu e deixou a aldeia privada de mais oferta hoteleira;</p> <p>- Para que a aldeia se desenvolva;</p>	<p>- Há necessidade de mais empreendimentos turísticos e mais animação, em especial no Inverno, pois atualmente não há incentivo para as pessoas virem;</p> <p>- Havendo mais hotelaria poderia haver eventos e pacotes turísticos que atráíssem mais turistas ao longo ano, bem como o turismo de negócios;</p> <p>- devia haver mais eventos organizados pela Câmara e Junta, tal como existe o passeio</p>
--	---	---	---	---	--	--	--	---	---

<p>Restaurante e Pastelaria Marquês e Bar 31</p>			<p>recursos em risco – foi mais uma lei feita por quem não conhece a região pois esse sempre foi um dos atrativos de procura turística fora da época alta;</p> <p>- Caravanistas: impacto da poluição visual é negativo bem como o lixo que fazem e carece de mais vigilância;</p>	<p>decadência da pesca na região;</p>	<p>época uma atividade que envolvia os vários agentes económicos locais e mesmo a própria população através do aluguer de quartos e casa particulares;</p> <p>- Utiliza fornecedores e produtos maioritariamente da</p>		<p>soluções para este problema por parte das entidades;</p>	<p>- Tem um projeto com cerca de 20 anos, um pequeno aldeamento turístico, e agora voltou a pedir apreciação para o mesmo e verificou que nada mudou, que as restrições são até maiores;</p> <p>- Devia de</p>	<p>anual de BTT, e que permitia que mais pessoas visitassem esta região, mas não se nota grande interesse dessas entidades;</p> <p>- TIC's : não há muita coisa embora agora se esteja a divulgar a nível Internacional, com a marca Costa Alentejana e acredita que funcione pela sua dimensão, e considera esta ferramenta muito importante para a divulgação;</p>
--	--	--	--	---------------------------------------	---	--	---	--	--

<p>Restaurante e Pastelaria Marquês e Bar 31</p>				<p>região,</p> <p>Embora o produto regional seja mais caro mas também em termos de qualidade;</p> <p>- mesmo o pescado e marisco são da região devido à qualidade;</p> <p>- Os movimentos turísticos têm a ver</p>		<p>haver um parque para Caravanas em bora considere que isso não interessa muito aos caravanistas já que preferem ficar o mais junto à costa possível;</p> <p>- Parque deveria ficar numa zona onde houvesse o menos</p>	
--	--	--	--	--	--	--	--

<p>Restaurante e Pastelaria Marquês e Bar 31</p>					<p>com modas e esta região já esteve mais na moda, agora procuram mais a Comporta/Melides;</p> <p>- Canção do Rui Veloso foi um motor do desenvolvimento turístico da região;</p> <p>- Pesca profissional</p>			<p>impacto visual possível;</p> <p>- Há vários projetos para unidades hoteleiras mas que acabam por não ir para a frentes devido às restrições;</p> <p>- era necessário campos de Golf e hotelaria de apoio;</p>	
--	--	--	--	--	---	--	--	--	--

<p>Restaurante e Pastelaria Marquês e Bar 31</p>					<p>não sofreu com a integração no P.N. apenas é vendida em Sines já que a loja da aldeia foi desativada;- Poucos caravanistas vêm aos restaurantes locais, não representando nenhuma mais-valia em termos económicos;</p>		<p>- Se houvesse mais hotelaria havia mais gente a vir para a região e muitos estabelecimentos não se viam obrigados a fechar;</p> <p>- falta de infraestruturas sociais que existem em regiões à volta da</p>	
--	--	--	--	--	---	--	--	--

								aldeia mas aqui não	
Entidades entrevistadas	Questões Ambientais			Questões socioculturais	Questões sócio-económicas	Questões de planeamento/ordenamento			Promoção turística
	Valores naturais	Proteção	Proteção VS Valorização			Alterações no Território	Alterações Demográficas	Projetos	
Bar A da Patrícia e Restaurante o Torreão	- a beleza das praias e o convívio com as pessoas da terá era uma motivação forte para os primeiros turistas que procuravam esta zona; - Atualmente a	- hoje em dia com as restrições à pesca desportiva afastaram pessoas da região e impedem os locais de exercerem esta atividade que	- a integração no P.N. veio introduzir restrições ao impedir muitas atividades; - Esta costa é muito bonita mas não é devidamente aproveitada e explorada para o	- a população também não contribui muito ao impedir que se realizem alguns espetáculos pelo facto de fazer muito ruído, o que fez com que	- Início da atividade em 1997 em virtude dos pais serem proprietários do Restaurante Torreão (em sequencia do facto terem	- O P.N. não permite a construção de campos de ténis, golf etc. que atrai muitos turistas fazendo com que	- população jovem não consegue ficar a viver na sua terra não só por não ter trabalho como pelo facto das casas serem muito caras,	- Projeto turístico (artigo 47) era uma boa aposta pois ia captar turismo do norte da Europa, e ter vários serviços mas ficou tudo	- Devia-se apostar no turismo do norte da Europa que gosta desta zona pelo seu clima no inverno, mas é necessário criar condições para os receber; - Devia de haver um mino-golf, campos de ténis, campos multiusos e pavilhões,

	<p>beleza natural e as praias já não pesam tanto na procura mas sim na oferta turística que nesta zona é limitada;</p>	<p>sempre praticaram;</p>	<p>Turismo;</p> <ul style="list-style-type: none"> - A zona de Sines tem muita construção e nesta área não se faz nada; - O facto de nada ser permitido em Porto Covo e tudo em Sines tem prejudicado muito esta região e impedido a sua evolução; - Caravanistas na sua maioria não respeitam os valores naturais, fazendo os 	<p>os próprios comerciantes se tenham desmotivado, até mesmo a própria Junta que já foi alvo de queixas à GNR tendo que cancelar alguns eventos;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Porto Covo acabou por se transformar numa aldeia dormitório sem vida, 	<p>exercido esta atividade na Suíça) e nessa altura havia muita gente que procurava esta região: inicialmente pelo turismo selvagem e por haver muitos alemães a trabalhar na refinaria;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Utilizam fornecedores e produtos 	<p>procurem outros locais com mais oferta;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Caravanistas ocupavam indiscriminadamente os estacionamentos, e chegou a ser impossível estacionar junto da Praia 	<p>e acabam por ter que ir para fora (Sines, V.N.Milfontes);</p> <ul style="list-style-type: none"> - cada vez há menos gente e 	<p>parado ficando pior do que anteriormente e pois dá mau aspecto à aldeia;</p> <ul style="list-style-type: none"> - devia de haver um parque para caravanas, no caso de alguém ter um terreno e estar interessada em fazê-lo e não ter tantos impedimento 	<p>um ginásio, um ou mais hotéis de 5*(compara com hotéis onde já estive em Espanha, com menos beleza natural mas com uma oferta de serviços e animação que permitem que as pessoas tenham várias ocupações);</p> <ul style="list-style-type: none"> - As festas de verão são um facto de atracção e no verão passado houve animação quase diária o que foi bom e é isso que acontece em zonas próximo como por exemplo em Grândola;
--	--	---------------------------	---	--	---	--	--	---	---

<p>Bar A da Patrícia e Restau- rante o Torreão</p>			<p>despejos nas falésias e esgotos pluviais e não respeitando as propriedades privadas ao entrar nos terrenos das vivendas para se abastecerem de água;</p> <p>- devia de haver um espaço: parque próprio para ficarem, até por questões de segurança;</p>	<p>logo não atrai mais visitantes por isso mesmo;</p> <p>- antigamente havia um espírito mais comunitário o que permitia mais convívio entre a população e mesmo com os turistas: um pescador local apanhava peixe e fazia uma assada</p>	<p>da região na sua maioria, o mais distante é de Beja, por questões de preços, qualidade e condições de acordo com as normas exigidas;</p> <p>- A Câmara introduziu mais licenças (de ruído) o que fez com que deixasse de</p>	<p>Grande(cessionada) prejudicando as pessoas e o próprio negócio;</p> <p>- Mesmo junto à praça houve abusos ao estacionamento no parque e impedindo as pessoas de irem às compras de carro;</p>		<p>s para tal;</p> <p>- devia de haver mais vigilância ao tempo de estadia dos caravanistas;</p>	<p>- Festas como a RAVE eram também um fator de atração mas acabaram com isso por não ser permitido e agora faz-se em Sines, o que não é justo;</p> <p>- Festival de Músicas do Mundo era outro motivo de atração turística pois era dividido entre Sines e Porto Covo e agora é só em Sines o que veio prejudicar esta região pois as pessoas que vinham cá nessa altura já não vêm ou só vêm dar um passeio pois</p>
--	--	--	--	---	---	--	--	--	--

<p>Bar A da Patrícia e Restau- rante o Torreão</p>				<p>para todos, hoje em dia isso já não é permitido devido às restrições impostas pelo P.N. à pesca;</p> <p>- Era habitual fazer uma mariscada para todos com os mariscos que os locais apanhavam e hoje em dia isso já não é</p>	<p>ter música ao vivo pelos custos excessivos;</p> <p>- Inicialmente os turistas eram mais estrangeiros (alemães e ingleses) e depois começou a mudar;</p> <p>- As pessoas alugavam as casas ao mês e de um ano para o</p>				<p>ficam em Sines;</p> <p>- Devia de haver cooperação entre os comerciantes no sentido de criar eventos, em conjunto com a Junta (e dá Óbidos como um bom exemplo, com o festival do chocolate e o Natal) para atrair mais pessoas, o problema é que há falta de união e de espírito de iniciativa;</p> <p>- acredita que deveria mesmo de haver mais bares para que as pessoas pudessem</p>
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

<p>Bar A da Patrícia e Restau- rante o Torreão</p>				<p>permitido devido às restrições impostas e à ausência de licenças;</p> <p>- A única tradição que ainda se mantém é a ouriçada mas tem que se fazer um pedido para tal;</p> <p>- O artesanato perdeu-se e as casas que</p>	<p>outro, depois começou a ser à quinzena, à semana – eram turistas com poder de compra;</p> <p>- Atualmente são mais portugueses e com menor poder de compra;</p> <p>- Tem a preocupação</p>				<p>circular mais durante a noite, o que ainda acontece no Verão mas podia ser mais incentivado dando mais animação à aldeia;</p>
--	--	--	--	---	---	--	--	--	--

<p>Bar A da Patrícia e Restau- rante o Torreão</p>				<p>existem oferecem produtos que nada têm a ver com a região; - algumas tradições têm-se perdido – ex.: santos populares havia festas com fogueiras que agora não são permitidas; - as únicas</p>	<p>de fechar em alturas em que o restante comércio está aberto para mante alguma vida à aldeia; - há muitas famílias que optaram por ir passar férias para V.N.Milfont es pois têm filhos adolescentes , que procuram</p>				
--	--	--	--	---	--	--	--	--	--

<p>Bar A da Patrícia e Restau- rante o Torreão</p>				<p>que se mantêm são a ouriçada e as festas de verão da santa padroeira; - havia coesão entre a população o que hoje já não existe; - caravanistas estacionam junto às praias e caminhos utilizados pela</p>	<p>animação nóctua que na aldeia não há (evitando assim que se desloquem para longe com os perigos da condução); - Caravanistas podem ser bons para a terra pois sempre consomem nos estabelecime</p>				
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

<p>Bar A da Patrícia e Restau- rante o Torreão</p>				<p>população local para fazer caminhadas e que se vêm impedidas de o fazer pelo facto de verem o sue espaço ocupado, sendo que muitas vezes estes turistas têm cães que se tornam perigosos na presença de estranhos;</p>	<p>ntos locais mas deviam ter mais cuidados e respeito pelos valores naturais;</p>				
--	--	--	--	---	--	--	--	--	--

Entidades entrevistadas	Questões Ambientais			Questões socioculturais	Questões sócio-económicas	Questões de planeamento/ordenamento			Promoção turística
	Valores naturais	Proteção	Proteção VS Valorização			Alterações no Território	Alterações Demográficas	Projetos	
Restaurante 'Zé Inácio' e Pensão	- beleza das praias é o principal motivo de atracção da região;		- Integração no P.N. não adiantou muito pois atrasou o desenvolvimento da região devido aos impedimentos que faz a todo o tipo de iniciativas; - Caravanistas começaram a procurar a região há cerca de 25 há	- Tradições culturais foram-se perdendo; - Artesanato tradicional desapareceu, apenas existe um associação mas fazem outro tipo de trabalhos que nada têm a	- Início da atividade há cerca de 40 anos teve a ver com a catividade turística; - Além disso a população vivia da pesca; - Primeiros turistas	- acha que o P.N. devia deixar desenvolver mais a região embora atualmente existam mais condições;	- fazia falta mais serviços na região até para criar emprego e fixar a população;	- não houve autorização para a construção de um Hotel perto da praia e fazia muita falta; - quanto mais alojamentos houvesse mais pessoas vinham;	- para desenvolver o turismo devia de haver mais colaboração da Câmara na construção de parques de estacionamento para que as pessoas possam vir para as praias; - Devia haver passeios à beira mar, mais hotéis para poder acolher mais pessoas; - não há animação e

<p>Restaurante 'Zé Inácio' e Pensão</p>			<p>cerca de 10 a 15 anos que se mantem o número mas são uma fonte de poluição quer visual quer de produção de lixo, fazendo até despejos em locais indevidos;</p> <p>- Devia de haver mais controle sobre os caravanistas;</p>	<p>ver com as tradições locais;</p>	<p>começaram a vir há cerca de 25 anos e eram mais estrangeiros (Hippies) e faziam campismo selvagem;</p> <p>- na altura tinha apenas uma taberna e servia esses turistas;</p> <p>- Hoje em dia o turismo é</p>			<p>- Concorda com a construção de um parque para caravanistas mas acredita que muitos não iam querer pagar para lá ficar;</p>	<p>fazia falta não só para a população local como para os turistas;</p> <p>- Gostaria que houvesse mais turismo durante o inverno, oferecendo mais animação, organizado pela Junta e pela Câmara.</p>
---	--	--	--	-------------------------------------	---	--	--	---	---

Restau- rante 'Zé Inácio' e Pensão					melhor e desenvolveu -se mais devido à canção do Rui Veloso; - Considera o mercado português o melhor pois consome mais; - caravanistas não consomem nada; - utiliza fornecedore				
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

<p>Restaurante 'Zé Inácio' e Pensão</p>					<p>s e produtos da região pela qualidade que é melhor, em especial pelo peixe que é uma especialidade do restaurante;</p> <p>- A integração no P.N. não causou problemas para o seu negócio;</p>				
---	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Restaurante 'Zé Inácio' e Pensão					- Atualmente nenhum negócio está a correr bem mas é devido á crise; - Caravanistas consomem pouco na região;				
Entidades entrevistadas	Questões Ambientais			Questões socioculturais	Questões sócio-económicas	Questões de planeamento/ordenamento			Promoção turística
	Valores naturais	Proteção	Proteção VS Valorização			Alterações no Território	Alterações Demográficas	Projetos	

<p>Restaurante 'O Pescador'</p>	<p>- base da procura turística aliada ao bom marisco;</p> <p>- Hoje a procura deve-se à beleza natural, praias e sossego,</p>		<p>- restrições impostas pelo PN não foi positivo pois prejudicou muita gente;</p> <p>- Devia de haver um consenso entre as várias entidades no sentido de ajudar os comerciantes da região;</p> <p>- Parque para Autocaravanas é uma necessidade para a região, para criar condições de estadia;</p>	<p>- Tradições: mantiveram-se;</p> <p>- Artesanato desapareceu embora houvesse pouco e considera importante recuperar e ensinar como se faz;</p> <p>- Recuperar as tradições antigas ex.: Ouriçada que é das poucas</p>	<p>- Início de atividade em 1993 e foi consequente do desenvolvimento turístico;</p> <p>- Utiliza fornecedores e produtos da região;</p> <p>- O PN prejudicou alguns negócios entre eles o seu negócio, devido às</p>			<p>- Mais alojamentos turísticos;</p> <p>- Piscinas interiores e mais serviços e animação em especial durante o Inverno;</p>	<p>- é necessário mais oferta hoteleira de qualidade e animação;</p> <p>- Nota que os turistas procuram animação ao longo do ano e quando percebem que aqui não há acabam por não voltar;</p> <p>- TIC's devem ser mais bem aproveitadas e ter mais informação;</p> <p>- Falta de Sinalização nas estradas e quem não conhece tem dificuldade em encontrar;</p>
---------------------------------	---	--	---	---	---	--	--	--	---

<p>Restaurante 'O Pescador'</p>			<p>- Localização: um pouco afastado da costa;</p>	<p>que se mantêm;</p>	<p>restrições impostas aos mariscadores (a quem comprava o marisco);</p> <p>- Critica aos mariscadores que vêm do algarve e os da região são poucos e não têm licenças;</p> <p>- Procura turística: eram mais portugueses mas também</p>				
---------------------------------	--	--	---	-----------------------	--	--	--	--	--

Restaurante 'O Pescador'					<p>estrangeiros, que ficavam em parques de campismo e casas particulares, hoje em dia já procuram outro tipo de turismo e procuram mais outras zonas pela falta de evolução da região;</p> <p>- Caravanistas começaram</p>				
--------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Restau- rante 'O Pesca- dor'					a procurar a zona depois de apareceram os parques de campismo e tem aumentado; - Alguns consomem na região mas se tivessem mais condições – Parque para autocaravan as - podiam vir a ser uma				
---------------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--

					mais valia em termos económicos				
--	--	--	--	--	---------------------------------------	--	--	--	--

